

PLANO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE ORANGO (PNO), GUINÉ-BISSAU

Equipa de Investigadores para atualização e elaboração do PG - PNO



Relatório Provisório



INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Serifo Embalo

Ministro de Ambiente e Desenvolvimento Duravel

Alfredo Simão Silva

Diretor do Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas de Guiné Bissau

Domingos Betunde

Diretor do Parque Nacional Orango

- © 2ª Edição: Junho de 2008
Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas de Guiné Bissau
Avenida Dom Settimio Arturo Ferrazzetta. Caixa Postal 70 Bissau - República da Guiné-Bissau,
Telefone: (00245) 2071 06 Tel. (245) 320 71 06/07
E-mail: ibap@gtelecom.gw
Site: <http://www.ibap-gbissau.org>
Esta edição foi preparada pelo IBAP, Impressão feita em Bissau



Conteúdo

0. SUMARIO EXECUTIVO	6
I. SIGLAS E ABREVIATURAS	8
1.1. INTRODUÇÃO/ANTECEDENTES E CONTEXTO	10
SEÇÃO I: INFORMAÇÕES GERAIS	13
1.1. REDE NACIONAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA GUINÉ-BISSAU	13
1.2. INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP).....	16
1.3. CONTEXTO, CONVENÇÕES E COMPRIMISSOS INTERNACIONAIS	18
1.4. O PARQUE NACIONAL DE ORANGO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO	19
1.4.1. Principais marcos do seu processo de criação.....	19
1.4.2. Localização geográfica e limites.....	20
1.4.3. Os objetivos da criação do PNO.....	22
SEÇÃO II: CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE ORANGO (PNO)	24
2.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS	24
2.1.1. Clima.....	24
2.1.2. Geologia e geomorfologia.....	24
2.1.3. Hidrologia.....	27
2.2. CARACTERÍSTICAS BIOLÓGICAS E ECOLÓGICAS.....	29
2.2.1. Flora e formação vegetais.....	29
2.2.2. A fauna e a diversidade faunística.....	33
2.2.2.1. Peixes, moluscos e crustáceos	33
2.2.2.2. Répteis	34
2.2.2.3 Os mamíferos	35
2.2.2.4. A Avifauna	37
2.2.2.5. Estatutos de Conservação	39
2.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONOMICO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	40
2.3.1. Caracterização da população utilizadora dos recursos naturais do PNO	40
2.3.1.1. Historial da ilha de Orango.....	40
2.3.1.2. Caracterização demográfica no interior do PNO	41
2.3.2. Regime de propriedade e direito ao acesso de recursos	45
2.3.3. Ocupação de espaço e usos dos recursos no interior do PNO.....	46
2.3.3.1. Práticas de usos dos recursos pela população no interior do parque.....	46
2.4. PERCEÇÃO E PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO PNO	52
2.5. VALORIZAÇÃO DO ASPETO CULTURAL, INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PROGRAMA DE MONITORIA E SEGUIMENTO	54
2.5.1. Representação cultural e valorização do conhecimento/saber tradicionais locais	54
2.5.2. Investigação científica.....	54
2.5.3. Program de monitoria e seguimento.....	55
SEÇÃO III: AMEAÇAS, CONFLITOS DE INTERESSES E PRINCIPAIS DESAFIOS.....	56
3.1. GRAU E A NATUREZA DAS PRINCIPAIS AMEAÇAS ANTRÓPICAS.....	56
3.1.1. As queimadas.....	56
3.1.2. Expansão das áreas de plantação de cajueiros.....	56
3.1.3. Pressão sobre os “Tarreiros” – exploração para a confeição das esteiras	57
3.1.4. Aumento de presença antrópica nas zonas mais sensíveis do Parque.....	58
3.1.5. Diminuição das áreas das colónias de nidificação	58
3.1.6. Captura e diminuição da população de papagaio cinzento	58
3.1.7. Caça clandestina e captura de espécies protegidas/ameaçadas	59
3.1.8. Pressão para o acesso ao espaço de pesca no interior do parque	59
3.1.9. Impactos de processos de prospeções e eventuais explorações petrolíferas e riscos de derrame de hidrocarbonetos	60
3.1.10. Acesso e passagem de navios – o contexto regional.....	60
3.1.11. A diminuição das chuvas e seus efeitos.....	61
3.1.12. A subida do nível do mar e os efeitos das marés e correntes marítimas	61



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

3.2. CONFLITOS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO E USO DOS RECURSOS DO PARQUE	62
3.2.1. Conflitos entre a população residente e a estrutura do parque	62
3.2.1.1. Conflitos em torno das ações de desenvolvimento local	62
3.2.1.2. Conflitos ligados a distribuição dos rendimentos do parque	63
3.2.1.3. Conflitos causados pela depredação ou estrago das culturas pelos animais protegidos.....	63
3.2.2. Conflitos em torno dos recursos haliêuticos	66
3.2.2.1. Conflito entre população e pescadores	66
3.2.2.2. Conflito entre pescadores residentes no parque	67
3.2.2.3. Conflito com os pescadores não residentes.....	69
3.2.2.4. Conflitos entre a pop. e pescadores “residente” e ou “não residente” pela obtenção de licença atribuído pelo IBAP	69
3.2.2.5. Conflitos em relação as ações de fiscalização	70
3.2.3. Conflitos em torno da exploração dos “tarreiros”	70
3.2.4. Conflitos com caçadores residentes e não residentes	71
3.2.5. Conflitos com os operadores turísticos.....	71
3.2.5.1. Pesca turística e ou desportiva	72
3.2.5.2. <i>Conflitos ligados ao processo formulação legal para instalação das infraestruturas para fins turísticos pelos operadores turísticos.</i>	72
3.2.6. Conflito com as prospeções e eventuais explorações petrolíferas	72
3.2.7. Conflitos institucionais.....	73
3.2.8. Potenciais conflitos relacionados com as procuras futuras	74
3.2.8.1. Deterioração da situação socioeconómica e pressão sobre os recursos naturais	74
3.2.8.2. Expansão das areias de plantação de caju	74
3.2.8.3. Aumento de número de turistas e das infraestruturas turísticas no interior do parque	74
3.2.8.4. Pressão para abertura do parque a pesca comercial e aumento do esforço de pesca no interior do parque.....	75
3.2.8.5. Aumento da demanda de iniciativas de desenvolvimento local	75
3.2.8.6. Abertura do perímetro do parque as prospeções petrolíferas	76
3.3. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NA GESTÃO DO PNO	77
SEÇÃO IV. ESTRATEGIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLOANO DE GESTÃO	81
4.1. OBJECTIVOS E PRINCIPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO PNO	81
4.2. JUSTIFICATIVOS PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO	83
4.3. QUADRO JURÍDICO-INSTITUCIONAL	84
4.4. MEETODOLOGIA DE TRABALHO	85
4.4.1. Processo de abordagem metodológica.....	85
4.4.2. Metodologias participativas, <i>participatory rural appraisal (PRA)</i> do modelo <i>SLF</i>	86
4.4.3. Análise da sustentabilidade dos modos de vida - modelo <i>SLF</i>	87
4.5. REQUERIMENTO E PRESSUPOSTOS PARA O SUCESSO DO PROGRAMA DE PLANO DE GESTÃO	89
SEÇÃO V: ZONAGEM AMBIENTAL - LIMITES E AS DIRECTRIZES ESPECÍFICAS DE CONSERVAÇÃO	90
5.1. CRITÉRIO DE ZONAGEM	90
5.2. AS ZONAS: AS CATEGORIAS DE GESTÃO	91
SEÇÃO VI: PROGRAMAS OPERATIVOS ESPECÍFICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	98
6.1. PROGRAMA ESPECIFICO OPERACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS	98
6.1.1. Sub-componente de proteção, gestão dos recursos naturais	98
6.1.1.1. Gestão e seguimento do uso do solo no interior do parque	98
6.1.1.2. Proteção e gestão das florestas sagradas	100
6.1.1.3. Proteção e gestão do mangal	100
6.1.1.4. Proteção e gestão da fauna marinha e da icitofauna	101
6.1.1.5. Proteção avifauna	101
6.1.1.6. Proteção e gestão das demais espécies ameaçadas	102
6.1.2. Sub-componente de gestão e do uso público dos recursos	102
6.1.2.1. Interpretação ambiental	102
6.1.2.2. Relações públicas e extensão	104
6.1.2.3. Recreação do turismo e ecoturismo	105
6.1.3. Sub-componente de Monitoria e seguimento dos recursos naturais	108
6.1.3.1. Estabelecimento de um sistema de monitoria e seguimento dos recursos naturais.	108
6.1.3.2. Monitoria e seguimento da pesca artesanal	109



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

6.1.3.3. Gestão, monitoria e seguimento das zonas de recolha de moluscos.....	113
6.1.3.4. Seguimento e monitoria da pesca turística e do turismo	114
6.1.3.5. Monitoria e seguimento d fauna	116
6.1.3.6. Monitoria e seguimento dos principais ecossistemas do parque	118
6.1.4. Sub-componente de Investigação e cooperação científica	121
6.1.4.1. Cooperação científica.....	121
6.1.4.2. Investigação e monitorização/seguimento	121
6.1.5. Sub-componente de administração, proteção e vigilância	125
6.1.5.1. Uma estrutura de gestão adequada para gerir o PNO	125
6.1.5.2. Proteção e vigilância.....	127
6.1.5.3. Disponibilidade operacionais	134
6.1.6. SUB-COMPONENTE DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	135
6.1.6.1. Formação do pessoal do parque	135
6.1.7. Sub-componente de construção e manutenção das infra-estruturas e equipamentos.....	137
6.1.7.1. Construção e manutenção das infra-estruturas.....	137
6.1.7.2. Equipamento.....	139
6.1.8. Sub-componente de educação ambiental, sensibilização e comunicação.....	140
6.1.9. Sub-componente de iniciativas de apoio ao desenvolvimento local das comunidades.....	142
6.1.9.1. Historial/Contextualização.....	142
6.1.9.2. Monitoria e seguimento das ações de desenvolvimento: lições e orientações	144
6.1.9.3. Iniciativas locais – um modelo de equidade e de participação	144
6.1.9.4. Fortalecimento das ONGs, associações e estruturas comunitárias de base	145
6.1.9.5. Apoio e fortalecimento de infraestruturas básicas	145
SEÇÃO VII: PLANO DE NEGOCIO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO	152
7.1. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE EXECUCAO DO PLANO DE GESTÃO	152
7.1.1. RECURSOS (HUMANA E FINACEIRA) PARA O FUNCIONAMENTO DO PNO.....	152
7.1.2. FORMAÇÃO/CAPACITRAÇÃO.....	154
7.1.3. FUNCIONAMENTO, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS , CONSTRUCOES E INFRA-ESTRUTURAS	154
7.1.5. PLANO DE ACÇÃO DE GESTÃO, MONITORIA E SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	158
7.2. PLANO ORCAMENTAL DA EXECUCAO DAS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO PNO	159
7.2.1. RECURSOS HUMANO E FUNCIONAMENTO.....	159
7.2.2. FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO.....	159
7.2.3. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CONSTRUCOES E INFRAESTRUTURAS.....	159
7.2.3. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E SEGUIMENTO DE INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO INTERIOR DO PNO	159
7.3. SISTEMA OPERACIONAL DE AVALIÇÃO ANUAL E FINAL DE PLANO DE GESTÃO	161
SEÇÃO VIII. REFERENCIA BIBLIOGRAFICO	162
SEÇÃO VIII. ANEXO	165



0. SUMARIO EXECUTIVO

O presente documento apresenta o *Plano de Gestão do Parque Nacional de Orango (PNO)*, que é um importante documento para assegurar a conservação da biodiversidade do Parque assim como a partilha equitativa dos seus recursos para todos os residentes do Parque. Este documento é igualmente um contributo para a implementação dos objectivos da Lei-Quadro das Áreas Protegidas.

A elaboração do documento foi coordenada e orientada pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) através da Célula de estudos Ambientais e Tecnologias Aplicadas (CEATA) e contou com a participação da Direcção do Parque, das comunidades residentes do Parque e fora deste, organizações não-governamentais, e várias individualidades interessadas na conservação e uso sustentável da Diversidade Biológica na Guiné-Bissau.

O documento aqui apresentado apresenta acções para que seja possível, a longo prazo, incorporar nas políticas e programas de desenvolvimento, medidas para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica e a distribuição justa e equitativa dos recursos biológicos em benefício de toda a comunidade do Parque. Essas acções deverão ser desenvolvidas de forma integrada pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas com o apoio da sociedade civil, sector privado e outros parceiros nacionais e internacionais.

A aprovação deste Plano de Gestão é igualmente uma demonstração da vontade política do Governo da Guiné-Bissau em cumprir com as recomendações nelas contidas. A importância que este documento assume é evidente na transversalidade das acções propostas e na multidisciplinaridade das áreas estratégicas nele abordado.

Devido ao seu contributo para o alcance do desenvolvimento sustentável, a implementação do Plano de Gestão é uma prioridade do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, que de forma faseada e em parceria com outros organismos e instituições irá garantir que os seus objectivos sejam transformados em actividades práticas. Não obstante este Plano de Gestão apresentar, de forma detalhada, acções devidamente priorizadas, temporizadas e resultados esperados claros, a sua implementação será um grande desafio para o IBAP. Desta forma e assumindo que ainda há muito por fazer para assegurar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do Parque, são definidos eixos prioritários. Para facilitar o processo de implementação do Plano estas prioridades são agrupadas em áreas estratégicas, cada uma das quais com os seus objectivos específicos.

É nossa aspiração que estas áreas estratégicas se complementem na prossecução do objectivo global do Plano. Para tal, a divulgação do Plano é uma das primeiras acções que o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas deve implementar. Outras acções em fase de implementação pelo Instituto e que estão relacionadas com as actividades propostas do Plano incluem, entre outros, um projecto de conservação.

O documento contém 2 duas Partes, agrupadas em 7 Seções, nomeadamente:



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

A **Parte I** faz referência ao **Diagnóstico e Principais Desafios**, tendo como **Seção 1** - Informações gerais, **Seção 2** - Caracterização do Parque Nacional de cantanhez e **Seção 3** - Ameaças, Conflitos de Interesse e Principais Desafios;

A **Parte II** se dedicou ao próprio **Plano de Gestão do PNO**, abrangendo a **Seção 4** - sobre a Visão Política e Estratégias da Implementação do Plano de Gestão, **Seção 5** - sobre a Zonagem Ambiental /Limites e as directrizes Específicas de Conservação e **Seção 6** - no que se refere aos Programas Específicos para Implementação do Plano de Gestão;

Enquanto a Seção 7 se debruça sobre os **Procedimentos de Monitoria, Seguimento e Avaliação**, Isto é, que fala do Plano de Negócio e Sistema de Monitoria e Avaliação.



i. SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	Áreas Protegidas
CAC	Casa de Ambiente e Cultura
CDB	(CBD) Convenção de Diversidade Biológica (Convention of Biological Diversity)
CECI	Centre d`Étude e Coopération International
CIPA	Centro de Investigação Pesqueira Aplicada
CITES	Convenção Inter. sobre o Comercio de Espécies Ameaçadas de fauna e flora selvagem
DDA	Agência Suíça para a Cooperação
DENARP	Documento De Estratégia Nacional De Redução Da Pobreza
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGFC	Direcção Geral de Florestas e Caca
ENC	Estratégia Nacional de Conservação
EVA	Escola de Verificação Ambiental
FIAL	Fundo de Iniciativas Locais
FIBA	Fundação Internacional par o Banco d`Arguin
FISCAP	Fiscalização das Pescas
GdGB	Governo Guiné Bissau (Government of Guinea-Bissau)
GEF (FMMA)	Global Environment Facility (Fundo Mundial para o Meio Ambiente)
GPC	Gabinete de Planificação Costeira
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MAB	Homem e a Biosfera (Man and Biosphere)
MADR	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MARPOL	Convenção Internacional sobre a Prevenção da Poluição pèlos Navios
MDRA	Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura
MHN	Museu de História Natural
ONG (NGO)	Organização não Governamental (Non Governmental Organisation)
OPRC	Convenção sobre a “Prevenção, Luta e Coop. em Matéria de Poluição por Hidrocarb”
PALOPs	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PETROGUIN	Empresa Nacional De Pesquisa E Exploração Petrolifera, E. P.
PM	Parque Marinho
PNMJVP	Parque Nacional Marinho de João Vieira Poilão
PNO	Parque Nacional de Orango
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNEP	Programa das NU para o Meio Ambiente (United Nations Environment Programme)
POA	Programa Operativo Anual
POL`s	Parceiros Operacionais Locais
PPA	Plano Plurianual
PRCM	Programa Regional Costeiro e Marinho
RAMSAR	Convenção Internacional das Zonas Húmidas
RB	Reserva da Biosfera



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

RENAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
SCET	Services, Conseil, Expertise et Territoire
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SOLAS	Convenção para Salvaguarda de Vidas no Mar
STCW	Convenção Int. sobre as Normas de Form, de Certific. e de Inspeção de Navegadores
Swissaid	Fondation suisse de coopération au développement
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UICN	União Mundial para a Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



1.1. INTRODUÇÃO/ANTECEDENTES E CONTEXTO

Através dos diferentes Planos de Gestão e de Desenvolvimentos já elaborados na Guiné-Bissau, inclusive o DENARP, no qual estabeleceu dentro dos seus objetivos a promoção do crescimento económico. Não obstante esforços que estão a ser impressas a volta da política ambiental, concretamente na conservação e utilização racional dos recursos naturais, esse crescimento económico terá o seu impacto na perda da biodiversidade e recursos naturais, visto que o nosso país é fortemente dependente dos recursos naturais e dos serviços prestados pelos ecossistemas. Por exemplo, a pesca artesanal garante a principal fonte de proteínas da maioria da população ao passo que a venda de licenças de pesca industrial e semi-industrial representa uma das principais fontes de divisas do Estado. Sem recursos naturais renováveis, as numerosas carências deste país em vias de desenvolvimento transformar-se-iam numa situação verdadeiramente desesperada.

O desenvolvimento de um país não pode se dar às custas da qualidade de vida de sua população ou esgotamento dos seus recursos naturais. Muitos modelos de desenvolvimento aplicados em países considerados Menos desenvolvidos apresentam às vezes resultados rápidos em áreas específicas. Tais ações “progressistas” porém acabam por alterar bruscamente as diversas formas de organização das bases produtivas, provocam uma rápida e predatória exploração dos recursos naturais e comprometem os potenciais mais básicos, inclusive o de produção de alimentos, tornando-os económica e culturalmente mais pobres e dependentes.

Após a independência em 1974, iniciou-se todo um processo de transformação socioeconómica a nível da Guiné-Bissau. A filosofia a ser seguida baseava na transformação da vida das populações, buscando a satisfação das suas necessidades básicas. Por outro lado, dizia-se combater o poder tradicional que era prejudicial ao desenvolvimento. Para tal instaurou-se toda uma estrutura administrativa a fim de se aniquilar o sistema tradicional. Este oficialmente foi substituído pelos comités de tabanca, de sector e de secção (Maria Taveira, 1994). Dada essa importância acima citada, realizou-se no quadro de SCET, um dos primeiros levantamentos sobre a cobertura florestal e a ocupação do solo ao nível nacional. Em 1986, o INEP organizou um seminário sobre a situação ambiental ao nível dos cinco Países Africanos da Língua Oficial Português (PALOPs).

Em 1989 foi iniciado o processo de discussão sobre a Estratégia Nacional de Conservação, apoiado pela UICN e a União Europeia, no qual o seminário realizado no mesmo ano assinala como oportuna a planificação da gestão dos recursos naturais da zona costeira, a conservação dos mangais e a criação de áreas protegidas como prioridades. Desta maneira, o Gabinete de Planificação Costeira (GPC) em estreita colaboração com a União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), detentor das ideias pioneiras da consolidação da Estratégia Nacional de Conservação (ENC), através da realização dos estudos, consultas à população, avaliações espaciais da dinâmica do uso dos recursos e acertos político-económico-administrativo, implementou propostas que permitam o desenvolvimento sustentando da zona costeira, otimizando a produção, conservando a diversidade biológica e cultural, assim minimizando os conflitos entre as diversas atividades económicas, cujas principais características estão relacionadas com a agricultura, a pesca e a exploração florestal.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Ainda no decorrer deste mesmo ano, inicia-se o Projecto da Planificação Costeira no quadro da Direção Geral das Florestas e Caça/MDRA, com o apoio da UICN e da Agência da Cooperação Suíça (DDA), cuja proposta preliminar apresentada em 1990 foi objeto de uma discussão que decorreu cerca de um ano a fim de tornar uma proposição real de criação de quatro parques nacionais cujo funcionamento levará em consideração os sistemas tradicionais de gestão dos recursos naturais.

Portanto, na sequência do pedido do Instituto da Biodiversidade e das Áreas protegidas (IBAP), Este relatório surge no âmbito da proposta para a revisão e atualização do Plano de Gestão de Parque Nacional de Orango (PNO) na Guiné-Bissau e tem como objetivo principal a descrição das atividades realizadas durante os trabalhos de campo. Para dispor de um enquadramento teórico (diagnostico) das principais questões a ter em conta tanto na revisão, atualização e elaboração desse plano no PNO. Permitindo assim uma adequação e sistematização das informação a colher. Foram organizados os **(Quadros 1 e 2 em Anexo 1)** de plano de amostragem e das missões realizadas.

A recolha de dados de campo no PNO, incidiu sobre as seguintes vertentes principais:

1. Caracterização socioeconómica das populações residentes e dos respetivos modos de gestão e utilização dos recursos naturais;
2. Recolha dados e informações pertencentes para a revisão e atualização dos Planos de Gestão, tendo em conta os aspetos de incumprimento ou violação de Regulamento Interno (RI) já existente no PNO;
3. Caracterização do estado atual de recursos naturais e formas de gestão desse parque, tendo em conta a questão da apropriação do sistema nas diferentes comunidades, consultando as populações sobre a respetiva gestão e utilização;
4. Consulta a *stakeholders* locais e nacionais com importância para esse parque, assim como os principais problemas na implementação dos anteriores planos de gestão do PNO;
5. Recolha de informação sobre a variação de existências ou desaparecimento de alguns grupos de espécies de animais e flora para o complemento dos dados existentes;
6. Recolha de informação georreferenciada para cartografia do coberto do solo, permitindo assim a reformulação da zonagem predefinida anteriormente;
7. Identificação e análise da natureza dos conflitos de diferentes origens entre os atores implicados no processo de gestão de PNO.

Nessa ordem de ideia, a missão do terreno da equipa, foi organizada em termos de planificação, partindo no dia 08 de Julho de 2016 para diferentes localidades. Nesse sentido, as descrições detalhadas do relatório da revisão e atualização do Plano de Gestão de PNO são apresentadas de forma separada em **partes (Parte I e II)** respetivamente sobre o “Diagnostico/principais desafios e Plano de gestão propriamente dito, tendo em conta o procedimento de monitoria/seguinte e avaliação do Plano montado.



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

PARTE - I

DIAGNOSTICO E PRINCIPAIS DESAFIOS



SEÇÃO I: INFORMAÇÕES GERAIS

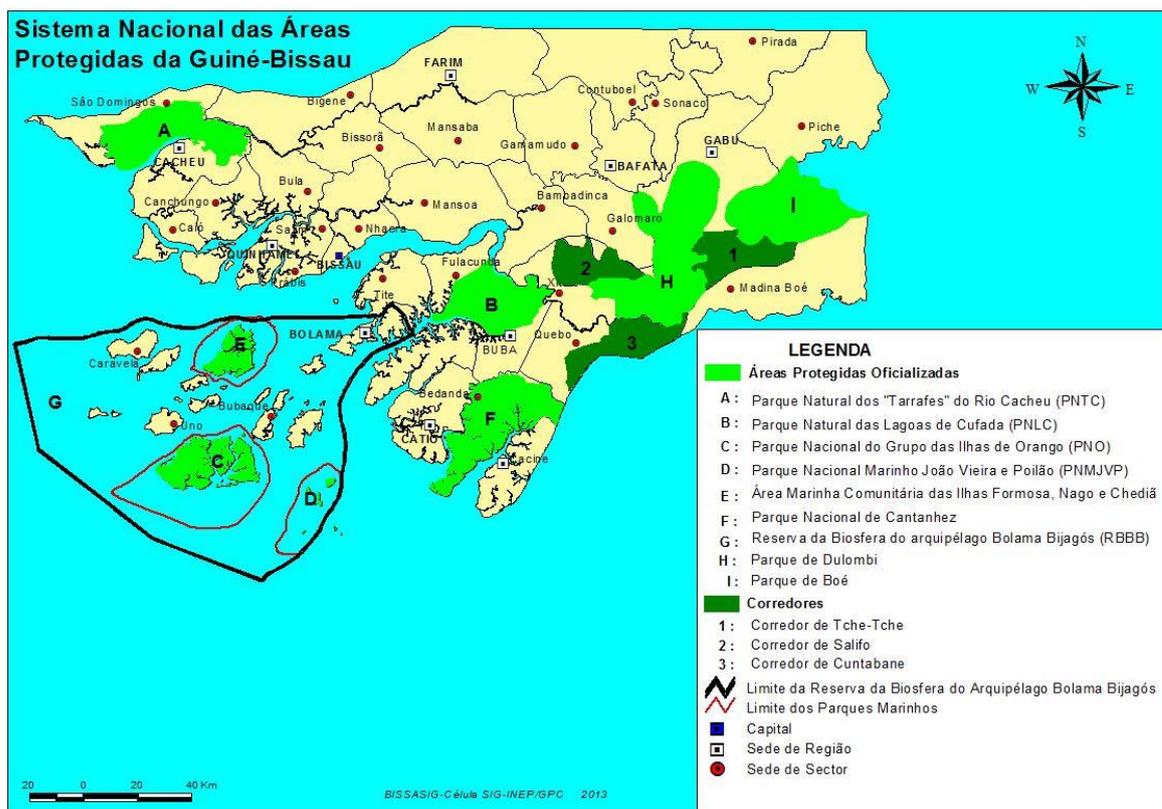
1.1. REDE NACIONAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA GUINÉ-BISSAU

Depois de 1996, após a criação e o reconhecimento pela UNESCO da Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama e Bijagós (RBABB), a Guiné-Bissau deu passos importantes e significativos no domínio da conservação dos seus ecossistemas e da sua biodiversidade, com a aprovação e publicação da Lei-quadro das Áreas Protegidas (decreto lei nº 3/97) e com a criação de cinco áreas protegidas reconhecidas pelo governo, com estatutos apropriados e órgãos adequados de gestão: os Parques Nacionais do Grupo das Ilhas de Orango e Marinho de João Vieira e Poilão (decreto lei nº11/2000 e 6-A/2000 respectivamente), os Parques Naturais dos Tarrafes do Rio Cacheu e das Lagoas de Cufada (respectivamente os decretos lei nº 12 e 13/2000) e a Área Marinha Protegida Comunitária nas Ilhas de Formosa, Nago e Chediã/Urok (decreto lei nº 9/2005), estando presentemente em curso estudos preliminares para o estabelecimento de duas novas área protegida em Cantanhez (~~-decreto lei da criação-----~~) habitat das últimas formações vegetais sub-húmidas e de uma grande diversidade biológica, tanto animal como vegetal. e os dois Parques e os três corredores de fauna que constituem o Complexo DBT (o Parque Nacional de Dulombi, o Parque Nacional de Boé, o Corredor Faunístico de Tche-Tche, o Corredor Faunístico de Cuntabane-Quebo e o Corredor Faunístico de Salifo-Xitole que são reconhecidos pela riqueza da sua biodiversidade e dos seus habitats. O corredor de Tche-Tche constitui um *continuum* ecológico de fluxo migratório de animais entre o Parque do Boé, situado a leste e o Parque de Dulombi, a sul; e os corredores de Salifo-Xitole e Cuntabane-Quebo são utilizados por fauna selvagem, constituindo uma passagem transfronteiriça entre a República da Guiné e a Guiné-Bissau.

Esta rede de Áreas Protegidas foi identificada em 1995 como sendo sítios prioritários de importância global (A Global Representative System of Marine Protected Areas – Uma Representação Global dum Sistema de Áreas Marinhas Protegidas) pela Great Barrier Reef Marine Park Authority, pela UICN e pelo Banco Mundial, também como sendo um dos “Sítios Ecologicamente Sensitivos em África” pela revista “World Conservation Monitoring Center” em 1993.

O complexo costeiro da Guiné-Bissau é habitat para uma biodiversidade excecional devido ao traçado da sua paisagem, caracterizada por uma inter - penetração extensiva dos ambientes terrestres e marinhos, que incluem um vasto estuário, um grande arquipélago emergindo numa plataforma continental com cerca de 70 000 km², cuja zona costeira é alagada periodicamente¹.

¹ Coastal and Biodiversity Management Projec. Project Appraisal Document. 2004

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Mapa 1, Rede das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau

Os biótipos mais importantes nessa zona incluem os mangais, os bancos de areia e de lama, estuários rasos e florestas sub-húmidas guineenses. Esses habitats são conhecidos como sendo a mais rica da costa africana em termos de diversidade, produtividade e potencial alimentar, especialmente as zonas estuarinas e marinhas. O Parque Nacional das Ilhas de Orango (PNO)², com uma superfície de 268 km² de terra firme e 136 km² de bancos de areia e de lama na maré baixa, ao qual se junta os diversos cursos de rios e 960 km² de extensão marítima, representa um terço da superfície da Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama – Bijagós (RBABB). É constituído pelas ilhas de Orango, Orangozinho, Meneque, Canogo e Imbone, além de muitos ilhéus inabitados ou temporariamente habitados.

Em resumo, atualmente a Guiné-Bissau conta com uma Rede Nacional das Áreas Protegidas (RENAP) que cobre uma superfície total de cerca de 470.000 ha, sob a responsabilidade do recém-criado Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). La RENAP consiste de 8 áreas protegidas incluindo:

- A Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós que traslape com
- As Áreas Protegidas Comunitárias das Ilhas de Urock,
- Parque Nacional de Orango e
- Parque Nacional João Vieira e Poilão;
- Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu;
- Parque Natural das Lagoas de Cufada;
- Parque Nacional de Cantanhéz e.

² Étude d'impact Environnemental et Social- Robert Kasisi et all, Janvier, 2004



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

- Parque nacional de Complexo DBT, o Corredor Faunístico de Tche-Tche, Cuntabane-Quebo e Corredor Faunístico de Salifo -Xitole.

Oficialmente, quase metade da superfície protegida correspondem a espaços marinhos ou estuarinos. Aliás, as áreas protegidas marinhas e as zonas de pesca regulamentada estão no centro das preocupações do IBAP e de outras instituições da sub-região, agrupadas no âmbito do Programa Regional de Conservação Marinha (PRCM). Estas áreas desempenham um papel central na reprodução e regeneração dos estoques de peixes, camarões e moluscos, garantindo a sustentabilidade da exploração destes recursos estratégicos. A conservação através da RENAP é um processo de participação que deve contar com objectivos e metas claras. Este Plano de Gestão será entregue aos cidadãos nacionais, pescadores, prestadores de serviços, organismos privados e autoridades, para que de maneira conjunta e coordenada se cumpram com os objectivos de conservação deste parque tão importante para a diversidade biológica



1.2. INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP)

O IBAP foi criado para promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade assim como, para criação e gestão das áreas protegidas e favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais. Trata-se de uma instituição pública dotada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O IBAP concentra as suas atividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspetiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável.

Na sua planificação estratégica o IBAP formulou a sua visão como se segue: “A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras”. Esta visão permitiu precisar a missão do IBAP: “Gerir de forma participativa e eficazes as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional”. Baixa esta visão trabalha na consolidação da rede das áreas protegidas através de proposição de criação de novas áreas protegidas, uma concertação alargada aos diferentes autores concernentes e a implementação de estratégias comuns no domínio de interesse partilhados pelas diferentes áreas protegidas da rede nacional. A elaboração e a implementação do plano de gestão e de instrumentos jurídicos e regulamentares são privilegiados. O IBAP tem em conta as necessidades concernentes ao reforço de capacidades e de parcerias institucionais com os serviços técnicos nacionais (Florestas e Fauna, Agricultura, Pesca, Turismo, Comunidades Locais, etc.) e favorecer uma interligação regional e internacional.

IBAP facilita estudos científicos em serviço da conservação da biodiversidade é priorizado e em termos gerais promova a melhoria de conhecimentos e de seguimento das espécies ameaçadas, emblemáticas ou de importância económica e a promoção de uma pesquisa e de comunicação científica sobre os ecossistemas e da biodiversidade. Para cumprir com sua missão o IBAP reforça à todos os níveis (institucional, recursos humanos e financeiros, etc.) de forma a relevar os desafios no domínio da conservação, da biodiversidade, da gestão das áreas protegidas. Ele contribui para a integração da gestão do ambiente, dos habitats, dos processos ecológicos e da diversidade biológica na formulação das políticas sectoriais do país.

Neste contexto, o IBAP desenvolve planos de gestão, com periodicamente as suas revisão e atualização, para todas as áreas protegidas baixo seu mandato em conjunto com os parceiros que desejam contribuir para a gestão das áreas protegidas e a biodiversidade na Guiné-Bissau.

Entre 2007 e 2011, os objetivos estratégicos e as atividades do IBAP agrupar-se-ão em torno de 3 grandes eixos. O primeiro diz respeito a um reforço institucional, que garanta o reconhecimento jurídico e prático do papel do IBAP, enquanto peça essencial dos sistemas nacionais de gestão dos recursos renováveis. Diz também respeito ao financiamento durável do IBAP, nomeadamente através da criação de uma Fundação suportada por um fundo patrimonial, para além da procura de outros mecanismos de financiamento complementares.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

O segundo eixo centra-se no melhoramento da gestão das AP e na promoção de ações de desenvolvimento sustentável. Trata-se de: promover a gestão participativa, envolvendo todas as partes interessadas; elaborar e aprovar planos de gestão para cada AP; implementar um zonamento rigoroso com zonas de preservação estrita e áreas de desenvolvimento durável; garantir uma sinalização e uma fiscalização eficaz; investir na formação dos quadros do IBAP; identificar os custos de oportunidades perdidas e os impactos da fauna selvagem nas populações; apoiar as ONG e as comunidades locais que desenvolvam iniciativas de desenvolvimento sustentável (nomeadamente o ecoturismo), discriminando positivamente os mais fracos e desfavorecidos. Finalmente, desenvolver-se-ão atividades tendentes a expandir a rede de AP, quer através da classificação de novas áreas, quer através de estudos preliminares que identifiquem zonas de elevado interesse para futuras iniciativas.

O terceiro eixo estratégico foca, essencialmente, o conhecimento da biodiversidade e dos processos naturais e sua exploração pelo Homem. O IBAP adoptou uma estratégia de intervenções criteriosas, baseadas num sólido conhecimento científico das realidades. A monitorização ambiental, focada em espécies ou habitats sensíveis e emblemáticos, desempenhará um papel central na avaliação objetiva dos impactos e resultados das intervenções. Avaliação essa é um elemento chave da estratégia em causa. Estas mesmas espécies e habitats considerados prioritários serão, sempre que adequado, alvos de planos de acção e medidas específicas. A divulgação dos conhecimentos será feita, de modo diferenciado, ao nível dos decisores, ao nível de todas as partes interessadas na gestão das AP e ao nível da população em geral.



1.3. CONTEXTO, CONVENÇÕES E COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Não obstante a Guiné-Bissau ser um país de tamanho pequeno, a biodiversidade é de relevância mundial. Os compromissos assumidos pelo país relativamente à preservação da biodiversidade (nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica) deverão ser honrados, a bem da projecção da nação na comunidade internacional. Por seu lado, os parceiros do mundo desenvolvido têm a obrigação moral de apoiar, com recursos técnicos e financeiros, as iniciativas de conservação da nação guineense.

Após a assinatura e ratificação pela Guiné-Bissau das Convenções do Rio (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - CQNUMC, Convenção sobre a Diversidade Biológica – CBD e do Combate à Desertificação) nos finais de 1995 e tendo elaborada a sua primeira Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (EPANBD) em 2002, que consite em 12 objetivos estratégicos entre os quais se destacam i) Conservação da diversidade biológica e utilização durável de seus elementos e ii) Partilha justa e equitável das vantagens provenientes da exploração dos recursos genéticos. Durante a vigência desta primeira EPAN, esforços consideráveis, com vista à contribuir na redução do declínio da diversidade biológica de importância nacional, regional e mundial, foram depreendidos e resultados assinaláveis atingidos no país.

Todavia, o país reconhece outrossim, a necessidade de desenvolver ações para, por exemplo, uma melhor integração setorial e intersectorial da biodiversidade, propor e criar mecanismos para o pagamento de serviços ambientais e dos ecossistemas (pesca, florestas, turismo, energia, etc.), garantir a participação no mercado de Crédito de Carbono (REDD, REDD +), assegurar a formação e desenvolvimento contínuo de capacidades dos atores implicados, prospectar e propor novas fontes de energia, reflectir sobre a problemática da biodiversidade urbana, etc.

Nesse ordem de ideia, através da sinergia e esforço das instituições nacionais e internacionais residentes, o IBAP apoia-se na experiência das parcerias exemplares entre essas instituições e as ONG's nacionais e estrangeiras. Atualmente, o quadro de parceria compreende as instituições chaves intervenientes na esfera do ambiente, da conservação e da gestão dos recursos naturais, nomeadamente a Direção Geral do Ambiente, o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada – CIPA, a Direção Geral das Florestas e Fauna e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP. Esta parceria, vem-se consolidando ao logo do tempo com a presença de parceiros internacionais, caso da UICN, parceiro histórico, com ações de conservação e de desenvolvimento durável na zona costeira, a Fundação Internacional par o Banco d'Arguin – FIBA, especializada no apoio à gestão das áreas marinhas protegidas, o Banco Mundial, através do Fundo Mundial para o Ambiente – GEF para a consolidação das ações de conservação e de gestão dos recursos naturais e a Swissaid, pelo apoio ao desenvolvimento na base.



1.4. O PARQUE NACIONAL DE ORANGO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO

1.4.1. Principais marcos do seu processo de criação

O arranque do Programa da Reserva da Biosfera e a instalação Casa do Ambiente e Cultura Bolama-Bijagós (ambas beneficiando do financiamento Suíço através da UICN), coordenados pelo /CEATA/INEP, como componentes do processo de Planificação Costeira da Guiné-Bissau, no início da década de noventa, com os seus projetos constitui o marco inicial importante no processo de criação do parque. Esta ação foi possível ainda com a colaboração de estudos socioeconómicos (INEP-PNUD) para o desenvolvimento integrado e auto-sustentado da Região Bolama-Bijagós, assim como pelos estudos biológicos e faunísticos (CECI-DGFC). Estes estiveram na base de todos os processos posteriores destinados a criação da Reserva da Biosfera, da qual o PNO, é uma das principais zonas centrais.

No quadro deste processo, e com base nos resultados de diferentes estudos, socioeconómicos, antropológicos e faunísticos e do processo de negociação foi elaborado, nos meados da década de noventa, a proposta da criação do PNO. Nestes processos importantes foram a afetação de técnicos de forma permanente no parque, isto é, de técnicos da Planificação Costeira de um Assistente Técnico (UICN-Planificação Costeira) e animadores e colaboradores locais. Estes com o apoio da equipa de investigadores do INEP desenvolveram todo o processo que conduziu a elaboração desta proposta. Após a nomeação da RB pela UNESCO inicia-se o processo de oficialização (DGA, Planificação Costeira, DGFC) que culmina com o Decreto-Lei nº 11/2000, que oficializa então a criação do Parque Nacional de Orango.

A sua oficialização foi um corolário de um longo processo de consulta e negociação, na qual a valorização dos resultados de pesquisa, a utilização de métodos participativos nos processos para a tomada da decisão e a valorização do conhecimento tradicional foram, entre outros, muito fundamentais para a criação do PNO. Foi oficializado como parque nacional, com base na Lei Quadro das Áreas Protegidas, através do decreto nº 11/2000. É um dos primeiros parques criados na Guiné-Bissau.

Ainda, a criação do PNO esta associada da sua extrema importância internacional em termos de avifauna, pois é habitat para milhares de aves paleárticas e espécies afro-tropicais, tais como o papagaio cinzento (*Psittacus erithacus timneh*), o periquito massarongo (*Poicephalus senegalus*), a gaivina maior (*Sterna caspia*) e a gaivota (*Larus cirrhocephalus*).

A fauna animal mamífera apresenta como emblema o hipopótamo (*Hipopotamus amphibius*), único local no mundo onde os hipopótamos vivem em habitat marinho, os golfinhos *Sousa teuszii* e *Tursopsis truncatus*, *Tragelapus scriptus scriptus*, *Cercopithecus aethiops*, *Helioscirus gambianus gambianus*, *Aonyx capensis*, *Genetta spp*, *Herpestes paludinosus* e porcos domésticos bravos. A ordem Squamata é representada no PNO pela *Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricata*, *Lepidochelys olivacea*, *Dermochelys coriácea*, *Carreta carreta*, *Pelusio subniger*, *Python sebae*, *Dendraspis viridis*, *Bitis arietans*, *Varanus niloticus niloticus*, *Varanus exanthematicus* e *Crocodilo niloticus* (Mapa III).

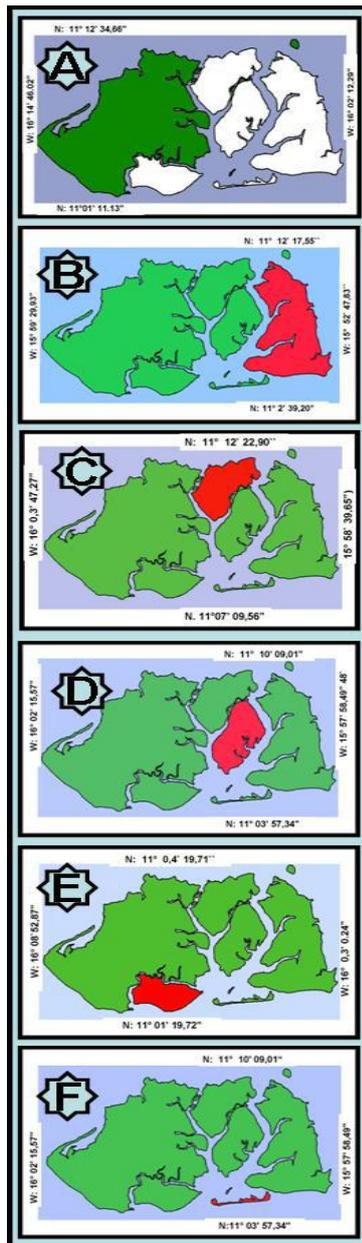
Por último, a criação do IBAP em 2004 e a o início da implementação do atual Projeto de Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira da Guiné-Bissau, veio a dar um novo impulso ao processo. Isto é, permitiu redinamizar o processo interrompido pelo conflito político-militar de 1998 e o término do

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

apoio crucial do financiamento suíço. As atividades recentes permitiram relançar a determinação das ações empreendidas antes e durante o período do conflito. Atualmente é passar a uma fase seguinte não só de consolidação das estruturas mas também de um desenvolvimento sustentado nas zonas de transição e fortificação e consolidação da Rede Nacional das Áreas Protegidas (RNAP) da Guiné-Bissau.

1.4.2. Localização geográfica e limites

A área geográfica do Parque Nacional de Orango, é parte integrante da região Bolama-Bijagós classificada como reserva da Biosfera pela UNESCO em 1996. Mais especificamente é uma das zonas centrais desta Reserva da Biosfera. Localizada a sudoeste desta área insular, é composta por inúmeras ilhas e ilhéus, salientando-se pelo seu maior tamanho as de Orango Grande (261 Km²), Canogo (63,2 Km²), Menegue (49,4 Km²), Orangozinho (14,8 Km²) e Imbone (33,4 Km²), contendo no entanto cada uma, em termos de habitats, fauna e flora a sua especificidade.



A ilha de Orango (Mapa 3, A), a oeste do complexo de ilhas que forma o Parque, com cerca de 26.107 ha de superfície na maré baixa, é uma das maiores Ilhas do Arquipélago Bolama-Bijagós. Na Maré alta a sua superfície experimenta uma redução de cerca de 40 %, pois que, as áreas de banco emersos na maré baixa e de Mangal, ocupam cerca de 10.000 ha ficam submersos na maré alta. Ilha de Orangozinho, em Bijagó Ametite (Mapa 3, B), localizada a leste do parque tem uma superfície de cerca de 14.837 ha na maré baixa, a qual diminui em cerca de 60 % na maré alta. Ilha de Canogo (Mapa 3, C) encontra-se localizada na parte Norte do parque entre as ilhas de Orango grande a oeste, Orangozinho a leste e a ilha de Menegue a Sul. Tem uma superfície de cerca de 6.319 ha na maré baixa, que se reduz em cerca de 30 % na maré alta. Ilha de Menegue (Mapa 3, D) localiza-se a Sul de Canogo, entre Menegue a Norte, Orangozinho a Leste e Orango Grande a Oeste.

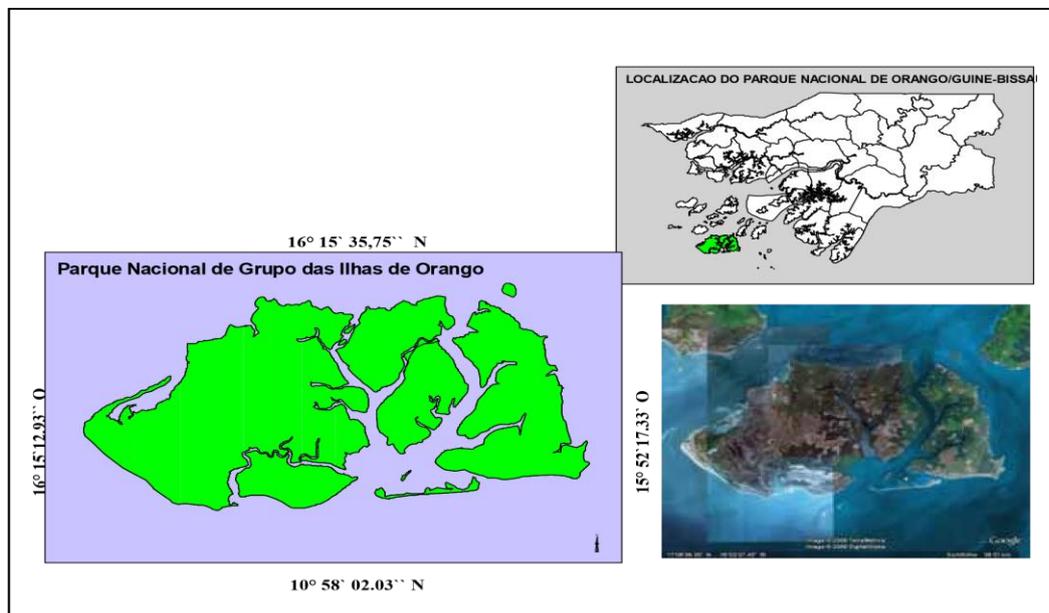
Tem uma superfície de cerca de 4600 ha na maré baixa e que se reduz em cerca de 60 % na maré alta. Ilha de Imbone (Mapa 3, E), com uma superfície de cerca de 1996 ha na maré baixa e que se reduz em cerca de 5 % na maré alta. Ilha de Adonga (Mapa 3, F) que é uma ilha barreia, formada por um longo cordão arenoso localizada na parte sul do parque, com uma superfície de cerca de 1500 ha e que se reduz em cerca de 6 % na maré alta. A sua localização leva a formação de um extenso lago no interior Sul do parque.

Mapa 2: Localização das Ilhas do PNO
(Fonte: PG – PNO, 2008)

Alguns ilhéus são ainda a assinalar, como a de Acapa-Imbone, Ancurum, Anabena, Amenopo, Canuopa, Anabaca, Adagar, Anhetibe etc... muito pequenos em termos de superfície, mas importantes para

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

algumas espécies presentes no interior do parque. Estas são em geral propriedade das tabancas próximas localizadas nas ilhas maiores, algumas das quais incluem áreas sagradas das respetivas tabancas proprietárias,



Mapa 3: Localização de PNO (fonte, PG – PNO, 2008)

Zonas de Recenseamento no PNO



Mapa 4. Parque Nacional das Ilhas de Orango (PNO) com tabancas

O limite externo do PNO, localizado na sua zona marinho-aquáticos, é marcado pela isóбата de 10m de profundidade. A sua área total é de cerca de 1.582,35 Km², sendo destes 576,9 Km² parte terrestre e 1.001 Km² parte aquática. Salienta-se ainda as áreas de Mangal que cobrem cerca de 173,5 Km² (isto é cerca de 30 da superfície terrestre) e os bancos vasosos e arenosos com cerca de 135,6 Km² (isto é cerca de 24 da superfície terrestre, o que na realidade indica uma oscilação da superfície terrestre entre



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

a maré baixa e alta prospectivamente de 267,5 para cerca de 576,9 Km², isto é um aumento de superfície de quase 50, 4 %. A sua maior extensão no sentido N-S e no sentido E-O é prospectivamente de cerca de 35 km e 50 Km.

1.4.3. Os objetivos da criação do PNO

O objectivo principal da criação do PNO é o da manutenção e conservação da Biodiversidade dentro dos limites do parque, concretamente das espécies e dos ecossistemas nelas presentes, assim como dos processos ecológicos fundamentais a elas inerentes. Sendo uma zona central, de uma área de importância internacional, deverá igualmente contribuir, para a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas a nível nacional, sub-regional e internacional. Em especial deverá criar condições para que as espécies ameaçadas, nela presente tenham as suas áreas críticas preservadas e possam desenvolver de formar a criarem populações estáveis e duráveis, inclusive capazes de povoar nas áreas vizinhas. Deverá contribuir em geral, integrado na rede de áreas protegidas, para a conservação da biodiversidade costeiras e nacional.

Segundo o decreto³, os objetivos específicos para o qual foi objeto da criação do PNO, são essencialmente os seguintes:

1. A Preservação, conservação e defesa dos ecossistemas inalterados do grupo de ilhas de Orango;
2. A salvaguarda das espécies de animais e vegetais e dos habitantes ameaçados;
3. A conservação e recuperação dos habitantes da fauna migratória;
4. A promoção do uso ordenado do território e dos seus recursos naturais de forma a garantir a continuidade dos processos evolutivos;
5. A defesa e promoção das atividades e formas de vida tradicionais das populações residentes não lesivas ao património ecológico;
6. A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das comunidades residentes de forma que não prejudique os valores naturais e culturais da área.

No caso específico das aves, encontrando-se integrado numa rede natural de zonas de invernagem, deverá conservar e melhorar as suas características, não só para acolher colónias de nidificação, mas igualmente para garantir a produção necessária a manutenção das zona de alimentação destas. Da mesma forma deverá proceder com os demais recursos móveis, como as tartarugas marinhas, os delfins, etc. de certa forma considerados recursos partilhados. Nas suas áreas marinho-aquáticas estes objetivos se ampliam, aos de uma parque marinho, que é, essencialmente, a função da manutenção e a conservação de zonas sensíveis para algumas espécies marinhas e haliêuticas, inclusive garantindo a reprodução e o crescimento destas e o seu recrutamento para outras áreas do arquipélago, garantindo assim não só o seu repovoamento como ainda o exercício da atividade de pesca.

Deverá igualmente estar em medida de garantir um desenvolvimento socioeconómico, harmonioso e sustentado das populações no interior do parque, possibilitando não só um uso sábio e planificado dos recursos, como ainda valorizando o conhecimento e o saber tradicional, sobretudo em matéria de gestão do espaço e dos recursos. Nestes deverá estar a altura e superar os conflitos e contornar as

³ Decreto-Lei N° 11/2000, cria o Parque Nacional do Grupo das Ilhas de Orango, Boletim Oficial, N° 49 de Segunda-feira, 4 de Dezembro de 2000.



ameaças atuais e futuras (ver capítulo 5). Aliás, nestes se devem inspirar os fundamentos políticos da gestão do parque.

1.4.5. Governança, política externa, estrutura de gestão e principais atividades

A estrutura atual do parque é composta por um Diretor (Conservador) que é apoiado nas suas atividades por uma estrutura de guarda parques compostas por sete (7) elementos, cinco (5) marinheiros e uma animadora e uma (1) senhora de limpeza. Os trabalhos destes são apoiados por um órgão deliberativo o Conselho de Gestão do Parque um órgão consultivo, a assembleia do parque. O Conselho de Gestão do Parque é constituído por representantes das tabancas, ONG, administração local e representante de algumas instituições nacionais, o qual segundo os estatutos deve aprovar não só o seu plano de gestão, como o seu orçamento e o seu programa anual. De momento esse órgão consultivo é composto por ----- (----) elementos permanentes com um acordo prévio em caso da substituição.

As principais atividades do parque são essencialmente na base de seguintes aspetos fundamentais:

1. Monitoria e seguimentos de espécies, essencialmente da avifauna, das Tartarugas Marinhas e do Hipopótamo;
2. Fiscalização em especial das atividades de pesca e pesca desportiva no interior do parque, assim como as atividades de ecoturismo;
3. Animação e sensibilização sobre a necessidade de conservação dos recursos do parque em qua a população possam apropriar-se deles como os beneficiarios diretos;
4. Animação e apoio a gestão de iniciativas de desenvolvimento local;
5. Promoção de desenvolvimento o iniciativo recreativo gerador de rendimento nas comunidades em prol de um desenvolvimento sustentável e menos nocivo ao meio ambiente;
6. Promoção das iniciativas socioculturais de reflexão e recreativo dos jovens das diferentes comunidades através de intercâmbios periódicas.

1.4.6. Infraestrutura e equipamentos

O parque possui uma sede, munido com uma casa de passagem, uma habitação para o diretor do parque, um “bentem” e quatro (4) postos de guarda em Anghôr, Ancopado, Imbone e Amupa pelo qual apenas de Imbone é que funciona. A sede é composta por uma sala para os técnicos, uma sala de exposição e uma sala de Guarda-parques. O sistema elétrico e de água, instalados na sede, ambos serviços, com avaria nesse momento. Todas estas infraestruturas, construídas na sua totalidade em adobe, não só carecem de trabalhos profundos de manutenção e como ainda devem merecer um tratamento profundo contra os ataques de “baga-baga” (formiga branca), como fi referido no 1º Plano de gestão. O parque ainda dispõe de uma motorizada de três rodas (motocar), mas avariada e duas vedetas rápida todos apesar de algumas carências de manutenção encontram-se em estado operacional.

SEÇÃO II: CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE ORANGO (PNO)

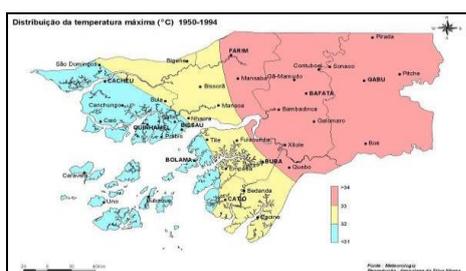
2.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

2.1.1. Clima

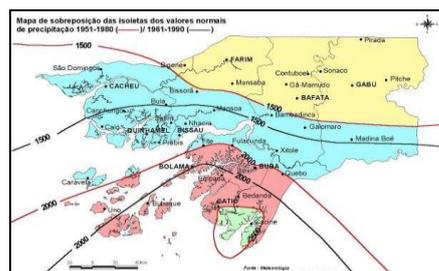
O clima é do tipo sub-guineense húmido. O estação chuvoso é mais longo que a das secas e pode durar entre cinco (5) a seis (6) meses (Maio a Novembro), dependendo das variações pluviométricas inter- anuais. Em geral a média pluviométrica anual, situa-se acima dos 1800 mm, a sua distribuição espacial e temporal é muito irregular, com uma maior concentração entre Julho a setembro.

A humidade relativa anual é de cerca de 78 % e a sua variação está muito ligada a natureza dos ventos: os de NE são muito secos e predominam na época seca; os de SW, são muito húmidos e predominam na época das chuvas. A media anual da temperatura é de 27°, verificando-se dois máximos, respectivamente em Maio e em Novembro e duas mínimas respetivamente em dezembro e em Agosto (ver quadro 1). No Arquipélago a amplitude das variações é mínima e é muito influenciada pelos oceanos. O Balanço hídrico¹¹, mostra um défice de água entre Novembro a maio, e espelha, sobretudo, a relação e a evolução combinada (no espaço e no tempo) da evaporação e das pluviometrias.

A distribuição das isoéetas e das temperaturas no território nacional, mostra claramente que as ilhas do parque se localizam nas zonas mais húmidas e mais frescas do país. Este facto deve-se em parte a influencia oceânica sobre a zona costeira da Guiné Bissau e em especial sobre o arquipélago Bolama/bijagos



Mapa 5



Mapa 6

Mapa 5 e 6: Distribuição Anual da pluvimetria e a temperatura no território da Guiné-Bissau

2.1.2. Geologia e geomorfologia

Em termos geológicos predominam formações de cobertos e mascarados pelos bancos e coroas (ou couraças) normalmente descobertos a baixa-mar e pelos cordões litorais (caso do sul de Orango, Imbone e Orangozinho) incluindo dunas mais ou menos consolidadas. Os bancos são originados pêlos depósitos de vasa fina e areia de origem marinha e/ou fluvial (Teixeira, 1962). O substrato arenoso é dominante sobretudo nas ilhas maiores Orango e Orangozinho e molda o tipo de vegetação mais



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

representativo nestas ilhas, isto é, as savanas herbáceas, as quais são essencialmente localizados sobre solos arenoso. Enquanto o substrato vasoso é essencialmente dominante nas zonas inter-ilhas, onde serve de suporte as formações do Mangal.

Fazendo parte da planície litoral, as ilhas do complexo de Orango não apresentam um relevo expressivo, isto é, a superfície da parte terrestre é quase plana, monótona ou apresentando ondulações leves e pouco expressivos. Estas ondulações são mais expressivas no Sul do Complexo marcadas pela acumulação de depósitos marinhos e pela formação sucessiva de cordões arenoso (formações do quaternário) incluindo dunas e zonas interdunares sobretudo no litoral Sul do complexo. As dunas chegam a atingir em alguns pontos alturas consideráveis. Em geral a média das altitudes se situam entre os 5 e os 10 metros, sendo as máximas entre 20 a 25 metros e diminuindo sentido N-S. As zonas mais altas se localizam no Norte de Orango (onde chegam a atingir os 25 m), em Canogo (onde chegam a atingir os 23 m).

Na linha de costa, áreas muito recortadas por rios e braços de mar, se alteram com as praias muito longas. Em geral, a área marinho-aquática que contorna as ilhas dentro do perímetro do parque, não excedem as isóbatas dos 10 metros. Esta zona rasa entende-se a sudeste (SW) formando os Baixos de Orango, os quais são muito importantes como zonas de pesca das sereias. A dinâmica hidro-sedimentar do complexo das ilhas de Orango só pode ser compreendida considerando a sua localização em relação ao estuário do Rio Geba e a evolução das marés e correntes marítimas (**Mapa 3**).

Na costa salientam-se as zona dos bancos e vazas e as áreas inter-marés. Os bancos ocupam uma superfície de cerca de 13 563 ha. O aumento do tamanho destas ilhas na baixa-mar, demonstram a importância das zonas interditas que é também uma zona de transição entre o mar e a terra firme (Teixeira, 1962)⁴. Ainda segundo o mesmo autor, esta encontra-se, em boa parte, coberta pelo Mangal, que em termos de superfície, o tamanho da densidade pode ser considerada o maciço das mais importantes do arquipélago. Estima-se que cobre cerca de 17 000 há, isto é, mais ou menos, cerca de um terço da área do mangal do arquipélago).

Por se situarem na plataforma e próximo da costa, toda a sua área aquática ainda pode ser considerada como parte das águas interiores e sofrem da influência dos sistemas de estuarinos, dos inúmeros rios que recortam a costa da Guiné-Bissau e em especial do Rio Geba. A dinâmica marinha varia segundo a localização da zona. A corrente das mares simi-diurnas, as derivas litorânicas e o efeito de estuário são os factores que influenciam em maior grau a cinemática da zona, que no complexo é dominada em geral pela acumulação de sedimentos. A vasa, é igualmente originada por depósitos recentes, acompanhando a oscilação do nível do mar e formados essencialmente por sedimentos marinhos e fluviais. Estes depósitos quando cobertos pela vegetação esta é essencialmente constituída por espécies características do Mangal. Nos rios interiores (Rios de Anabaca, Anbudugúi, Tombato, Anibindune, Ancabengariné, de Andonga e Rio Ancarosso e a todo o Norte do Ilhéu de Adonga) que separam as ilha, predomina a dinâmica fluvial, com acumulação considerável de sedimentos areno-vasosos.

⁴ Segundo Teixeira (1962) a Guiné Bissau, no ponto de vista geológico, encontra-se numa zona de transição entre o maciço paleozóico do Futa Djalon e o golfo cretáceo e terciário do Senegal. As NW W a linha de transição entre estes e disposta no sentido NNE a SSW encontram-se faixas sucessivas mais ou menos paralelas do Cretáceo Superior (Porto Gole), do Paleoceno (Farim, Mansaba e Mansoa), do Oligoceno (Leste de Bijene, Bissorã e Nhacra) e do Mioceno (todo o litoral a Oeste de Bigene, Nhacra, Cidade de Bolama, Madina de Baixo e Ilha de Como).



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

As fácies dominantes resultantes desta dinâmica nas zonas inter-marés são vasosas, ou arenovasosas, na parte Norte e no interior do complexo das Ilhas de Orango, isto é, nos espaços inter-ilhas (ver **mapa 3**), nas quais se assentam um coberto vegetal dominado pelo Mangal. Já a parte do exterior deste complexo de Ilhas, assim como a sua parte Sul é dominada pelas fácies arenosa.

A parte central da zona Sul do Complexo de Orango ainda experimente uma dinâmica costeira intensa, da qual não só resultam canais profundos, como ainda extensos cordões arenosos como é o caso de Acapa, Acapa Imbone, Adonga, como ainda zonas de erosão, estes ajudam no entanto a estabilizar a costa e a atenuar os efeitos das ondas, mares e correntes marítimas, assim como originam a formação de lagunas extensas, e pouco profundas. Em quase toda a sua parte sul, estes cordões arenosos (bancos), contribuem para a estabilização da linha de costa. Resultante desta dinâmica é a considerar a erosão da Ponta de Eturara que teve um recuo de quase duas centenas de metros, e a acumulação progressiva da vasa na parte interior da Ilha de Adonga e no entorno do Ilhéu de Canuopa, que é atualmente objeto de uma colonização progressiva do Mangal. Este é igualmente o caso do banco de Acapa-Imbone, cujo perfil, superfície e altitude da parte emersa, varia periodicamente.

Os bancos areno-vasosos do exterior e interiores são usados para a colecta de mariscos, em especial do combé ("*Anadara senilis*"), lingron (*Tagelus adansonii*), gandi (*Pugilina morio*) e Cundjurbedja (*Cymbium glans*). Já os braços do mar os rios, são utilizados como via marítima, para a pesca e a exploração das ostras (*Crassostrea gaser* e *Crassostrea tulipa*),. Fácies rochosa não é expressiva e são constatadas só em algumas pontas, como a Ponta Anamina (à Sul de Orango), a Ponta do Fanado das Mulheres (à Sudeste de Orangozinho), a Ponta Ancabia (à Norte de Canogo), e as Pontas Anabaca, Améró, Angunda e Caneconta (à Norte de Orango Grande) e a Ponta Canero (à oeste de Orango Grande).

Enquanto as praias do Sul de Adonga indicam uma certa estabilização, as do sul de Orangozinho apresentam indícios consideráveis de erosão. São notórias saliências rochosas, nas zonas rasas a sudeste de Orangozinho. A Sudeste de desta Ilha, a partir da Ponta do Fanado das Mulheres, salientasse também uma zona de coroa, que se prolonga ao longo do canal de Orangozinho. As zonas mais profundas se localizam no entorno do parque e é constituído pelo Canal Diógo Gomes⁵ a Norte e a Noroeste (entre Uno e Orango Grande) e o canal do Comodoro⁶ entre a Nordeste do Complexo, entre o Ilhéu dos mosquitos e Bubaque.

No interior das ilhas a Zona mais profunda é a do canal que passa próximo do Ilhéu Acapa-Imbone e se prolonga no interior do complexo, sobretudo o espaço entre o Ilhéu de Adonga, a Ponta Eturara em Imbone, Ponta Amunhendo, Ponta Anassungui a entrada do Rio Tombato. Próximo deste ultima um pequeno banco encontra-se em formação em forma de barreira, o que poderá no futuro originar um assoreamento maior do Rio Anubudugú. Dados sobre a salinidade a turbidez e a temperatura das áreas marinho-aquáticas não foram observadas na literatura mais recente do parque. Mas toda a área do arquipélago é banhada nas chuvas pela água de inúmeros estuários, que provoca uma diminuição do teor em sal. Sendo as águas muito rasas, a temperatura não são consideráveis, apesar do encontro ao largo entre a corrente fria dos Açores e quentes provenientes das zonas equatoriais.

⁵ - Profundidade entre acima de 50 metros

⁶ Profundidade entre os 20 e os 50 metros.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Um outro factor não menos importante na compreensão das zonas insulares é a insularidade. Este factor espelha, em certa medida, o grau de influência do mar e dos fenómenos marinhos sobre estes territórios, e que não se resumem unicamente aos aspetos físicos, como também aos socioeconómicos relacionados as ilhas e a sua gente. A insularidade é em geral expressa por índices resultantes da relação entre o cumprimento da linha de costa e a superfície de uma determinada ilha. Por exemplo o Índice de Insularidade de Miller a que o **Mapa 5 e 6** faz referência, é a relação entre o cumprimento da linha de costa e a superfície de um círculo com perímetro equivalente ao cumprimento da linha de costa da respetiva ilha.

Na parte terrestre são os solos ferralíticos e fersialíticos⁷, os solos arenosos e os solos halohidromorfocossão dominantes. Os solos ferralíticos são entre outros caracterizados por serem solos minerais com horizontes A e B pouco diferenciados, reserva mineral fraca, predominância de minerais de argila tipo 1:1 e capacidade de troca catiónica muito baixa.. Os fersialíticos dispõem de horizontes ABC, nelas predominância de minerais de argila tipo 1:1 mas são igualmente constatados os do tipo 2:1e a capacidade de troca é maior do que os ferralíticos. Em ambas os horizontes superficiais são arenosos e contrastam com os horizontes subjacentes em que as proporções da argila são muito maiores. São em geral de acidez media a forte. Os solos ferralíticos e fersialíticos são característicos das zonas tropicais e sedimentamse pela sua fraca fertilidade e tendências erosivas sobretudo quando não dispõem de uma cobertura vegetal protectora. Em geral tem como cobertura as florestas secas (densa ou aberta) e as savanas arbóreas. São estes os tipo de solos os mais utilizados na agricultura praticada pela população do complexo das Ilhas de Orango.

Os regossolos psamíticos são igualmente solos minerais, predominantemente arenosos e profundos sem horizontes expressos. Eles correspondem as formações arenosas do litoral são igualmente presentes e parecem essencialmente resultar dos depósitos marinho e é igualmente representado por dunas antigas, mais ou menos consolidadas, muitas vezes assentes sobre depósitos vasosos. Estes predominam sobretudo na parte sul do Complexo, em especial nas ilhas de Orango e Orangozinho. Nas zonas de depressão e quando sujeitos a inundações na época das chuvas, estes são pontualmente aproveitados para a orizicultura de bolanha. Estes solos salientam-se pelo seu coberto vegetal constituído essencialmente por savanas herbáceas e arbóreas e por serem boas aquíferas.

Quando cobertos por uma savana arbórea predominam nestes as “tabacumbas” (*Parinari macrophylla*). Nas áreas inter-marés predominam os solos halo-hidromorficos, que se diferenciam pela sua origem em solos hidromórficos continentais ou derivados de aluviões marinhos. Estes dependendo da sua localização, são muito influenciadas pela dinâmica fluvio-marinha, que determinam o tipo de substrato que lhe é dominante. Em alguns casos apresentam elevadas concentração de matéria orgânica, mas que não os inclui nos solos orgânicos. Estão igualmente sujeitos a hidromorfia permanente. Os efeitos destas dinâmicas sobre estes solos foram descritos mais acima.

2.1.3. Hidrologia

⁷ - Nestes os solos de sesquióxido de alumínio e ferro são elevados. A diferenciação entre estes grupos de solo, pode ser efetuada a partir do grau de saturação dos horizontes B e C, grau de decomposição dos resíduos orgânicos e com a quantidade de precipitação.



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

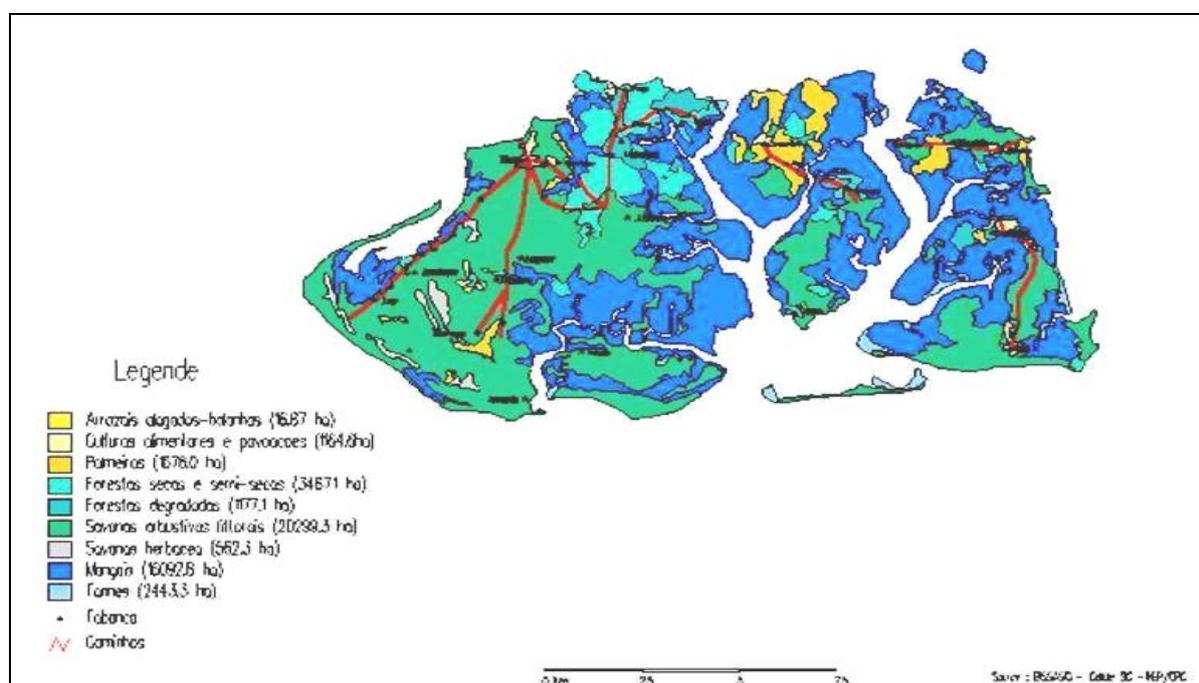
Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Característico neste complexo são os braços de mar que separam as ilhas uma das outras ou mesmo que penetram frequentemente da costa para o interior das ilhas, formando meandros muito complexos, ladeados nas suas margens pela vegetação do Mangal. Os braços de mar penetrantes são pouco frequentes na parte Sul das ilhas, onde predominam as praias muito longas e pouco recortadas. Em geral estes braços de mar sofrem a influência permanente das marés salgadas e só nas chuvas, conseguem volumes consideráveis de água doce provenientes dos escoamentos superficiais e das lagoas. Salienta-se no sul das ilhas a formação de lagoas temporárias originadas pela acumulação das águas das chuvas nas depressões (ou nos espaços inter-dunares). Estas são frequentemente encontradas nas Áreas do Sul do Parque e nelas são característicos a presença de avifauna, Hipopótamo e repteis.

2.2. CARACTERÍSTICAS BIOLÓGICAS E ECOLÓGICAS

2.2.1. Flora e formação vegetais

Lista no **Quadro 6 do Anexo III** se apresenta as principais espécies vegetais recenseadas no parque, algumas das quais de importância confirmada na farmacopeia tradicional, artesanato local e na produção de objetos sócio religiosos. O trabalho de inventariação é ainda incompleto e deve ser progressivamente efetuado. Por exemplo espécies vegetais aquáticas são pouco conhecidas além do mais os inventários até aqui efetuados se limitaram as zonas de maior acessibilidade. Falta por isso fazer um inventário exaustivo sobretudo nos ilhéus isolados e pouco influenciadas pelas atividades humanas onde eventualmente existem maiores chances de descobrimento de novas espécies.



Mapa 7: Ocupação dos Solos nas Ilhas do Complexo de Orango

A diversidade florista é expressa pela grande variação do coberto vegetal. As formações vegetais são muito variadas e moldam a paisagem e conferindo característica particular a cada ilha. Mas, as formações vegetais mais representativas da paisagem nos limites do PNO, são:

- O Mangal e as “laldas” de Água Salgada: O Mangal cobre em geral os depósitos vasosos e fluviais, da margem de rios, rias e braços de mar, periodicamente afectadas pelas marés salgadas. Nelas podem ser encontradas entre outros a *Rhizophora racemosa*, *Avicennia nitida*, *Laguncularia racemosa* e *Conocarpus erectus*. As “laldas de água salgada”, onde predominam as halófitas herbáceas e/ou rasteiras dominadas por gramíneas halófitas, confinam com o Mangal, podendo apresentar peladas isto é nuas de vegetação em consequência de excessos de sais ou afloramentos de couraça

A sanava arbórea, arbustiva (sobretudo as savanas arbustivas litorânicas) ou herbácea (as laldas), são as formações que dominam sobretudo em Orango Grande no Sul de Orangozinho. Em geral ocupam os



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

solos arenosos muito predominantes nas Ilhas do parque. As “Lalas”, ocupam as zonas de depressão, muito mal drenadas, pelo que em geral, não apresentam árvores nem arbustos, mas sim predominantemente um estrato herbáceo onde as gramíneas são predominantes.

- Os palmares naturais, dominado pela palmeira (*Elaeis guineensis*), atingindo densidades enormes no centro e no Norte ilha de Canogo.
- A floresta secas (densa e aberta) e semi-secas, que parece ser um povoamento secundário em que se reconstitui de forma permanente dos efeitos dos desbravamentos agrícolas e das queimadas. Áreas menos frequentemente aproveitados o povoamento é em geral muito denso.

Em geral, o palmar natural, as florestas secas e semi-secas a savana arbórea e herbácea (“lalas”) dominam a paisagem da parte terrestre. Os primeiros são extremamente densos, por exemplo na ilha de Canogo e Meneque, os segundos, dominam em Orango Grande e Orangozinho. Ver em **Anexo II** a ocupação do solo e a distribuição do coberto vegetal das principais ilhas do complexo de Orango.

Quadro 2, dá uma ideia sobre a repartição e distribuição relativa da ocupação do solo coberto vegetal da superfície terrestre no PNO e nas principais ilhas que o compõem. Nela é de notar a especificidade e a importância da proporção relativa de algumas formações vegetais no coberto vegetal dessas ilhas. Por exemplo a importância relativa do Mangal é considerável em todas as ilhas atingindo no entanto superfícies muito consideráveis na ilha de Orango (cerca de 30 %) e em Orangozinho (cerca de 69 %). O PNO alberga cerca de 43 % da superfície total do Mangal do Arquipélago Bolama-Bijagós.

O Mangal encontra-se num bom estado de conservação. Verifica-se inclusive uma progressão em algumas áreas, devido sobretudo a colonização de zonas de acumulação de Vasa pela Rizophora. Este é, por exemplo, o caso da área localizada entre as Ilhas de Canuopa, Adonga e a ponta Acabangôna de Orangozinho, na qual o Mangal vem cobrindo áreas cada vez mais importantes, acompanhando o processo de acumulação da vasa e o crescimento da Ilha de Adonga.

Os ecossistemas do Mangal são reconhecidas pelas suas funções de proteção da costa, produção de biomassa que sustentam cadeias alimentares muito complexas e que servem de base a produção biológica marinha costeira. Os produtos do Mangal servem de base a inúmeras actividades económicas das populações costeiras, salientando-se entre outras a atividade de pesca e de coleta de moluscos, crustáceos e frutas, a produção de madeira, mel, e sal. Algumas destas atividades são muito importantes na expansão da base de rendimento das famílias e em especial das mulheres.

As áreas de Mangal são em geral, protegidas pela gestão tradicional. Áreas importantes deste ecossistema encontram-se localizados nas zonas centrais, isto é no coração Parque. Não lhes é concedido nenhum estatuto especial e nem tão pouco se lhes aplica medidas específicas de gestão e por conseguinte não estão sujeitos a quaisquer medidas mais específicas de gestão. Este ecossistema confere um valor paisagístico imensurável a quase toda a orla costeira das ilhas que compõem o parque e em especial, nos espaços entre as ilhas e ao longo de rios e rias. Lenha e madeira do Mangal são muito procurados respectivamente para a fumagem do pescado e como material de construção. O desmantelamento dos inúmeros acampamentos no interior do parque, originou uma diminuição da pressão sobre estes recursos florestais.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

O Palmar natural é também um elemento característico da paisagem de algumas zonas do complexo e em especial, das ilhas de Canogo (palmar denso:1.279,9 ha; palmar pouco denso: 67,2 ha), Menegue (palmar denso: 284,7 ha; palmar pouco denso: 147,9 ha), e Orango Grande (palmar denso: 1.686,6 ha; palmar pouco denso: 1.448,7 ha). Nestas ilhas ele atinge a sua expressão máxima na paisagem, conferindo-lhe as suas características e expressões mais naturais e o seu valor estético. É de realçar em alguns trechos a enorme densidade destes e o porte que conseguem atingir.

A savana, nas suas variantes savana arbórea, savana herbacea sobre solos arenosos e as “lals” representando um valor estético particular e característico nestas ilhas, aqui contribui igualmente para a estabilização dos solos arenosos e das dunas. Na savana arbórea predominam a *Daniellia oliveri* e a tambacumba, *Parinari macrophylla*. São relativamente muito representativos em Orango Graande, Menegue, Adonga, Orangozinho e Imbone. Salienta-se algumas manchas de floresta alta e densa, cuja extensão e composição em termos de espécie são pouco conhecidas. Estas no entanto parecem ser habitats muito importantes para algumas espécies de aves locais e residentes salientando-se nestes o caso do papagaio cinzento. Estas em geral coincidem com alguns trechos das áreas sagradas das diferentes ilhas e/ou com alguns ilhéus não habitados.

Estas formações em geral predominam na paisagem e compõem os principais habitats terrestres do parque. As Ilhas do parque conservam uma certa especificidade florista e que advém entre outros e sobretudo das condições dos seus respetivos solos, a extensão das zonas intertidais e a influencia das atividades humanas, em especial as atividades agrícolas. Na Ilha de Orango Grande, as condições edáficas, muito determinadas pelos depósitos arenosos do quaternário, condicionam em grande parte a vegetação que é dominada pela savana herbácea e arbustivas litorais (ver Mapa 4, 6 e 9), que ocupa cerca de 50 % da superfície emersa da ilha.

Nas zonas inter-marés domina o Mangal, o qual cobre cerca de 6.500 ha, isto é cerca de 30 % da superfície emersa da Ilha de Orango (ver quadros do Anexo I). Áreas de Floresta secas, semi-secas ou degradadas são sobretudo a observadas na parte Norte da ilha, isto é, toda a extensão de superfície entre os Rio Etenetunqué e do seu afluente o Rio Anodagumo, Rio Anguina, Rio Ancababo, Rio Canecai e Rio Ancaiuano até a proximidade da Aldeia de Etiogo e de Bijante, onde estes dão lugar a uma savana quase arbustiva, que na costa é substituída por uma faixa de Mangal.

Na Ilha de Orangozinho a vegetação é dominada pelo Mangal e pela savana herbácea e arbustiva, que cobrem respectivamente 66 % e 23 % da superfície da ilha (ver quadros do Anexo I). . Toda a sua parte sul a partir do Rio Capacanegui (Rio de Uassa) é dominada pela savana arbustiva na qual predomina a Tabacumba. Em si a ilha é recortada por inúmeros braços de mar ladeados por extensas áreas de Mangal. Este é o caso do Rio Ambaque a Norte, do Rio Capacanegui ao Centro, do Rio Amuja a Noroeste e do Rio Canecapane (Rio de Uite) a Nordeste. Unicamente a Noroeste da Ilha podem ser encontradas manchas consideráveis de palmares naturais, mas que para o tamanho da Ilha são de certo modo em termos de superfície pouco significativos, mas que constituem um nicho de grande valor ecológico.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

A Ilha de Imbone predominam as savanas que cobrem cerca de 65 % da superfície da Ilha (**ver quadros 6 do Anexo III**). . Estes são essencialmente encontrados sobre os cordões arenosos. Nas depressões entre estes cordões são encontrados manchas de palmares como de mangais, mas denota-se um predomínio dos segundos, os quais chegam a cobrir cerca de 20 % da superfície da Ilha.

A Ilha de Canogo é quase completamente contornada por áreas de Mangal, os quais cobrem uma área de 2.300 ha (cerca de 53 da superfície emersa da ilha). Todo a parte central da ilha encontra-se coberto por palmares naturais muito densos e de grande porte, a excepção da sua parte sudoeste, onde é substituído pela savana arbustiva. Os palmares densos cobrem cerca de 30 % da superfície dallha. (**ver quadro 6 do Anexo III**)

Ainda segundo os dados do mesmo quadro, na ilha de Meneque é o Mangal e savana herbácea que dominam a paisagem cobrindo respectivamente 55 % e 32 % da superfície desta ilha. A savana herbácea e arbustiva cobre quase 70 da sua superfície da ilha de Acapa, salientando-se no entanto a progressão de uma mancha de Mangal na Sua parte Norte mais protegidas. Um trabalho de actualização, em relação a ocupação do solo e composição florística das diferentes formações vegetais presentes no interior do PNO e é pertinente e necessário.



2.2.2. A fauna e a diversidade faunística

No quadro 5 do Anexo III, se apresenta a listas de espécies de fauna observadas no interior do parque. Salienta-se que trabalhos de investigação e de inventariação não são ainda conclusivos sobretudo para os repteis, os insetos, fauna aquática em geral e a micro-fauna. Esforços consideráveis devem ainda ser efetuados em termos de inventariação⁸ e classificação da fauna existente no interior do parque. Salienta-se igualmente que dado a sua extensão, a excepção da avifauna, ainda não se conseguiu recensear, os principais pontos de concentração de algumas espécies presentes no parque. Até agora pouco conhecimento se tem sobre o tamanho das suas populações e pouco se conhece em geral sobre os seus hábitos e preferenciais.

Em todo a extensão do parque a diversidade animal encontra-se presente, mas com uma concentração maior na parte sul do complexo. Nestas importa salientar algumas espécies e/ou grupos de espécies, pela sua importância como espécie carismática, emblemática ou mesmo espécie chave no parque ou nos seus recetivos ecossistemas.

2.2.2.1. Peixes, moluscos e crustáceos

Cerca de uma centena de espécies são conhecidas como espécies de peixes⁹ que frequentam as águas do parque (ver lista em Anexo II). Dado as características do seu espaço marinho-aquático, nela podem ser encontrados espécies dos meios lagunares, estuarinos, marinhos e mesmo espécies características de água doce. Toda a extensão marinho-aquática do parque pode ser considerada um importante viveiro para os recursos haliêuticos e zona de recrutamento para algumas espécies de peixe de grande valor comercial, salientando-se entre outras a tainha (*Mugil sp*, *Liza sp*), as Sardinhas e Sardinellas (*Ilisha africana*, *Sardinella sp*), o “Bagre” (*Arius sp*), os Meros e as Garoupas (*Serranus sp*, *Epinephelus sp*, *cephalophalis sp* e *Micteroperca sp*), as “Bicas e espécies afins (*Lutjanus sp*), os Lírios ou “Sereias”, (*Caranx sp*, *Lichia sp*, *Memicaranx sp*, *Chloroscombrus sp*, *Selene sp*, *Trachinotus sp*, *Decapterus sp*).

De entre as espécies presentes muitas são espécies protegidas ao nível nacional e internacional como o “Tubarão-martelo” (*Sphyrna sp*), tubarões e espécies afins (*Rhizoprionodon sp*, *Carcharhinus sp*, *Galeocerdo sp*, *Prionace sp*). Nas suas zonas inter-marés são colectados diferentes espécies de moluscos, que actualmente, são objectos de uma actividade económica de importância considerável sobretudo para as mulheres colectoras e videiras. Entre estes salienta-se sobretudo o “combé” (“*Anadara senilis*”), a ostra (*Crassostrea gaser* e *Crassostrea tulipa*), “lingron” (*Tagelus adansonii*) o “gandi” (*Pugilina morio*) e a cundjurbeja (*Cymbium glans*). Varias espécies de camarão e caranguejos são presentes nas águas do parque, mas que em geral, não são objectos de uma pesca dirigida e só acidentalmente são capturados pelos pescadores (camarão: *Panaeus sp*, *Parapenaeopris atlântica*; lagosta: *Panulirus regius*; *Scyllarides herklotsii*; caranguejos: *Callinectes sp*).

⁸ - Neste particular há a necessidade de recuperar os resultados dos estudos das missões colónias de investigação cujas documentação se encontra em grande parte guardadas nos diferentes centros do Instituto de Investigação Científica Tropical em Lisboa, Portugal

⁹ - Para a Guiné-Bissau foram recenseados mais de 200 espécies de peixes



Esta grande diversidade de fauna marinha deve-se a influências estuarinas, a grande extensão de Mangal, as águas pouco profundas em especial das zonas inter-ilhas e das extensas lagunas na parte Sul do Parque assim como de lagoas e pequenos cursos de água doce.. Estas lagunas são muito bem protegida por bancos e ilhas-Barreiras, muito longos. Diferentes espécies de peixe são a assinalar, alguns dos quais de elevado valor comercial. Precisamente a beira destes “viveiros”, foram instalados num passado recente, inúmeros campamentos de pesca, que aí exerciam as suas actividades, com impactos significativos sobre os recursos haliêuticos em especial as espécies de maior valor comercial e as espécies cartilaginosas.

Estas tiveram um impacto muito negativo, através de capturas acidentais, sobre as tartarugas marinhas e o peixe-boi. Mas actualmente, segundo a população, com o desmantelamento destes acampamento, está a ter lugar, um processo de regeneração qualitativamente significativo dos recursos haliêuticos. Hoje como no passado, conseguem pescar nas praias, com rede de lance (“*ridi de ramanga*”). Uma presença cada vez mais significativa de espécies cartilaginosas é de assinalar. O essencial das capturas concentra-se nas diferentes espécies de tainha. Embora interdita, verifica-se uma pesca dirigida ao tubarão e espécies afins (*Sphyrna mokarram*; *Cacharhinus signatus*, *Cacharhinus limbatus*, *Sphyrna lewini*, *Galeocerdo cuvieri*, *Ginglymostoma cirratum*, *Cacharhinus logimanus*, *Cacharhinus brevipinna*, *Cacharhinus falciformis*, *Rhinobatus rhinobatus*, *Sphyrna zygaena* e *Prionace glauca*) devido ao valor das suas barbatanas no mercado sub-regional e internacional.

3.2.2.2. Répteis

Repteis fazem parte da diversidade animal no interior do parque, salientando-se sobretudo as Tartarugas Marinhas, as Tartarugas terrestres e de água doce, as Linguanas, as lagartixas (*Mabuya* sp:) e diferentes espécies de cobras e serpentes, camaleões, etc.

a) - As Tartaruga Marinha

Todas as espécies de Tartarugas Marinhas presentes do arquipélago, entre outros a Tartaruga-verde, *Chelonia mydas*; Tartaruga-verdadeira, *Eretmochelis imbriquata*; Tartaruga de Ridley, *Lepidochelis olivacea*; Tartaruga-de-couro, *Dermochelys coriacea*, são consideradas ao nível mundial como espécies ameaçadas e em geral frequentam as águas do PNO. As praias das diferentes ilhas e em especial as localizadas no sul, isto é, as de Ancopado e Anor em Orango, as de Imbone, Adonga e Orangozinho são importantes locais de desova das tartarugas marinhas. Nelas foram por exemplo confirmadas subidas da tartaruga de Couro¹⁰.

O desmantelamento dos acampamentos de pesca nas áreas a Sul do parque, teve um impacto positivo considerável no aumento e na frequência das subidas para a desova. Segundo a população hoje, observam-se com maior frequência e regularidade actividades de postura nas praias, até durante o dia, e que resultam num aumento considerável do número de ninhos. São de assinalar as diferentes espécies

¹⁰ - a tartaruga de couro por exemplo, tem uma grande importância na mitologia e nas práticas socio-culturais e religiosas da etnia Bijagó, pela sua semelhança com o “Djon-Gago”.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

de tartarugas terrestres e de água doce como a *Kinixys homeana* e *Pelusios subniger* (Tartaruga-d'água-doce, Cágado-preto).

Estas são muito frequentemente encontradas nas diferentes lagoas de água doce no interior do perímetro do parque. Em Adonga foi assinalada a presença da tartaruga preta. Mas não existem estudos específicos sobre as tartarugas terrestres e de água doce, sobre os reptéis em geral, sobretudo tendo em vista a identificação das espécies, descrição da sua biologia e a caracterização dos seus hábitos e a determinação do tamanho de respetivas populações.

A depredação é persistente, sobretudo, quando as ações de fiscalização, de Monitoria e seguimento se revelam ineficientes. Foram observadas carcaças de Tartarugas Marinhas mortas recentemente em áreas muito sensíveis do parque, e em que se deveria assegurar uma proteção integral destas espécies.

b) - Os crocodilos

Duas espécies de crocodilos são a assinalar no PNO: o crocodilo do Nilo (*Crocodylus niloticus*) e o crocodilo preto ou anão (*Osteolaemus tetraspis*). Ambas são constantemente observadas no arquipélago, em especial nos rios e rias e em algumas lagoas, pouco frequentados. Nas chuvas alguns exemplares de porte considerável foram observados por exemplo na lagoa da Tabanca de Eticoga, em Orango e nas lagoas de Anôr. Para a maioria dos entrevistados, a população destas espécies experimentaram um crescimento muito importante, se bem que, esta afirmação, não é confirmada por estudos específicos, para determinar o tamanho das respetivas populações.

c) - A Iguana (“Linguanas”)

As “Linguanas d'água” (*Varanus niloticus niloticus*) estão presentes em quase todas as ilhas do parque, embora não se conheça o tamanho da sua população. Frequentemente são igualmente encontradas o Varano, Linguana-de-mato (*Varanus exanthematicus**). Estas espécies, depredam de forma considerável os ninhos das Tartarugas marinhas, pelo que é frequente encontrar os seus rastros ao longo das praias das Ilhas do Complexo de Orango.

D) - Cobras, Serpentes e Jibóia

Uma grande variedade de cobras e serpentes são conhecidos no interior do parque, salientando-se “irá-cego” (Jibóia: *Python sebae*), “Cacuba” (Mamba-verde, Cobra-verde-de-palmeira: *Dendroaspis viridis*), Viboras (*Bitis arietans*; *Philothammus heterodermus*, *Boaedon fuliginosus*; *Psammophis sibilans*; *Elapsoide semiannulata*, etc.). Em geral estudos mais detalhados sobre a herpetofauna revelam-se necessários. Igualmente importante é a recolha e o tratamento da informação dos estudos efetuados no período colonial, nestes domínios, e que se encontram acumulados nos acervos do Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa, IICT.

3.2.2.3 Os mamíferos

a) - Os Cetáceos

Duas espécies de cetáceos frequentam as águas do parque: o golfinho-corcunda (*Sousa teuszii*) e o roaz-corvineiro (*Tursiops truncatus*). Estas espécies foram igualmente até aqui pouco estudadas desconhecendo-se por isso o tamanho das suas populações e os seus hábitos. São observados



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

frequentemente em determinados pontos do parque, em especial nas entradas dos diferentes rios e nos lagos do sul e praias do Sul do parque. São observados se bem que de forma muito irregular carcaças de grandes cetáceos trazidos pelas marés, embora se desconheça a que espécie pertencem. Desconhece-se se frequentam as águas do arquipélago ou se foram trazidos casualmente do largo.

b) - Os Sirênios

O Peixe Boi (“Pis bus”: *Trichechus senegalensis*) é uma espécie frequentemente observada e mesmo com relativa frequência capturada acidentalmente, em quase toda a extensão aquática do parque. Esta espécie frequenta as zonas de rios e rias e nos espaços entre ilhas e alguns pontos de água doce localizados na costa. Têm grande significado e importância na mitologia e cultura Bijagós. Mas desconhece-se os seus hábitos, o tamanho da sua população e as suas zonas de alimentação.

Tudo leva a crer que, para além de campos submersos, utiliza igualmente as folhas das espécies presentes no Mangal para se alimentar. Esta possibilidade é ainda suportada pelo facto de não ter sido, até aqui, confirmada a existência de campos submersos nas áreas marinho-aquáticas do parque, que poderiam servir como suas zonas de pasto.

c) - Os Hipopotamídeos

Há que considerar a existência de uma população considerável de Hipopótamos (Pis Cabalo: *Hippopotamus amphibius*) no interior do parque e cuja presença, é a assinalar por exemplo, nas lagoas a sul da Ilha de Orango, nos rios de Uite, Ussa, Canogo e Menegue. Os corredores de água doce,

Bolanhas, lagoas, e braços de mar constituem por excelência, os habitats mais usados por esta espécie. Nas lagoas de Anôr (Canicussa¹¹, Ancanacube¹², Incoiegomoro, Annera), sul de Orango Grande, é frequente a presença destes animais, sobretudo acompanhando o período de cheia e inundação.

Estudos pontuais realizados sobre esta espécie apresentam os resultados seguintes:

- Ano 2000, população estimada: 112 a 140 indivíduos.
- Ano 2006, no quadro do estudo de comportamento desta espécie em Anôr, a população localizada, nesta zona, foi estimado em cerca de 26 indivíduos (18 fêmeas, 5 machos e 3 crias).
- Ano 2006 a população estimada com base num inventário em 18 sítios de concentração foi de cerca de 137 indivíduos. Um inventário encontra-se atualmente em curso, mas que já apontam para a existência de várias manadas espalhadas pelos rios das diferentes ilhas.

Desconhece-se ainda o tamanho exato da população assim como se são residentes e/ou emigram periodicamente para as zonas exteriores do parque. A continuação destes estudos resultará num melhor conhecimento dos hábitos e da população desta espécie no interior do parque. Tem constituído uma fonte de conflito com as populações residentes no interior do parque. Pois que, para as populações é o aumento da população de hipopótamos, que explica o aumento da frequência e os níveis de depredação causados nas suas zonas de cultivo, e em especial nas áreas do *m'pampam* e nas bolanhas. Apesar de ser carismático e emblemático no parque, é temido pela população, devido sobretudo a alguns acidentes mortais, acontecidos no passado e que hoje engrossam as “lendas e os mitos” no imaginário Bijagó sobre esta espécie.

d) - A Gazela pintada (Os bovídeos)

¹¹ - É na realidade um conjunto formado por três (3) lagoas pequenas: Eticobod, Ancunne, Etopado.

¹² - Nesta lagoa é frequente encontrar Hipopótamos entre Julho a Agosto



A Gazela pintada (*Tragelaphus scriptus*) é encontrada particularmente nas ilhas de Orango Grande, Imbone, demonstrando uma distribuição bem particular, que não abrange todas as ilhas do Arquipélago Bolama-Bijagós. No interior do Parque esta presente em todas as ilhas grandes a exceção de Orangozinho. Fora do parque esta espécie é igualmente encontrada na Ilha das Galinhas. Salienta-se que não existe em todas as ilhas do Arquipélago e existem muitas interrogações sobre a sua presença nas ilhas do parque. Frequenta não só os palmares naturais e as savanas (“Lalas”) como ainda, as zonas de Mangal, onde vem a procura do sal. É objeto de caca, embora não se conhece o impacto real desta atividade. Como muitas outras espécies presentes no parque, igualmente não foi e nem é objeto de estudo específico. É pertinente conhecer os seus hábitos e o tamanho da sua população para que medidas dirigidas a sua conservação possam ter um impacto mais direto e efetivo. Tratando-se da única espécie de gazela presente no PNO, deveria merecer uma maior atenção nas ações de conservação.

d) - Os Primatas

O Santcho-de-tarrafe (*Cercopithecus sabaues*) é considerado o único primata do complexo de Orango. Pode ser encontrado no conjunto das ilhas do parque, sobretudo nas áreas de Mangal, palmares naturais e nas zonas inter-marés. Nestes últimos capturam e recolhem caranguejos e outros moluscos que, especificamente no arquipélago, fazem parte da sua alimentação. No passado foi objeto de caca muito intensa e hoje é considerado pelas populações como um dos principais depredadores das culturas. Salienta-se que em algumas ilhas exteriores ao parque, mas no interior da Reserva da Biosfera, os macacos em geral, são objetos de uma caca muito intensiva, levantando-se inclusive a possibilidade de sua extinção em algumas ilhas, a exemplo da Ilha de Rubane e Bubaque.

e) - Outros Mamíferos Presentes no PNO

É de salientar ainda a presença de roedores entre os quais o “Saninho” (Esquilo: *Heliosciurus gambianus*) pequenos carnívoros (Gineta: *Genetta pardina*; Mangusto: *Atilax paludinosus*; a lontrasem-garras: *Aonyx capensis*). Alguns quirópteros são igualmente presentes no interior do parque. Deste grupo de mamíferos 10 espécies foram identificados para a Guiné Bissau: *Eidolon helvum*, *Roussettus angolensis* Bocage, *Epomophorus gambianus* Ogilby, *Epomophorus psillus*, *Coleura kummeri*, *Lavia frons frons*, *Hipposideros abae* Allen, *Hipposideros cylops* Temm, *Hipposideros gigas viegasi*, *Mops osborni*, *Salpuga farimia*, *Salpuga robusta*. Estudos mais específicos são em geral necessários para aumentar o conhecimento sobre as espécies presentes no interior do parque.

3.2.2.4. A Avifauna

A avifauna é muito importante na reserva da Biosfera, isto é a avifauna aquática em geral e as espécies migradoras em particular. Das cerca de 522 espécies recenseadas para a Guiné Bissau, foram confirmadas a presença de cerca de 158 destas no complexo de Orango, salientando-se entre elas as aves Terrestres e Marinhas, aves residentes, afro-tropicais e migradoras do Norte da Europa (mais de 20 espécies). Toda a extensão da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós é internacionalmente reconhecida como destino de aves migradoras da Europa, cuja população é estimada em cerca de 900.000 indivíduos. mas a maior concentração destes tem lugar no interior do PNO. O **quadro 4 do Anexo III** apresenta a lista destas espécies.

No Parque são igualmente observados algumas espécies de aves muito emblemáticas como o flamingos (*Phoenicopteros ruber*). É de salientar o caso do “Djure” (*Neotis denhami*) espécie muito rara e



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

ameaçada da família das *Otidae*, frequentemente observada nas savanas de Orango e Imbone, considerado uma delícia muito especial na alimentação¹³ dos Bijagós de Orango. Hoje é uma espécie protegida no interior do PNO. O ilhéu de Acapa-Imbone, por exemplo, alberga uma colónia de nidificação, na qual foram observadas as espécies seguintes: Gaivinas e (*Larus cirrocephalus*, *Esterna caspia*, *Esterna maxima*, *Esterna hirundu*) e varias espécies de limícolas (*Egretta gularis*, *Butorides striatus*, *Threskiornis aetiopicus*, *Platalea alba*, *Dendrocygna viduata*).

Para a avifauna algumas áreas, servem de dormitório - como a ilhas de Mosquito, assim como o Mangal do Noroeste de Orangozinho, Mangal a Noroeste de Canogode repouso e de alimentação¹⁴ - Os bancos a Norte e Nordeste de Orangozinho e a Volta do Ilhéu dos Mosquitos, os bancos do Sul de Amupa, os bancos do Rio Ancarôso em Orango Grande, bancos do Norte e Nordeste da Ilha de Canogo, e os bancos a volta do Ilhéu de Canuopa e do Norte de Adonga, e os bancos localizados a Norte da Ponta de Eturara a sudeste de Orango Grande. Ao longo da costa e sobretudo no Mangal, podem ser encontradas varias zonas de nidificação de espécies residentes assim como zonas de repouso.

De entre as espécies locais (afro-tropicais) salientam-se a presença de **papagaio cinzento** (*Psittacus erithacus*). Conhece-se muito pouco da sua biologia, estatuto, hábitos e os impactos de sua exploração. Esta espécie, coloniza as florestas altas, onde aproveita os troncos ocós (“cumbos”) para a feitura dos seus ninhos¹⁵ e alimenta-se¹⁶ entre outros das frutas, sementes botões florais e foliares de algumas espécies florísticas. A sua presença pode ser por estes factos, um bom indicador para o estado de conservação das florestas, em especial da presença diversificada de espécies produtoras de frutas silvestres, de que se alimentam. Inimigos naturais desta espécie são em geral as aves de rapina, as serpentes e os macacos.

Estes últimos atacam os seus ninhos, consumindo os ovos e as crias. A captura para fins comerciais constituem parece ser o fator principal de ameaça desta espécie, embora esta afirmação não possa ser sustentada, devido a inexistência de dados fiáveis que o possam comprovar.

A presença desta espécie de ave é frequentemente observada em Ebunkê¹⁷, próximo de Anbuduco na ilha de Orango, nos ilhéus de Adagar¹⁸, próximos de Orangozinho, em Abú, An'eguen e ponta de Andjám em Canogo, e na ilha de Menegue. A sua observação é mais frequente no mês de maio e deve-se a maior disponibilidade do chabeu nesse período. A variedade de espécies de aves presentes é um

¹³ - O Regulo Papseco, já falecido, oferecia uma vaca em troca de cada indivíduo destas espécies capturado especialmente para a sua alimentação

¹⁴ Zonas de concentração e alimentação: Os bancos a Norte e Nordeste de Orangozinho e a Volta do Ilhéu dos Mosquitos, os bancos do Sul de Amupa, os bancos do Rio Ancarôso em Orango Grande, bancos do Norte e Nordeste da Ilha de Canogo, e os bancos a volta do Ilhéu de Canuopa e do Norte de Adonga, e os bancos localizados a Norte da Ponta de Eturara a sudeste de Orango Grande

¹⁵ As espécies que aproveita para este efeito são entre outras: “Mangue” *Rizophora* sp; “Cabaceira” *Adansonia digitata*; “Pó-de-bicho” *Antiaris african*; “Tarrafe” *Avicennia germinaus*; *Caccia singuian*; *Cassia siamea*; “Poilão” *Ceiba pentandra*; Pó-de-bicho amarelo, Pó-de-cinsa *Chlorophora regia*; “Palmera” *Elaeis guineensis*; “Bissilon”, *Khaya senegalensis*; “Pó-de-incenso” *Daniellia oliveri*. (Clemmons, J. N., sem data; Campos, A., Monteiro, H., Catry, P. 2001).

¹⁶ Entre estes salientam-se as espécies seguintes: “Cabaceira” *Adansonia digitata*; “Palmeira de óleo” *Elaeis guineensis*; “Poilao” *Ceiba pentandra*; “Pó fidida branco”; *Acacia albida*; “Árvore da Carité” *Bitmospermum parki*, “Polóm-fidalgo” *Bombax costatum*; “Pó-de-bicho amarelo”, “Pó-de-cinsa” *Chlorophora regia*; “Veludo” *Dialium guineensis*; *Ficus* spp; “Pó-de-bicho branco”, *Morus mesozygia*; *Ficus platyphylla*; “Manpataz”, *Parinari excelsa*; “Faroba”, *Parkia biglobosa*; “Pó de Sangui”, *Pterocarpus erinaceus*; “Tarra” *Raphia* sp; “Foli-de-lifanti”) *Saba senegalensis*; “Cetona” *Vitex* sp. (Clemmons, J. N., sem data; Campos, A., Monteiro, H., Catry, P. 2001).

¹⁷ Nesta área são muito frequentes no mês de Maio

¹⁸ - Estes grupos de ilhéus estão localizados a Noroeste da Tabanca de Uite, que é igualmente seu proprietário tradicional.



indicador de diversidade muito importante, sobretudo, considerando o tamanho e características marcadamente insulares da área.

3.2.2.5. Estatutos de Conservação

Muitas das espécies faunísticas presentes apesar de muito comuns no interior do parque, são considerados ao nível mundial como espécies ameaçadas, algumas inclusive são consideradas como espécie em extinção e outras ainda encontram-se classificadas nos diferentes anexos da CITES (ver lista de espécies **nos quadros do Anexo III**). Pelo número de espécies presentes no parque e considerados nessas listas e anexos se justificam também as necessidades de conservação da biodiversidade presente no interior dos limites do parque.

2.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONOMICO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

2.3.1. Caracterização da população utilizadora dos recursos naturais do PNO

2.3.1.1. Historial da ilha de Orango

Apesar de existir alguns escritos portugueses sobre o passado histórico do complexo das ilhas de Orango, ainda hoje, o essencial da história destas ilhas tem por base a tradição oral, a qual, é mantida, preservada, contada e recontada por algumas anciãs da tabanca. Esta tradição oral é rica de lendas e mitos que se confundem com os aspetos místico-religiosos da sociedade Bijagó. Desconhece-se como foi efetuado o povoamento inicial das Ilhas do complexo. Facto é existirem nelas para além de uma população Bijagó, uma população de origem Biafada e Mandinga, sobretudo na Tabanca de Uite em Orangozinho.

A história da Zona foi marcada pelo desenvolvimento de uma aristocracia na Ilha de Orango Grande, que governou sobre as demais ilhas do parque e fez muitas guerras com as outras ilhas do arquipélago e com algumas etnias do continente e com o próprio colonizador. Neste particular salienta-se pelos seus feitos e a resistência contra a ocupação colonial a famosa Rainha Pampa (*Okinka Pampa*).



Esta e outros Reis (em Bijagó: *Oronho's*) e Rainhas (em Bijagó: *Okinkas*), assim como muitos membros importantes da família real de Orango e grandes personalidades da sua história, tem as suas tombas num santuário (“Baloba”). Nestas existem várias sepulturas de personalidades cujos descendentes ainda sobrevivem em Orango. É da “Baloba” de Eticoga, em Orango Grande, que foram retiradas os espíritos (“Irans”), e o “fogo sagrado” para as Balobas de outras tabancas das diferentes ilhas do complexo (ver Fig.1).

Figura 1. Baloba de Eticoga

A aristocracia de Orango esteve igualmente muito envolvida no comércio de escravos e muito mais tarde, no comércio colonial. Igualmente importante nos complexos de ilhas de Orango são os restos de infra estruturas colónias abandonadas pelos portugueses durante a luta de pacificação, como ainda os locais onde tiveram lugar algumas batalhas. Sobre estes existe um acervo importante na tradição oral, o qual deveria merecer um tratamento especial, sobretudo para aqueles que queiram conhecer e compreender a história de resistência dos Bijagós a colonização portuguesa.

A história mais recente foi essencialmente marcada por alguns acontecimentos que deixaram a sua impressão na vida da população de Orango. O primeiro destes marcos é o estabelecimento de uma comunidade de origem mandinga e Beafada no sul de Orangozinho e que introduzem a islamização no seio da comunidade Bijagós. Um segundo é a introdução da igreja católica em Orangozinho e Canogo e



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

da igreja protestante em Orango, Canogo e Orangozinho, no seio desta população até aqui, muito animista.

A ação evangelizadora da igreja foi acompanhada, com ações de desenvolvimento da ONG italiana MANITESE (Mãos Estendidas) que atuou nos domínios de saneamento da água (sobretudo na construção de poços), da saúde (construção de Centros de Saúde e Unidades de Saúde de Base e no fornecimento de medicamentos), da segurança alimentar (com a introdução da horticultura, fruticultura e da transformação de produtos agrícolas (transformação do óleo de palma e produção de sabão). Da mesma forma foi promovida a pesca artesanal através da formação de uma associação direta ou indiretamente apoiada pela igreja, a Associação de Pescadores Bijagós (ASPEBI), que esteve muito envolvida na promoção da atividade de pesca em Orangozinho, Canogo e Meneque.

Com o desenvolvimento da pesca artesanal a área transforma-se numa importante zona de pesca. Originados pelos problemas de ordem ambiental e sociopolítico da sub-região, o complexo das ilhas do parque, começam a receber imigrantes, essencialmente pescadores vindos dos países vizinhos, que participam igualmente na exploração da sua zona de pesca muito rica. Orango chegou a ter mais de 10 acampamentos, com população variando de uma dezena a centenas de pessoas, maioritariamente de origem senegalesa e da república da Guiné. Estes apresentando não só ao nível da fileira pesca como ainda em relação a outros sectores conectados, um grande nível de organização.

Mais recentemente o complexo ganhou uma dinâmica com o processo de criação da Reserva de Biosfera e criação e implantação do parque. Nesta foram desmanteladas os acampamentos de pesca, criou-se um parque com a sua estrutura, estabeleceu-se e implementou-se um plano de gestão. A construção das infraestruturas do parque, embora que ainda relativamente precárias, deram uma nova dinâmica a tabanca de Eticoga, pelas visitas ao seu museu, espaços de reuniões, alojamentos e mesmo outras facilidades logísticas.

No quadro desta dinâmica criara-se novas perspectivas de desenvolvimento, sobretudo de desenvolvimento comunitário e na base, marcadas pelo financiamento e implementação de inúmeras pequenas iniciativas de desenvolvimento. Também a implementação de um pequeno hotel, o Orango Parque Hotel (com cerca de 18 camas como inicialmente) no início e a atual construção de um pequena unidade de acolhimento para observações do Hipopótamo, vêm criando perspectivas e dinâmica para o desenvolvimento turístico do complexo. Embora ainda os destinos e as “ofertas turísticas” sejam pouco atrativas e organizadas.

2.3.1.2. Caracterização demográfica no interior do PNO

Segundo o censo populacional de 1979, a população residente no PNO foi de 2.268 habitantes distribuídos por 33 tabancas e em 2007 a população foi cerca de 3.369 habitantes (INEP/INEC, 2007), atualmente a população sofreu um aumento de em média de 2%, correspondente um população total de 2.516 (NNE, 2009) atinge maioritariamente pertencentes a etnia Bijagó, o que indica uma taxa de crescimento de 2,4 % ao ano, isto é, um pouco baixo da taxa de crescimento nacional que é de 2,7 %. O agregado familiar é em média constituído por sete a oito (7 a 8) indivíduos, podendo no entanto chegar,



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

ser formado, em casos excepcionais por mais de 30 elementos num só agregado familiar. Ainda em todos recenseamentos os dados mostram que esta população é maioritariamente jovem.

Tabela 2 - População Residente e a sua evolução (Fonte: Censos 2009, INEC)

		População Residente			Feminino	%
		Total	Masculino	%		
N	Ilha de Orango Grande	1250	577	46,16	673	53,84
1	Ambuduco	83	43	51,81	40	48,19
2	Ame CPA	23	13	56,52	10	43,48
3	Amindo	103	38	36,89	65	63,11
4	Ancagume	23	10	43,48	13	56,52
5	Ancamona	69	25	36,23	44	63,77
6	Ancaquia	11	8	72,73	3	27,27
7	Ancodaque	8	4	50,00	4	50,00
8	Ancopado	48	25	52,08	23	47,92
9	Anevoca	8	3	37,50	5	62,50
10	Anghor	40	21	52,50	19	47,50
11	Bijante	59	29	49,15	30	50,85
12	Dinós	12	7	58,33	5	41,67
13	Etepa	3	2	66,67	1	33,33
14	Eticoga	504	226	44,84	278	55,16
15	Etinhoque	2	1	50,00	1	50,00
16	Etiogo	30	17	56,67	13	43,33
17	Gassica	16	8	50,00	8	50,00
18	Imbone	26	15	57,69	11	42,31
19	Madina	53	23	43,40	30	56,60
20	Ancubima	3	2	66,67	1	33,33
21	Ancaboca	126	57	45,24	69	54,76
N	Ilha de Ganogo	458	243	53,06	215	46,94
1	Abú	188	99	52,66	89	47,34
2	Aneguen	170	94	55,29	76	44,71
3	Amupa Gã-Nogo	100	50	50,00	50	50,00
N	Ilha de Menegue	122	65	53,28	57	46,72
1	Menegue	122	65	53,28	57	46,72
N	Ilha de Orangozinho	706	316	44,76	390	55,24
1	Abene	26	13	50,00	13	50,00
2	Ancanho	167	72	43,11	95	56,89
3	Eticodega	66	29	43,94	37	56,06
4	Uassa	113	45	39,82	68	60,18
5	Wite	334	157	47,01	177	52,99
Total		2.536				

A distribuição da população é muito irregular, mas em geral, está mais concentrada na parte Norte do parque e em especial, nas Aldeias do Norte da Ilha Orango Grande (ver o **Quadro 2**) que se segue. Ainda

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

o **Mapa 8** dá uma ideia sobre a densidade populacional nas Ilhas do parque, a qual pode ser considerada extremamente baixa, Existem diferenças nos aspetos demográficos entre as ilhas do parque.

Em particular, o complexo de Orango é constituído por uma ilha com alguns canais que divide em quatro partes que se convencionou chamar de ilhas. Assim temos a ilha do Orango Grande situada a Oeste, como o próprio nome indica a maior de todos, constituído por 21 tabancas, albergando 1250 pessoas.



Fonte: Censo, 2009

Em termos populacionais a Eticoga é de longe a maior é maior aglomeração humana com mais de 500 pessoas, seguia de Ancaboca com 126 e de Amindo com 103 pessoas. enquanto que no extremo oposto, ou seja, as mais pequenas figuram Ancubiam e Etepa com 3 e a Etinhoque com a penas 2 pessoas, segundos os censos de 2009.

Orangozinho está situada a Leste, a segunda maior, dividida em 5 tabancas com uma população de mais de 700 pessoas, sendo a Wite ou Uíte a mais populosa com 334, seguida de Ancanho com 167 e Uassa com 113, as mais importantes e de Eticodega e de Abene com 66 e 26 pessoas respetivamente. A ilha de Canogo está situada no Centro Norte, constituída por 3 aldeias apenas, nomeadamente a Abú, a mais importante em termos de número de população com cerca de 190 pessoas, seguida de perto por Aneguen com 170 e finalmente a Amupa Gã-Nogo com 100 pessoas. Enquanto que a ilha de Menegue fica situado bem no Centro do complexo do Orango, constituído por uma tabanca com o mesmo nome, contando com 122 pessoas segundo o censo de 2009.

Um olhar atento dos dados da população da ilha nos indica que cerca de 53,5% é constituída por mulheres, embora distribuído de forma desigual entre as ilhas. Esta relação não é igual entre as ilhas, nem dentro das mesmas, sendo mais acentuado na Orangozinho com 55,24% das senhoras contra os 44,76% dos homens. E dentro desta ilha a situação é mais gravosa em Uassa mais de 60 da população é do sexo feminino contra apenas 39,82 por centos dos homens. Este facto pode indicar grande uma



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

grande emigração dos homens, principalmente dos jovens, quer para prosseguir com os estudos em Bubaque ou Bissau, ou em procura de novas oportunidades para as suas vidas, coisa que se escasseia nas ilhas.

Na ilha de Canogo esta paridade é mais favorável ao sexo masculino, com mais de 53 por cento do geral e assim acontece também em duas das três tabancas que fazem parte desta ilha, e na terceira, a Amupa Gã-Nogo se verifica uma paridade, 50 por centos para cada um dos sexos. Também na ilha de Orango Grande, e nas tabancas onde o número de população é mais significativa a tendência mantém-se, sendo a situação mais grave em Amindo onde apenas menos de 40% são de sexo masculino contra 63,11% das mulheres. Em Eticoga, a tabanca mais populosa da ilha esta relação foca-se em 44,84% para os homens contra 55,18 por centos das senhoras.

Em geral, na ilha de Orango a população encontra-se distribuída por cerca de 13 tabancas, na maioria localizadas no centro e o Norte da Ilha, sendo as maiores a tabanca de Eticoga, Ambuduco. Sendo uma ilha muito grande em superfície a densidade populacional é de cerca de 10 habitantes por Km²

Na ilha de Orangozinho a população concentram-se mais nas três tabancas do Norte Acanho, Abene e Eticodega, enquanto que a população restante se divide por Uassa, uma tabanca no centro da Ilha e Uite no sul. Nesta ultima tabanca, boa parte da população é de origem Mandinga e Beafada. A densidade populacional de Orangozinho é um pouco superior da de Orango Grande

Na Ilha de Canogo os habitantes estão concentrados principalmente em duas tabancas a de Abu e a de Aneguene. A sua densidade populacional é um pouco maior de a de Orango Grande (Ver mapa 13). A Ilha de Imbone, tem uma única tabanca com o mesmo nome a qual é formada por três casas, o que dá a intender ser a população constituída pelos membros de três únicas famílias. A população é deveras pequena e a densidade populacional é ainda inferior da de Orango Grande. Na ilha de Meneque a população ocupa as duas únicas tabancas da Ilha a de Menegue e a de Amupa.

Vários acampamentos temporários são a assinalar, os quais são utilizados não durante as campanhas agrícolas, campanha de extracção do “chabeu” como ainda para a actividade de pesca. A movimentação da população no interior do parque é considerável, e é ocasionado entre outros, pela agricultura - especialmente pelo ciclo do umpam-pam -, campanha do cajú, campanha de exploração do palmar natural, pesca e colecta de moluscos. A migração interna foi muito importante no passado pois que de Eticoga saiu boa parte da população que criou e/ou efectuou colonização das outras tabancas de Orango e Imbone. Mais tarde por exemplo originários de Imbone vieram colonizaram Amoupa em Menegue.

Existe, igualmente, uma emigração temporária e definitiva considerável, sobretudo causada pelo ensino e o emprego. Os alunos de níveis escolares superiores são obrigados, caso queiram continuar os estudos, a deslocarem-se para Bubaque, Bolama ou Bissau, onde frequentemente passam a residir de forma definitiva. Postos de trabalho ao nível local são extremamente reduzidos pelo que, em geral, a procura orienta-se para os centros com maior potencial de oferta como Bubaque, Bolama e Bissau. No passado, pessoas e/ou famílias, indesejáveis em Orango, como por exemplo criminosos, eram banidos para Unhocomo e Unhocomozinho, o que esteve em parte na origem da colonização destas ilhas.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Ainda, no passado, uma imigração, sobretudo de população de origem Beafada e mandinga vindas do continente colonizaram a parte Sul de Orangozinho. Mas recentemente a zona foi marcada por vagas de migrações temporárias, sobretudo de pescadores vindos da sub-região e que se instalaram em vários acampamentos na parte Sul do complexo de Orango. Entretanto estes acampamentos foram desmantelados, mas alguns destes pescadores, em numero muito reduzido, integraram-se nas diferentes aldeias do parque.

2.3.2. Regime de propriedade e direito ao acesso de recursos

Neste particular aspeto é de salientar que a terra, segundo a Lei da Terra, é propriedade do estado guineense, embora sobre elas possam ser estabelecidas concessões, delimitadas no espaço e no tempo. Neste caso específico, concessões tradicionais e o acesso das comunidades residentes aos seus “matos Sagrados”¹⁹ e a outros sítios de importância cultural e social²⁵ são igualmente garantido pela Lei da Terra²⁰. Na prática predomina, no entanto, as formas de acesso e as propriedades tradicionais, pelo qual o **Quadro 2**, que se segue em baixo mostra a distribuição dos clãs proprietários tradicionais das diferentes tabancas do PNO.

Quadro 2: Aldeias do PNO e seus Respetivos Clãs

Ilhas /Tabancas	Ogubane	Ominca	Oraga	Oracuma
Orango Grande:				
Aminda				X
Anbuduco				X
Ancaboca				X
Ancagume				X
Ancamona				X
Ancaquia				X
Ancopado				X
Anôr				X
Bijante			X	
Edunqui				X
Eticoga				X
Etinhoque				X
Imbone				X
Ossoca		X		
Oragozinho:				
Abené		X		
Acanho		X		
Eticodega				X
Uassa		X		
Uite		X		
Meneque				
Meneque				X
Canogo				
Abú				X
Anéguéne				X

¹⁹ - Estes são geridos pelos Oranhos (Régulos) e os “garandis” (velhos) das tabancas, que regularmente os visitam

²⁰ - Ver Artigo 7º da Lei N° 5%, Lei da Terra



Fonte: PG-PNO, 2008

Existem limites claros das terras das tabancas, o que se poderia chamar de “territórios das tabancas” que se estendem inclusive a alguns ilhéus e que resultam da primeira ocupação efetuada pelo clã dono da tabanca e a quem tradicionalmente pertencem as terras. Esta foi com o tempo objeto de uma partilha sucessivamente entre os filhos e as diferentes famílias da tabanca, mesmo que pertencendo a outros clãs²¹. Os mais velhos asseguram o respeito e a manutenção dos limites das terras da tabanca e das terras partilhadas, algumas das quais muito antigas. O acesso é garantido não só pelo direito de propriedade tradicional, mas também, através de empréstimos entre famílias e tabancas.

Em geral, o acesso aos recursos é aberto aos membros da comunidade, embora que sujeitas a regras tradicionais. Estas últimas, foram e são respeitadas pela população o que assegurou uma certa durabilidade e impediu a dissipação dos recursos naturais, como geralmente acontece nos casos característicos dos recursos de uso comum. Algumas poucas propriedades perfeitas, isto é legalizadas e com título de propriedade, embora que com superfícies muito reduzidas.

2.3.3. Ocupação de espaço e usos dos recursos no interior do PNO

2.3.3.1. Práticas de usos dos recursos pela população no interior do parque

As fronteiras entre as terras das tabancas, assim como, as delimitações - mesmo no interior do espaço da tabanca - entre as zonas de propriedade e de uso das famílias e as zonas comunais são bem definidas. Nestas últimas se incluem por exemplo as zonas sagradas, as zonas de coleta e as zonas de pastagens.

A implementação cada vez mais efetiva da política de gestão do parque, o uso dos recursos do parque por alóctones é cada vez mais restringida. É a população residente local, que usufrui em grande parte deste direito de acesso e que desenvolve atividades diversas com base nesses recursos, salvo raras exceções, essencialmente nas zonas de transição. As unidades de exploração familiar são aqui caracterizadas pelo desenvolvimento de uma multitude de atividades ao longo do ano, essencialmente a agricultura²². O **Quadro 4** dá ideia simplificada das principais atividades em destaque:

²¹ - Pertença a um clã é normalmente determinada por linha materna, embora se possa reclamar ser-se filho de uma pai pertencente a outro clã, sobretudo em reivindicações ligadas a herança e aos direitos de acesso e propriedade tradicional da terra.

²² - A população é essencialmente agrícola. Na Agricultura predominam entre as culturas alimentares a do arroz m'pampam (cultura itinerante sobre queimadas), a produção da mancara, mancara-budjugo (*Voandzeia subterranea*), sobretudo em Anbuduco, feijão. Em algumas ilhas aproveita-se ainda as bolanhas de agua doce. As condições do solo, não são as melhores, mas existe um potencial para uma certa diversificação das culturas, sobretudo de uma gama variada de culturas alimentares, que não são suficientemente aproveitadas. Toda a exploração agrícola é efetuada em bases familiares, recorrendo-se a entreajuda nas operações e/ou períodos de necessidade intensa de mão-de-obra, como na altura da desmatação das áreas do umpam-pam. Nestas em geral, procura-se dispor os campos das diferentes famílias e/ou mesmo tabancas, imediatamente próximas uma das outras de forma a evitar perdas de tempo em longos trajectos entre as áreas a desmatar.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Quadro nº 4. Principais actividades em destaque da ocupação e uso dos recursos no PNO

Nº	Actividade	Caracterização e aspeto a considerar
1	A orizicultura/ m'pampam	<p>O “m’pampam” é a atividade tradicional da cultura do arroz de sequeiro, sobre áreas desmatadas e queimadas e que é desenvolvida em todas as ilhas do parque. Baseada numa rotação periódica entre período de cultivo em que é dissipado o potencial natural e produtivo do solo e períodos de pousio, na qual esta é restabelecida pela regeneração da vegetação natural. Este fenómeno de m’pampam é mais marcante em alguns ilhéus como é o caso das ilhas de Adonga, Ancurum (pertencente a Menegue) e Amenopo. Dado a fraca densidade populacional os períodos de pousio foram até aqui, em algumas áreas, suficientemente longos para permitir a regeneração da cobertura vegetal.</p> <p>A área do m’pampam²³ está a aumentar, pois que hoje, são obrigados a cultivar superfícies cada vez maiores, para compensar as baixas de produção provocadas pela diminuição das chuvas²⁴ e a degradação da fertilidade dos solos. Além do mais há que considerar o potencial de depredação²⁵, devido ao eventual acréscimo da população de algumas espécies protegidas. Apesar dos seus impactos potenciais sobre as floresta e sobre o solo, esta atividade tem sido pouco monitorada e seguida. Embora pouco generalizado, algumas bolanhas são aproveitadas para a orizicultura em uma ou outra ilha de complexo. Mas falta uma expertise em matéria de construção de “ouriques” e de gestão de água, além do mais, o fato dos solos serem muito arenosos, tornam o processo, na maior parte dos casos, muito complexo. Em geral procuram melhorar as condições dos solos, com material vegetal proveniente do Mangal, o que tem como consequência, a destruição da cobertura vegetal e a erosão, muito localizada em algumas áreas, da linha de costa. Verifica-se ainda a intrusão da água salgada em alguns perímetros cultivados</p> <p>A dieta alimentar da população residente no interior do parque é muito dependente do arroz. Mas, a produção local deste produto, é marcado por rendimentos muito baixos, não só devido as condições do solo, como do clima e dos meios técnicos aplicados, que são muito rudimentares. A baixa de produção é ainda provocada por fatores tais como a depredação causado por animais, as doenças e as pragas que, em geral, anualmente atacam as culturas.</p> <p>A depredação causada por animais selvagens e em especial pelo Hipopótamo é um dos grandes problemas da agricultura, e constitui fonte permanente de conflito entre as populações e as estruturas do parque. Mas não é extensivo a todas áreas do parque. Por exemplo estes não se verificam mas sobretudo em Orangozinho, Canogo e Menegue. Este conflito poderia ser resolvido, parcialmente e de forma localizada, através da vedação dos campos. Mas reflexões para uma abordagem mais definitiva, deveria ser iniciada. Pois, põem-se o problema da instalação de mecanismos de</p>

²³ Algumas áreas do m’pampam coincidem com os habitats críticos do papagaio cinzento.

²⁴ Trabalhos de pesquisa são necessário entre outros para a seleção e introdução de variedades de ciclo curto, mais adaptados as condições do solo das ilhas do complexo.

²⁵ Ha depredação está na origem de solicitações constantes de arames para a construção de cercas protegendo as culturas.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

		<p>compensação, nas quais por exemplo, um sistema de “seguros das colheitas” contra estes riscos, poderiam ser criados em bases comunitárias.</p> <p>A orizicultura é ainda complementada por culturas secundárias (feijão, mancarra-bijagó e amendoim). A fruticultura e a horticultura são ainda embrionárias, se bem que na tabanca de Bijante, Ambuduco e Etiogo, tenham sido observados algumas plantações frutícolas, em especial de citrinos e bananas.</p>
2	Cajucultura	<p>O cajú destaca-se como cultura de plantação e de exportação, ocupando cada vez mais, enormes áreas, sobretudo à volta das tabancas, a custa das culturas alimentares e das zonas de pousio. Em Adonga uma área importante de vegetação natural com efeitos consideráveis na fixação e estabilização dos cordões arenosos, foi desmatado e convertido em área de plantação de cajú, talvez também, com o intuito de confirmar a apropriação fundiária da zona. Fins de abril maio e junho grande parte do tempo das populações camponesas, sobretudo das mulheres é concentrada na atividade de Coleta do caju, secagem e condicionamento da castanha e produção do vinho de caju. A castanha constitui hoje o essencial das exportações agrícolas da Guiné-Bissau, produto para o qual este país é considerado um dos principais exportadores mundiais.</p> <p>A baixa de preços deste produto que em parte era trocada directamente com o arroz. No caso do arquipélago toda a comercialização da castanha é ainda afectada pela deficiente cobertura da rede comercial e da rede de transportes</p> <p>O rendimento da venda dos produtos do caju (castanha, sumo, vinho e fruta fresca) vem assumindo uma importância capital na economia familiar e na situação socio-económica da população do parque. Mas esta situação experimenta desequilíbrios importantes, sobretudo causados pela queda do preço da castanha no mercado nacional e internacional. Estes combinados a deterioração do clima e quebra nos rendimentos das culturas, poderão levar, a expansão das áreas das culturas alimentares, em especial do arroz, sobretudo nas áreas mais a sul do parque, inclusive aumentando a pressão sobre os demais recursos destas áreas. As ocupações ligadas as atividades agrícolas ocupam a parte essencial do tempo ativo da população.</p>
3	Criação de gado	<p>A criação de gado é ainda muito extensiva. É específica pelo facto do gado ser marcado e solto, tornando-se bravios, pelo que em caso de necessidade tem que ser capturados ou abatidos. A população islamizada de Uite, constitui neste particular uma exceção a regra, pois que dedica mais atenção ao gado e inclusive produz e transforma o leite bovino. Em geral o gado, tem um papel muito importante na economia familiar, como poupança ou mesmo como produto de renda. A criação de gado tal como é feita, gera conflitos ou concretamente disputas em tono dos pontos de agua, não só com os homens, mas também com os animais selvagens, sobretudo nos períodos de seca.</p>
4	Exploração florestal	<p>A exploração florestal tem por base a exploração dos palmares naturais e a dos “Tarreiros” que é efetuada essencialmente nas secas. A exploração do palmar é muito extensiva e destina-se essencialmente a produção do vinho, do chabeu e do óleo de palma. A parte comercial da produção do óleo de palma, está muito sujeita, as oportunidades de venda e as possibilidades de transporte. O potencial de exploração</p>



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

		do palmar é enorme na Ilha de Canogo onde extensas superfícies são cobertas por formações densas de palmares naturais
5	Exploração de tarras “tarreiro”	A exploração do “Tarreiro” (áreas povoadas pela “tarra”, <i>Raphia sp</i>), destina-se essencialmente a produção de matéria-prima, para a confecção de esteiras, moveis (cadeiras, estrado, etc.) para o mercado de Bissau. A ilha de Orango é em geral muito especializada nesta produção, na qual se salienta a produção de esteiras efectuadas pelas mulheres. A produção de esteira é uma atividade muito intensiva, até períodos recentes exclusivamente efectuada pelas mulheres, e para as quais representa uma fonte importante de rendimento monetário. A esteira pode ser mesmo considerada como uma dos principais produtos de exportação da Ilha de Orango, isto considerando os volumes exportados e os ganhos deles resultantes. Dois factores são considerados limitantes nesta produção: a capacidade de reprodução dos Tarreiros e o transporte dos matéria prima para a confecção de esteiras. Esta matéria prima, é transportada à cabeça pelas mulheres, em longas marchas, á partir das zonas de produção para as respectivas tabancas. Uma vez produzidas, as esteiras são transportadas, igualmente, da mesma forma, até ao porto de Eticoga, donde parte para os principais centros de comercialização, isto é, Bubaque e Bissau.
6	Exploração da palha,	A exploração da palha, que é usada na cobertura das casas e que em algumas áreas constitui fonte de rendimento importante para as mulheres em algumas ilhas do Complexo de Orango, como é o caso, por exemplo em Orangozinho. As áreas sujeitas a exploração destes produtos, as lalás”, são sujeitas a queimadas frequente, o que não só afugenta os animais, mais igualmente, quando descontrolado, contribui para a degradação das formações vegetais próximas e/ou mesmo, as vezes causando danos e prejuízos ao nível de tabancas. A gestão do m’pampam, a expansão do cajú e a atividade agrícola e a exploração florestal, são, em geral, pouco consideradas no processo de gestão do parque.
7	Coleta ou extração de Combe	A coleta e o consumo de Combê é extremamente importante e elevado entre os Bijagós e constitui uma das suas fontes proteicas principais. A colecta de moluscos (Combê, Ostras, Gandi e Cundjurbedja) e sua transformação para o mercado de Bubaque e Bissau tem vindo a aumentar, particularmente nas ilhas de Canogo, Menegue, sobretudo dado a importância comercial que vem assumindo, nos mercados locais e na economia familiar.
8	Pesca artesanal	A pesca é em geral ainda, salvo raras excepções, essencialmente uma pesca de subsistência, na qual maioritariamente é utilizado a rede de arremesso (“ <i>ridia de ramanga</i> ”). Num passado recente, as armadilhas (“ <i>impande</i> ”) e o arpão tradicional (“ <i>canhaco</i> ” ²⁶) eram mais utilizadas pois que, outras artes de pesca, eram pouco conhecidas. Pelo seu potencial económico, verifica-se uma tendência de substituição das outras actividades produtivas, como a agricultura a exploração do palmar natural, etc pela atividade de pesca. Igualmente importante é o facto de esta atividade ter sofrido um certo desenvolvimento, com a influencia dos pescadores estrangeiros dos

²⁶ A extremidade destes eram reforçados com ossos do peixe espada



		acampamentos de pesca anteriormente existentes.
9	Uso das águas do PNO para a pesca comercial	<p>Toda a área do marinha-aquática foi num passado recente uma das principais zonas de pesca do Arquipélago. Inicialmente muito estimulada pelas estruturas de promoção do sector, que na Ilha de Bubaque, ilha de Bolama e ilha de Uracane criaram centros de pesca, com ajuda financeira internacional, destinadas a apoiar os pescadores nacionais, facilitando a formação, o crédito, os materiais e equipamentos. Não muito profissionais, cedo os pescadores nacionais foram substituídos por pescadores da sub-região em especial da Republica da Guiné e do Senegal, que se instalaram em diversos acampamentos, espalhados nas ilhas do PNO.</p> <p>As práticas de pesca destes pescadores contribuíram para uma degradação rápida dos recursos, pois que para além de não terem uma relação de propriedade com o recurso, no seu modo de operação tinham por base exclusiva, a racionalidade económica, isto é o lucro. Deficiência dos serviços de fiscalização assim como o baixo custo das licenças e o alto valor no mercado de alguns dos seus produtos (peixe de primeira, escalada, barbatanas, peixe fumado, etc.) levaram a um crescimento rápido destes pescadores assim como das suas frotas, aumentando. Aumentaram os atos de pirataria e os acampamentos proliferaram em todo o Arquipélago, algumas vezes inclusive, em áreas muito sagradas da população Bijagós. Só muito recentemente com a criação do parque e a implementação de medidas efetivas de gestão destes acampamentos foram desmantelados. Mas os atos de pirataria ainda continuam, não só por deficiências na fiscalização, mas igualmente, devido a fraqueza das estruturas do parque em manter ações de monitoria, seguimento e fiscalização de forma permanente e efetiva.</p> <p>Pois que, igualmente, muito destes pescadores, transladaram os seus respetivos acampamentos, para as ilhas vizinhas dos limites do parque, como é o caso exemplo dos acampamentos da Ilha de Uno e de Uracane. Constata-se igualmente que Pescadores mais profissionais vêm pescar regularmente nas águas do parque, vindos diretamente dos portos de países vizinhos e sem fazer qualquer escala em terra (PG-PNO,2008).</p> <p>Para as condições do arquipélago, a pesca é um pouco mais intensa e profissional nas zonas de Uite, Uassa, Canogo, Menegue e Sul de Orango grande, que beneficiaram de uma aprendizagem com os pescadores estrangeiros. Igualmente importante é o facto de que, uma vez desmantelados os acampamentos d pescadores estrangeiros, muitos pescadores locais e residentes no interior no parque, se viram motivados a ocupar estes espaços de pesca, inclusive os localizados nas partes mais sensíveis do parque, isto é nas suas zonas centrais. Nestas zonas são constatadas com relativa frequência a instalação de acampamentos provisórios (“Dacas”) de pescadores residentes e a utilização de artes e práticas de pesca dos pescadores estrangeiros, pouco adaptados a persecução dos objetivos do parque. Este é o caso das armadilhas, as redes de monofilamento, as redes derivantes e as de tubarão. Este facto tem levado a situações de conflito entre as estruturas do parque e a comunidade de pescadores locais, sobretudo de Canogo, Menegue e Orangozinho.</p>



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

10	Turismo	<p>O turismo tem dado os seus primeiros passos, sobretudo na área da pesca desportiva, observação do Hipopótamo e no turismo de descoberta. A pesca turista é desenvolvida na zona, a partir dos acampamentos de pesca turística localizados em Bubaque e que recebe essencialmente turistas vindos da Europa e que nas águas do PNO, desenvolvem as suas atividades.</p> <p>A partir do hotel de Orango, o Orango Parque Hotel, é desenvolvido um Turismo de visitação, de praia, de descoberta e de observação do Hipopótamo. Para esta ultima uma pequena unidade de acolhimento com oito camas, encontra-se em construção, servindo de base a uma iniciativa piloto de turismo comunitário de Tabanca e de demonstração de possibilidades de valorização da fauna e em especial do Hipopótamo. O turismo de descoberta é ainda pouco organizado, dependendo muitas vezes dos interesses e da procura dos turistas. Pois em geral não existem ofertas organizada, nem promoção do potencial e de possíveis produtos turísticos da zona. A falta de transportes tem obstaculizado de forma considerável o desenvolvimento do turismo</p>
11	Potencial zona de produção petrolíferas	<p>Todo a área do parque encontra-se incluída no Bloco 3, da qual faz parte toda a Região Bolama-Bijagós. O potencial para a concessão de licenças de prospeção, assim como para licenças de exploração, caso se encontrarem reservas economicamente viáveis são enormes. Atualmente a articulação e a concentração entre as estruturas ligadas ao Ambiente e O Instituto do Petróleo da Guiné-Bissau, a PETROGUIN, são bastante deficientes, o que dificulta a circulação de informação entre estas instituições.</p> <p>Há que reconhecer no entanto, que algumas concessões para prospeção, foram objeto de estudos de impacto, embora estes tenham sido pouco divulgados e discutidos nos meios técnicos nacionais. Em geral poucas informações têm vindo ao público.</p>



2.4. PERCEPÇÃO E PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO PNO

A população Bijagó é depositário de um património e acervo sócio ambiental considerável e muito rica. Nela é reconhecida mecanismos de gestão do espaço e dos recursos, centrados em diferentes zonas de cerimónias e na imposição das mais variadas formas e graus de interdição (no espaço e no tempo) ao acesso a estas como ainda aos recursos e a determinados espaços. Neste sistema, as áreas sagradas parecem desempenhar um papel central, pois que muitas interdições pesam sobre estas. O mecanismos de gestão destas áreas tem uma relação direta com as classes de idade e as cerimónias a elas diretamente relacionadas.

Num passado recente, era interdita em Orango, a captura de animais selvagens, a não ser por estrita autorização real. Infratores apanhados a capturar tartarugas marinhas eram multadas com o pagamento de uma vaca. Animais interditos, capturados acidentalmente e mesmo objetos recolhidos nas praias, eram colocados a frente da Baloba e partilhados por toda a tabanca. Algumas interdições de caça e/ou captura sobre algumas espécies de animais são ainda praticadas.

É de assinalar, que alguns das espécies animais e produtos de algumas espécies vegetais são usados em cerimónias magico-religiosas, pelo que para determinados efeitos são considerados sagrados. Por isso os Bijagós consideram-se a si mesmos, como conservadores e que já tinham (antes da oficialização do PNO) e ainda têm um parque. Não são contra a criação do parque e as acções em curso, pois que estas destinam-se essencialmente, a manter e a reforçar as medidas anteriores tradicionais já existente, assim como as suas formas e mecanismos tradicionais de gestão do espaço e dos recursos.

Respeitam o parque não só porque o parque “moderno” veio instalar-se dentro do parque “tradicional” que já existia há tempos, mas também porque teve um impacto significativo na população dos recursos vivos, como das tartarugas marinhas, Hipopótamo, gazela, etc. Aceitam igualmente o processo, porque este destina-se igualmente a proteger, o que eles consideram como seus bens, seus patrimónios e suas propriedades. Nessa perspectiva, não tem nada contra aqueles que, os estão a ajudar a proteger o que lhes pertence.

Atualmente por exemplo já não observam alguns animais que tinham antes como o “peixe verga” (peixe espada ou espadarte), e querem que os seus filhos e netos possam observar ao vivo as espécies que conseguiram conservar até hoje e como fizeram os seus antepassados. Consideram a conservação em geral como uma atividade de interesse público e que se destina a proteger os recursos actuais para as gerações vindouras. A tradição de conservação deve ser mantida em especial pelos mais velhos como fizeram os seus antepassados.

Alias medidas de conservação mais estritas são mesmo reclamações, fora das áreas centrais, como é o caso da tabanca de Ambudco, cuja população afirma, que tudo o que é objecto de conservação na parte Sul de Orango também existem na área da tabanca de Ambuduco. Mas igualmente existe a pretensão de



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

uso, se bem que durável dos recursos naturais, pois que se guardam algo, é para se usufruírem e se alimentarem dele.

Em geral a perceção é de que, com a instalação do parque, verificou-se uma melhoria considerável das condições ambientais, o que é assinalado pela presença de alguns animais e de peixes, sobretudo pela grande presença de hipopótamos e de tartarugas marinhas como é o caso de Anôr. No domínio dos recursos haliêuticos esta regeneração é percebida como impacto do desmantelamento dos acampamentos de pesca, que não só exploravam os recursos haliêuticos da área, como ainda exploravam o Mangal, afetando os habitats de muitas espécies.

Estas atividades afetavam igualmente, as atividades de pesca de subsistência. Em geral há uma satisfação da parte da população com os trabalhos do parque, porque, sobretudo este os ajuda a conservar os seus recursos, pelo que, os seus filhos poderão conhecer e viver dos recursos atualmente existentes. Reconhecem terem recebido alguns apoios do parque, e algumas pessoas conseguiram melhorar as suas condições de vida. Mas também existem uma certa apreensão, pois que considera-se que o processo já dura à muito, inclusive participaram em muitas reuniões, mas até aqui ainda persistem alguns problemas concernentes não só a gestão do parque, mas igualmente problemas ligados ao quadro de vida das populações locais residentes no interior do parque.

Este deve apoiar as populações a organizarem melhor as suas vidas e fornecer o equipamento básico das ilhas do complexo e promover as atividades produtivas das populações. Igualmente consideram haver muitas assimetrias em termos de desenvolvimento sócio-económico do complexo, pois que existem dentro do parque, áreas muito mais pobres que outras e que até aqui beneficiaram muito pouco das iniciativas locais de desenvolvimento promovidas pelo parque.



2.5. VALORIZAÇÃO DO ASPETO CULTURAL, INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PROGRAMA DE MONITORIA E SEGUIMENTO

2.5.1. Representação cultural e valorização do conhecimento/saber tradicionais locais

Tendo em conta a enorme diversidade étnica e cultural e com práticas ancestrais na utilização e exploração dos recursos naturais nos vários aspectos da vida social, cultural e económica na Guiné-Bissau e no PNO em particular. A compreensão dos aspectos ligados aos “saberes tradicionais” pode contribuir para uma melhor compreensão das relações entre a natureza e as comunidades residente no interior do PNO e sobretudo as relações entre as diferentes comunidades (etnias) no que concerne a utilização dos recursos naturais e a sua gestão durável.

No contexto específico africano e da etnia maioritária do PNO, nomeadamente Bijagos, o reconhecimento da existência de outros saberes sobre a natureza e a sociedade em si, deve ser entendido a partir do processo histórico da negação do saber dos outros, isto é, a partir do colonialismo. Por isso, a necessidade de proceder sempre uma avaliação cuidadosa e completa de um processo em que o Sul foi e continua a ser refém do processo de colonização

Nessa ordem da ideia, a forma de conceber propostas alternativas ao conhecimento científico, onde os diferentes saberes terão lugar são aspectos fundamentais e realista na produção de conhecimentos. Pois todos eles possivelmente relacionados e legitimados por quem a eles recorre e os consagra como forma de poder.

É neste contexto que se enquadra a necessidade da proposta para a realização do estudo sobre os conhecimentos e saberes locais no PNO, de forma mais pormenorizadas. Apesar que agora essa área protegida apresenta enorme diversidade cultural e étnica que permitam uma boa comparação tanto no ponto de vista de gestão de espaços e de recursos naturais, como dos diferentes aspectos relacionados com a importância dos sítios sagrados na gestão quotidiana dos recursos naturais, além da identificação desses sítios e o seu mapeamento

2.5.2. Investigação científica

Algumas ações de investigação pontuais têm sido desenvolvidas e orientadas por técnicos do IBAP e/ou por um ou outro investigador estrangeiro, quando a oportunidade se apresenta. Alguns dos resultados foram apresentados acima. Mas não parecem constituir o resultado de um programa coerente e eficiente de pesquisa destinados a suprimir o défice de conhecimento existentes sobre as espécies, os ecossistemas naturais e os sistemas socioeconómicos presentes no interior do parque. Aliás o parque dispõe de recursos humanos insuficientes para estas ações e a cooperação com as instituições nacionais de pesquisa parecem ser muito deficientes e os meios financeiros disponíveis muito insuficientes e



inadequados. Estes factos influenciam a qualidade como os resultados de algumas das ações de pesquisa implementadas no interior do parque.

Para permitir uma melhor qualidade e uma maior eficiência na gestão um programa coerente e adaptado de pesquisa deverá ser desenvolvido. O parque deverá dispor de uma equipe técnica científica mínima e com equipamento adequado, para apoiar as ações de pesquisa. Pertinente é igualmente o reforço da cooperação com as instituições de investigação nacionais e estrangeiras. Para esse efeito, a dinamização do Comité Científico da Reserva da Biosfera nos parece essencial, sobretudo no sentido de aumentar as sinergias e racionalizar os recursos necessários para as ações de pesquisa a desenvolver.

2.5.3. Program de monitoria e seguimento

Algumas ações foram desenvolvidas no âmbito da monitoria e do seguimento, salientando-se sobretudo:

- ❖ Identificação e contagem da avifauna, salientando-se neste particular o caso do papagaio cinzento, da avifauna migradora;
- ❖ O seguimento da população de hipopótamos, na qual uma metodologia específica foi desenvolvida e que está a ser aplicada com o apoio dos colaboradores locais;
- ❖ O seguimento das tartarugas marinhas, se bem que neste ultimo ano, tenha sido menos eficiente devido a participação dos guardas nas mesmas atividades no PNMJVP.
- ❖ O seguimento da pesca turística e da entrada dos turistas na ilha de Orango Grande;
- ❖ A fiscalização das atividades de pesca e o desmantelamento dos acampamentos de pescadores estrangeiros no interior do parque;
- ❖ Animação de algumas ações de desenvolvimento em curso nas ilhas do parque.

Esforços consideráveis foram efectuados em termos de formação dos recursos humanos, sobretudo no que diz respeito a avaliação da eficiência das medidas de gestão no interior do parque, a fiscalização e metodologias e técnicas específicas de monitoria e seguimento de algumas espécies. É no entanto pertinente que um sistema de monitoria e seguimento seja elaborado e implementado, o qual centralizado ao nível do IBAP, deverá encarregar-se, não só da centralização das informações, como ainda do seu tratamento e exploração, de forma a produzir diretivas concretas, práticas e eficientes para as atividades de gestão do parque.



SEÇÃO III: AMEAÇAS, CONFLITOS DE INTERESSES E PRINCIPAIS DESAFIOS

3.1. GRAU E A NATUREZA DAS PRINCIPAIS AMEAÇAS ANTRÓPICAS

A conservação *in situ* é uma prioridade no interior do PNO. As ameaças naturais existentes, embora que em alguns casos, sejam quase impossíveis de gerir, são no entanto muito acelerados pelo impacto das atividades antropogénicas. Pelo que nas linhas seguintes se apresentam um conjunto de ameaças antrópicas, que, mal geridos, poderão por em causa os objetivos para os quais o parque foi criado.

3.1.1. As queimadas

As queimadas são muito frequentes em todas as zonas do interior do parque, sobretudo devido ao descontrolo destas, no quadro do processo da queima de *m'pampam* e das "lalas", na exploração do mel ou ainda na caça clandestina de alguns animais, desde que no parque não é permitido a caça. As "lalas" são regularmente queimadas para estimular o desenvolvimento das ervas, sobretudo das gramíneas que nela desenvolvem e que são utilizadas na cobertura das casas que se segue em baixo da queimada de *m'pampam*. Em geral, quando descontroladas as queimadas não só provocam danos nas tabancas, como ainda, contribuem para a diminuição da diversidade florística em favor das espécies mais resistentes ao fogo. Em determinadas áreas, combinado com a frequência das desmatações, contribuem, para a fragmentação das florestas. É o fator principal de degradação da cobertura vegetal no interior do parque.

Queimadas frequentes, empobrecem as formações vegetais, pelo seu efeito, sobre a composição florística e sobre o tamanho e tipo de formação vegetal e além do mais, a sua prática num ritmo mais intensivo, contribui para a fragmentação da cobertura vegetal, a degradação progressiva do solo e a erosão.

3.1.2. Expansão das áreas de plantação de cajueiros

Atualmente o Caju é o produto de exportação por excelência da Guiné-Bissau. A expansão da sua plantação foi muito estimulada num passado recente, pela enorme procura e pelos preços tanto no mercado internacional como nacional. As Ilhas do Parque de Orango em geral não fogem a regra. No entanto não existem dados sobre as superfícies atuais de plantação e sobre a plantação, embora que se reconhece o seu acréscimo substancial. Mas é sobretudo em Orango grande e em Orangozinho onde se registaram as maiores expansões, consumindo as zonas de pousio, de culturas alimentares assim como as áreas com melhor cobertura vegetal natural, isto é, as anteriores áreas inseridas no ciclo do *m'pampam*. Atualmente os preços do caju registam uma oscilação de grande incerteza para o mercado internacional, desestimulando os produtores de caráter empresarial.

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Nesse quadro, levanta-se o problema não só da conversão das áreas de caju, como ainda do aproveitamento do potencial actual de produção. Pois para estes últimos a capacidade de transformação ao nível dos produtores é muito reduzido. Além do mais há que considerar os impactos socioeconómicos dos rendimentos provenientes deste recurso em especial da castanha, sobre a estrutura de produção das unidades familiares de produção (**Figura 3**).



Figura 3. Imagem de expansão de caju, através da ação de queimaça de m'pampam no interior do parque

Este facto poderá ocasionar maior pressão sobre outros recursos naturais comercializáveis. Terá como impactos imediatos a expansão das áreas agrícolas, para cobrir a falta de arroz obtido pela troca e eventualmente, a procura das terras nas áreas mais sensíveis do sul do parque, para o cultivo do umpampam. Poderá provocar igualmente uma maior pressão sobre a estrutura do parque, sobretudo, no sentido de apoiar alguns sectores sociais, até aqui em parte assumidos pela população e pelo estado.

3.1.3. Pressão sobre os “Tarreiros” – exploração para a confeção das esteiras

As “Tarreiros” são zonas geralmente húmidas, caracterizadas pela presença de uma flora dominante constituída pela *Raphia sp.(tara)*. As “Taras” eram até aqui exploradas pelas mulheres, que dela extraem a matéria-prima necessária a confeção de esteiras, um produto muito típico do complexo de Orango. Do seu sub-produtos os homens confeccionam bancos e “estrados”, os quais começam a ter respetivamente maior valor comercial e uma maior importância nos rendimentos monetário do grupo socioprofissional empenhados nesta atividade.

Pressão considerável causada pela exploração dos “Tarreiros” levou no passado a tomada de algumas medidas de gestão pelas autoridades tradicionais, que levou a suspensão da exploração, por um período de cerca de dois (2) anos de algumas destas áreas. Hoje de novo, a pressão é extremamente elevada, sobretudo causada pela entrada dos homens no processo de exploração dos Tarreiros, estimulado pelo mercado e pela baixa de rendimento com a castanha de caju. Não dominando o processo, sobretudo no que diz respeito a qualidade do produto desejado para a confeção de esteiras, os homens efetuam uma exploração muito abusiva, cortando tudo e originando situações de sobre-exploração. As plantas destes



(*Raphia sp.*) uma vez sem folhas, tornam-se muito mais suscetíveis aos efeitos das queimadas. Queimadas muito frequentes na zona, provocam uma degradação substancial das plantas de “Rafia”, o que retarda o processo de regeneração do “tarreiro”, diminuindo a sua superfície e por conseguinte, restringindo as possibilidades de exploração. Nesta situação, as disputas em relação ao acesso e apropriação do recurso, que é de uso comum, tendem a aumentar. **Imagem 5**, processo de confeção de esteira.

Figura: 5. Actividade de confeção da esteira



Torna-se pois necessário, alguns anos de repouso, para que a regeneração, seja considerável e se restabeleça o potencial de produção anterior. Mas o estabelecimento de mecanismos tradicionais de gestão pelas autoridades tradicionais, mesmo que temporariamente, parece hoje difícil de implementar sem a intervenção do parque.

3.1.4. Aumento de presença antrópica nas zonas mais sensíveis do Parque

Contrariando o disposto na regulamentação, através de RI do PNO, nota-se um aumento progressivo da presença antrópica nas áreas mais sensíveis do parque em especial nas suas zonas centrais situadas no Sul do Parque.

Esta presença está relacionada não só com o desmantelamento dos acampamentos de pesca, mas também com a necessidade de afirmação de uma ocupação e apropriação da área, mas contrárias aos objetivos do parque. Alias, são exemplos desse facto, a persistência, nas algumas localidades de forma disfarçada, em constituir e manter acampamentos por parte da população residente e que reclamam serem donos da zona, assim como, da resistência da população de Imbone em serem deslocadas para zonas com maior acesso aos serviços sociais.

3.1.5. Diminuição das áreas das colónias de nidificação

Constata-se que algumas áreas de nidificação, como as do banco de Adonga desapareceram completamente devido a erosão e a submersão destes, no período das marés vivas, restando na zona, unicamente, as do ilhéu de Acapa-Imbone. Alias uma outra área de nidificação situada no prolongamento desta ilha desapareceu igualmente. A presença frequente de pescadores na área, levantam outras preocupações em termos de monitoria e seguimento desta zona. Pois que presença frequente e constante de pessoas, podem originar a mudança da colónia para outras paragens, mais sossegadas e menos perturbadas pela acção do homem.

3.1.6. Captura e diminuição da população de papagaio cinzento

É uma constatação geral, que a população de papagaio cinzento encontra-se em diminuição. Segundo a população a frequência da sua observação diminui bastante nos últimos anos, facto que poderá estar relacionado, com a diminuição e fragmentação do coberto florestal de grande porte, a diminuição e o desaparecimento de algumas espécies florísticas de cujos frutos se alimenta, sobretudo causada pela expansão do umpam-pam. Disputas pela alimentação originam a divisão dos bandos em grupos mais pequenos e que se dispersam na procura de novas zonas de alimentação, de nidificação e mesmo de repouso.

Apesar do decreto presidencial N° 21/80 proibir a sua captura, a sua comercialização e o seu cativeiro são praticadas. As capturas para fins comerciais parecem ainda muito frequentes. A diminuição da sua população também poderá estar relacionada com as capturas para estes fins, o que é muito estimulada pela procura - pois que é muito usado como animal de estimação, por cantar, ser inteligente e puder imitar algumas palavras – e pelos preços praticados no mercado.



Para a sua conservação, põem-se não só o problema do controle das capturas como ainda da conservação dos seus locais de nidificação, de repouso e sobretudo de alimentação. Estas áreas são muito críticas para a sua sobrevivência. Mas a conservação de áreas de florestas podem entrar em contradição com o ciclo do m'pampam, em algumas áreas. Áreas do m'papam estão frequentemente a aumentar, devido ao aumento crescente do défice pluviométrico e a queda dos preços da castanha do cajú. Estes factos poderão estar na origem da diminuição da população desta espécie de ave.

3.1.7. Caça clandestina e captura de espécies protegidas/ameaçadas

Verifica-se que a caça e a captura de espécies protegidas, apesar das ações de educação e sensibilização, ainda continuam dentro do perímetro do parque em todas as tabancas. Neste particular observação, salienta-se o caso geral da captura de exemplares vivos e ovos das tartarugas marinhas, a pesca de espécies cartilaginosas e a caça de macacos, gazela pintada e aves. A caça dessas espécies não se resume apenas praticada por população residentes, mas também não residentes ou de forma indirecta como responsáveis pelo incentivo dessa caça e captura, isto criam a oportunidade de mercado com preço atrativo, como exemplo concreto de papagaio cinzento.

Estes ações são geralmente capturados nos ninhos, quando ainda são muito juvenis ou ainda através do "binhalé" (cola confeccionada na base da seiva de algumas árvores). Estas colas são então untadas em galhos previamente colocados próximos dos seus locais de alimentação e/ou repouso. Como ainda por pescadores clandestinos que quando entram no perímetro do Parque, ainda aproveitam para caçar, sobretudo nas ilhas do sul, com pouca densidade populacional.

Recentes ações de monitoria e seguimento de praias, demonstraram que nos últimos anos, as ações de captura de tartarugas marinhas se intensificaram, desrespeitando o regulamento em vigor, assim como as regras tradicionais que protege esse espécie. Igualmente foram observadas inúmeras carcaças de tartarugas mortas nas praias, sobretudo nas praias das Ilhas do Sul. Tal facto se deve, eventualmente, a reduzido nº de guardas do PNO para fazer face a cobertura de toda a área do parque para fiscalização efetiva, em simultânea na participação das outras campanhas tais como na campanha de anilhagem em Poilão e a também, por várias razões, a monitoria e o seguimento das praias não ter sido efetuado durante um longo período de tempo.

A população considera mesmo ter havido um aumento significativo da população de algumas espécies de tartaruga, pelo aumento da frequência de observação de indivíduos desovando nas praias, pelo que, existe mesmo uma pressão, para concessões de autorização de capturas para a alimentação.

3.1.8. Pressão para o acesso ao espaço de pesca no interior do parque

No passado a pressão sobre os recursos haliêutica foi considerável através do estabelecimento de acampamentos de pesca nas zonas mais sensíveis do parque. Estes eram constituídos essencialmente por estrangeiros, sem nenhuma relação de propriedade com o recurso, pelo que exploravam este desenfreadamente sem as mínimas considerações de ordem ambiental e/ou moral. Estes acampamentos foram entretanto desmantelados, o que tem estado a ter, segundo a população, impactos positivos na reprodução destes recursos. Mas alguns reclamam ainda da falta dos serviços que lhes era prestado através destes acampamentos. Pois que nestes podiam vender alguns dos seus



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

produtos, comprar algumas mercadorias de primeira necessidade, encontrar trabalho, medicamentos e ter possibilidades de transportes. Este ressentimento cresce na medida em, pouco foi feito, para melhor as suas condições sócio-económicas.

Nestas condições aumentam a pressão para, o equipamento dos grupos de pescadores residentes, mas em geral, também para o acesso as zonas de pesca deixados pelos pescadores expulsos dos acampamentos desmantelados. Esta última reivindicação, por sua vez, infringem as disponibilidades do regulamento do parque. Muitos pescadores residentes e não residentes infringem frequentemente as zonas marinho-aquáticas do parque, retornando a estas as antigas zonas de pesca, sobretudo quando as ações de fiscalização são menos intensas.

Embora em termos de intensidade, profissionalização se possa diferenciar a pesca dos residentes e não residentes e entre estes e os estrangeiros, em geral, todas elas quando não observam os objetivos do parque e os princípios de uma pesca responsável, poderão ter impactos muito negativos.

3.1.9. Impactos de processos de prospeções e eventuais explorações petrolíferas e riscos de derrame de hidrocarbonetos

Ações de pesquisa e prospeção nas águas nacionais encontra-se em curso embora se desconheça os seus resultados. Não são conhecidos os meios utilizados nesta atividade de prospeção⁴⁰ assim como as medidas de proteção contra os seus potenciais impactos negativos⁴¹. Além do mais, o nível das perspectivas criadas por estas prospeções não coadunam como forma como as informações sobre os mesmos são geridos. Na prática estas são pouco acessíveis, não permitindo uma verdadeira participação da opinião pública na definição de políticas, estratégias e programas⁴³ inerentes a exploração deste recurso. Entretanto é possível tirar lições e ilações das várias experiências sub-regionais, de forma a evitar os potenciais conflitos sociais em tona da distribuição dos rendimentos do petróleo.

Caso venha a ser encontrado reservas comercialmente viáveis persistem riscos e impactos potenciais a gerir no processo de extração e estocagem do petróleo bruto os quais devem ser considerados na proteção dos Parques Marinhos, uma vez que a maior parte dos blocos, se localizam na plataforma marítima, isto é dentro ou nas imediações dos limites da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós. É evidente que será difícil impedir a exploração do petróleo caso ela venha a ser encontrada, até porque seria difícil de justificar moralmente, num país pobre como a Guiné-Bissau. Mais é igualmente a responsabilidade do Governo, que esta seja efetuada de forma a não se constituir numa “monocultura do petróleo” isto é hipotecando todos os demais patrimónios naturais ligadas a essas áreas de exploração.

3.1.10. Acesso e passagem de navios – o contexto regional

Considerando que os limites do parque se situam ao nível das isóbatas de 10 m, as áreas contíguas, são essencialmente, zonas mais profundas, muito importantes como zonas de pesca e de passagem de navios de pequeno e de grande porte, embora estes últimos, quase que exclusivamente, utilizando os canais mais ao largo.



Petroleiros, barcos de pesca, navios contentores transitam com grande frequência ao largo, entre a Europa e as zona petrolíferas do golfo da Guiné, como ainda entre a Europa e os principais portos da costa ocidental de África, alguns dos quais grandes portos industriais. Destes persistem riscos potenciais (derrames acidentais, poluição marítima, acidentes e catástrofes....) cuja gestão ultrapassam de longe as capacidades gestão da estrutura do IBAP ou do parque, mas que reclamam, a existência de um sistema de alerta rápido como de um sistema mínimo de proteção, até que, possíveis ajudas da sub-região e internacional possam chegar ao local.

Dado a interdição de pesca de não residentes nos perímetros do parque e a fraca frequência das ligações marítimas, poucas pirogas frequentam as zonas do interior do parque. Mas toda a área marinho aquática do arquipélago e em especial do Parque de Orango é vista como zona de pesca por excelência pelos pescadores da sub-região.

3.1.11. A diminuição das chuvas e seus efeitos

Embora não suportado por dados, verifica-se uma diminuição progressiva das chuvas, com impactos significativos na produção vegetal e na produção biológica das espécies em geral. A vegetação já afetada pelas condições edáfo-climáticas são mais evidente hoje em dia, tende a ser progressivamente substituída, ou seja progressivamente compostas por espécies mais resistentes a seca, perdendo-se em partes os recursos genéticos, mais adaptáveis aos efeitos das alterações climáticas que se verificam não só ao nível do parque, mas sim na Guiné-Bissau e no mundo em geral.

3.1.12. A subida do nível do mar e os efeitos das marés e correntes marítimas

Em média a topografia é fracamente ondulada e muito baixa, com altitudes médias entre 3 a 7 metros acima do nível do mar. Os pontos mais elevados se localizam a Sul de Orango Grande e Orangozinho em que na Ilha em média se situam entre os 12 e os 18 metros. Sendo formada em geral por zonas muito baixas em relação ao nível do mar, estas podem em geral ser muito afetadas por qualquer subida do nível do mar mais considerada. Alias subidas do nível do mar de cerca de 1 metro, poderão afetar entre 40 a 60 % da superfície terrestre do complexo.

Enquanto, os efeitos destes é mais verificado na parte Sul do complexo, onde em consequência desta dinâmica, mudanças rápidas têm lugar, não só na linha de costa, como no perfil de praias e na configuração dos bancos da area. Muitas zonas de acumulação e de erosão são a assinalada nesta área. O desaparecimento de um dos bancos de Adonga, utilizados como colónia de nidificação pela avifauna é uma das consequências deste efeito erosivo provocado pela dinâmica das marés.



3.2. CONFLITOS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO E USO DOS RECURSOS DO PARQUE

Os conflitos maiores e mais frequente em torno do direito de propriedade e de acesso aos recursos naturais presentes no interior do PNO. A distribuição dos benefícios diretos e indiretos do parque é um outro aspeto potencial conflito e que tendem a agravar nos últimos anos, devido a falta de meios financeiros para melhor implementação dos programas para o desenvolvimentos das Ilhas e apoio das iniciativas geradores de rendimentos em especial, das suas zonas mais encravadas, como é o caso das tabancas longínquas das ilhas do complexo de Orango.

3.2.1. Conflitos entre a população residente e a estrutura do parque

3.2.1.1. Conflitos em torno das ações de desenvolvimento local

Persiste um conflito latente entre as tabancas e entre as ilhas, sobretudo entre as “mais” e as “menos” beneficiadas com as iniciativas de desenvolvimento, promovidas ou não, pelas estruturas do parque. Pois que segundo o resultado das entrevistas é Eticoga²⁷ em Orango Grande que mais beneficia por nele se localizar a sede do parque.

Todo o Norte de Orango Grande, Orangozinho e Algumas Tabancas de Canogo e Menegue, consideram-se desfavorecidos em relação as iniciativas do parque. Isto apesar de frequentemente colocar os seus problemas nas reuniões Conselho de Gestão. Esta contestação encontra-se igualmente inserida numa estratégia para chamar a atenção do parque, sobretudo através de reclamações²⁸ e ameaças de por em causa as medidas regulamentares do parque. É reclamada uma maior justiça e harmonia na distribuição destas iniciativas pelas tabancas do parque.

Em geral são conflitos que resultam da incapacidade da estrutura do parque em dar respostas não só a solicitações em termos de ações de desenvolvimento, como ainda as resultantes da incapacidade logística e financeiras em responder a solicitações urgentes da população (transporte de doente, apoios a realização de cerimónias, etc.) . Estas “falhas” são entendidas como falta de interesse em responder a estas solicitações, o que leva muitas vezes a população a reclamar de que no interior do parque se dá mais atenção aos animais do que a condições de vida das pessoas.

²⁷ Alguns consideram que o PNO é de Orango grande, pois a sede se encontra lá, e quase só a população de Eticoga beneficia dos serviços do parque. Dada a situação é as vezes difícil é encontrar argumentos em contrário

²⁸ Alguns afirmam terem de pescar, apanhar tartaruga, mesmo na zona de preservação integral, isto é, põem em causa a regulamentação do parque, pois que não sentem que o parque existe para eles, isto é, não têm nenhum benefício direto com o parque e não têm outras alternativas para resolverem os seus problemas



3.2.1.2. Conflitos ligados a distribuição dos rendimentos do parque²⁹

Estes “rendimentos” provem da cobrança de entradas no parque, entradas para a pesca desportiva, observação de Hipopótamo³⁰ em Anôr e das multas aplicadas, as diferentes infrações cometidas dentro do perímetro do parque. É guardado numa conta especial do IBAP. A modalidades de gestão destes rendimentos, embora que fixados pelo regulamento do parque, em geral não satisfazem a população, subsistindo conflitos latentes em ralação a este facto. A sua existência cria ansiedade e expectativas que não correspondem aos valores arrecadados, isto porque, não há um mecanismo específico de circulação de informação sobre estes.

È de salientar neste particular o caso especifica de Anôr³¹, que no passado geriu de forma autónoma os rendimentos das observações do Hipopótamo.

3.2.1.3. Conflitos causados pela depredação ou estrago das culturas pelos animais protegidos

A depredação das culturas por alguns animais protegidos em especial do Hipopótamo³², da gazela e do macaco no interior do parque, tem alimentado um conflito latente entre a população e as estruturas do parque. Não estão contra estes animais, pois que em geral respeitam a sua existência e em especial do Hipopótamo³³. Mas estes animais atacam e consomem regulamente, partes consideráveis da produção agrícola, em determinadas áreas do parque.

Os residentes justificam o facto com o aumento da população destes animais dentro do perímetro do parque, assim como a interdição da caca, a qual teve no passado um efeito regulador sobre este, e ao mesmo tempo, afugentava os animais das zonas com forte presença de pessoas. Mas na verdade esta depredação existiu sempre. Mas os seus impactos podem ser atualmente mais ampliado, devido a um complexo de fatores entre as quais a diminuição da produção alimentar, a degradação da situação socio-económica, as possibilidades de compensação destes estragos³⁴ a própria criação do parque. Estes fatores fundamenta-se os conflitos em torno da depredação dos animais.

Mais a falta de uma solução consensual sobre o assunto, poderá levar a que certos sectores da população se oponham aos objetivos do parque. Há que considerar que este conflito poderá ter outro desenvolvimento caso estas ações de depredação venham a ser acompanhadas com o grau de prejuízos

²⁹ Artigo 19º da lei-quadro propõe a seguinte distribuição das receitas dos parques: 40 % para o fundo especial do parque; 40 % para o conselho de coordenação das áreas protegidas; 20 % para a região. Estas no entanto variam para cada parque.

³⁰ Conhecem bem as lagoas, os quais tem nomes respetivos e que foram assinaladas nos mapas. Estas nas chuvas têm uma ligação com o rio de Anôr. Segundo os homens grandes da tabanca, cada uma das lagoa tem um dono, isto é, um “*irã*” protetor.

³¹ Anteriormente beneficiavam das receitas do turismo e tudo foi alterado sem uma concentração previa, o que julgam incorreto

³² Segundo a informação dos populares estes frequentem os arrozais num ritmo determinado, isto é regressando cada 6 a oito dias em função da regeneração do arroz.

³³ Este para além de ser muito carismático é ainda um animal mítico e muito respeitado pelos Bijagós

³⁴ As perspectivas de compensação destes estragos foram criados a partir dos trabalhos anteriores, nas quais se procurou estimar os níveis e os custos desta depredação. Solução sempre adiada pelas estruturas de gestão do parque, face a estas compensações, é no entanto, constantemente reclamada pela população.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

ou perdas de vidas humanas³⁵. A direção do PNO está perante incapacidade imediata (curto ou médio prazo) de solucionar este problema.

A População quer, em geral, continuar a colaboração com os parques, para assegurar a conservação dos recursos de que depende, apesar dos problemas de depredação. Nesse sentido, segundo plano de gestão (2008) o homem grande de Anôr solicita que lhes seja atribuído anualmente três mil francos, assim como tabaco e canapara as cerimónias de “*rónia*” no “*irã*” da tabanca. Este “*irã*” foi construído em Eticoga e entregue posteriormente a tabanca de Anôr e tem ligações com os Hipopótamos. Existe a crença no seio da população de Anôr, que são estas cerimónias que nos permitem observar os Hipopótamos e afastam o perigo e ou os riscos potências que poderão ser provocados por estes.

Os jovens de Anôr solicitam igualmente que lhes seja concedido uma parte, pois que é através desta, que organizam convívios, nas quais convidam outras tabancas que nela participam. Segundo a informação dos populares estes frequentem os arrozais num ritmo determinado, isto é regressando cada 6 a 8 dias em função da regeneração do arroz.

Este para além de ser muito carismático é ainda um animal mítico e muito respeitado pelos Bijagós. As perspetivas de compensação destes estragos foram criados a partir dos trabalhos anteriores, nas quais se procurou estimar os níveis e os custos desta depredação. Solução sempre adiada pelas estruturas de gestão do parque, estas compensações, é no entanto, constantemente reclamada pela população. Muitos sentem receio de enviar as crianças para vigiarem os arrozais com medo de que lhes aconteça algo. Da mesma forma evitam de frequentar certos rios devido ao facto de neles Hipopótamos terem ameaçado atacar algumas canoas.

Embora não se recomende a tomada de nenhuma medida precipitada que poderá ter como ameaça da população das espécies em causa, recomenda-se que soluções intermediárias possam ser ensaiadas até que se consiga uma solução mais durável para os problemas. Processos experimentais para a diminuição desta depredação poderão ser ensaiados, como por exemplo:

- Instalação de vedação elétrica contra Hipopótamos;
- Mistura de outras plantas com o arroz (por exemplo a malagueta³⁶;
- Apoios alimentares, mais sem conexão direta com estas depredações;

Um sistema de “seguro comunitário da tabanca” contra a depredação poderá ser estabelecido, com base nas cotizações das famílias (em dinheiro ou produto) e complementados com fundos da FIAL. Este destinar-se-á a apoiar as vítimas desta depredação na tabanca, assim como vítimas de outros tipos de fatores que possam afetar a produção e a população no interior do parque.

No caso específico do Hipopótamo torna-se cada vez mais pertinente estimar o tamanho real da sua população assim como a sua distribuição no interior do parque de forma a estabelecer uma zonagem agrícola suscetível de dominar potencialmente as possibilidades de depredação causados por estes animais. Esta medida poderia ser reforçada com a ampliação do aproveitamento eco-turístico do

³⁵ Muitos sentem receio de enviar as crianças para vigiarem os arrozais com medo de que lhes aconteça algo. Da mesma forma evitam de frequentar certos rios devido ao facto de que os Hipopótamos terem ameaçado atacar algumas canoas

³⁶ Já foi experimentado e com resultados contra a depredação de elefantes.



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Hipopótamo com a identificação de novos sítios de observação. Aproveitando o rendimento destes para iniciativas locais capazes de diminuir o impacto da depredação.



3.2.2. Conflitos em torno dos recursos haliêuticos

No interior do parque, até períodos muito recentes, os recursos haliêuticos da zona foram observados como recursos de acesso livre. Esta perspectiva cria uma polarização bastante grande entre os diferentes utilizadores dando origem diferentes tipos de conflitos que resultam particularmente de um posicionamento muito intransigente na defesa dos seus respetivos interesses. Com a criação do parque e especialmente com o seu plano de zonagem e regulamentação o potencial e a possibilidade de solução destes conflitos e a harmonização e a conciliação entre os diferentes interesses são maiores.

3.2.2.1. Conflito entre população e pescadores

Em geral a população não é contra os regulamentos inerentes a prática das atividades da pesca nos limites do parque. Mas ao contrário o sentimento reinante é de como afastar os infratores isto é pessoas a revelar que ainda pesca dentro dos limites do parque. Querem que o parque os ajude a proteger os seus rios e as suas riquezas.

A invasão de pescadores estrangeiros a área de pesca do arquipélago e a instalação dos seus acampamentos em algumas ilhas, originou uma degradação considerável dos recursos haliêuticos. Pelo que, o início da instalação do parque foi marcado, por queixas constantes da parte da população e dos pescadores locais e nacionais, porque não conseguia pescar nas praias ou tinham que se deslocar muito longe para poderem realizar alguma captura respetivamente. Dando resposta a esta preocupação foi estabelecida uma zonagem considerando as necessidades de reprodução dos recursos haliêuticos e os acampamentos localizados no interior do parque foram desmantelados. A atividade de fiscalização tornou-se mais agressiva e persistente.

Em geral, hoje em dia, há um sentimento de satisfação por parte das populações, em relação a destruição dos acampamentos de pesca, apesar de algumas pessoas afirmarem o contrário. Portanto, hoje um sentimento geral de que se verificaram melhorias consideráveis na disponibilidade dos recursos haliêuticos, o qual está a regenerar significativamente, pois que, os pescadores tradicionais voltaram a poder pescar tal como faziam no passado, quando pretendiam fazer cerimónias tradicionais tal como “*catoré*”. Mais factores de ameaça ainda persistem tais como alguns conflitos em torno do recurso que necessitam de ser progressivamente saneados.

Há um conflito latente entre a população e os pescadores em geral. Estes advêm sobretudo da ocupação progressiva das zonas mais sensíveis, após o desmantelamento de acampamentos. Atualmente já não existem os acampamentos que eram muito conhecidos de maiores impactos de conflitos nomeadamente em Amupa, Menegue e mesmo em Imbone e Canogo. As vezes acampavam mesmo, de forma geral sem consentimento da população, que sempre não estavam de acordo com estes acampamentos.

Os acampamentos foram desmantelados, mas conflitos persistem com alguns residentes, os locais originários não residentes, pescadores das ilhas vizinhas e pescadores estrangeiros. Além do mais há desembarque frequente de peixe nas praias, sobretudo tubarão, em quantidades enormes que



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

ultrapassam mesmo as capacidades de consumo das tabancas próximas e que poluem as praias. Mesmo os residentes escondem e trazem outras pessoas para pescar no interior do parque³⁷. Estes trazem redes sobredimensionadas e dizem ser para a pesca de subsistência. Este facto é visto como um prejuízo pelos demais residentes do parque, pois que, é entendido como um atentado a sobrevivência das gerações futuras. Ainda é considerado um desrespeito em relação aos acordos assumidos com as autoridades do parque, mais especificamente nas negociações sobre a sua zonagem e o seu regulamento. Consideram em geral que as pessoas não podem voltar atrás uma vez as decisões tomadas.

A diminuição e o impacto da pesca é remetido aos pescadores estrangeiros se bem que atualmente os pescadores nacionais e mesmo pescadores residentes utilizam as mesmas artes e as mesmas praticas de pesca. Além do mais o eventual impacto da pesca industrial não é percebido e por isso negligenciado.

3.2.2.2. Conflito entre pescadores residentes no parque

A maioria dos pescadores não são profissionais e exercem esta atividade para a subsistência utilizando seja a rede de mão e/ou a rede de tainha e praticando a pesca nas praias ou nos rios próximos, por não disporem de canoas motorizadas. Alguns destes pescadores são obrigados a pescar com pescadores não residentes ou a venderem o seu pescado diretamente a estes, por não disporem de outras alternativas. Mas um numero muito reduzido de pescadores dispõem de canoas e motor, que lhes permite efectuar a pesca mais longe. Este são os casos dos pescadores sobretudo sediados em Amupa, Uassa e Uite praticam a pesca nas zonas mais sensíveis do parque, onde organizam “Dakas” (acampamentos temporários de pesca) e contrariando o disposto na regulamentação e utilizando métodos e técnicas³⁸ anteriormente efetuados pelos pescadores dos acampamentos de pesca desmantelados. O potencial para a diminuição do rendimento dos demais pescadores é grande, uma vez que utilizam redes de grande tamanho e práticas de pesca que muitas das vezes vão contra os objetivos do parque.

Continuando esta tendência a intensidade do conflito poderá aumentar, acompanhando este processo.

Alguns justificam a invasão das zonas mais sensíveis do parque, por não disporem de equipamentos seguros (canoas grandes, equipamento de navegação e de pesca) para puderem pescar fora dos limites do parque. Alguns ainda o justificam com o facto de desconhecerem os limites das diferentes zonas, como ainda as regras que sobre elas pedem. Outros ainda afirmam que a pesca que praticam não é nociva a reprodução dos recursos haliêuticos.

Mas a contrariar estes argumentos de infrações involuntárias são as constantes solicitações de pescadores residentes, mais bem equipados, para o acesso por exemplo ao rio de Anôr, Imbone e as áreas centrais do parque. Constatações de terreno demonstram mesmo a existência de novos acampamentos de pescadores residentes, utilizando inclusive artes de pesca não permitidos³⁹.

³⁷ Alguns pescadores estrangeiros sobretudo, pescadores Soussous da vizinha Republica da Guiné acampam com certa frequência com os pescadores residentes de Uite.

³⁸ Contrariamente as capturas acidentais ainda se efetua por exemplo a pesca dirigida a captura do tubarão.

³⁹ Palangre (*fundiadêra*), redes de tubarão (*ridia de caúdo*), redes monofilamento (*ridia de nailon*), e redes de primeira com malhagem superiores a 75 mm



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Portanto, em alguns casos mesmo, com presença de estrangeiros. A prática de fazer espantar o peixe na direção das redes com o roncar dos motores é frequente. Verifica-se uma pressão interna muito grande relativo a pesca, nas áreas de Menegue, Canogo e Uite, mas sobretudo exercida na parte sul das ilhas, demonstrando a existência de um problema de apropriação dos objetivos e da filosofia incorporada pela zonagem. Esta é ainda acompanhada por reclamações constantes de direito de propriedade e acesso, e ocupação dos espaços, sobretudo em relação aos recursos de uso mais polarizante, que é o caso das pescas, onde a conciliação entre grupos de interesse e sobretudo entre os pescadores é muito difícil. Devido ao potencial económico da pesca, esta atividade vem substituindo progressivamente outras atividades económicas baseadas na exploração de outros recursos naturais⁴⁰. Além do mais a procura dos produtos de pesca dos tubarão⁴¹ tende a aumentar no mercado local, nacional e regional. Pelo que a pressão sobre as pescas, mesmo da parte dos pescadores residentes tenderá a crescer.

Portanto, isso põem-se o problema de fazer respeitar as disposições atuais do regulamento em relação as zonas, inclusive a interdição de estabelecimento de acampamentos nas zonas mais sensíveis do parque.

Põem-se igualmente o problema de fazer respeitar a interdição a pesca dos não residentes e mesmo dos originais não residentes. Neste ultimo caso, o acesso ao recurso nos limites do parque, cria uma brecha na aplicação da regulamentação, enfraquecendo-os, o que no tempo poderá mesmo por em causa as demais medidas de gestão dos recursos da pesca.

Trabalhos profundos de sensibilização, educação e de clarificação dos objetivos da Zonagem revelam-se necessários. Aliás estes são menos custosos e mais duráveis em relação a qualquer sistema de balizagem que se pretenda implementar. Estes devem ser enquadrados nos objetivos gerais de adoção de praticas e métodos tendentes ao desenvolvimento de uma pesca sabia e responsável. Estes devem ser acompanhados entre outros:

- Com uma substituição progressiva das artes de pesca inadequadas com os objetivos de uma pesca responsável, isto é, um programa de reconversão dos pescadores ao uso de redes e artes de pesca permitidas, em substituição por exemplo da rede de monofilamento, de tubarão, redes de primeira com malhagem superiores a 75 mm, etc.);
- Pelo equipamento dos pescadores locais, para que a pesca dos residentes, possa ser deslocada⁴², cada vez mais, para fora dos limites do parque;
- Pela criação de possibilidades locais de comercialização, mas também de um conjunto de facilidades⁴³, ligados a um processo de certificação, de que os produtos foram pescados fora dos limites do parque.
- Ações de extensão e de formação/capacitação dos pescadores.

O equipamento dos pescadores é uma necessidade manifestada pela maioria dos pescadores, mas que deve ser respondida no quadro da profissionalização da atividade e utilização potencial das zonas reservadas a pesca artesanal, isto é, da linha de base as doze (12) milhas náuticas, isto é, fora dos limites

⁴⁰ Por exemplo a exploração da palmeira com objectivos comerciais é cada vez mais relegado para um segundo plano em relação as pescas.

⁴¹ Há que considerar neste particular o efeito da procura das barbatanas de tubarão.

⁴² Estariam espacialmente privilegiados pela sua localização em relação as zonas de pesca situadas fora do limite sul do parque.

⁴³ Subsídio de combustível, equipamentos de pesca, mas também preços mais vantajosos para o produto pescado fora do parque



do parque e fora das zonas reservadas a pesca tradicional. Este processo poderá ser implementado de forma faseada, na medida em que os pescadores forem equipados e formados.

Em geral, os pescadores reconhecem a necessidade de uso sustentado dos recursos da pesca, sobretudo considerando a necessidade das gerações futuras. Mas existe a necessidade, sobretudo numa fase transitória, que as ações de fiscalização em termos de intensidade e frequência, sejam aumentadas até a um nível aceitável, o qual deve ser igualmente acompanhado por um nível de penalidade (multa e confiscação dos materiais) adequado e com efeito dissuasivos.

3.2.2.3. Conflito com os pescadores não residentes

Um conflito latente, nesse aspeto, é o que se verifica entre os pescadores não residentes, sobretudo os pescadores das ilhas vizinhas e as populações residentes do parque, devido a interdição do acesso dos primeiros aos espaços de pesca no interior do parque, mas também pelas constantes infrações destes em relação as disponibilidades regulamentares do parque em que por vezes os pescadores das outras ilhas não conhecem ou por simplesmente ignoram.

Esta interdição ou regulamentação, implementada em conjunto com demais medidas regulamentares, é destinada, a aumentar o potencial de reprodução dos recursos haliêuticas e a estimular o recrutamento para as áreas de pesca no exterior do parque. Mas é uma medida ainda mal compreendida pela maioria da população. Faltam não só os necessários trabalhos de sensibilização e educação, mas também existem uma grande apetência em relação aos recursos da zona. Uma vez desmantelados os acampamentos de pescadores estrangeiros, é pretensão dos pescadores nacionais, ocupar as zonas deixadas pelos estrangeiros, mesmo que tenha, em consequência, uma degradação dos recursos.

Este conflito é igualmente exagerado, através de algumas praticas extra-regulamentares e muito repressivas no processo de fiscalização, os quais, não contribuem para o estabelecimento de um dialogo franco e aberto com os pescadores. É igualmente alimentado pela política do sector, na medida em que os aspetos da conservação são relegados num segundo plano em favor do aumento imperativo da produção da pesca artesanal nacional. No entanto estas políticas, nunca foram suficientemente abordada de forma visionista que dinamiza e formando um sector empresarial forte na pesca artesanal, profissionalizar e equipar eficazmente o sector, de forma a ocupar e utilizar a zona que lhe é reservada pela lei da pesca artesanal em vigor na Guiné-Bissau.

3.2.2.4. Conflitos entre a população e pescadores “residente” e ou “não residente” pela obtenção de licença atribuído pelo IBAP

Constata-se igualmente que muitos originários das ilhas do parque, embora sendo actualmente não residentes, continuam a pescar no seu interior, reclamando serem “filhos” da zona. Foram observados que estes, com as suas canoas e/ou mesmo botes de maior tamanho³⁷, têm rebocado as “canoas de coba” de residentes, para a faina em zonas interditas e muitas vezes também utilizando artes contrarias aos objectivos de uma pesca responsável, inseridas no objectivo do parque. Embora nem sempre bem vista pelos residentes, esta pratica é no entanto aceite, por prover rendimentos para algumas famílias de pescadores residentes. Estes últimos, justificam esta participação igualmente pela falta de



equipamento, inexistência de possibilidades de comercialização ou mesmo de transporte para os centros de absorção como Bubaque ou Bissau.

3.2.2.5. Conflitos em relação as ações de fiscalização

Pelo facto de serem duas estruturas, isto é a FISCAP e Estrutura de Gestão através da Guarda Parques a aplicarem respetivamente o regulamento da pesca artesanal e o regulamento do parque, em que um ou outro não dominam convenientemente o regulamento do seu parceiro, as vezes mesmo, cada um aplicando unicamente o seu regulamento⁴⁴, os procedimentos não são homogéneos, originando impactos indesejáveis e contrários aos objetivos do parque. Certas disposições regulamentares não são muitas vezes observadas unicamente no intuito de efetuar mais arrecadações. Todos estes factos criam sentimentos de injustiça e revolta da parte dos pescadores infratores, mas que deviam ser, em certo sentido, parceiros e beneficiários dos serviços do parque.

Consolida-se a ideia geral de que só a fiscalização é que funciona nos parques. Este facto pode minar os impactos positivos das ações do parque em outros domínios de intervenção. Por exemplo cria-se o sentimento de que pouca importância parece ser dada por exemplo as iniciativas locais e de que é dado maior importância a protecção dos recursos que as necessidades de desenvolvimento local. Este sentimento poderá vir a ser agravado pelo aumento de potencial e capacidade de fiscalização com a instalação do Posto Avançado de Fiscalização de Uite.

Os procedimentos administrativos relacionados com as infrações são para a maioria dos residentes pouco claros e transparentes, em especial em relação as infrações relacionadas com a pesca. Pois que em geral não tem acesso nem informação dos autos destas infrações e em geral desconhecem o destino das multas e dos equipamentos apreendidos neste processo. Existe em relação a estes um conflito latente, pois que muitos para além de reclamarem o endurecimento das sanções⁴⁵ exigem a aplicação e/ou redistribuição das multas em ações de desenvolvimento local e a distribuição dos materiais apreendidos, em especial das canoas e motores, as zonas mais carenciadas em transporte. Mas alguns destes materiais são interditos no interior do parque.

É importante sublinhar que, persiste ainda o conflito de competência sobretudo em relação a fiscalização das pescas, isto é quem deve fazer a fiscalização dentro do parque, quem deve aplicar e receber as multas, aprisionar e confiscar os materiais, etc. Em geral existe nesta matéria igualmente um conflito institucional latente com a FISCAP a Capitania dos Portos e para o qual o IBAP, deve procurar um solução definitiva na base de um acordo entre as partes, e na qual deve ser salvaguardado a competência e a autonomia das estruturas parque, no interior do parque e inclusive sobre esta matéria.

3.2.3. Conflitos em torno da exploração dos “tarreiros”

Este conflito é muito particular a ilha de Orango. As áreas de “tarra” (*Raphia sp*) até aqui foram objetos de exploração conjunta das mulheres das diferentes tabancas de Orango. Os homens, principalmente os

⁴⁴ Sobretudo quando não se trata da fiscalização participativa

⁴⁵ Todo o material usado nas infrações devem não só ser apreendidas mas sim definitivamente confiscado. O valor das multas deve ser diferenciado entre residentes, não residentes e agravados para os casos de reincidência e repetição, de forma a ter um impacto dissuasivo e impedir situações de repetição das mesmas infrações pelos mesmos infratores



jovens, só aproveitavam o subproduto desta exploração para a confeção de bancos, estrados, etc. É uma exploração de certo modo intensiva de um recurso de uso comum, pós que ninguém é excluído da exploração, apesar de ela ter sido feita só por mulheres. Mas era também uma exploração seletiva, pois que só os ramos com qualidade eram extraídos ou maiores. As plantas jovens em regra são excluídos desta exploração e deixados para explorar mais tarde, porque os ramos destes em geral são muito fino e delas não se extrai matéria-prima de qualidade e quantidade para a produção de esteiras.

Eventuais potenciais de degradação e foram sempre contornados, através de interdições a exploração, que eram impostos por um período de um (1) a três (2) anos e sobretudo destinados a recuperação das áreas de “tarreiros”. Atualmente os homens entraram nesta atividade, intervindo sobretudo no corte dos ramos da “tara”, para a produção de matéria não só para a produção de esteiras, mas igualmente de bancos e estrado de “tarra”. A importância comercial de bancos e estrado tem estimulado igualmente estimulado esta exploração.

Os homens exploram muito intensivamente em relação a mulher, não poupando as plantas mais jovens, deixando as “tarras” completamente sem folhas, o que os impede de guardar humidade e os torna mais sensíveis ao fogo. Com o fogo as áreas dos “tarreiros” diminuem e por conseguinte o potencial de produção torna-se mais baixo. Sendo um recurso comum de acesso aberto e não exclusivo, cada um procura, através de uma concorrência renhida, extrair a maior parte possível, engendrando, uma degradação progressiva do “tarreiro”. O envolvimento das estruturas do parque é deveras pertinente, não só no intuito de conservar os “tarreiros”, mas também de preservar uma das atividades tradicionais das mulheres de Orango e geradoras de rendimento.

3.2.4. Conflitos com caçadores residentes e não residentes

Esses conflitos, referese da interdição por parte da lei da Reserva da Biosfera, em que ainda muitos caçam no interior do parque, embora não seja uma atividade intensiva. Estes são essencialmente alguns residentes, pescadores não residentes e mesmo caçadores não residentes. Não se conhece atualmente o seu impacto, uma vez que não existem dados sobre a atividade, isto é, o número de caçadores, a quantidades de presas abatidas, etc. Muita das vezes trata-se de espécies protegidas.

Nesta atividade frequentemente são também abatidas porcos e/ou vacas julgadas selvagens, mas que são pertença da população residente e gera situação de conflitos.

3.2.5. Conflitos com os operadores turísticos

Realça-se os os seguintes conflitos mais notáveis e centra-se nos seguintes áreas de intervenção dos operadores turísticos.



3.2.5.1. Pesca turística e ou desportiva

Estes conflitos estão relacionados com o desrespeito do regulamento e da zonagem do parque, por parte de alguns operadores turísticos. Os seus botes⁴⁶ entram com pescadores sem o pagamento das entradas devidas e frequentemente instalam acampamentos nas zonas mais sensíveis do parque, como por exemplo no Ilhéu de Canuopa, sem autorização do parque. Igualmente preocupante é o facto de nem sempre respeitarem os regulamentos existentes relativos aos procedimentos de captura das espécies cartilaginosas e a quantidade de captura a embarcar (e/ou desembarcar). Em Bubaque foram constatados em diversas ocasiões venda de pescado, produto da actividade de pesca dos acampamentos (sobretudo sereias).

O desconhecimento da existência do parque, do seu regulamento ou da sua zonagem, são os argumentos frequentemente apresentados para justificar estas infrações. A entrada de turistas e sobretudo de pescadores turísticos no perímetro do parque tende a aumentar, aumentando em consequência não só as preocupações concernentes ao potencial de poluição, como ainda, o potencial de impacto resultantes do aumento da frequência de motores de grande potencial, no espaço marinho-aquático do parque, e sobretudo nas suas zonas mais estreitas, isto é nos rios, braço de mar, etc..

3.2.5.2. Conflitos ligados ao processo formulação legal para instalação das infraestruturas para fins turísticos⁴⁷ pelos operadores turísticos.

Este tipo de conflito têm-se observados em toda a extensão da Reserva da Biosfera em especial em relação aos Ilhéus e ou zonas de grande valor paisagístico, que, em geral, são zonas sagradas, ou em relação as praias, violando as áreas de domínio público marítimo. Mas o mais importante neste conflito é que nos procedimentos de concessão, em geral, na qual participam outras estruturas do estado como a Direção Geral de Cadastro, a Secretaria de estado do Turismo a Administração Local, em geral não se envolve as estruturas do parque, ou o seu órgão de tutela, o IBAP, até que as decisões sejam tomadas, passando estas a ser um acto consumado na pratica. O procedimento em si contraria várias disposições das leis em vigor, em especial a “Lei Quadro das Áreas Protegidas” e o Decreto de Criação do PNO. Nessa, observação slienta-se o conflito entre a população de Eticoga e a estrutura do IBAP na implantação do novo hotel em -----, assim como na gestão do Hotel Parque Orango, concernente a partilha das receitas que por vezes observa-se a deturpação das informações sobre as receitas do próprio hotel.

3.2.6. Conflito com as prospeções e eventuais explorações petrolíferas

Neste particular torna-se pertinente a implementação de algumas medidas⁴⁸ destinadas a implementar as convenções internacionais existente em matérias afins como a Convenção Internacional sobre a

⁴⁶ Na visita de terreno foi observado uma situação de infracção em que o marinheiro acompanhante do pescador desportivo, manifestou desconhecer estar a pescar no interior de um parque, não tinha pago a entrada e tinha no seu bote um “tubarão”, espécie que segundo o regulamento deveria ser lançado de novo a agua.

⁴⁷ Placas confirmando a propriedade de um operador turístico foi fixada na praia localizada a Norte do Rio de Uite, sem conhecimento da população e das estruturas do parque.

⁴⁸ Uma “avaliação de ambiental estratégica” considerando sobretudo a exploração do petróleo, revela-se de grande pertinência para a Guiné-Bissau, sobretudo para avaliar as lacunas existentes na compreensão do meio natural e para a integração do



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Prevenção da Poluição pelos Navios, (MARPOL), a Convenção sobre a “Preparação, Luta e Cooperação em Matéria de Poluição por Hidrocarbonetos” (OPRC), a Convenção para Salvaguarda de Vidas no Mar (SOLAS) e a Convenção Internacional sobre as Normas de Formação, de Certificação e de Inspeção de Navegadores (STCW), e outras disponibilidades suplementares, para colmatar a falta de legislação e regulamentação internacional em matéria de exploração *off shore* de petróleo. Uma Cooperação sub-regional nesta matéria se revela pertinente, uma vez que assiste-se a proliferação de concessões para prospeção do petróleo ao longo das costas dos países da sub-região.

Alem do mais, as atuais subidas de preço do petróleo, estimulam a demanda de concessões nos blocos “*off shore*” da Guiné-Bissau, na qual o parque se encontra inserido.

3.2.7. Conflitos institucionais

Entre as várias estruturas de estado, ainda persistem, alguns conflitos institucionais, surgidos com a lei-quadro das áreas protegidas e a criação do PNO. Existe entre as leis vigentes uma sobreposição de competências, os quais devem ser resolvidos através de uma harmonização horizontal e vertical e com apoios de juristas e especialistas em legislação ambiental. Definição de competências e de limites de cada instituição revelam-se necessárias, entre as várias instituições intervenientes na zona, para tornar mais eficiente a articulação e a coordenação entre estas, em geral, na perspectiva da consolidação das áreas protegidas. Estes são essencialmente sobre:

- a) Conflitos sobre a competência da fiscalização no espaços marinho-aquáticos das áreas protegidas e entre as estruturas dos parques e a Fiscalização das Pescas, FISCAP, sobre a competência em matéria de fiscalização e a repartição dos rendimentos e espólios deste;
- b) Conflitos entre a administração sectorial e regional e a estrutura dos parques, concernentes a coordenação das iniciativas de desenvolvimento e as concessões fundiárias; neste ultimo aspecto persiste igualmente uma zona de penumbra com a Direcção Geral do Cadastro, do Ministério das Obras Publicas Construção e Urbanismo;
- c) Conflitos entre estrutura dos parques e a Direcção Geral de Florestas e Caca, relativos a gestão da fauna, áreas florestais, nas zonas interiores aos parques. Esta direcção dispunha até um período recente de um departamento para a gestão das áreas protegidas;
- d) Conflitos com o Ministério dos Recursos Naturais e a Petroguin concernentes a exploração do petróleo.

A não resolução destes e entre outros conflitos de género, podará originar situações melindrosas capazes de afetar, negativamente, não só a imagem do parque como sua autoridade em relação a estas instituições e em relação aos diferentes grupos de interesse e em especial em relação a população do parque e a técnicos gestores do parque.

sector petrolífero no plano nacional de desenvolvimento e a avaliação dos seus efeitos directos e acumulados sobre o ambiente e a economia.



3.2.8. Potenciais conflitos relacionados com as procuras futuras

Algumas tendências atuais embora que não quantificáveis, mostram uma expansão de determinadas praticas ou um aumento da procura de determinados recursos, capazes de por em causa, o nível atual de conservação e de proteção alcançados no interior do parque ao longo dos anos desde a criação do PNO.

3.2.8.1. Deterioração da situação socioeconómica e pressão sobre os recursos naturais

A demanda de produtos e serviços do parque poderão aumentar no futuro, em algumas áreas de interesse económico e em ralação a determinados recursos. Uma eventual deterioração da situação socioeconómica, poderá levar as populações a uma maior frequências das áreas mais sensíveis do parque, em especial as localizadas mais a sul. Nestas a concentração de recurso, em especial dos recursos florestais e pesqueiros é muito grande, e nesta situação, a população poderá, vir a ser estimulada, pela situação socioeconómico a desenvolver, por exemplo, atividades de exploração nestes domínios.

A pressão em relação a utilização dos recursos faunísticos em especial das tartarugas marinhas poderá aumentar. Estes factos poderão ser acompanhados com tendências de sedentarização, sobretudo nas áreas próximas, das zonas de exploração.

3.2.8.2. Expansão das areias de plantação de cajú

Com a oscilação de preços do cajú, tendo em conta a sua o seu aumento ao longo dos anos, principalmente nos últimos anos, serve-se de motivação de uma expansão constante das áreas de cultivo é de prever, sobretudo para as culturas alimentares. Isto considerando que, muitas áreas de pousio foram transformadas em plantação, devido ao facto do comercio, ser cada vez mais motivante, sobretudo de produtos de importação, ser ainda muito insipiente na zona. Nestas condições é de prever uma invasão das áreas mais sensíveis do parque como ainda o aumento das frequências e da gravidade da depredação animal sobre as culturas, e em consequência, o aumento do conflito entre a população e as estruturas do parque.

3.2.8.3. Aumento de número de turistas e das infraestruturas turísticas no interior do parque

Um aumento considerável na presença de turistas e pescadores desportivos deve ser esperado, sobretudo considerando a melhoria das condições de observação do Hipopótamo com a criação da unidade de acolhimento, como ainda a regeneração em curso dos recursos haliêuticos após a destruição dos acampamentos de pescadores nas áreas mais sensíveis do parque. O aumento de algumas espécies de pescado de grande porte e muito procurado pelos pescadores desportivos terá o aumento e em consequência imediata um aumento do numero de pescadores, de botes e da potência dos motores. Igualmente importante é a necessidade de considerar pressões para a abertura do parque a novos empreendimentos turísticos, originados por diferentes fatores.



Muito importante a considera é que ao nível sub-regional a oferta de novos destinos encontra-se e estagnação, num contexto em que a demanda cresce, sobretudo em relação as regiões próximas dos principais centros emissores e com novas ofertas, fracos potenciais de conflitos e com grande potencial de rentabilização dos investimentos turísticos. Em relação a este ultimo aspeto, as facilidades criadas pelo Governo da Guiné Bissau são cada vez mais atrativos e importantes.

3.2.8.4. Pressão para abertura do parque a pesca comercial e aumento do esforço de pesca no interior do parque

É em geral, é de esperar um aumento do esforço de pesca no arquipélago, não só devido a promoção do sector, a melhoria das condições dos centros de pesca de Bubaque e Uraçane, como ainda devido a presença de pescadores estrangeiros, no quadro dos acordos sub-regionais e bilaterais. Este engendrará uma pressão maior para a abertura do espaço de pesca no interior do parque, sobretudo caso os pescadores nacionais não forem suficientemente capacitados e equipados para, não só ocuparem as áreas reservadas a pesca artesanal comercial, mas puderem concorrer em pé de igualdade com os pescadores estrangeiros.

Alem do mais há que contar com o desenvolvimento da pesca dos residentes, no interior do parque, os quais já reclamam direitos de acesso as áreas mais sensíveis do parque. Existe unanimidade de que a destruição dos acampamentos teve um efeito positivo na imagem do parque, como um impacto significativo em relação aos recursos haliêuticas. mas problemas ainda persistem, uma vez que estes foram unicamente trasladados par ao exterior do parque, mas continuando a exercer a atividade de pesca nos limites do parque e continuando a cometer infrações sobretudo a noite e nos períodos de pouca vigilância.. As anteriores zonas de pesca destes acampamentos estão a ser recuperadas pelos pescadores residentes no interior do parque utilizando as mesmas artes de pesca e realizando as mesmas práticas em ralação aos recursos a proteger e as medidas de conservação em questão. Caso não for tomado as medidas convenientes a pressões destes tenderá a aumentar no interior do parque.

3.2.8.5. Aumento da demanda de iniciativas de desenvolvimento local

O aumento da demanda das ações de desenvolvimento da parte da população irá aumentar, inclusive pelo diferencial que existirá em matéria de desenvolvimento entre as ilhas e as outras regiões do continente e entre as ilhas do parque e Bubaque. De facto, nos últimos vinte (20) anos o desenvolvimento do arquipélago centrou-se no desenvolvimento de alguns pólos, sendo a principal deles a Vila de Bubaque. As aspirações de desenvolvimento, das populações, nas outras ilhas do arquipélago, espelham em parte o processo de desenvolvimento de Bubaque. Além do mais, a continuação do desengajamento do estado em relação as ilhas, ou seja, o não desenvolvimento dos sectores básicos, constituirão barreiras fundamentais ao processo de consolidação do parque. Estes aumentarão a pressão sobre os recursos como ainda a responsabilidade das estruturas destes em relação a promoção, financiamento e coordenação das acções de desenvolvimento no interior do parque.

A disponibilidade financeiras e a processo de abordagem do FIAL através do planos de desenvolvimento local para tabancas ainda não respondem as expectativas do residente. O processo em si é considerado



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

muito lento, muito burocrático e os financiamentos insuficientes, para uma iniciativa mais maciça, integrada e com maior equidade entre as tabancas. Ao contrário estas iniciativas poderão vir a aumentar a clivagem entre as tabancas e aumentar os conflitos. Uma abordagem mais integrada e participativa para todo o complexo ou por ilhas deveria ser iniciada, com o apoio dos intervenientes, isto é dos parceiros operadores locais (POL).

3.2.8.6. Abertura do perímetro do parque as prospeções petrolíferas

Esta é uma possibilidade que se bem que remota, é real, sobretudo considerando as disponibilidades atualmente existentes em investimentos para a prospeção, sobretudo considerando a subida melhoria dos preços do petróleo no mercado internacional, o aumento da procura e a exaustão da capacidade de produção das principais zonas petrolíferas. Caso um único furo anuncie a existência de reservas comercializáveis, o facto poderá dar um impulso muito grande no processo de prospeção suscetíveis de levar a abertura das atuais áreas marinhas protegidas e da Reserva da Biosfera a eventuais ações de prospeção e exploração. Alias todo arquipélago (parte terrestre e marinho-aquática, encontra-se incluído no bloco



3.3. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NA GESTÃO DO PNO

O parque é extremamente grande, para os recursos (financeiros, materiais e humanos) que normalmente lhe é afetado. Além do mais é um parque com populações no interior, pelo que a sua gestão se torna muito mais complexa, pois que além dos recursos naturais, os sistemas sociais, tem que se gerir a interação entre estes sistemas. Esta gestão poderia ser facilitada caso o estado assumisse as suas responsabilidades, sobretudo no que concerne as iniciativas básicas para as comunidades residentes. Mas até aqui estas têm sido implementadas em grande parte pelo parque.

A falta de meios materiais, sobretudo os logísticos e de recursos humanos parecem afectar a gestão do parque. A estrutura do parque carece de pessoal com maior nível técnico e científico, sobretudo para responder as necessidades de monitoria e seguimento, desenvolver os trabalhos de investigação e dar resposta as preocupações de desenvolvimento socioeconómico das populações. Os fatores a gerir são cada vez mais complexos, e a busca de soluções, não pode prescindir de uma visão integrada e pluridisciplinar. Há sobretudo uma necessidade de monitoria e seguimento biológico e em especial da biodiversidade (por um Biólogo) e dos recursos pesqueiros, (por um especialista da pesca) e da situação socioeconómica, e em especial da agricultura (por um agrónomo ou sócio economista) e das formações florestais existente e em especial do Mangal (por um Engenheiro Florestal).

A atual equipe de guarda é insuficiente e na prática, funciona mais como uma equipe de animação e sensibilização, embora se reconheça o seu elevado nível de conhecimento físico-geográfico e sociocultural sobre as áreas onde intervêm. Deveria ser transformada numa equipe mais especializadas nas diferentes problemáticas tratadas pela estrutura do parque. Nestes particulares põem-se igualmente o problema da necessidade de constituição de uma verdadeira equipa de guardas, providos de meios e equipados para fazer face as pressões e aos perigos e riscos que enfrentam no exercício das suas actividades. Estes deverão ser distribuídos e/ou colocados, de forma a responder as necessidades estratégicas, táticas e operacionais do parque, em matéria de fiscalização. Nestas por exemplo as áreas centrais e tampão como locais estratégicos do parque deverão constituir a prioridade.

Embora efetuando regularmente programações, estas são na pratica, parcialmente executadas. Pois que variados fatores que afetam a execução destes, salientando-se neste particular os administrativos, os logísticos, os materiais e os financeiros. A articulação dos aspetos administrativos e logísticos entre Orango-Bissau (ou PNO-IBAP-UGP) e a sobrecarga do pessoal em especial do Diretor do Parque sobretudo com os aspetos logísticos e administrativos afetam a operacionalização pratica e a execução das programações. Pode-se considerar em geral, que, devido a falta dos meios materiais e logísticos, as zonas centrais, isto é as zonas mais sensíveis do parque, ficam longos períodos sem presença de guardas e por conseguinte, sem seguimento. Exemplo deste facto são as tentativas de ocupação das áreas de pesca pelos pescadores residentes, após o desmantelamento dos acampamentos de pesca, o que a permanência permanente das guardas na área poderia evitar.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

A localização da sede⁴⁹, pela impossibilidade de stocagem de grandes quantidades de combustível são os fatores que afetam indiretamente os trabalhos logísticos necessários de gestão do parque. Nestes ainda é de salientar a fraca articulação e coordenação, com as estrutura da Reserva de Biosfera⁵⁰, o que na pratica resulta na vinda frequente e constante a Bissau do Diretor do Parque, para a solução dos mais variados problemas ligados a gestão do parque. Há que assinalar alguns sucessos nos trabalhos de fiscalização. Mas este carece de ser reforçada em intensidade e frequência, sobretudo nas zonas mais sensíveis do parque.

A base científica utilizada na gestão é muito limitada, o que não permite uma gestão mais sistémica, com base nas unidades ambientais presentes no parque. Uma classificação destas - e de forma mais detalhada nas zonas centrais do parque devido a grande concentração de recursos da biodiversidade e a sensibilidade e fragilidade dos ecossistemas presentes - é necessária, para não só afinar os trabalhos de monitoria e seguimento, mas igualmente, sobretudo, para seguir os impactos da atuação antrópica, como igualmente seguir e avaliar as medidas de gestão de forma mais específica. Uma articulação com as instituições científicas nacionais revela-se necessários inclusive para fazer funcionar um programa mínimo de pesquisa e animar o comité científico da Reserva da Biosfera. Alem do mais, devida a fraca definição da situação inicial, torna-se difícil confirmar o sucesso existente em termos de melhoria de indicadores.

Dados utilizados, por exemplo para a gestão dos espaços de pesca são dados antigos e talvez já não responda necessariamente as condições atuais. Não se conhece a produção da biomassa aquática e não tão pouco a biologia e os hábitos de espécies marinho-aquáticas, em especial das espécies de maior valor comercial, isto é, espécies sobre as quais as capturas são mais direcionadas dentro do perímetro do parque, isto é a tainha, a barracuda, a sereia, sinapa, e bicas. Tem-se igualmente pouco conhecimento sobre o esforço de pesca, as características das diferentes áreas de pesca, como ainda do impacto reais das artes de pesca atualmente utilizadas.

Não dispõem de recursos financeiros de forma autónoma e o que é disponibilizado não são coadunados com as necessidades objetivas de funcionamento do parque, pelo que não permitem fazer uma cobertura efetiva das necessidades da programação.

Sendo uma zona central da Reserva da Biosfera⁵¹, esta deveria ter uma articulação muito funcional com o parque, não só em termos logísticos, como igualmente em termos de programas visão e objetivos. Esta articulação é deficitária e com impactos muito negativos muito visíveis em termos dos custos logísticos das operações do parque e de articulação com outros parques e outras estruturas intervenientes na região. A Reserva da Biosfera e/ou melhor a Casa do Ambiente⁵² não esta a desempenhar o seu papel de forma conveniente.

⁴⁹ Localização da sede em Eticoga origina uma sobrecarga logística importante, pelo que há que pensar na possibilidade de criação de pelo menos um centro operacional, mais estrategicamente localizado e eventualmente mais próximo de Bubaque

⁵⁰ Estrutura desta não é óptimal e funciona com muitos défices, pelo que, nestas condições, muito dificilmente poderá jogar o seu papel em relação ao funcionamento dos parques. Trabalhos de analise específicos poderiam ser efetuados para definir a estrutura e o papel da RB no atual contexto das Áreas protegidas insulares

⁵¹ Pouca inserção das outras áreas centrais da RB, a excepção dos já formalizados como Áreas Protegidas, nos objetivos de conservação da Biodiversidade da Zona Costeira.

⁵² O Diretor da RB, parece não estar baseado em Bubaque mas sim em Bissau. Pouca articulação é mantida com as estruturas e ou as missões locais, mesmo as com objetivos claros de conservação. O observatório da Reserva da Biosfera parece estar



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

As Iniciativas locais de desenvolvimentos experimentaram, até aqui problemas muito sérios de gestão. Mas também como se demonstrou anteriormente, existe um problema de equidade na distribuição destes entre as ilhas e tabancas do parque. Pelo que uma visão mais integrada destas iniciativas inseridas numa dinâmica participativa, poderia conduzir a melhores resultados.

É notório a falta generalizada de materiais e equipamentos (botes, canoas, rádios, eletricidade e água, etc.) o que nas condições de insularidade refletem grandemente no funcionamento devido aos efeitos que tem nas condições operacionais para a execução dos seus programas.

paralisado. É urgente uma concertação mesmo que mínima, mas necessária e óptima para garantir o funcionamento da Reserva da Biosfera e casa do Ambiente e para a implementação de um plano de ação para a RB, inclusive contendo propostas de desenvolvimento mais pertinentes e para fazer funcionar as estruturas da RB.



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

PARTE II

PLANO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE ORANGO (PNO)



SEÇÃO IV. ESTRATEGIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLOANO DE GESTÃO

4.1. OBJECTIVOS E PRINCIPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO PNO

O presente Plano de Gestão deve ser visto como o instrumento primordial da gestão do parque. Mas concretamente deve:

- ✓ Fornecer uma base documental que descreve o Parque nas suas diversas facetas, resumindo a informação disponível e apresentando um inventário dos estudos (sócioeconómicos, ecológicos ou outros) já realizados;
- ✓ Identificar os principais problemas ambientais com que o Parque se depara, e propor soluções (regulamentos, estudos, projectos de apoio a alternativas de desenvolvimento sustentável) para tais problemas;
- ✓ Estabelecer um conjunto formal de regras de utilização do meio e dos recursos, a partir do qual as autoridades do Parque possam intervir no sentido de impedir ou punir contravenções que ponham em causa os valores naturais e o equilíbrio dos ecossistemas;
- ✓ Fornecer um inventário dos meios (humanos e materiais) actualmente à disposição do Parque e identificar as principais lacunas que possam impedir o bom funcionamento desta área protegida em relação aos seus objetivos.
- ✓ Identificar acções prioritárias (conservação, desenvolvimento, estudos e monitorização) que deverão constituir a base de um plano de acção mais detalhado, a ser desenvolvido à medida que os financiamentos forem assegurados e que os resultados das avaliações dos trabalhos já efectuados estejam disponíveis”5.

O objectivo principal do plano de gestão é o de garantir o uso e a gestão sustentado dos recursos e dos espaços, sobretudo da biodiversidade dentro dos limites do parque. Nestes deve ter em conta a capacidade ecológica dos meios em causa, sobretudo a sua vulnerabilidade. Deve igualmente fazer afluir as políticas nacionais em matéria de ambiente e dos recursos naturais, nos processos de gestão do parque. As principais providencias do plano são essencialmente os de:

1. Propor algumas acções destinadas ao reforço da capacidade das estruturas de gestão do parque;
2. Atualizar a zonagem, sobretudo nos aspectos pertinentes, julgados necessários para que esta possa continuar a ser a base estruturante de todas as medidas de conservação dentro do perímetro do parque;



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

3. Propor alterações a regulamentação actual, para que possa melhor responder aos desafios atuais, em especial, em relação aos sectores de desenvolvimento, isto é, especificando alguns critérios e diretrizes de uso, de manejo e de controle relativos a disponibilidade, a qualidade, a vulnerabilidade dos recursos;
4. Propor ações e modalidades de desenvolvimento com enfoque na sustentabilidade, ou seja, com perfeita harmonia entre as potencialidades dos recursos e ecossistemas presentes, as condições locais e a característica das sócio-culturais da população residente e na qual devem ser observadas as dimensões, ecológicas, económicas social e política do desenvolvimento.

Em resumo este novo plano de gestão revisto, propõe soluções não só para as preocupações ambientais como também sócio-económicas das populações residentes no interior do parque. Pelo que nele são refletidos as inúmeras decisões, recomendações e sugestões do conselho de gestão, para que, estes possam ser formalmente assumidos e implementadas no quadro da persecução dos objetivos traçados do parque.



4.2. JUSTIFICATIVOS PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO

Os justificativos para a criação do parque encontram-se refletidos nos seus objetivos descritos nas páginas introdutórias deste documento e que são ainda muito atuais. O último objetivo da criação do PNO foi o de garantir a conservação da biodiversidade do complexo das ilhas de Orango, uma das áreas centrais da reserva da Biosfera. As estratégias, os programas e as atividades para atingir estes objetivos foram consubstanciadas no anterior Plano de Gestão do PNO. Este Plano de Gestão do PNO, tem o seu período de execução prescrito., uma vez que, segundo as disponibilidades da Lei Quadro das Áreas Protegidas este deve ser re-atualizado em intervalos não superiores a 10 anos⁶.

Segundo o Artigo 4º da Lei Quadro das Áreas Protegidas a criação de um área protegida visa a persecução dos seguintes aspetos como objetivos atingir:

- a) Salvar e conservar as espécies animais, vegetais e de habitats ameaçados;
- b) Salvar e conservar os biótipos e formações naturais de reconhecido interesse e de sítios de interesse cultural;
- c) Conservação e recuperação de habitat da fauna migratória;
- d) Promoção da investigação e pesquisa científica e das ações de educação ambiental;
- e) Defesa, conservação e valorização das atividades e formas de vida tradicionais não lesivas ao património ecológico;
- f) Protecção e valorização das paisagens únicas, raras ou típicas, cujo valor cénico lhes confira interesse especial;
- g) Promoção e apoio ao desenvolvimento e utilização durável dos recursos naturais, visando o desenvolvimento económico e bem-estar da comunidade.

O parque, no entanto, não poderá consolidar-se se não estiver a altura de tratar devidamente os problemas e os desafios de gestão, isto é mais concretamente, as ameaças, os conflitos atuais e potenciais, as tendências atuais e futuras da demanda dos recursos naturais e em especial em relação a biodiversidade. A persecução destes objetivos impõe uma adaptação permanente dos programas e atividades do parque, considerando a evolução dos sistemas naturais, sócio-económico o que justifica a necessidade de revisão e atualização dos planos de gestão anteriores, no sentido de consolidar as ações do parque. Pois que, a dinâmica dos sistemas naturais e socio-económicos, inerentes a área do parque, criam novos contextos e situações, que na prática, periodicamente criam novas necessidades de adaptação dos mecanismos e instrumentos de gestão, exigidos pelas novas contexto e realidades e pelos novos desafios.



4.3. QUADRO JURÍDICO-INSTITUCIONAL

Este novo Plano foi preparado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), instituição que, na base de um acordo de parceria com o Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP), contratou diferentes consultores nacionais do INEP para o elaborar. Todo o processo é coordenado e seguido pelo IBAP que assegura todo o processo, segundo a legislação atual, a tutela das áreas protegidas. Mas é a lei-quadro das Áreas Protegidas, o decreto e o estatuto de criação do IBAP e o decreto de criação do Parque que constituem as base jurídico-institucional para revisão e elaboração deste novo plano.

O IBAP, segundo o seu decreto criação de 14 de Dezembro de 2004, é com superintendência do Ministério do Recursos Naturais, através da Secretaria do Estado de Ambiente e Desenvolvimento Durável, o órgão de tutela das áreas protegidas da Guiné-Bissau. É uma pessoa coletiva de direito público, dotado de personalidade jurídica, autonomias administrativa, financeira e patrimonial nos termos definidos nos estatutos anexos ao presente diploma, dele fazendo parte integrante para todos os efeitos legais. E tem, segundo o Artigo 3º dos seus estatutos, as seguintes atribuições:

- 1) Propor, coordenar e executar a política e as ações concernentes à biodiversidade e às áreas protegidas em toda a extensão do território nacional;
- 2) Promover e salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e as áreas protegidas e promover, por todos os meios humanos e técnicos disponíveis, a utilização social e económica durável destes recursos dentro do território nacional, incluindo os cursos de águas continentais e marinhas.

No quadro do exercício das suas competências, não podem ser descuradas também, as recomendações da programação estratégica e da avaliação do sistema de áreas protegidas que se resumem nos pontos seguintes:

1. Fazer dotar todas áreas protegidas ou Parques, de Planos de Gestão atualizados;
2. Reforçar meios (humanos, material e financeiro) para melhorar à sua performance na gestão dos espaços protegidos;
3. Reforçar a formação e profissionalizar o pessoal enquadrado;
4. Promover atividades de pesquisa que lhe permitirá aumentar e produzir o conhecimento necessário à tomada de decisão.
5. Mobilizar fontes de financiamento durável dos Parques,
6. Visualizar / Promover valores naturais para um reconhecimento internacional

É nesta perspetiva que se enquadra a revisão e elaboração do presente Plano de Gestão, o qual terá um período de execução de cinco (5) anos. A sua elaboração obedece na íntegra as diretivas do TDR proposto pelo IBAP.



4.4. METODOLOGIA DE TRABALHO

4.4.1. Processo de abordagem metodológica

O processo de revisão e atualização desse Plano de Gestão do PNO obedeceu a um conjunto de princípios metodológicos fundamentais:

- Foi essencialmente um processo participativo, considerando sobretudo que, neste caso específico, comunidades humanas, muito importantes, vivem dentro dos perímetros do parque, embora que ainda de forma harmoniosa com a natureza e os objetivos do parque. Mas desequilíbrios importantes poderão ser causados, não só devido as pressões do exterior, como também pelas pressões internas, impulsionadas pelas aspirações das populações em ter um crescimento económico rápido e em adoptar modelos de desenvolvimento sócio-económico pouco sustentados;
- Tomou em consideração os interesses e as responsabilidades dos diferentes grupos de interesse e seguimentos sociais dentro e fora do parque;
- Partiu de uma base referencial que constitui a atual zonagem, a qual com os objetivos de conservação e as disposições regulamentares inerentes a cada zona, constitui a componente estruturante principal do parque;
- Considerou essencialmente as ações capazes de serem implementadas, isto é sobretudo, ações identificadas não só pelos interessados, mas também pelas entidades coordenadoras e gestoras do parque;
- Considerou também, que as ações a serem propostas, devem sobretudo consolidar e fortalecer as ações anteriores e devem ter por base, instrumentos de gestão disponíveis e possíveis de aplicar.

Na abordagem participativa adotada, foi privilegiado o contacto direto com os principais atores interessados. Neste caso, foram elaborados entrevistas abertas e agendados reuniões com as instituições, pessoas chaves ou influentes e população das tabancas do interior do parque. Foram igualmente organizadas reuniões dirigidas a grupos socio-profissionais com grande interesse nos diferentes atividades e destinos do parque como pescadores, operadores turísticos, Guarda-parques, etc. Estas foram complementadas com estudo da literatura, em especial os anteriores planos de gestão, relatórios diversos de investigação realizadas e os textos legais e regulamentares relacionados.

O que se apresenta nas linhas seguintes é o não só o resultado de todo esse processo, e como dos resultados das discussões que tiveram lugar, assim como das reflexões que permitiu fazer no intuito de estabelecer as bases para a consolidação e o desenvolvimento do Parque Nacional de Orango. Pelo que o objectivo deste plano de gestão é o de proteger a biodiversidade e a espécies existente nos perímetros do parque e salvaguardar e reforçar a harmonia, entre os sistemas naturais e os sistemas socioeconómicos que dela servem de suporte e fazem uso.

4.4.2. Metodologias participativas, *participatory rural appraisal* (PRA) do modelo SLF

Em pormenores, a abordagem metodológica utilizada, privilegiou como foi referido em cima as metodologias participativas, que por sua vez procuram envolver os indivíduos com responsabilidades institucionais e/ou profissionais (*stakeholders*), assim como os beneficiários diretos, no próprio plano de desenvolvimento do projeto (identificação e gestão de recursos humanos e materiais) assim como nas tomadas de decisão que lhe são inerentes. Este envolvimento, participado, deve compreender todo o processo, desde o planeamento até à recolha, análise dos dados e recomendações.

Para a revisão e elaboração do Plano de Gestão do PNO a equipa do estudo considerou importante ouvir um número alargado de atores (ou *stakeholders*) institucionais com conhecimento e experiência de trabalho no Parque, que podem fornecer informação relevante sobre as dinâmicas sociais e ambientais nesta área protegida. Neste sentido foi elaborado um questionário e foram efetuadas entrevistas a um número alargado de quadros de instituições e organizações públicas e privadas, departamento governamentais e ONGs, para obter opiniões e sugestões sobre a revisão do Plano de Gestão do PNO.

Inquéritos

Homens influentes



Questionários

Homens / mulheres



Equipa de Reserva
de Biosfera.



Chefe de agregados
Familiar



Fonte: fotos de Samba T. Camara e Saico Djibril Balde

A lista de *stakeholders* e institucionais consultados é apresentada na **(tabela do anexo 2)**. Isto é, a abordagem PRA está implícita na utilização de metodologias de recolha de dados através de questionários, entrevistas e *focus groups*, para caracterização socioeconómica das populações residentes e seu impacto da utilização da floresta com vista a contribuir para a revisão e elaboração de um Plano de Gestão do PNO. As técnicas de PRA deverão, ainda, permitir que os agentes locais e beneficiários diretos contribuam com a sua própria visão espacial, institucional e socioeconómica, para a caracterização das suas circunstâncias específicas de vida, através de:

- ✓ Interpretação e partilha de informação sobre aspetos mais sensíveis, tais como gestão de conflitos, vulnerabilidades e negociações de alterações de práticas, ligados aos usos dos recursos.
- ✓ Participação em, e compreensão de, tomadas de decisão decorrentes das várias fases do projeto pela facilitação de informação em linguagem acessível.
- ✓ Participação dos agentes locais primários e beneficiários diretos mais vulneráveis (i.e. comunidades locais e populações mais carenciadas) possibilitando-lhes o acesso aos dados recolhidos assim como à sua utilização, ouvindo-os nas fases de planeamento e aplicação dos resultados.
- ✓ Participação de agentes secundários (instituições, ONGs, profissionais etc.), ligados à assistência às populações e a ações para o seu desenvolvimento, possibilitando-lhes o acesso aos dados recolhidos assim como à sua utilização, ouvindo-os nas fases de planeamento e aplicação dos resultados.



- ✓ Participação em formas de monitorização e avaliação da aplicação das metodologias de recolha e de análise dos dados da pesquisa.

4.4.3. Análise da sustentabilidade dos modos de vida - modelo SLF

Os processos de mudança social que são operados em resposta a, ou induzidos por, ajustamentos de formas de funcionamento de populações põem em causa toda uma série de fatores que tendem a ser cada vez mais entendidos de forma sistémica. O modelo designado por *Sustainable Livelihoods Framework* (SLF) (FAO, 2005) permite potenciar o conhecimento das circunstâncias de vida de populações vulneráveis, através da identificação e compreensão da atuação combinada e dinâmica desses fatores, tomando em consideração a sua interdependência. Este modelo pode ser usado no planeamento de novas ações ou programas que visem o desenvolvimento sustentável da zona e melhoria das condições de vida dessas populações, através do levantamento de todas as situações que condicionam os modos de vida prevaletentes, possibilitando a identificação das situações de maior vulnerabilidade, que necessitam de intervenção prioritária, e simultaneamente das que deverão ser preservadas por serem importantes fatores de sustentabilidade do sistema.

As duas componentes-chave do modelo SLF são:

- A compreensão da complexidade inerente a situações de vulnerabilidade.
- A definição de um conjunto de princípios fundamentais para sustentar futuras ações, que permitam fazer face a essas situações, criando simultaneamente recomendações para a sua superação.

O modelo SLF é apresentado esquematicamente em baixo. Neste diagrama designam-se as suas várias componentes e o modo como estão interligados. Como se pode ver, trata-se de um modelo que não funciona de forma linear, nem pretende ser uma representação exata da realidade. Pelo contrário, pretende ser uma forma de pensar os modos de vida que estimule o debate, e a reflexão, sobre os principais fatores que os afetam, a forma como interagem e a sua importância relativa, num determinado contexto, de modo a facilitar a procura de formas mais eficazes, de redução das vulnerabilidades sem pôr em causa o equilíbrio dos modos de vida das populações e a sua relação com o ecossistema em que se inserem.

Esse modelo SLF para análise, baseia-se nos seguintes seguintes pontos a considerar: H – Capital Humano; N – Capital Natural; Fin – Capital Financeiro, S – Capital Social e Fis – Capital Físico

As setas introduzidas neste modelo servem para indicar as relações entre os diferentes fatores, endógenos e exógenos aos modos de vida, todas elas são dinâmicas. Nenhuma das setas implica a existência de causalidades diretas interinfluenciando-se mutuamente.

Outras características que definem este modelo:

- **Procura assegurar a sustentabilidade:** procurando basear as suas ações na redução, duradoura, das vulnerabilidades.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

- É **centrado nas pessoas**: começa por analisar os modos de vida e como mudam com o tempo. Parte do ponto de vista que as pessoas participam ativamente na construção do projeto de investigação para o desenvolvimento.
- É **holístico**: parte do princípio de que as pessoas adotam diversas estratégias na sustentabilidade dos seus modos de vida e de que vários atores estão envolvidos nesses processos.
- É **dinâmico**: pretende compreender a natureza dinâmica dos modos de vida e o que os influencia.
- Assenta em **forças e oportunidades** que as próprias pessoas atribuem aos seus modos de vida mais do que nas suas fraquezas e necessidades, ou seja, reconhece e apoia-se em estratégias existentes.
- Promove **ligações entre níveis de análise micro e macro**: procura compreender a influência das políticas e das instituições nas opções de modos de vida das populações e sublinha a necessidade dessas instituições adquirirem conhecimento sobre essas opções.
- Encoraja o estabelecimento de **parcerias**.



4.5. REQUERIMENTO E PRESSUPOSTOS PARA O SUCESSO DO PROGRAMA DE PLANO DE GESTÃO

Pré-condições para a implementação de um programa ideal para um parque nacional com a dimensão de Orango são muito elevada e ultrapassam de longe as capacidades de uns país como a Guiné-Bissau, isto sobretudo considerando as condições em que atualmente se encontra o país. Pelo que, qualquer que seja a proposta do plano como esta, não poderia ser executado sem o concurso da cooperação com os parceiros internacionais. Neste caso particular há sobretudo que considerar a responsabilidade da comunidade internacional em relação aos benefícios globais resultantes da implementação deste plano de Gestão do PNO.

Outros pressupostos para a sucesso deste plano devem ser considerados, essencialmente os seguintes aspetos essenciais:

1. Continuar os processos anteriores, sobretudo na óptica de consolidação e potencialização dos sucessos conseguidos na fase anterior;
2. Considerar o parque como uma entidade, se bem que autónoma, mas integrada no funcionamento geral da Reserva da Biosfera e da rede nacional de áreas protegidas, assim como na política nacional e compromissos assumidos, através das convenções assinados e retificados sobre o meio ambiente e desenvolvimento durável;
3. Ter a população mobilizada ao lado do parque em defesa dos objetivos para os quais o parque foi criado e apropriar as ações delineadas no processo da implementação desse plano;
4. Disponibilidade de meios técnicos, financeiros e humanos adequados, para que as propostas de ação e sobretudo as relacionadas com o desenvolvimento socioeconómico possam ser implementados na integra e sem obstáculos maiores;
5. Integração da estrutura tradicional de poder nas estruturas de gestão do parque, mesmo que seja como estrutura de consulta, aconselhamento e ou de mediação;
6. Adoção de uma approche participativa, sistémica, precaucionista, adaptativa e multidisciplinar no processo de implementação do programa do parque;
7. Criação de um serviço de administração e logística eficaz, para o conjunto dos parques, integrando a reserva da biosfera, assim como nas diferentes zonas do interior do parque do Orango;
8. Adoções de modelos de desenvolvimento adaptados a realidade local, tendo em conta os aspetos sociocultural das populações residentes.
9. Adoção de um programa de comunicação entre os atores envolventes na gestão do PNO, essencialmente entre a população e o pessoal do parque

Estas pré-condições serão essenciais e determinantes para o sucesso futuro do parque e em especial para a sua consolidação e implementação desse plano de gestão em particular.



SEÇÃO V: ZONAGEM AMBIENTAL - LIMITES E AS DIRECTRIZES ESPECÍFICAS DE CONSERVAÇÃO

5.1. CRITÉRIO DE ZONAGEM

Mapa 17 reproduz a Zonagem atual revista do PNO. A Zonagem deve estruturar as medidas de gestão a serem implantadas dentro do perímetro do parque. A partir dela devem ser estabelecidas as diretrizes de conservação e as disponibilidades regulamentares a serem implementadas dentro dos limites do parque.

A zonagem estabelecida que em parte retoma o que é proposto para a Reserva da Biosfera, mas mais restritos em termos de proteção e conservação. Estabelece três áreas: **a zona central, a zona tampão e a zona de transição**. A zona de transição é neste caso a zona de expansão das atividades tradicionais da população. As zonas centrais, são mais restritas em termos de uso e tem por vocação a preservação dos ecossistemas e das espécies presentes. A zona tampão, destina-se essencialmente a criar uma área intermédia entre as Zonas de Transição e Central e destinadas a atenuar os impactos das atividades realizados nas áreas de transição e garantir a proteção das zonas centrais.

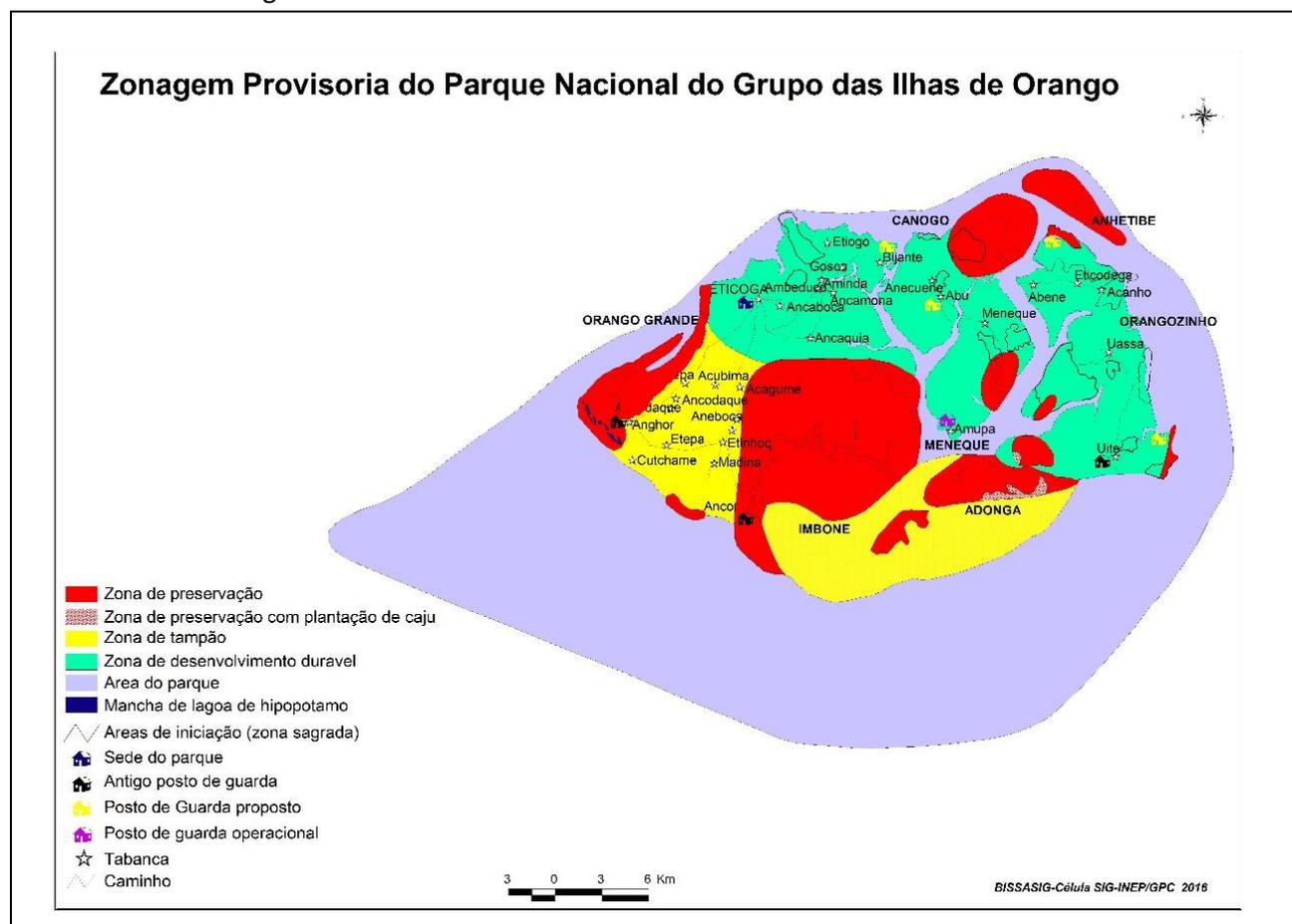
Um conjunto de critério estiveram na base da definição espacial de cada uma destas zonas no interior do parque. Neste particular foram utilizados:

- a) Índices diversos refletindo a importância relativa das diferentes espécies e da biodiversidade presentes nas diferentes zonas do parque;
- b) Zonas críticas para a sobrevivência das espécies presentes no interior do parque;
- c) A importância relativa dos diferentes ecossistemas presentes em especial das superfícies do Mangal, das zonas inter-marés e das zonas húmidas em geral;
- d) Grau de sensibilidade e fragilidade de algumas zonas;
- e) Zonas e ilhéu sagrados, ilhéu desabitado etc., isto é, foram incluídos os elementos de uma zonagem tradicional anteriormente existentes e praticados pela população Bijagó;
- f) Zonas de maior concentração de população, de maior intensidade de usos e de atividades da população local;
- g) Zona de maior concentração de infra-estruturas;

Estes critérios estiveram igualmente na origem da definição e delimitação das zonas centrais da reserva da Biosfera Bolama-Bijagós. Mas salienta-se no entanto, que estes aspetos em geral, não tomaram em consideração de forma substancial, a função da zona marinho-aquática do parque, no sistema de reprodução dos recursos marinho-biológicos e em especial da ictiofauna e dos recursos haliêuticas, não só do Arquipélago Bolama-Bijagós, como de toda a zona costeira imediatamente localização.

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Os trabalhos até aqui desenvolvidos no interior do PNO, melhoraram Em geral os critérios ambientais que estiveram na base da escolha e delimitação das diferentes zonas ainda hoje se mantém. Registase melhorias consideráveis em relação as condições ecológicas das zonas centrais. Face as ameaça e as pressões acima citadas, torna-se necessário reforçar o papel da zona tampão, igualmente na perspetiva de que maiores restrições – sem compensações ou alternativas benéficas para a população - nas zonas de transição, poderiam exacerbar os conflitos atuais e ainda criar outros suscetíveis de complicar ainda mais os trabalhos de gestão do PNO.



Mapa 17: Zonagem atual do PNO

Ainda atualmente, salvo raras exceções (sobretudo em relação a zona tampão) os contornos desta áreas devem ser mantidos. A exceções relaciona-se com a zona tampão, a qual deve cobrir de forma muito mais efetiva as áreas de Mangal, reforçando o papel do PNO como uma PM, e com as áreas e/ou trechos em que se melhorou significativamente o conhecimento sobre a sua importância e/ou a sua sensibilidade, como se pode ver comparando a zonagem anterior e as modificações que nela são efetuadas no quadro da proposta atual de Zonagem.

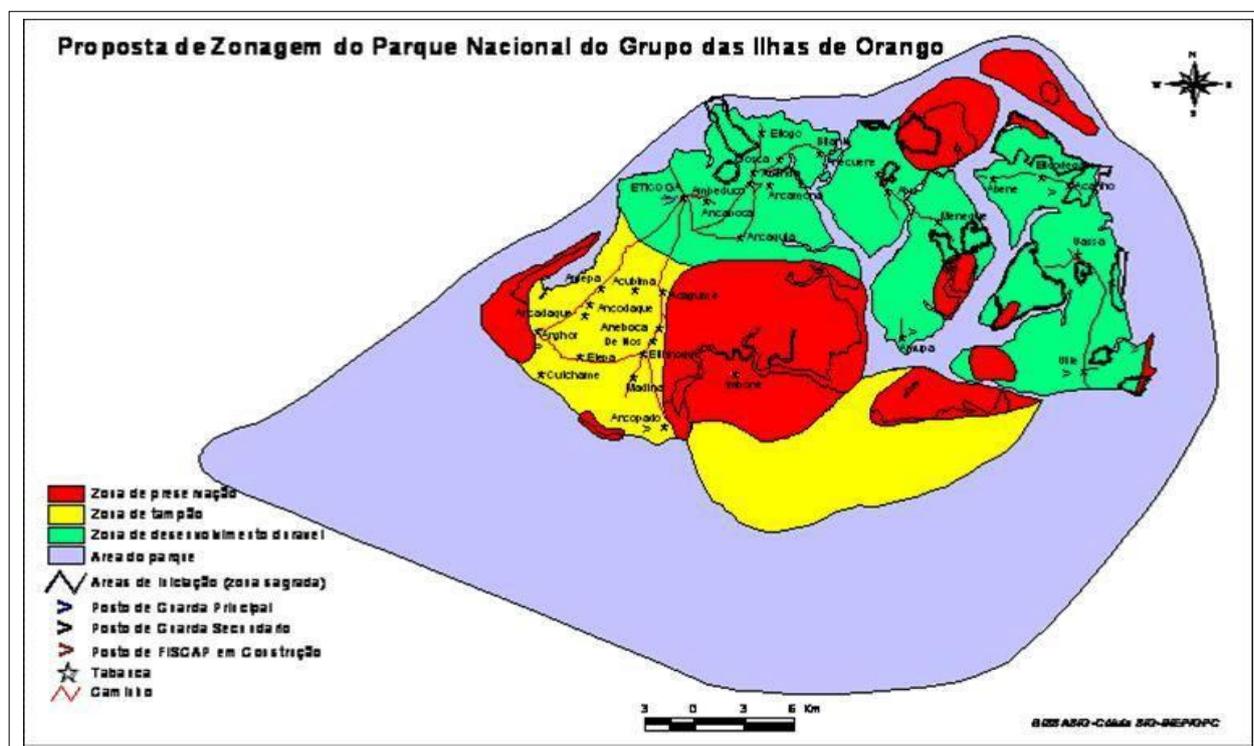
5.2. AS ZONAS: AS CATEGORIAS DE GESTÃO

A Zonagem estabelecida no início da criação do parque e apresentado (com ligeiras modificações) pelo **Mapa 16** é o que atualmente responde as necessidades específicas e real de conservação do parque. Ela foi adaptada através de um processo de negociação alargado e participativo e com base nos resultados

Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

de investigação. Além do mais é, em geral aceite pela população do parque, que justifica mesmo a sua necessidade, pelas razões seguintes:

1. Esta tomou em consideração a distribuição dos recursos no complexo de Orango e o seu estabelecimento tem tido repercussão positiva na reprodução dos recursos.
2. Tem cumprido a sua função, pois que sobretudo após o dismantelamento dos acampamentos de pesca nas zonas mais sensíveis, registaram um aumento sensível nos recursos haliêuticos, pois que hoje, conseguem pescar peixe suficiente para o “mafê” nas praias com antes.
3. Tem contribuído para a conservação dos recursos, pois que constata muito peixe, mesmo espécies que já não observavam, em particular na zona central e tampão, o que não acontecia nos últimos tempos;
4. Protege as zonas mais sensíveis do parque, as nossas “bembas” e são sobretudo os pescadores não residentes e alguns pescadores residentes que apresentam argumentos contra, por não puderem pescar nas zonas marinho-aquáticas do Parque e nas suas zonas tampão e central respetivamente.



Mapa 16: proposta da zonagem do PNO, 2008

Constata-se, no entanto, que alguns populares residentes locais, não tem estado a respeitar a zonagem, o que é demonstrada pelas investidas constantes para ocupação do espaço nas áreas mais sensíveis e pelo exercício de práticas em zonas interditas. Embora estas violações sejam constantemente remetida aos pescadores estrangeiros. Há que salientar no entanto em geral uma evolução positiva na gestão do parque, através da adoção desta zonagem e implementação dos regulamentos a eles inerentes. Embora ainda se coloque o problema específico de Imbone, uma pequena tabanca, localizada na zona central do



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

parque, zona de maior biodiversidade e onde se regista algumas ações e atividades tendes a provocar o seu crescimento⁵³.

Põem-se o problema do sistema de balizagem. Sem balizagem o problema da perceção dos limites e os conflitos a eles inerentes, acontecerão de forma frequente e permanente. Mas a colocação deste⁵⁴ vai exigir recursos enormes e que atualmente não estão disponíveis para o parque. Há que encontrar soluções transitórias para esta situação, sobretudo em relação aos sectores de atividades que em relação a estes mais problemas colocam. Por isso se recomenda, mesmo que transitoriamente, se efetue uma zonagem específica para a pesca comercial e para a pesca desportiva, pois que são nestas atividades onde se verificam em numero e frequência as maiores infrações em relação a zonagem estabelecida.

As zonas centrais (ou de preservação) estão sobretudo concentradas no sul do parque e cobrindo toda a área de Mangal entre Orango-Grande e Imbone e mas abarcando igualmente determinadas manchas a nordestes do complexo, sobretudo o entorno da Ilhéu dos Mosquitos e área a nordeste da Ilha de Canogo, a área de Mangal nas margens dos rios Ancageja, Ancananguna e Anibende à sudeste de Meneque e os trechos de Mangal ao longo do Rio Tombato a Sudoeste de Orangozinho, Acapa-Anôr a sudoeste de Orango Grande. Nesta zona fazem parte ainda áreas consideráveis de bancos de vasa e areia.

Nesta zona a conservação é quase integral e o regulamento concernente ao acesso e aos usos, são mais estritos. Nestas Zona deve ser reforçada a regulamentação, sobretudo no que concerne a instalação de acampamentos, mesmo que sejam provisórios, a pesca, a construção de novas infraestruturas, a abertura de novos perímetros agrícolas, a caça e a captura de animais. Este tipo de atividades devem ser completamente interditas. Nelas deve ser reforçada a atividade de monitoria, seguimento e de pesquisa.

Nesta área, devem ser anexadas algumas unidades de recurso⁵⁵ muito críticas para a manutenção e conservação da biodiversidade do parque, salientando-se:

- ✓ O ilhéu de Acapa-Imbone, que é uma importante colónia de nidificação, na zona central do parque e para o qual medidas importantes de monitoria e seguimento devem ser tomados. O acesso de pessoas e a colecta de ovos de pássaros e filhotes devem ser interditas. Estas medidas devem ser reforçadas por penalidades em termos de multa os quais devem contar nos regulamentos do parque.
- ✓ A ponta da praia de Ancopado, o único ponto onde foi observado subidas e desova das tartarugas de couro, devera ser incluído nesta zona, o qual deve ser acompanhado por um trabalho mais eficiente de monitoria e seguimento, para a avaliação da importância das praias do sul de Orango para estas espécies.
- ✓ As áreas de reprodução do papagaio sobretudo, alguns trechos de floresta próximos de Anbuduco na ilha de Orango, nos ilhéus de Adagar⁵⁶, próximos de Orangozinho, em Abú, An'eguen e ponta de

⁵³ Segundo informações da população o padre Luis Scantanburlo, pretende construir uma escola e colocar um professor no local, e pretende igualmente largar na ilha de Imbone, alguns efectivos de gabo bovino

⁵⁴ 73 Ver experiência de outros parques da sub-região e do Parque Comunitário de Urok nesta matéria.

⁵⁵ - Usado exclusivamente para definir zonas importantes e específicas para determinados recursos

⁵⁶ - Este grupo de ilhéus localizados a Noroeste da Tabanca de Uite, que é igualmente seu proprietário tradicional



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Andjãm em Canogo, e na ilha de Menegue. Acções de seguimento e monitoria devem ser efectuados no sentido de confirmar o valor ecológico destas áreas.

- ✓ A lagoa interior de Ancopado deve ser incluída nesta zona central pela sua importância na reprodução dos recursos haliêuticos;
- ✓ O Mangal ao longo do Rio Ancarôso, isto é entre Acapa-Anôr, Ponta Cantocante e o extremo Norte da faixa de Mangal da margem direita do Rio Ancarôso.
- ✓ As áreas contendo florestas sagradas⁵⁷, pois que estas, em geral “ *não poderão ser objetos de nenhuma concessão, licença, autorização ou qualquer decisão cuja realização seria suscetível de modificar o estado natural do lugar*”⁵⁸.

Nesta zona devem ser igualmente reforçadas os seguintes aspetos da gestão:

- As manchas de Mangal de Orango Grande, que ocupa uma área muito importante desta zona sobretudo no sul, e que em tempos foi objeto de uma certa pressão pelos acampamentos de pesca e que hoje apresentam trechos em franco processo de recuperação. Nestas as atividades de corte para qualquer fim deve ser interdita e estritamente regulamentada inclusive com penalidades capazes de tornas impeditivos esta atividades;
- A caça deve ser igualmente completamente interdita nesta área, considerando uma agravante qualquer atividade nesta natureza em relação as outras áreas do parque e sucessivamente deste em relação as outras zonas e em relação a RB⁵⁹. Esta atividade deve ser estritamente regulamentada, com penalidades maiores em relação as infrações verificadas nas demais áreas.
- A pesca comercial⁶⁰ e a pesca desportiva nos espaços marinho aquáticos devem continuar a interditar atividades outras, senão as destinadas ao consumo imediato de pessoas em transitio, eventuais residentes e/ou pessoas acampadas em áreas próximas devido ao exercício de atividades agrícolas.
- As atividades de desmatção que ponham em causa a estabilidade das dunas e/ou sejam suscetíveis de provocar a erosão devem ser interditas. Estas áreas já sofrem com uma dinâmica importante e por conseguinte, não devem ser admitidas atividades suscetíveis de as acelerar, como construção nas praias, desmatções e mesmo visitas excessivas capazes de sobrecarregar a zona e contribuir, entre outros, para o aumento dos fenómenos erosivos.
- As concessões de terras, a instalação de perímetros agrícolas e/ou de plantações, infraestruturas devem igualmente ser interditas.
- Gestão da exploração de moluscos no entorno da ilha de Canouopa, que se tornou numa áreas de produção, sobretudo em consequência da abertura do mercado para estes produtos, secos e/ou fumados. Destes deverá necessariamente resultar elementos fixando possibilidades de

⁵⁷ Isto na base do artigo 38º da Lei Quadro das Áreas Protegidas e que se refere as Florestas Sagradas. Estes em geral não podem ser objectos de nenhuma concessão, licença, autorização ou qualquer decisão

⁵⁸ - Alínea 3 do Artigo 38º da Lei-quadro das Áreas Protegidas, Decreto-Lei nº3/97, no BO numero 31, de 26 de maio de 1997

⁵⁹ - A caca é interdita por lei em toda a extensão da Reserva da Biosfera

⁶⁰ - Foi-nos dado a constatar que mesmo os pescadores residentes não respeitam a zonagem assim como regulamento estabelecido e verifica-se muita infração nas zonas central e tampão do sul na parte Sul do parque, desculpando-se regularmente, pelo desconhecimento dos limites das zonas e pela falta de balizagem. Esta ultima por ser muito cara torna-se difícil implementar. Pelo que se tona necessários estabelecer uma zona mais simplificada para a pesca, que poderá vir a ser aperfeiçoado com os trabalhos futuros de investigação nesta matéria.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

regulamentação, para que não diminuam e/ou desapareçam como acontece em outras partes do arquipélago.

Deve ser continuado a discussão, num quadro mais alargado aos “*garandis*” de outras tabancas do parque, o caso específico de Imbone. Nesta tabanca, qualquer nova infraestrutura, mesmo sendo casa de habitação, infra estruturas sócias e ou mesmo comunitária devera ser suficientemente discutida analisada e dimensionada as verdadeiras necessidades da tabanca, de forma a não ter efeitos demográficos – isto é incentivos a sedentarização e permanência de um maior número de pessoas -, aumentar a antropização da zona e os impactos sobre recursos naturais. Pois que, a transferência das populações desta Tabanca para as zonas de transição, poderiam melhor responder aos objetivos do parque e racionalizar o esforço do desenvolvimento. Isto é as ações de desenvolvimento, e os esparsos recursos financeiros disponíveis, poderiam ser concentradas no Orango e servindo maior número de população.

A zona tampão deve normalmente proteger as zonas centrais. Esta encontra-se estabelecida na parte Sul de Orango Grande entre as pontas entre Acapa-Anôr e a manchas central do Orango entre Imbone e Orango grande e prolonga-se no mar, para as zonas marinho aquáticas a sul de Imbone e Adonga Esta zona deve ser estendida as áreas de Mangal entre o complexo de ilhas e ao longo dos rios mais pequenos incluindo estes. Em geral as disposições regulamentares devem ser mantidas nesta zona, salvo para a actividade de pesca, para o qual se julga pertinente estabelecer uma Zonagem mais especifica.

Nesta área importa salientar ainda as medidas de gestão para as seguintes unidades de recurso:

- As praias do sul do parque, zonas de desova muito importantes, para diferentes espécies de tartaruga marinhas, os quais devem estar sujeitos a um seguimento permanente sobretudo no período da desova. Nela as medidas regulamentares deverão ser reforçadas para que as penalidades as infracções, sobretudo em relação a captura de tartarugas e a colecta dos ovos, tenham um efeito impeditivo. Por exemplo nas áreas marinho-aquáticas próximas destas deve ser interdita não só a navegação como a pesca, sobretudo nos períodos de maiores subidas e nas praias, deve ser interdita a criação de acampamentos, como ainda toda e qualquer acção de depredação das tartarugas marinhas.
- Deve ser reforçada a actividade de monitoria e seguimento das lagoas e rios, sobretudo as mais frequentadas pelos Hipopótamos e sobre as quais deve ser elaborado um regulamento específico para as visitas.
- Monitoria e seguimento (mas também estudos) deverão ser efectuados em relação ao moluscos nesta área, sobretudo a Orango de Acapa prolongamento da ilha de Canouopa, e outras áreas de produção, para que a sobre-exploração não tenha lugar.
- Monitoria e seguimento da áreas de Orango sobretudo tendo em vista o estabelecimento de modelos e mecanismos de gestão adaptados, tendo em vistas as actuais tendências de desenvolvimento sobretudo considerando a necessidades de transformação de produtos de pesca, materiais de construção, intensificação da exploração da ostra; mas também considerado algumas necessidades de conservação (Hipopótamo, crocodilo, “pis bus”, etc.).



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

- Estabelecimento de mecanismos de gestão, programas de monitoria e seguimento específicos aos “Tarreiros”, localizados nestas zonas. Nesta zona qualquer tipo de uso e ocupação das ilhas-barreiras (cordões arenosos) deve ser interdita.

Pois o risco de erosão poderão tonar-se enormes casos estas venham a desaparecer completamente. Este facto ficou demonstrado pela erosão verificada na Ponta Eturara, a leste da ilha de Imbone, e que originou o alargamento do canal entre este e a ilhéu de Adonga.

Em toda a extensão da zona tampão, sobretudo localizadas a Sul de Orango, os tipos de usos permitidos deve ser regulamentados. Nela devem ser excluídos a construção de infra-estruturas de grande porte. Estas em geral devem limitar-se algumas pequenas infra-estruturas de carácter social, de acolhimento de turistas e/ou inseridos na estruturas de do parque (postos de fiscalização, unidades de acolhimento para equipas de monitoria e seguimento, pesquisadores, etc.).

A Zona de transição, que é igualmente considerada **zona de desenvolvimento durável**, é a zona de desenvolvimento e expansão das atividades sócio-económicas, por excelência, da população. Esta zona é constituída em cerca de 87 % pelas áreas marinhas e aquáticas do parque (ver Quadro 8). No fundo a política de gestão terá como fundamento, incentivar uma concentração da populações e das suas atividades nas zonas de transição, consideradas de desenvolvimento sustentado e um desincentivo à colonização as áreas do sul do complexo e a exploração dos recursos aí presentes.

Devem ser criadas nestas áreas, as condições necessárias para limitar a deterioração da situação sócio económica da populações e diminuir o potencial de pressão sobre as áreas mais sensíveis do sul do parque, assim como dos conflitos inerentes a depredação das culturas pelos animais selvagens. Neste particular torna-se pertinente a elaboração e implementação em bases participativas de um plano de desenvolvimento comunitário integrado (por ilhas ou para o parque), mobilizando os sectores de desenvolvimento – sobretudo para a implantação iniciativas básicas de desenvolvimento na saúde, águas, ensino, etc.- as ONG`s e Associações Locais. Este plano deverá procurar homogeneizar as ações assim como estabelecer uma certa equidade na repartição das ações de desenvolvimento.

Para além das ações de desenvolvimento básico uma atenção particular deve ser dado a melhoria do m´pampam, ao beneficiamento local da castanha e do vinho de cajú, a exploração do palmar, a produção do mel, a produção, coleta e transformação do moluscos e a transformação do pescado, etc. Isto na perspectiva de alargar as bases produtivas geradoras de rendimento para a população residente do parque. Uma saída deve ser igualmente procurada a atual pressão de pesca e para os conflitos inerentes aos recursos haliêuticas. A pesca dos residentes deve ser melhor gerida. Nas zonas de transição deverá ser estabelecido possibilidades de acesso periódico de não residentes⁶¹ ao espaço marinho-aquático, com base em resultados de estudos científicos. Estes resultados deverão igualmente estabelecer as bases de uma gestão melhor adaptadas aos objetivos do parque. Nesse quadro as atividade de monitoria e seguimento da pesca revelam-se absolutamente necessários.

⁶¹ - Refere-se a espécies como a tainha e a sereia. As primeiras são normalmente pescada nos bancos arenosavosos e as segundas são espécies pelágicas que imigram de forma periódica nas águas do arquipélago. O impacto desta pesca deve ser seguida para agilizar eventuais medidas de urgência para atenuar os seus impactos, caso venham a por em causa os objetivos do parque



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Em geral deve ser estabelecida uma Zonagem específica para a pesca, com base em estudos mais específicos. Entretanto uma Zonagem provisória, retomando não só as disponibilidades contidas no regulamento, como ainda as preocupações atuais do sector, é proposto, no quadro da melhoria da gestão da pesca. Considerando as funções de uma PM, estudos deverão determinar igualmente que áreas marinho-aquáticas devem ser incluídos na zona central e tampão para aumentar a efetividade do PNO na manutenção dos recursos marinhos e em especial dos recursos haliêuticas, isto é, para aumentar o seu papel como instrumento de gestão dos recursos marinhos (Ver **Quadro 9, em Anexo III**).

O Orango Parque Hotel carece de estímulos consequentes para poder utilizar todo o seu potencial de acolhimento, sobretudo através duma melhoria substancia e variabilidade das ofertas de produtos turísticos. Esta poderá ser complementada por outras pequenas unidades, como a que está a ser construída em Anôr, para melhorar a recepção, o acompanhamento, o acolhimento, a logística necessária aos circuitos turísticos a implementar. Mas a infra-estrutura de Orango deverá ser apoiada de forma a absorver de forma preferencial as potencialidades de pesca turística que oferece o parque.

Com isso também aumentar-se-á as alternativas financeiras do parque. Há que estabelecer relativamente a pesca turística novas modalidades de monitoria e seguimento. Deverá ser efectuada uma reflexão mais aprofundada sobre os mecanismos a estabelecer na Zona Costeira da Guiné-Bissau para a protecção dos eventuais riscos inerentes a exploração petrolífera. Desde já se recomenda que dado as inúmeros baixios existentes na plataforma continental, que se considere a necessidade de melhorar a sinalização destes e dos canais de navegação, assim como, com a Petroguin, melhorar os aspectos ambientais da actual legislação, sobretudo no que diz respeito a inclusão das convenções acima referidas.

Uma rede de sítios sujeitos a modalidades especiais de gestão poderá ser estabelecida na parte marinho-aquática do arquipélago e ao longo da plataforma de forma a complementar a medidas actuais de conservação nas áreas marinhas. Todos estes aspetos acima descritos deverão ser refletidos de forma estrita, rígida e bem substanciada num novo regulamento do parque.



SEÇÃO VI: PROGRAMAS OPERATIVOS ESPECÍFICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

6.1. PROGRAMA ESPECIFICO OPERACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS

Algumas das áreas de intervenção consideradas prioritárias são determinadas a partir do diagnóstico feita para o período de vigência deste plano de gestão. Com essa preocupação as principais ameaças ambientais ilustradas no diagnóstico, resultantes das atividades produtivas das populações no interior do PNO, é apontada, à partir desse programa, algumas soluções e/ou alternativas para a sua mitigação. Nessa ordem da ideia, tendo em conta os objetivos e as políticas de gestão do PNO são traduzidos em programas operativos específicos, que serão apresentados nas alíneas que se segue como sub-componentes desse Plano de Gestão como eixos estratégicos para a sua implementação

6.1.1. Sub-componente de proteção, gestão dos recursos naturais

A conservação *in situ* dos atributos ecológicos do parque é a prioridade desta componente, a qual tem como objectivo principal proteger e melhorar a qualidade do património ambiental e ecológicos presentes no interior do parque em prol de um uso sustentável dos recursos naturais que ali se encontram.

6.1.1.1. Gestão e seguimento do uso do solo no interior do parque

➤ *Gestão dos Processos de Concessão de Terras no Interior do PNO*

Concessões nas zonas centrais e tampão devem ser completamente interditas a não ser para as infraestruturas destinadas ao aumento da eficiência dos mecanismos de gestão do parque. Neste particular medidas deverão ser tomadas quanto aos seus possíveis impactos. Nas áreas de transição ou zona de desenvolvimento sustentado, estes deverão ser seguidos e monitorados de forma que não sejam criados precedentes suscetíveis a levar a desclassificação do parque ou de áreas até aqui no seu interior. Baseados no decreto de criação do parque⁶², lei da terra e lei-quadro das áreas protegidas⁶³ deverá ser estabelecida procedimentos claros para as outras concessões que não sejam as atualmente praticadas no parque e de carácter tradicional.

⁶² Note-se neste particular que por exemplo os Artigos 7º, 8º, 9º, 10º e 11º do capítulo II do decreto N° 11/200 que “Cria o Parque Nacional do Grupo de Ilhas Orango”, contém um conjunto de dispositivos destinadas a gerir as atividades com riscos potenciais, os processos de licenciamento assim como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Estes poderão reforçar as disponibilidades em matéria de concessão a estabelecer nos regulamentos dos parques

⁶³ Ver os artigos 27º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º e 35º da Lei Quadro das Áreas Protegidas (decreto Lei n°3/97).



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Estes deverão ser claramente estabelecidos no regulamento, tendo a estrutura do parque e o IBAP a última palavra a dizer em matéria de concessões, sobretudo quando não se destinam aos usos tradicionais da população. Considerando a atual pressão causada pelo turismo, aconselha-se a não instalação de novas infraestruturas, na medida em que a capacidade atualmente existente não é efetivamente aproveitada. Esta poderá ser completada com pequenas unidades de acolhimento no limite das zonas tampão, com capacidade de receber pequenos grupos, no quadro de atividades de ecoturismo, de observação e ou mesmo atividades científicas no interior do parque. Além do mais, os primeiros passos para a determinação da “capacidade de carga” do parque deverão ser iniciados, de forma a gerir as tendências atuais e futuras deste sector.

➤ **Gestão do Ciclo do “m’pampam” e das Queimadas**

Torna-se cada vez mais pertinente, no contexto atual, gerir, monitorar e seguir, a evolução da agricultura e em especial do *m’pampam*. Para esse efeito, devem ser definidos as áreas de *m’pampam* nos territórios de cada tabanca e estudar os mecanismos, o sistema de rotação e os mecanismos pela qual, são determinadas as áreas seguintes do *m’pampam*, a regeneração das áreas do pousio e os fatores que a condicionam, assim como o efeito do fogo sobre a composição das espécies, nas áreas regeneradas. Resultados destes permitirão melhor definir as reservas potenciais existentes fora das zonas centrais e tampão e desta forma orientar os camponeses para estas zonas, através de um programa específico de utilização de terras agrícolas.

Esta ação deve ser acompanhada com as ações de pesquisa, não só tendentes a diminuir o período de pousio, mas também para desenvolver pacotes tecnológicos tendentes a “sedentarização” do cultivo de arroz de sequeiro, salientando-se nestes o potencial existente através da rotação de culturas e melhoria do pousio, sobretudo através da introdução de plantas leguminosas. A introdução de para-fogos e as queimadas precoces deverão ser ensaiadas e massivamente introduzidas para reduzir o impacto do fogo sobre a vegetação natural.

➤ **Gestão da Expansão do Caju**

Considerando a expansão das plantações de caju nos últimos anos no complexo de Orango torna-se pertinente estabelecer mecanismos de gestão para a expansão deste tipo de plantação. Esta deve ser completamente interdita nas zonas centrais e de tampão. Na zona de desenvolvimento medido deverão ser implementadas para desincentivar a expansão descontrolada do caju. Para estas poderão ser acordadas zonas específicas de expansão, mas que não incluam as áreas de culturas alimentares.

Nestes um seguimento agrotécnico deve ser estabelecido, para que o rendimento da produção venha a ser suficientemente bom para desincentivar novas expansões. Além do mais, incentivos e promoção poderão ser estabelecidos para que no ponto de vista económico não se verifique interesse em aumentar as áreas atuais. Esta poderão incluir acordos para o financiamento de pequenas unidades de descasque, condicionamento, embalagem e apoio a comercialização da castanha transformada, prensas para a produção do sumo e recipientes para a produção e estocagem do vinho de Cajú. Tudo isso, poderão ser criados com base em acordos, possibilidades de comercialização da castanha de Orango em Bissau e no estrangeiro. Estes poderão ter por base a certificação do produto como ecológico e proveniente de uma Parque.



6.1.1.2. Proteção e gestão das florestas sagradas

Existem no interior do perímetro do parque varias florestas e ilhéus sagrados que se ressaltam pelas suas componentes paisagísticas bem conservadas e nas quais se salientam áreas de florestas densa e altas, muito bem conservadas, assim como áreas de Mangal. Estas áreas, por Lei devem ser conservadas devido ao seu estatuto tradicional. Igualmente importante é o facto destas áreas se integrarem nos dispositivos tradicionais de gestão e conservação dos espaços e recursos os quais foram devidamente integrados no processo de gestão do PNO. Em geral estas áreas constituem verdadeiros santuários para as populações Bijagós e desempenham um papel muito importante na reprodução sócio religiosa destas sociedades.

No plano ecológico, sobretudo devido a interdições que sobre eles pendem, constituem, pelo seu número, disposição e tamanho, uma rede de nichos ecológicos extremamente importantes e verdadeiros refúgios para a fauna. A proteção destas áreas reforça o papel do parque e da sua estrutura de gestão junto dos anciões das tabancas.

Um esforço considerável deverá ser efetuado no sentido de delimitar estas áreas e recensear as regras de acesso e as interdições inerentes a cada uma delas de forma a as incluir no plano de Zonagem e nas disposições regulamentares do parque. Igualmente importante é a manutenção, o apoio e o estímulo das praticas sócio-religiosas a elas relacionadas, no sentido de conservar o seu estatuto, assim como as interdições que sobre elas tradicionalmente são mantidas e implementadas.

6.1.1.3. Proteção e gestão do mangal

O Mangal cobre cerca de 30 % da superfície emersa do parque. É um ecossistema sensível, mas muito importante não só pelas suas funções sustentando uma cadeia alimentar muito complexa, como ainda, protegendo a costa das ilhas rasas que compõem o parque. A população Bijagó utiliza o Mangal de forma durável. No passado foi objeto de uma exploração muito descontrolada, efetuado por pescadores de diferentes acampamentos de pesca anteriormente localizados no perímetro do parque. Estes utilizavam a madeira e lenha do Mangal respetivamente para a construção e para a fumagem do pescado.

Em relação a este ecossistema, estudos específicos devem determinar a sua verdadeira área de expansão, as espécies presentes e as áreas que ocupam e os verdadeiros fatores que condicionam o seu desenvolvimento ou extinção. As áreas mais densas devem merecer medidas de proteção mais robustas. Ações de plantio devem ser iniciadas, sobretudo para estimular regeneração nas áreas mais carentes e necessárias a proteção da linha de costa. Apesar de pouco intensa, a exploração efectuada pela população Bijagó deve ser devidamente monitorada e seguida de forma a evitar situações de degradação extrema e impactos e/ou efeitos diretos e indiretos sobre este ecossistema como a expansão da orizicultura de “bolanha”, a extração da ostra e a exploração da lenha de Mangal. Um plano de gestão abrangente para este sistema deve ser estabelecido para este ecossistema ao nível de todo o Arquipélago Bolama-Bijagós.



6.1.1.4. Proteção e gestão da fauna marinha e da ictofauna

Dos cerca 100.000 ha de área marinho-aquática do parque de Orango só cerca de 1 % fazem parte respetivamente da Zona Tampão e de preservação. Toda a áreas restante encontra-se na zona de transição.

Esta área marinho-aquática é reconhecida como zona de reprodução, de alimentação, de crescimento e refugio de muitas espécies marinhas. Para algumas espécies haliêuticas de grande valor comercial a área é uma zona de recrutamento por excelência. Isto é, a sua grande produtividade é que fazem do PNO um verdadeiro parque marinho.

Num passado recente os efeitos de uma pesca irresponsável nas zonas centrais do parque originaram uma degradação extrema da disponibilidade de recursos, inclusive afetando outras áreas marinhoaquáticas no interior do Arquipélago Bolama-Bijagós, e que se traduziu na prática:

- ✓ Pela degradação progressiva dos habitats marinho-aquáticos;
- ✓ Pela diminuição considerável da produção de espécies de grande valor comercial;
- ✓ Pela necessidade de cada vez maiores deslocamentos para zonas de pesca potencialmente mais produtivas;
- ✓ Pela substituição de espécies de maior valor comercial por aquelas de menor valor comercial nas capturas.

Após o desmantelamento dos acampamentos de pesca a situação melhorou de forma considerável. Mas atualmente ações devem ser previstas sobretudo para:

- ✓ Protecção das áreas de desova e os berçários e as zonas de alimentação e crescimento das principais espécies de fauna marinha presentes nas águas do parque e em especial dactiofauna e das principais zonas de recrutamento no interior do parque;
- ✓ Protecção de espécies ameaçadas tais como as espécies de tubarões e espécies afins, as tartarugas marinhas, o peixe boi, etc. e espécies haliêuticas de grande valor comercial;
- ✓ Melhorar os sistemas de gestão de pesca e promover este sector de uma forma durável para que os princípios de uma pesca sabia e responsável possam ser assimilados e praticados pelos pescadores.

Um esforço de implementação de ações de pesquisa deve ser efetuado, no sentido de não só compreender melhor o funcionamento dos processos e fenómenos marinho-aquáticas, como ainda para avaliar os impactos diretos da pesca no interior e no exterior do parque. O impacto da zona como zona de reprodução, crescimento e recrutamento de espécies de peixe de algum valor comercial, poderão reforçar o papel do PNO como componente importante de gestão das pescas no mar territorial da Guiné-Bissau.

6.1.1.5. Proteção avifauna

A importância da área para a avifauna é reconhecida. Salientando-se a existência no sítio de nidificação do Banco de Acapa-Imbone. Varias zonas de alimentação da avifauna aquática são a assinalar, assim



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

como, dormitórios e zonas de repouso. Estas áreas devem ser mapeados e caracterizados, e nelas devem ser efectuados uma avaliação do seu potencial ecológico, em relação a avifauna. Nestas áreas medidas consequentes de protecção devem se tomadas, destinadas a diminuir os factores de perturbação, como ainda, os factores de depredação, sobretudo os de origem Antrópica.

Nessa perspectiva uma atenção especial deve ser dada as colónias de nidificação, recomendando-se a sua inclusão automática como zonas de preservação e o estabelecimento de uma regulamentação consequente para a respectiva protecção.

Em relação a algumas espécies exóticas como o papagaio cinzento, uma acção de protecção, de fiscalização e monitoria dos seus principais sítios de reprodução, repouso e alimentação deve ser estabelecido. Igualmente importante é a implementação de medidas dissuasivas (sobretudo medidas económicas) em relação as capturas para fins comerciais, assim como estabelecimento de programas de apoio a reconversão dos jovens caçadores de papagaio.

6.1.1.6. Protecção e gestão das demais espécies ameaçadas

O Parque patenteia um enorme património em biodiversidade que é necessário proteger. Este é expresso pelo elevado numero de espécies presentes e cujos estatutos, sobretudo pelas disposições de convenções e acordos internacionais, o parque se vê obrigado a assegurar a respectiva protecção. Esta acção de protecção deve iniciar sobretudo com o estabelecimento de medidas protetoras de precaução contra eventuais ameaças, os quais devem ser acompanhados por estudos para conhecer melhor estas espécies sobretudo em termos de hábitos, tamanho de população e os principais fatores de ameaça, tendo em vista o estabelecimento de medidas de protecção e gestão em bases cada vez mais científicas. O objectivo maior destas ações deve ser o de manter e desenvolver populações viáveis destas espécies capazes inclusive de vir a povoar áreas imediatas no exterior do parque.

6.1.2. Sub-componente de gestão e do uso público dos recursos

6.1.2.1. Interpretação ambiental

A interpretação ambiental tem essencialmente como objectivo explicar as interrelações de um recurso, espécie, ação com o seu meio, e destina-se sobretudo a possibilitar uma compreensão integrada (ou sistémica) e abrangente do funcionamento do ambiente. É uma oportunidade de efetuar pedagogia e sensibilização em tono dos problemas ecológicos e ambientais.

Esta é uma ação que pode ser desenvolvida no âmbito das escolas de verificação ambiental, das visitas turísticas (e em função das diferentes etapas dos roteiros turístico e ou atividades de informação e sensibilização do turista) e com atores cujas atividades podem ter impactos muito prejudiciais em relação aos recursos do parque. Ela pressupõe que os agentes desta ação sejam minimamente formados e disponham de material adequado (material informativo, desdobráveis, posters, quadros, etc.) de forma a puderem desenvolver esta ação de forma adequada e efetiva. Em relação aos roteiros turísticos esta ação pode ser reforçada com o estabelecimento de uma sinalização adequada e/ou placas explicativas dos fenómenos, processos, ou inter-relação dos recursos com o seu ambiente.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

As fileiras seguintes parecem ser atualmente oportunas para o desenvolvimento de ações de interpretação ambiental:

- a) Reativação das escolas de verificação ambiental já existente;
- b) Os turista em visita no interior do parque, destacando-se visita do mini-museu, assim como a visita dos Hipopótamos em Anôr;
- c) Orientação em termos de informação dos pescadores desportivos e pescadores em geral;
- d) Agricultores, sobretudo em relação a monocultura do caju e as queimadas no quadro do m'pampam.

Aos pescadores desportivos e aos pescadores em geral há que estimular uma nova perceção em relação aos recursos haliêuticas, em especial, através de metodologias de interpretação ambiental, destinadas a sensibilizar estes em relação ao impacto das artes e práticas de pesca, aos objetivos do parque, a zonagem, a regulamentação e em relação a legislação existente, sobretudo no que concerne a um uso sábio, responsável e sustentado destes recursos e a preservação de algumas espécies ameaçadas de extinção. Nas escolas de verificação ambiental dois objetivos poderão ser postos na prática em relação a interpretação ambiental:

1. Formação de professores (futuros formadores) e produtores dos materiais, de interpretação ambiental;
2. Produção de materiais adequados para a educação e sensibilização dos alunos destas escolas;
3. Formação dos professores de outras escolas do parque em matéria de interpretação ambiental.

Em relação aos turistas põem-se o problema de uma verdadeira animação do mini-museu e a animação dos circuitos turísticos a desenvolver no interior do parque. No quadro do mini- museu esta ação implicaria entre outros, para além da proposta de ampliação deste e a construção de um edifício específico, a contratação de um especialista para orientar os trabalhos neste domínio e formação de um guia para o museu, como ainda, de uma pequena unidade (um laboratório) para a produção dos materiais necessários ao desenvolvimento desta atividade.

A ampliação do mini-museu deve ter em vista a criação progressiva de um museu de Historia Natural e da Cultura Bijagó, contendo não só aspetos da historia natural das ilhas como ainda o artesanato, os trajes, mascaras, danças, etc. como ainda outros suportes (desdobráveis, postres, diapositivos, fotografias, filmes, etc.) para elucidar a relação dos Bijagós com o seu meio natural. Uma articulação do museu com a Baloba de Eticoga, isto é a historia da rainha Okinca Pampa é desejada, não só para melhorar a organização e a gestão desta ultima, como ainda para velar pela sua manutenção atual e futura. Diferentes aspetos ambientais, socioculturais e históricos ligados ao PNO e a sua população poderão ser reproduzidos através da confeções de guias, brochuras, desdobráveis, pósteres e postais.

O processo de ampliação do museu pode ser acoplado a um processo de promoção da produção do artesanato local e específico a cada uma das ilhas do complexo através da criação de pequenos centros de produção artesanais (madeira, cestaria, artigos de uso corrente, etc.) em colaboração com associações locais. Uma unidade de venda destes objetos poderá ser acoplada ao museu.

Formação de guias turísticos e elaboração de roteiros turísticos, contando variam etapas devidamente assinaladas, nas quais trabalhos de educação e interpretação ambiental devem ser realizados. Os guias



turísticos devem dominar os objetos de interpretação ambiental, de forma a animar e sensibilizar os turistas nas varias etapas desses roteiros, sobre a importância e o funcionamento dos diferentes ecossistemas do parque, sobre as espécies e seus habitats, sobre as diferentes ameaças e riscos potências que pendem sobre o parque, sobre os usos adaptados dos espaços e dos recurso e obre a cultura Bijagó. Iguamente importante no processo de desenvolvimento do turismo é a promoção de pequenas unidades de artesanato local, para a produção de produtos para as lojas de venda de “souvenirs” tanto na sede do parque como ainda na Casa de Cultura ou Ambiente em Bubaque e no IBAP em Bissau.

6.1.2.2. Relações públicas e extensão

Deficiência na comunicação e na circulação de informação devido a um certo encravamento do parque, limitam a sua relação com outras instituições, grupos socio-profissionais e mesmo em geral com a população. Estes afectam o potencial de cooperação existentes com operadores turísticos, autoridades administrativas e tradicionais locais, intervenientes locais e com a população em geral. Maior efetividade na circulação de informação e melhoria da comunicação com estes poderiam melhorar superar esta situação. Isso pressupõe uma melhoria geral do sistema de comunicação (sobretudo da rede de rádios VHF), e a criação de suportes adequados de comunicação para cada grupo de intervenientes. Mas também há que refletir em como melhorar a comunicação e a informação no interior (dentro do parque e nas estruturas internas do IBAP) mas também, no exterior sobretudo em relação aos atores externos do parque e ao público em geral. A contratação de um especialista para o desenvolvimento de um programa de informação e comunicação do IBAP e envolvendo a RNAP nos parece necessário.

Um sistema eficiente de radio melhoraria a comunicação e circulação de informação entre as tabancas e do parque em relação a população em geral. Iguamente importantes são a criação de espaços de concentração específicos e/ou alargados, para discutir os problemas gerais do parque fora do âmbito dos conselhos de gestão. O envolvimento real das autoridades tradicionais parece ter sido descorado, em especial no que diz respeito as atividades cerimoniais. Um espaço específico de concentração com estes deve ser criado, não só para discutir os problemas do parque, mas igualmente a sua visão do parque e do desenvolvimento, assim como sobre as cerimonias socio-culturais, muito vitais, a reprodução bijagó. Esta colaboração parque e velhos da tabanca em especial com as estruturas de puder tradicional, deve ser reforçada de forma eficiente, para que não caiam em descredito, sobretudo em relação as demais populações e em especial a sua juventude.

Comunicação com os demais intervenientes no parque, administração local, operadores turísticos, pescadores, pode ter lugar no quadro de uma estrutura de Coordenação das Iniciativas Locais. Nestas poderão ser discutidas os aspetos gerais de desenvolvimento do parque, com o apoio técnico dos técnicos do parque e com a participação do comité de gestão do parque englobando os POL's⁶⁴. Há uma necessidade que as informações do parque ganham ressonância ao nível da região e do país respetivamente através da Casa do Ambiente, do IBAP e da radio Djan-Djan. Pelo facto se torna necessários refletir na criação de um sistema de comunicação e informação para o conjunto das áreas

⁶⁴ Os operadores turísticos, devem ser considerados apesar das sua particularidades como POL's locais



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

protegidas. Este poderá incluir vários suportes adaptados ao público alvo, isto é, jornais, brochuras e mesmo programas de rádio e/ou iniciativas pontuais destinados por exemplo aos turistas e/ou mais especializados destinados a promoção dos parques.

A sede do parque deve possuir uma pequena estrutura de acolhimento especializada, não só para turistas, mas igualmente, para pessoas singulares a procura de informação sobre o parque e acoplado a equipe técnica e científica e a equipe de animadores do parque. Uma documentação, assim como materiais informativos diversos (gratuitos ou para venda), deverão estar a disposição desta estrutura. Importante neste particular é a animação do museu e da casa de ambiente que proposta criar assim como uma “loja do parque”, na qual não só serão “oferecidos” diferentes produtos do artesanato, da cultura e da tradição local, como produtos destinados a promoção do parque (postais, brochuras, camisolas, chapéus, etc:).

6.1.2.3. Recreação do turismo e ecoturismo

Estratégia elaborada para o desenvolvimento do turismo na região Bolama-Bijagós, apontam para dois principais eixos de desenvolvimento: (i) um eixo para um turismo de massa e de negócios centrados na ilha de Bolama e outro eixo (ii) ecoturismo nas ilhas restantes e com base em pequenas estruturas de acolhimento.

O desenvolvimento de ações de turismo e recreação no interior do parque privilegiam sobretudo ações de ecoturismo, isto é, as que utilizam de forma sustentável o património natural e cultural, incentiva a conservação e que através da interpretação ambiental promove educação e a sensibilização ambiental. Nestas criam-se condições para que a população participe na repartição dos benéficos gerados e através destes melhorem as suas condições de vida. Em geral estas ações assentam na promoção de atividades de recreação em harmonia com a natureza e com as condições do meio. Em resumo estas devem ser ecologicamente adaptados a capacidade de suporte e as fragilidades do meio, economicamente viável e ético e socialmente equitativo para as comunidades locais. Por isso se torna pertinente a elaboração de um Plano de Gestão e desenvolvimento do turismo no PNO, assim como em geral um Código de Conduta das Atividades Turísticas na Reserva da Biosfera.

Tanto o turismo local como internacional ainda está na fase embrionário nos limites do PNO. O turismo nacional e local é muito voltado ao turismo cívico, sócio religioso, místico e de feriados ou férias respetivamente para assistir os eventos, assistir e/ou realizar práticas, crenças, rituais e cerimónias sagradas, consulta a curandeiros tradicionais e passar alguns dias ou semanas com a família.

O turismo internacional é mais direcionada a pesca turística, turismo de sol e praia e vegetação e descoberta. A pesca turística é desenvolvida sobretudo pelos centros de pesca turística localizados em Bubaque e Rubane. As vegetação e um certo turismo de sol e praia é desenvolvido através do Orango-Parque-Hotel localizado em Eticoga. Um centro de acolhimento encontra-se em projeção da construção, na tabanca de Anôr, Orango Grande, no quadro do turismo de observação de Hipopótamos.

As condições das águas e a fragilidades do ambiente limitam o turismo de massa, isto é o turismo de sol e praia, que podem ser desenvolvidos de forma muito limitada. O potencial de ofertas existente, para a procura internacional, embora que ainda pouco aproveitados, se resumem sobretudo no:



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

- *Turismo cultural* com base na do significado e valorização do património histórico, cultural e religioso da população Bijagós;
- *Turismo étnico*, com base na experimentação e no contacto directo com o modo de vida, a tradição e as atividades da população local Bijagó;
- *Turismo científico*, de estudos e intercâmbio, com base no potencial de estudos da historia, antropologia e língua Bijagó e de estudos relacionados com as características naturais e a fragilidade dos meios insulares;
- *Turismo de pesca*, com base no desenvolvimento de atividades de pesca amadora desportiva; com pequenas embarcações, com algumas acções muito pontuais no interior do parque;
- *Turismo de aventura*, de descoberta e/ou de visitação com base nos elementos da paisagem, da fauna, da flora e/ou da rudez do meio;
- *Turismo de observação* com base na observação de Hipopótamos e muito pontualmente da avifauna;
- *Turismo educacional*, com base em excursões, cursos e seminário inspirados nos recursos e ecossistemas

O património histórico, cultural e religioso, por ser muito pouco conhecido, suscita “curiosidade” e atracção sobretudo em termos de viver, contemplar e/ou mesmo participar nos eventos e manifestações a eles inerentes, ou mesmo para atividades de investigação. As pré-condições de aproveitamento do potencial existe é a criação de sinergias e entre os operadores turístico e as estruturas do parque, isto é entre o turismo e a conservação; o desenvolvimento de produtos turísticos; adequada relação de parceria com o sector privado sobretudo em relação aos sectores que gravitam em torno do turismo e a criação de uma capacidade de gestão ao nível local. Este ultimo aspecto pode estimular a criação de novas oportunidades de trabalho, sobretudo para jovens, ao nível local. Colaboração com parceiros privados envolvidos na área do transporte e comunicação poderia contribuir, para aumentar o fluxo de turistas, pelo menos de Bissau para o interior do Parque.

Urge a necessidade de operacionalizar a unidade de acolhimento de Anôr e criar as condições mínimas para o seu funcionamento e dar outros passos no desenvolvimento em primeiro lugar na melhoria deste produto e posteriormente na criação de outros produtos com bases nas atracções existentes e acima expostas. No processo de consolidação do centro de Anôr, alguns passos concretos devem ser dados, sobretudo:

1. Concluir e mobilar a unidade de acolhimento, terminar o poço de água e reconstruir o posto de guarda;
2. Formar a equipe gestora deste centro, guias turísticos locais, assim como os demais funcionários da unidade;
3. Preparar a Tabanca de Anôr e fornecer alguns serviços de base a esta unidade;
4. Melhorar as condições de observação do Hipopótamo através da construção de um observatório;
5. Consolidar do circuito, sobretudo através de uma animação do percurso e da estadia em Anôr e que incluiria o estabelecimento, de sítios de interpretação ambiental devidamente ou um centro multifuncional assinalados no percurso de Eiticoga para Anôr e desta para as lagoas de Hipopótamos e no entorno destas até as praias de Anôr, os quais poderiam incluir:
 - ✓ Visita guiada ao museu do parque;
 - ✓ Uma introdução a historia da tabanca de Eiticoga contada num encontro com os velhos de Eiticoga;
 - ✓ Visita guiada a Baloba de Eiticoga;



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

- ✓ Já no percurso para Anôr;
- ✓ Introdução sobre as formas de gestão do território da tabanca e do m'pampam;
- ✓ Introdução sobre a ecologia do Mangal;
- ✓ explicação sobre a composição florista das diferentes formações existentes no percurso e aproveitamento respetivo na farmacopeia tradicional;
- ✓ Introdução sobre “Baga-baga” (formiga branca);
- ✓ ntrodução sobre a historia de povoamento de Anôr;
- ✓ Observação dos Hipopótamos e introdução a geomorfologia da costa de Anor;
- ✓ Visita e observação de pássaros na zona de “Acapa Anor” com uma introdução as técnicas de pesca tradicional (arremesso, armadilhas, etc.) e recolha de ostras, etc⁶⁵;
- ✓ Observação e inventario das tartarugas marinhas nas praias de Anôr.

Põem-se igualmente o problema de como apoiar algumas iniciativas da tabanca de Anôr, de forma a esta se envolva mais na produção de serviços não só para esta unidade como para os turistas. Isto é, como valorizar melhor os produtos e a cultura local, mas também avaliar e melhorar a capacidade de oferta de serviços tradicionais locais: acolhimento em casa Bijagó; gastronomia típica da terra; bebidas locais; artes, artesanato, típica, danças, músicas, folclore, modos de vida. A inclusão destes aspetos na oferta de serviços como a alimentação, de hospedagem, de recreação, de atividades como oficinas de artes e ofícios, a própria atividade de pesca, com suas técnicas, histórias e lendas, contribuem para não só para tornar mais singular e genuíno a qualidade do produto como ainda para possibilitar uma distribuição mais ampla do rendimento do turismo.

A partir da experiência de Anôr outros produtos poderão ser criados, entre outros, a volta da pesca, observação de pássaros, inventários e observação das tartarugas e em especial da colónia de nidificação e/ou a oferta de um circuito integral no parque, que constituiria, numa visita de todas as ilhas a partir de Eticoga e na base de um trajeto que incluiria passagem em todos os postos de guarda e ilhas. Possibilidade de estabelecimento de “acampamentos na base de tendas”, sobretudo nos períodos de ferias e feriados, para o acolhimento de turistas nacionais e/ou para colhimento de estudantes em ferias, poderiam ser avaliados. O estabelecimento deste “acampamentos na base de tendas”, poderia ser iniciado com a comemoração do dia do PNO, ou outros inventos importantes da vida de Orango. Alguns animadores do parque deveriam ser formados como formadores de guias turísticos, parque tenham um efeito multiplicador neste domínio, no seio da comunidade.

Há que desenvolver uma unidade de acolhimento e de informação de turistas ao nível das Casas de Ambiente e do Museu. Estes deverão dispor de materiais adequados de informação para os turistas, incluindo mapas, Zonagem e regulamento, informações sobre a fauna e a flora do parque e “souvenirs” do parque. Nestes devem ser criadas as condições mínimas para a valorização do artesanato, do saber fazer e dos produtos locais.

⁶⁵ Pode ser também encarada como uma contribuição para a preservação dos modos de vida, dos saberes e fazeres das comunidades locais e que são imbuídos de técnicas muito peculiares.



6.1.3. Sub-componente de Monitoria e seguimento dos recursos naturais

6.1.3.1. Estabelecimento de um sistema de monitoria e seguimento dos recursos naturais.

O IBAM deverá estabelecer um sistema gestão, monitoria e seguimento, como base num programa, para a rede de áreas protegidas, o qual pode ser essencialmente desenvolvida nas seguintes fases:

1. definição do sistema de monitoria e seus autores;
2. estabelecimento de padrões, indicadores e fontes de comprovação;
3. definição das acções e actividades a monitorar;
4. definição da periodicidade ou seja frequência da realização das acções de monitoria;
5. definição de quem será responsável pela execução destas acções de monitoria;
6. tratamento e avaliação dos dados recolhidos nas acções de monitoria;
7. toma de medidas tendentes a inclusão dos resultados desta avaliação nos processos de gestão visando ao constante aperfeiçoamento e adequação.

Um sistema de Monitoria é de grande importância para a gestão do parque. As suas acções devem incidir entre outros essencialmente sobre a situação do património ambiental, sobre acções com impactos negativos sobre o ambiente e sobre os mecanismos institucionais e de gestão. Esta acção deve igualmente produzir resultados em tempo útil, para poder suportar os processos decisoriais e de gestão do parque e os manter actualizado e adaptados. Isso permite entre outros:

- identificar mudanças no espaço e no tempo;
- efectuar um acompanhamento regular e continuo dos diferentes ambientes, através de uma serie temporal de dados predefinidos com o objectivo de orientar as acções de gestão;
- construir e experimentar modelos para melhor compreender, entre outros, as interacções entre os diferentes processos naturais, os efeitos e as consequências das actividades humanas sobre os sistemas naturais.
- avaliar a efectividade da implantação das acções preconizadas no processo do cumprimento dos objectivos estabelecidas pelo plano de gestão e de consolidação dos parque;
- Assegurar a articulação entre o processo de planificação e a execução, através de um processo dinâmico na qual adaptações, correcções e rectificações de desvios, tornamse permanente possíveis, para se atingir as metas preestabelecidas;
- aperfeiçoar e adequar os objectivos, as metas e as acções ou actividades estabelecidas, visando o seu cumprimento com sucesso.

O sistema de monitoria permite ainda não só documentar todo o processo de implementação das acções estabelecidas, como ainda fornecer os instrumentos indispensáveis a sua avaliação, o que é consumado entre outros pelos indicadores, os meios de verificação e a definição de responsabilidades.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Os indicadores poderão ajudar a avaliar se os padrões ambientais preconizados foram atingidos ou não da mesma forma que podem servir para avaliar os impactos de diferentes usos e ou mesmo de programas e acções de conservação. O caso concreto do PNO estes podem ser definidos a partir de estudos básicos iniciais, e devem ter como objectivo forma a avaliar os impactos ambientais, socioeconómicos e socio-culturais positivos e negativos dos usos e das acções de desenvolvimento como ainda das medidas de conservação.

Os actores potências do sistema de monitoria são entre outros os responsáveis pela produção de informação (utilizadores dos serviços do parque), os responsáveis pela colecta de informações (guarda parque, investigadores, Conselho de Gestão, etc.), os responsáveis pela gestão do parque e pela produção de informações sobre o parque (IBAP, Instituições de Pesquisa, Conselho de Gestão, DGA, etc.) e os utilizadores destas informação, isto é os actores dos processos decisoriais e os utilizadores dos serviços do parque.

É pertinente que esteja articulado a um banco de dados, o qual deve ser continuamente actualizado através do seguimento de alguns indicadores, dos resultados da pesquisa e resultados de avaliações e consultas sobre aspectos importantes do parque. Desta forma pode ser avaliada se os resultados e/ou os efeitos desejados foram conseguidos, como ainda em que áreas são necessários implementar acções e/ou medir a efectividade das medidas e acções anteriores, assim como o desempenho das entidades e/ou indivíduos a quem foi afectado a responsabilidade da execução da acção em causa. É por isso um processo que carece de uma planificação detalhada.

6.1.3.2. Monitoria e seguimento da pesca artesanal

A gestão, a monitoria e o seguimento da pesca deverá ter quatro componentes principais: o inquérito quadro (inventário de pescadores, canoas, artes de pesca e das capturas), a pesquisa, a promoção da actividade e monitoria e seguimento.

A pesquisa deverá ser descrita no capítulo correspondente. O inquérito quadro destina-se a conhecer melhor o esforço de pesca no interior do parque e as medidas necessárias para o gerir, tendo em vista a implementação de uma pesca responsável e adaptada aos objectivos do parque. A acção de promoção, devesse ter como objectivo principal substituir as artes inadequadas e ao mesmo tempo equipar os pescadores profissionais para que orientem o esforço de pesca instalado no parque para as zonas de pesca fora do espaço marinho-aquáticos deste. Todo este processo deverá ser acompanhado com medidas de educação e sensibilização mas também de medidas regulamentares e de fiscalização para fazer cumprir o acordos estabelecidos com as diferentes equipas de pescadores e tabancas.

Nestes acordos os pescadores devem comprometer-se, uma vez devidamente equipados, que deverão concentrar o seu esforço de pesca fora dos rios (entre as ilhas) para pescadores com motores menores que 25 CV e mesmo progressivamente, fora dos limites do parque, para motores a partir de 25 CV. Os rios entre as ilhas ficarão exclusivamente reservados as canoas sem motor e os ficando proibidas a pesca nos rios mais pequenos das diferentes ilhas. Mais concretamente esta zonagem compreenderá:



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

- uma zona de pesca tradicional, sobretudo com rede de mão e “cenas de praia” com redes pequenas (não superiores a 25 m), nas praias, nos rios das ilhas e praias;
- uma zona de pesca controlada, sobretudo nos rios entre as ilhas, na qual são permitidas as canoas a remo (canua de coba), redes de tainha⁶⁶ e o uso de anzol. Nestas a “palangre” (armadilhas) e as redes de primeira são interditas;
- Zona de pesca marítima comercial, nas zonas do exterior do complexo de ilhas a excepção das zonas centrais e tampão, e na qual se pode utilizar a rede de tainha, o anzol, as armadilhas e as redes de primeira com malhagem entre 60 a 75 mmm, mas sem fechar os rios e com motores não superiores a 15 cavalos.

Os pescadores equipados e respectivas canoas devem, por exemplo, ser devidamente identificados e possuírem todos eles equipamentos que os permitam conhecer os limites do parque, as zonas e as respectivas localizações em cada momento assim como sistemas de comunicação.

A acção de monitoria e seguimento deverá ser efectuada sobretudo através de fixas contendo diferentes informações sobre a actividade, como por exemplo, as saídas, a equipagem, as áreas de pesca, os lances, as capturas desembarcadas e capturas acidentais de espécies protegidas e local desta captura, etc. A actividade em si não só deverá ser acompanhada por um sistema de radio (inclusive nas canoas) como ainda por um seguimento das rotas e zonas de pesca utilizadas, com o apoio do centro de vigilância e fiscalização costeira localizados em Uite.

A todos os pescadores com direito de acesso aos recursos pesqueiros do parque devem ser ministrados formações, para se familiarizarem com os objectivos do parque, a Zonagem os regulamento e sobretudo para que se apropriem dos princípios e praticas para uma gestão sabia e responsável dos recurso pesqueiros no interior do parque. A participação numa tal sessão de formação deverá ser uma das pré-condições para o exercício de pesca no interior do parque, a qual deverá ser pré-condição da concessão de licença, como ainda, reforçada por uma acordo de compromisso em respeitar o regulamento do parque e a Zonagem estabelecida.

Transitoriamente deverá ser mantida a interdição da pesca de não residentes (mesmo originários não residentes). Mas importa avaliar a situação dos pescadores não residentes. Deverá ser possibilitada um acesso parcial controlado, nas secas, sobretudo nos períodos da tainha e da sereia, nas áreas exteriores do complexo de ilhas, isto é, a área marinha aquática a excepção dos rios interiores do complexo, desde que usem as malhas permitidas e que sejam munidos de uma autorização especial, concedida a partir da inspecção dos materiais e das artes de pesca e utilizem os mesmo tipos de equipamentos que os pescadores residentes. Mecanismos específicos de fiscalização como mecanismos económicos⁶⁷ deverão ser estabelecidos de forma a controlar o esforço de pesca dos pescadores não residentes nos limites desejados.

⁶⁶ Considera-se neste particular o facto da tainha ser essencialmente pescada nos bancos, em geral em determinados períodos. Em geral a rede não dura muito tempo na agua, pois que é lançada uma vez localizado o cardume e é recolhida logo de seguida.

⁶⁷ Esta poderão incluir taxas especiais, taxas sobre as capturas realizadas ou mesmo leilão de um certo numero de acesso na base de uma cota (numero de pirogas e/ou mesmo captura) estabelecida para determinados tipos de espécies.



Plano de Gestão do Parque Nacional Orango – Horizonte: 2017 -2021

Esta Zonagem que pode ser considerada temporária e poderá vir a ser modificada. Uma Zonagem específica, mais definitiva para a pesca, assim como os respectivos regulamentos, deverão ser estabelecidos posteriormente com base nos resultados da pesquisa, isto é deve ser uma Zonagem mais eficiente e adequados a gestão do espaço de pesca.

A intensidade e a frequência e a duração das acções de fiscalização deverão aumentados a um nível mais óptimal nas diferentes zonas de pesca do parque. As multas e as apreensões devem ser mais rigorosas nos parques do que nas outras áreas de pesca, sobretudo para não residentes, estrangeiros e residentes reincidentes e devem ser diferenciadas segundo a zona (central, tampão e transição), em que foi efectuada a infracção. Para os residentes e não residentes as multas devem ser diferenciadas por zonas e maiores quando as infracções são efectuadas nas zonas mais sensíveis do parque.



INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA

Zonagem de Pesca no PNO

- Rio sagrado (Não pesca)
 - Zona 1 - Barriga de rio**
 - Pesca de subsistência sem motor
 - Linha com anzóis N° 7 e 8
 - Rede de ramanga
 - Rede de tainha 30 mm no máximo 3 bandas de rede
 - Zona 2 - Rios**

Pesca comercial (selectiva/controlada) com:

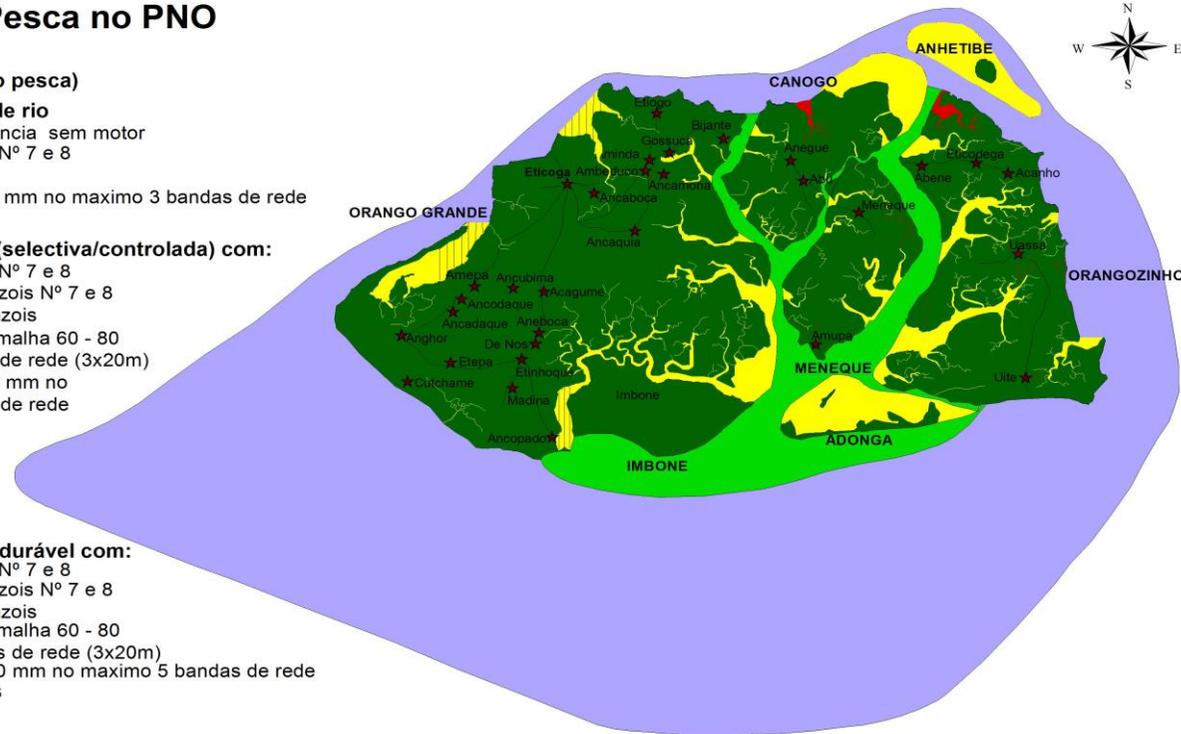
 - Linha com anzóis N° 7 e 8
 - Armadilha com anzóis N° 7 e 8 no máximo 500 anzóis
 - Rede de primeira malha 60 - 80 máximo 5 bandas de rede (3x20m)
 - Rede de tainha 30 mm no máximo 5 bandas de rede
 - Zona 3 - Mar**

Pesca comercial durável com:

 - Linha com anzóis N° 7 e 8
 - Armadilha com anzóis N° 7 e 8 no máximo 500 anzóis
 - Rede de primeira malha 60 - 80 máximo 10 bandas de rede (3x20m)
 - Rede de Tainha 30 mm no máximo 5 bandas de rede

Interdições totais

 - Rede de tubarão
 - Tadjá rio
 - Rede de monofilamento (Tchaz e vassoura)
 - Transbordo do pescado
- Rios
— Caminhos
★ Tabanca

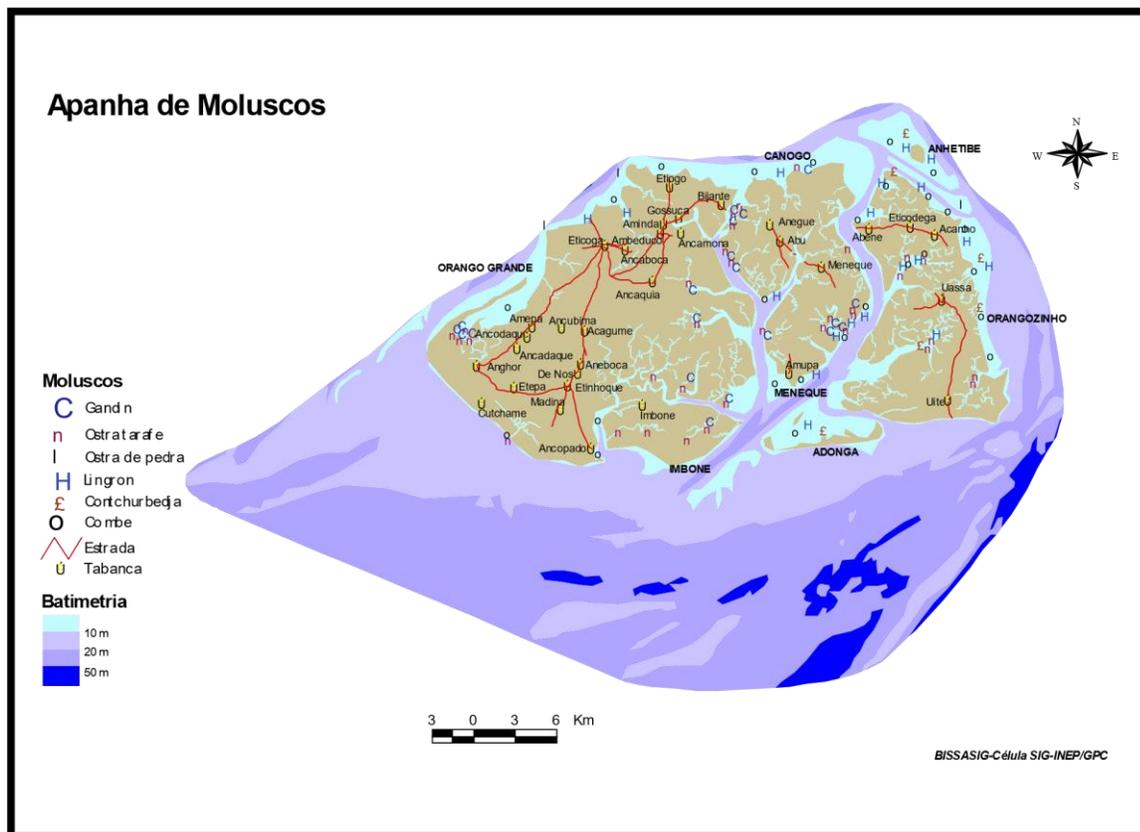


Fonte: UICN/BISSASIG-Célula SIG-INEP/GPC 2013
Por: Herculano da Silva Nhaga

Mapa : Proposta de Zonagem para a Pesca no PNO

6.1.3.3. Gestão, monitoria e seguimento das zonas de recolha de moluscos

A pressão sobre as zonas de exploração de molusco, em especial ostras, “combé”, “Cundjurbedja” e “Gandi”, tem aumentado consideravelmente com o aumento crescente da procura no mercado local e nacional⁶⁸. No interior do Arquipélago, a sua produção tende a deslocar-se para o Complexo das ilhas de Orango e em especial para as Ilhas de Canogo e Menegue e/ou para alguns ilhéus a exemplo de Adonga e de Canuopa. Esta exploração está a ser efectuada sem qualquer seguimento e em geral sem qualquer preocupação em observar a capacidade de reprodução dos recursos em causa. Um seguimento adequado revela-se necessário, apoiado por acções de investigação para que, através de melhores conhecimentos sobre os recursos em causa se possa efectuar uma melhor gestão.



Mapa 9: Zonas de Colecta de Moluscos no Interior do PNO (fonte, PG-PNO 2008)

A exploração da ostra poderá ser neste âmbito um facto mais específico, devido ao impacto da sua produção sobre o Mangal. Pelo que, há considerar este aspecto no quadro da melhoria dos processos respectivos de exploração.

⁶⁸ Há que considerar neste particular a exaustão das anteriores áreas de produção localizadas no Complexo das Ilhas de Formosa, na Ilha de Uracane e Eguba.



6.1.3.4. Seguimento e monitoria da pesca turística e do turismo

Aumenta a frequência e a permanência de botes da pesca turística no interior do parque. Pelo facto, deve-se contrariar a tendência a actual de utilização, cada vez maior, de motores de grande potência, ao menos, quando se opera no interior do parque. Considerando os seus efeitos potenciais, julga-se pertinente que a potência do motor seja limitado a nível máximo de motores de 60 cavalos. Igualmente pertinente é o aumento das licenças de pesca turística a um nível óptimo.

A) - Formação e responsabilização dos marinheiros e acompanhantes de pesca:

Dado ao facto de que constantemente verificam-se infracções torna-se necessário criar mecanismos não só para dar a possibilidade aos marinheiros e acompanhantes dos pescadores de conhecerem os mecanismos de gestão dos parques em especial a sua Zonagem e o seu regulamento, como ainda, a criação de mecanismos para uma maior responsabilização destes, sobretudo quando levam e/ou acompanham os pescadores, que normalmente são estrangeiros, no interior do parque.

Neste particular julgamos pertinente a realização de sessões anuais de capacitação e formação antes do início de cada época de pesca desportiva, na qual os marinheiros e pessoal acompanhante devem sair aptos a fazer praticar uma pesca desportiva responsável, isto é, de acordo com a Zonagem e as disposições regulamentares do parque e da pesca desportiva. Nestas, para além de aspectos ligados a marinhagem estes devem sair conhecendo os diferentes instrumentos de gestão do parque, salientando-se neste particular: a zonagem, isto é as zonas e os seus limites e as disponibilidades regulamentares para cada uma delas; o regulamento do parque e o regulamento da pesca desportiva.

Desta formação os marinhos e acompanhantes da pesca turística devem sair com um cartão em como frequentaram o curso e que igualmente os autoriza de forma exclusiva a acederem as zonas de pesca desportiva no interior do parque na época de pesca desportiva correspondente. Marinheiros sem estes cartões não podem aceder a estas zonas de pesca acompanhando pescadores desportivos sob o risco de sofrer penalidades pela infracção. Titulares destes cartões que tenham cometido infracções devem ser num primeiro momento penalizados, mas os recidivastes devem perder o seu cartão e conseqüentemente o direito de acesso as zonas de pesca desportiva no interior do parque. Através destas acção estes devem ser igualmente sensibilizados a fornecerem informações sobre as suas actividades de pesca desportiva, em especial sobre o pescador, as zonas de pesca, espécies capturadas e duração etc.

Este processo deve ser estruturado nas fases seguintes:

1. Recenseamento dos marinheiros e pessoal acompanhante da pesca desportiva;
2. organização da formação;
3. Formação sobretudo abrangendo as matérias seguintes:



- Capacitação e formação em matéria de navegação e uso do GPS⁶⁹,
- formação em zonagem e regulamento dos parques e precauções ambientais no interior do parque (tratamento do lixo, plásticos e demais poluentes);
- formação em matéria de regulamento da pesca desportiva;
- Preenchimento de fichas de informação sobre as actividades de pesca desportiva;
- Concessão de uma licença para operar no interior do parque.

Em paralelo deve ser estimulado a criação de uma associação para a protecção da classe, a qual uma vez organizada, poderá melhor ser organizada e enquadrada nos objectivos de uma pesca desportiva responsável e compatíveis com os objectivos do parque.

O estabelecimento de postos de guarda nas entradas Norte do parque, deverá permitir efectuar nelas as cobranças e as necessárias medidas de sensibilização dos pescadores desportivos. Estes postos irão permitir tornar mais eficientes as actividades de seguimento e monitoria das entradas no parque, organizar melhor as cobrança e possibilitar acções de educação e de sensibilização dos turistas.

Há que reforçar os regulamentos⁷⁰ e a sua aplicação pêlos operadores turísticos, mas num quadro de parceria. As estruturas do parque devem reforçar as acções de sensibilização e informação dos operadores turísticos e de turistas em geral.

B)- Monitoria e seguimento da evolução do turismo:

Em geral há uma tendência (se bem que ténue) do crescimento do numero de turistas como de operadores turísticos no arquipélago, num contexto totalmente desplanificado, isto é, sem políticas, estratégias e/ou programas para o desenvolvimento do sector.

Neste contexto é importante para o parque conhecer os seus centros emissores, o numero e o perfil dos seus turistas, os produtos turísticos que vem procurar no parque (as suas preferencias em termos de consumo), as suas disponibilidades de pagamento. Mas também por outro lado, deverá procurar progressivamente conhecer a capacidade de carga e os possíveis impactos das visitas de turistas nos seus diferentes ambientais. Igualmente importante são a fixação de normas para o funcionamento dos empreendimentos turísticos, sobretudo no que concerne a aspectos potencialmente poluidores do ambiente, como aguas usadas, o lixo e seu tratamento, consumo de agua, tratamento de instalação de geradores, tratamento de óleos usados, manutenção e acostagem de barcos (marinas), etc..

C)- Seguimento do movimento de embarcações no interior do parque:

⁶⁹ GPS, contendo as diferentes zonas do parque, rádio e equipamentos de salvação devem ser incluídos como obrigação nas embarcações de pesca turística.

⁷⁰ Há que interditar armas de caça e uso de iscas inapropriadas e susceptíveis a incitar o ataque de pessoas pelo tubarão.



As embarcações turistas deverão em geral manter um livro de Bordo, marcado as horas de entrada e as zonas visitadas no interior do parque, as capturas efectuadas, os quais devem ser acessíveis aos Guardas nos momentos das acções de fiscalização. Outras embarcações deverão igualmente solicitar autorizações de entrada e informar das respectivas saídas no perímetro do parque, em caso de necessidade, as embarcações que frequentam regularmente as águas do parque, devem manter um livro de bordo, relatando todo o trajecto efectuado no interior do parque, os portos visitados, pessoas quantidade e tipo de cargas embarcadas. Esta é essencialmente uma medida de precaução destinada a controlar indirectamente possíveis explorações clandestinas dos recursos do parque, assim como impactos potências que poderão ser causados pêlos produtos transportados. Neste particular barcos de porte transportando petróleo e ou eventuais produtos perigosos e ou tóxicos devem ser por lei interditas de transitar no interior do parque.

6.1.3.5. Monitoria e seguimento d fauna

Torna-se pertinente em geral a realização de um inventário faunístico, para a actualização dos inventários anteriores assim como para conhecer os estatutos e a população das principais espécies existentes no parque.

A) - Gestão, Monitoria e Seguimento da Avifauna:

O estado da avifauna pode ser utilizado como indicador Biológico para avaliar o estado geral do ambiente, sobretudo em zonas naturais e com pouca influencia humana, como é o caso do Complexo das Ilhas de Orango.

A primeira prioridade neste domínio deve ser concentrado na monitoria e seguimento da colónia de nidificação do ilhéu de Acapa-Imbone⁷¹, a contagem regular em sítios predeterminados tanto de aves migradoras como residentes e a monitoria regular dos dormitórios e zonas de alimentação (em especial os bancos). O seguimento da colónia de nidificação é deveras importantes, pelo facto de se constatar uma presença antrópica frequente e o risco do seu desaparecimento devido ao nível de perturbação que esta frequentações poderão engendrar⁷².

A segunda prioridade deve ser dada a capacitação, formação⁷³ e equipamento⁷⁴ dos guarda parques e potências colaboradores no domínio da identificação e contagem da avifauna. Esta acção deve ser reforçada, inclusive recomenda-se o estabelecimento de um supervisão científica adequada, para que os resultados sejam de qualidade, abranjentes, comparaveis aos obtidos na subregião e ao nível internacional e ressaltem a

⁷¹ Existiam duas, mas uma desapareceu em consequência da destruição do banco pelas erosão.

⁷² Este é o caso da colónia de nidificação da Ilha de Cavalos, no interior do Parque Marinho de João Vieira Poilão.

⁷³ Estas acções devem fazer parte de um esforço mais abrangente para alargar a rede de observação ornitológica com o objectivo de para assegurar uma cobertura mais substancial do territorio Nacional.

⁷⁴ Refere-se a material de Campo como binóculos, telescópio e guia de identificação de aves, GPS, fardas e botas.



importância do Arquipélago Bolama-Bijagós nas contagem ao nível mundial. Esta acção de da identificação e contagem da avifauna deve desenvolver-se principalmente nos eixos seguintes:

- espécies nidificadoras comuns ao nível local que em geral são indicadores importantes, dos impactos da expansão agrícola, das queimadas e da degradação do coberto vegetal natural sobre a diversidade faunística;
- espécies protegidas e/ou ameaçadas, sobre as quais é pertinente implementar medidas de protecção e conservação adaptadas e com base em informações cientificamente fundamentadas;
- espécies migradoras, para se conhecer os efectivos das diferentes espécies e a sua distribuição e variação no espaço e no tempo e assim como variação no espaço e no tempo das disponibilidade de alimentos nas zonas de alimentação.

Nos dois primeiros a acção de monitoria poderá ser desenvolvido na base de indicadores de base, destinados a avaliar o impacto de medidas de conservação e ou o impacto da expansão de determinados usos. Os indicadores são á definir a partir de estudos preliminares, identificando para cada tipo de habitat específico, o numero de ninhos, indivíduos observados e estimativas sobre a população. Igualmente nestes se poderá determinar para cada habita as restrições, as ameaças e a capacidade de sobrevivência de cada espécie.

Nos últimos poderão ser aperfeiçoados a abordagem interiores e complementados com avaliação das disponibilidades alimentares das principais zonas de alimentação: sobretudo avaliação biológica e determinação da biomassa; análise do crescimento e peso de alguns espécimens).

Resultados destas contagens devem ser anualmente publicados. Estas contagens devem ter como objectivo a monitoria e o seguimento dos bancos no interior e no exterior do complexo das Ilhas de Orango, através do estabelecimento de pelo menos 16 pontos de contagem principal (pelo menos dois pontos por guarda). Em paralelo deve ser monitorado as diferentes áreas de dormitório, das aves aquáticas. Neste particular é pertinente a inserção do parque numa rede nacional e internacional de sítios de contagem na qual uma colaboração com instituições nacionais e internacionais vocacionados nesta matéria se torna deveras pertinente.

Esta acção deve ser acompanhada com a criação de um Banco de Dados específicos a avifauna, não só para a estocagem, mas igualmente para possibilitar uma avaliação de médio a longo prazo sobre o estado das populações de aves presentes no arquipélago.

B)- Gestão, monitoria e seguimento dos principais sítios de concentração dos Hipopótamos:

Após ao inventario em curso sobre o Hipopótamo, torna-se pertinente estabelecer um sistema de monitoria e seguimento dos principais sítios de concentração desta espécie no interior do parque. Através desta se poderá avaliar não só o estatuto como a dinâmica dos seus diferentes grupos de população no interior do parque, assim como conhecer melhor os hábitos desta espécie. Preocupações concernentes a gestão do conflito causados pela depredação dos Hipopótamos como ainda determinação de locais de visitaçao poderão ser igualmente objectos deste programa de gestão e monitoria.



C)- Monitoria e Seguimento das Tartarugas marinhas:

A acção de monitoria e seguimento das tartarugas marinhas deve ser continuada, mas de forma mais permanente. Há indícios de que a depredação humana tenha aumentado, pelo que o reforço destas actividades acoplado as acções de sensibilização se revela pertinente.

D) - Gestão de outras espécies Faunísticas ameaçadas:

Este é o caso da gazela, do lamantin, dos crocodilos etc. espécies que até aqui não foram objectos de acções de pesquisa e nem tão pouco de medidas espécies de protecção. Para algumas destas espécies não se conhece de forma clara as ameaças e nem tão pouco os hábitos ou mesmo, as tendências de evolução das respectivas populações. Estes aspectos são importantes para a tomada de medidas consequentes de gestão.

6.1.3.6. Monitoria e seguimento dos principais ecossistemas do parque

Tabela 2 inúmera algumas acções e respectivos indicadores para acções de monitoria e seguimento de diferentes aspectos pertinentes, para a manutenção e melhoria do nível de conservação no interior do PNO. Importante no entanto salientar alguns aspectos importantes da acção de monitoria e seguimento no interior do parque, os quais devem transformar-se em actividades correntes das estruturas do parque.

A) - Monitoria e seguimento do “Tarrafe” (Mangal):

O Parque alberga a Mancha mais importante de Mangal ao nível do Arquipélago. O Mangal pode ser considerado como um ecossistema chave ao nível do parque. A biomassa produzida pelo Mangal é não só importante para outros subsistemas como ainda para toda uma cadeia alimentar complexa que suporta os principais recursos biológicos do parque, em especial os recursos haliêuticas e a avifauna. A pressão sobre o Mangal tem sido muito pontual e muito relacionada com a existência dos acampamentos de pesca, que entretanto, foram desmantelados. Os Bijagós em geral limitam o uso do Mangal a exploração de madeira de construção, exploração da ostra e no caso específico do Norte de Orangozinho, utilização como material para fertilização dos perímetros orizícolas⁷⁵. Este ultimo aspecto já esta a provocar, se bem que pontualmente e muito localizado, alguns impactos em termos de erosão, intrusão salina e inundações. A exploração das ostra por sua vez tende a crescer. A situação actual não é preocupante, existe no entanto necessidade de se conhecer o funcionamento geral do Mangal e de aperfeiçoar progressivamente os mecanismos de gestão, monitoria e seguimento deste importante ecossistema do parque.

B) – Monitoria e seguimento do coberto vegetal das ilhas barreiras:

⁷⁵ A vegetação do mangal é aqui cortado e queimada nos campos de arroz para os fertilizar.



O coberto vegetal das ilhas barreiras, os quais garante uma certa consolidação e estabilização, dos cordões arenosos, devem ser monitorados e seguidos. A sua degradação tem como impacto a estabilização dos cordões arenosos e a erosão. Em situações extremas esta degradação origina rupturas destes cordões ou mesmo das ilhas barreiras.

É de salientar o caso específica de Adonga, onde parte desta vegetação, foi desmatada e substituída por uma plantação do cajú.

Nestas áreas mais sensíveis, o coberto vegetal deve ser seguido e monitorado de perto. As espécies presentes devem ser recenseadas assim como a evolução das suas superfícies. Os factores que afectam a evolução das suas superfícies devem ser conhecidas e estudadas.

C)– Monitoria e seguimento das manchas de floresta sub-húmidas

Algumas manchas de floresta sub-húmida existem no interior do parque. Estas manchas devem ser monitoradas, no sentido de os preservar e estudar eventuais medidas susceptíveis de aumentar a sua superfície. Algumas destas áreas são coincidentes com as florestas sagradas e outras ainda, com os habitats do Papagaio cinzento.

D)– Monitoria e seguimento da fauna

Esta acção deve concentrar-se sobretudo nas espécies ameaçadas e espécies cujo estatuto no interior do parque é ainda desconhecido. As actividades em curso de monitoria do Hipopótamo, Papagaio cinzento, avifauna, Tartarugas marinhas, etc. devem ser reforçadas e alargadas a outras espécies vulneráveis no interior do parque.

Tabela 2: Exemplo de Factores cujas Evoluções e Tendências devem ser Monitoradas e Seguidas no PNO

A) - Monitoria e seguimento de impactos ambientais dos usos agrícolas	
Positivos: <ol style="list-style-type: none"> 1. diminuição da área de plantações de cajú; 2. diminuição das queimadas; 3. estabilização do umpam-pam; 4. redução do consumo de lenha do Mangal 5. aumento do habitats e da população das espécies ameaçadas e protegidas. 	Negativos: <ol style="list-style-type: none"> 1. expansão das da área de plantações de cajú; 2. expansão das áreas do umpam-pam; 3. aumento do consumo de lenha do Mangal; 4. invasão das áreas mais sensíveis do parque.
B) - Monitoria e seguimento de impactos ambientais das actividades de pesca	



Positivos: <ol style="list-style-type: none">1. aumento do rendimento de pesca;2. melhoria no aproveitamento e valorização dos produtos de pesca;3. repovoamento das áreas de pesca fora dos limites do parque;4. diminuição de embarcações e de pescadores no interior do parque;5. aumento da população de espécies protegidas e ameaçadas;6. actividade de pesca exercida de forma sabia e responsável;7. compreensão da função da zonagem em especial das zonas centrais e tampão;8. respeito pleno dos regulamentos e das leis;9. diminuição de infracções ao regulamento interno do parque;10. supressão do uso da rede de monofilamento e rede de tubarão no interior do parque.	Negativos: <ol style="list-style-type: none">1. Aumento de embarcações e de pescadores (esforço de pesca) no interior do parque;2. adopção de técnicas e métodos de pesca irresponsáveis;3. aumento de infracções no interior do parque;4. invasão das zonas mais sensíveis do parque;5. diminuição dos rendimentos de pesca;6. restabelecimento de acampamentos no interior do parque;7. instalação de acampamentos de pesca no interior do parque.
C) - Monitoria e seguimento do turismo	
Positivo <ol style="list-style-type: none">1. aumento do rendimento do turismo;2. turismo muito adaptado a realidade sócio-cultural e ambiental do parque;3. cumprimento dos regulamentos do parque;4. valorização da cultura local.	Negativo: <ol style="list-style-type: none">1. diminuição de rendimento do turismo;2. aumento do lixo, contaminação de água, etc.3. aumento desproporcionado de infra-estruturas turísticas;4. banalização da cultura local.
D) - Monitoria e seguimento de impactos sócio-económicos das medidas de conservação	
Positivos: <ol style="list-style-type: none">1. valorização dos conhecimentos tradicionais;2. valorização da produção artesanal;3. valorização dos produtos locais;4. valorização das formas tradicionais de gestão;5. melhoria de equipamentos e acesso aos serviços sociais básicos;6. ampliação de possibilidades de emprego;7. aumento dos rendimentos ao nível local;8. melhoria do acesso aos recursos;9. melhoria do índice de desenvolvimento humano;10. contribuição para a criação de novas ocupações e postos de trabalho;11. contribuição para impulsionar as actividades geradoras d rendimento12. melhoria das condições do género;13. elevação do nível de ensino.	Negativos: <ol style="list-style-type: none">1. aumento da pobreza e das diferenças sociais;1. aumento de conflitos sociais; diminuição dos rendimentos; diminuição do acesso aos recursos;2. desapropriação dos recursos; abandono de actividades económicas tradicionais;3. grande dependência das actividades de conservação;4. destruição das estruturas tradicionais de gestão;5. deterioração das condições do género8.
E) - Monitoria e seguimento de impactos sócio-cultural das medidas de conservação	
Positivos: <ol style="list-style-type: none">1. aproveitamento do património histórico e cultural;2. apropriação do processo e novas atitudes e comportamentos em relação aos recursos;3. acesso a processos educativos mais adaptados a realidade sócio-cultural e ao meio.	Negativo: <ol style="list-style-type: none">1. perda de conhecimento e de valores socio-culturais;2. Destruição e banalização do património histórico e cultural.



6.1.4. Sub-componente de Investigação e cooperação científica

6.1.4.1. Cooperação científica

Esta componente deve ser enquadrada no programa geral de pesquisa da Reserva da Biosfera, e deve ser uma das componentes principais na gestão do PNO. É no entanto pertinente a criação de uma equipe técnica e científica do parque, o qual se encarregará de desenvolver e coordenar os trabalhos de investigação, com a supervisão do Diretor do Parque dentro dos limites deste, em articulação com o Comité Científico da Reserva da Biosfera e em colaboração com as instituições nacionais de investigação, nomeadamente CEATA/INEP, CIPA, INPA, etc.,

Todas estas ações de pesquisa deverão conter igualmente elementos de formação, educação e informação a diferentes níveis. Isto é, poderá ser igualmente com trabalhos de investigação (mestrado e doutoramento) efetuado por estudantes. Ela deverá acima de tudo contribuir para o aumento do acervo de conhecimento sobre os recursos do parque, melhorando assim as bases científicas da gestão. É pertinente no processo de sua implementação o envolvimento de instituições científicas nacionais, sub-regionais e internacionais, não só para assegurar a qualidade dos resultados como ainda os meios materiais e financeiros necessários a sua execução.

6.1.4.2. Investigação e monitorização/seguimento

Este programa deverá conter em essencial as seguintes ações de pesquisa e ou atualização dos seguintes estudos:

1. Estudos sociodemográficos e sócio-económicos básicos;
2. Estudos para a caracterização dos principais elementos da paisagem e sobretudo dos ecossistemas básicos e principais do parque;
3. Estudo sobre a situação geral das pescas e dos recursos biológicos marinhos;
4. Estudos sobre espécies florísticas e faunísticas, assim como dos principais recursos heliânticos.

A) - Estudos sócio-demográficos e sócio-económicos básicos:

Estes destinam-se essencialmente a caracterizar os sistemas sócias locais e os usos que fazem do recursos, a conhecer e a caracterizar os principais grupos de interesse (*stakeholders*) no interior do parque. Esta ação é importante para definição e caracterização da situação de base ou seja, o ponto de partida, no início da implementação deste novo plano. Permitiria melhor conhecer, caracterizar a analisar a evolução futura em relação aos aspetos seguintes:

- os aspectos sócio-demográficos, os limites e a dinâmica dos territórios das tabancas, no interior do parque;
- as unidades familiares de produção os usos que fazem dos recursos assim como determinar o valor económico destes;



- os principais grupos de interesse, a dinâmica e as interações (conflitos, articulação e concertação, estratégias...) entre os principais actores do parque;
- os espaços e os recursos utilizados e para que fins, assim como os impactos resultantes destes usos;
- os recursos do parque e determinar os seus respectivos valores económica;
- as principais tendências de desenvolvimento e seus potenciais impactos.

A partir deste estudo seria possível efectuar uma cartografia geral dos espaços, dos recursos e dos usos no interior do parque, assim como criar um banco de dados sistematizados das tabancas do parque e a partir da qual alguns indicadores previamente estabelecidos poderia ser seguidos, para avaliar não só os impactos das ações antrópicas como de uma ou outra medida de gestão. Este banco de dado poderá atingir níveis de detalhes efetivos para a escala, na qual se trabalha ao nível do parque. Isto é, estes poderiam ir até ao nível da família, seus efetivos e composição etária, culturas praticadas anualmente e superfícies utilizadas, rendimentos e respetivos valores monetários, etc. para se puder monitorar e efectuar um seguimento mais efectivo e próximo das populações no interior do parque.

Estes estudos poderão permitir identificar e caracterizar os principais actores do parque, assim como definir as melhores estratégias de os transformar nos principais parceiros e defensores dos objetivos do parque. Há que conhecer melhor a perceção destes grupos e sua ligação com as mudanças no interior do parque, isto é os acores e seu papel respetivo no passado, actual e futuro nas mudanças o interior do parque. Há que compreender a relação dos actores e as componentes naturais, históricas, culturais e paisagísticas do parque, assim como as suas aspirações. A avaliação económica dos recursos do parque poderá tornar-se num dos principais argumentos para o apoio político da parte dos decisóres e do Governo, pois que permitirá apresentar em termos de valor, a utilidade social e económica da criação do parque. Através destas avaliações se poderão melhor justificar os benefícios da conservação dos recursos do parque e em especial da sua biodiversidade e compreender o valor que o valor que os diferentes actores dão ao parque. Estes estudos básicos sobre os aspetos socio-económicos poderão ajudar a estabelecer os indicadores de seguimento neste domínio. Quadro 4 dá alguns exemplos de impactos cuja evolução poderiam ser necessários de monitorar e avaliar no interior do parque.

B) - Caracterização dos principais elementos da paisagem e sobretudo dos ecossistemas básicos e principais do parque:

Este estudo tem como objectivo de fazer transitar as formas de gestão atual muito baseados na proteção de uma espécie, conjunto de espécies ou de um elemento específico da paisagem para uma “gestão mais sistémica” dos recursos do parque. Isto é considerando as suas inter-relações e as diferentes cadeias de causa e efeitos a eles inerentes. Esta forma de gestão passa por uma melhor compreensão do funcionamento dos sistemas ecológicos presentes no parque, tanto no meio terrestre como marinho-aquático.

Este deverá incluir inicialmente os seguintes estudos:

- ✓ O estudo básico dos ecossistemas principais presentes a escala do parque, isto é, do Mangal, das Savanas e dos Palmares Naturais, incluindo o estudo dos solos, inventários florestais e florísticos e caracterização e uso destes como habitats pelas diferentes espécies de fauna;



- ✓ Estudos tendentes a compreender a inter-relações entre estes diferentes ecossistemas (isto é sobretudo as funções e os processos que ligam estes diferentes sistemas);
- ✓ Delimitação e estudos do tipo de fundo e espécies (florísticas e faunísticas) presentes nos principais ecossistemas marinho-aquáticos presentes nos limites do parque;
- ✓ Estudos climáticos, recolha de dados físico-químicos relacionados com a dinâmica marinho-aquática (temperatura, velocidade e direção das correntes; altura, direção das mares; temperatura e parâmetros bioquímicos da água no espaço marinho aquático do parque, etc.

Estes estudos destinam-se a fornecer argumentos para uma melhor compreensão do funcionamento dos ecossistemas e dos processos ecológicos e sua interação no interior do parque. Só desta forma uma gestão integrada e sistémica se torna possível. Ainda estes estudos básicos poderão evoluir posteriormente para estudos mais aprofundados

C) - Estudo sobre a situação geral das pescas e dos recursos biológicos marinhos:

Este estudo destina-se a conhecer melhor o esforço atual de pesca no interior do parque e seus impactos e destina-se a fornecer os elementos de base para o início do estabelecimento de um processo adoção e implementação, pelos pescadores residentes, de uma pesca sabia e responsável. As seguintes temáticas, a serem inumeradas, devem fazer parte desta componente de pesquisa:

1. Inquérito quadro do sector das pescas no interior do parque acompanhado de um inventário das artes de pesca, recenseamento das capturas e das zonas de pesca no interior do parque;
2. Avaliação da biomassa e dos impactos das artes de pesca utilizadas no interior do parque;
3. Estudos biológicos das espécies haliêuticas, sobretudo daquelas sobre os quais recaem o essencial do esforço de pesca;
4. Estudos socioeconómicos sobre os pescadores e respetivas famílias considerados pescadores;
5. Proposição de mecanismos de gestão e de princípios para uma pesca sabia e responsável;

Resultados e recomendações destes estudos deverão ser incorporados nos mecanismos e nas medidas de gestão do parque, assim como na eventual revisão do RI do PNO

D) - Estudo sobre moluscos e crustáceos presentes no parque:

Este estudo deve sobretudo responder a necessidade de precaução relativo aos impactos da intensificação da exploração de alguns destes recursos, alguns dos quais, em outras áreas do arquipélago, apresentam sinais de sobre-exploração ou mesmo eventuais riscos de desaparecimento. Neste particular não só devem ser identificado as espécies em causa, a sua biologia, como ainda deve ser avaliado a biomassa e serem estudados os sistemas de exploração a eles inerentes, sobretudo na sua evolução e nos seus impactos. Pois que atualmente tem lugar uma certa intensificação da exploração de alguns moluscos, em especial da “ostra”, “Combê”, “Gandi” e “Kundjurbedja” devido sobretudo a uma acentuada procura destes produtos frescos ou transformados nos mercados locais e nacionais. Rendimentos monetários provenientes da comercialização destes produtos têm aumentado de importância na economia familiar, em especial em Orango Grande e nas Ilhas de Canogo e Menegue.



Resultados destes estudos devem ajudar a estabelecer um sistema de gestão da exploração destes recursos, com especial incidência nas zonas mais sensíveis do parque, como por exemplo no interior do Ilhéu de Canuopa a Norte do Ilhéu de Adonga.

E) - Estudo de espécies faunísticas cujos estatutos e hábitos são pouco conhecidos:

De entre as espécies presentes no parque, salienta-se neste particular o caso dos crocodilos, do peixeboi, dos delfins, das tartarugas terrestres e de água doce, da gazela pintada e do “Djure” (*Neote denhame*). O estatuto, o tamanho das respetivas populações e os hábitos destas espécies são pouco conhecidos apesar de serem frequentemente observados no interior do parque.

Um esforço considerável deve ser efetuado tendo em vista não só um melhor conhecimento dos estatutos e hábitos destas espécies, assim como o tamanho das respetivas populações. A produção de argumentos cientificamente fundamentados para os mecanismos e sistemas de gestão a serem implantados para estas espécies revelam-se absolutamente necessários, dado ao facto de algumas delas serem espécies chaves nos ecossistemas que utilizam como habita.



6.1.5. Sub-componente de administração, proteção e vigilância

O objectivo principal deste sub-programa é o de tornar mais funcional e operacional a estrutura do parque. A atuação das estruturas do parque tem sido efetuada na base de programas e planos trimestrais, aprovados. Mas o grande problema reside sobretudo na capacidade de execução, os problemas de financiamento e os problemas de ordem logística, os quais em parte obstaculizam uma normal execução destes.

6.1.5.1. Uma estrutura de gestão adequada para gerir o PNO

A) - Proposta de Uma nova estrutura de gestão do PNO:

A gestão do parque deve ser reforçada. A estrutura a ser propostada para a gestão do parque, com a finalidade de melhorar execução dos programas do parque. Para além do Diretor do Parque propõe-se ainda:

- Um (1) posto de Secretária de direção para se ocupar dos aspetos administrativos e financeiros do parque, desempenhando em simultâneo a função de logístico, para organizar os aspetos operacionais destes;
- Uma equipa Técnica e Científica do Parque, de três (3) elementos com a função de uma estrutura de aconselhamento do parque com TDR bem clara de opinar e dar parecer técnico científica de todos estudos, programas e relatórios produzidos no âmbito da gestão do PNO;
- Uma Equipa de guarda parques com a finalidade de fiscalizar e garantir a aplicação dos regulamentos do parque e demais disponibilidades legais e regulamentares;
- Uma equipa de coordenação implementação e seguimento das iniciativas locais, que com a colaboração os outros parceiros de desenvolvimento local que deverão por na pratica o programa de desenvolvimento integrado e autossustentado no interior do parque;
- Uma equipa de animadores do parque, com a finalidade desenvolver os trabalhos de animação, educação, formação, e sensibilização ao nível do parque e mais especificamente serão os verdadeiros animadores das iniciativas de desenvolvimento e, em conjunto com os guarda parques, assistirão os trabalhos da equipa técnica e científica ao nível do parque.

A proposição de um secretariado e logístico para o parque tem em vista, uma maior libertação do Diretor do Parque, que até aqui vem ocupando-se das atividades inerentes a estes postos, que o levam a perder muito tempo em Bissau, e no trajeto Bissau-Bubaque-Orango, restando-lhe pouco tempo para as atividades mais importantes de organização e gestão do parque.

Uma equipa técnica e científica deverá ocupar-se sobre a supervisão do Diretor das atividades de gestão do parque e em especial da execução dos seus programas de investigação, de Monitoria e de Seguimento do parque. Dadas as características do parque, este deve ser essencialmente composto por um biólogo especializado nas questões da fauna e avifauna, um especialista de pesca e um agroflorestal, com experiências em gestão dos espaços rurais (territórios das tabancas), avaliação de impactos socio-económicos e gestão florestal (em especial do Mangal). Sendo o PNO uma Zona Central da RB, esta estrutura devera trabalhar em concentração com o Comité Científico deste, e sobretudo com as instituições nacionais de investigação. Uma



articulação funcional deverá ser assegurada em relação as instituições nacionais de investigação, ao Sistema de Monitoria e seguimento das AP do IBAB e as estruturas similares das outras AP. Deve ser igualmente tarefa deste comité de fazer

Esta equipa de coordenação implementação das iniciativas locais, da qual devem fazer parte o AT e o Comité de gestão do PNO, tem como finalidade, permitir ao parque dispor de uma equipa permanente destinada a coordenar gerir e animar as iniciativas locais. Esta deve ter como estrutura deliberativa e de aconselhamento do Comité do PNO, e dispor de um orçamento anual próprio, definido de acordo com o programa anual do parque e determinado em função das decisões do Conselho de Gestão do PNO. Esta estrutura deverá igualmente considerar as políticas sectoriais na implantação dos seus programas, pelo que deverá articular as suas intervenções com as estruturas sectoriais presentes na ao nível da região e do sector. Alias deverá saber respeitar as diretrizes dos planos, programas e políticas sectoriais no desenvolvimento e implementação das sua atividades no interior do parque.

Esta deve articular e coordenar as suas atividades com os POL's e as estruturas comunitárias de gestão. Em relação a estes apoios consideráveis devem ser desenvolvidos em matéria de formação e capacitação, apoio ao acesso de financiamentos (de apoios institucionais e para a implementação de projetos). Igualmente um esforço deve ser efetuado no sentido do envolvimento destes num espaço alargado de concentração, em que com base numa dinâmica participativa cada uma participa possa participar nos processos de decisão, possa apropriar-se do processo como também responsabilizar pelo mesmo.

Uma equipa de Animadores do Parque deve ter por missão a formação, animação, sensibilização e educação ambiental ao nível do parque. Esta deverá trabalhar em intima ligação com as outras estruturas e em especial com a equipa de implementação de iniciativas locais e com a equipa técnica e científica do parque. Isto é, nas tabancas, as atividades do parque devem ser suportados por uma estrutura de colaboradores. Os atividades destes poderão ser coordenados de forma mais permanente pelos membros do Conselho de gestão presentes na tabanca, pelos animadores e guarda-parques. Esta estrutura deverá ter uma articulação com as estruturas correspondentes ao nível da RB assim como com outros parques ao nível deste e os demais parques continentais.

B) - Redinamização do Conselho de Gestão do parque:

As maiorias dos membros de conselho de Gestão do PNO encontram-se em função desde o início da criação das estruturas de gestão do parque. Há outros, falta e legitimidade necessária, em relação a população que representa. Mas outros ainda não cumprem com as funções que são inerentes a esta função, por exemplo, o papel de elo de ligação em relação a informação e/ou mesmo de representante da população nem sempre é exercida com a eficiência e eficácia desejada. Além do mais, vários seguimentos da sociedade e grupos de interesse, como por exemplo as mulheres e os jovens e mesmo agrupamento de produtores, não se encontram nele bem representados. Perante este facto, se acrescenta ainda a irregularidade das sua reuniões, o facto destas não serem preparadas de forma participativa nas tabancas e nem sempre haver restituições das decisões destas ao nível da tabanca pelos representantes no encontro. Nestas condições,



muitas das decisões tomadas nestes, ficam, sem um trabalho de divulgação e mesmo de extensão ao nível das tabancas.

Portanto há que renovar e redefinir a modalidade da seleção dos seus membros assim como o período de duração do cada mandato. Deve ser assegurada a sua reunião anual. Nesta deverá ter tempo suficiente para se pronunciar sobre todas as matérias pertinentes para a gestão e consolidação do parque. As suas decisões deverão ser traduzidas em medidas concretas de gestão. O seu funcionamento deverá ser exemplar, isto é, devera constituir um processo de reforço de capacidade, de formação, de apropriação e sobretudo um processo decisional participativos e de responsabilização. Ligado a este ultimo aspeto, os membros do conselho, deverão ser envolvidos e responsabilizados, nos processos de criação e implementação dos mecanismos de gestão ao nível das suas comunidades respetivas.

O plano de gestão deve exaustivamente discutido e aprovado pelo Conselho de Gestão e ser apropriado pela estrutura do parque que é encarregue de a executar. A suportar este Plano deve haver um orçamento, claro e próprio que deve ser conhecida pela estruturas de gestão do parque, e o qual deve ser apresentado e discutido no Conselho de Gestão. Aliás este orçamento deve ser aprovado pelo parque. O conhecimento deste facilita os trabalhos do Diretor e demais colaboradores do parque e possibilitaria maior operacionalidade e funcionalidade na atuação destes. Nota-se que as estruturas do parque não conhecem o orçamento de que dispõem e nem acompanham e ou fazem o seguimento de como é usado, pelo dificulta a operacionalização dos trabalhos no terreno, a feita de encomendas, etc...

6.1.5.2. Proteção e vigilância

Em relação a componente e vigilância dois elementos principais devem ser salientados: os regulamentos do parque e as ações de proteção, vigilância e fiscalização. A componente proteção e vigilância repousam sobretudo na atuação das guardas. A estes cabe a responsabilidade não só de vigiar como ainda de proteger os recursos do parque, através da de uma fiscalização permanente, para fazer respeitar do regulamento do parque, aprovados pelo conselho de gestão. No domínio das pescas são coadjuvados, no quadro da fiscalização participativa pela FISCAP, estrutura de fiscalização das pescas.



Tabela 3: Número de Postos, e sugestão da distribuição dos efetivos Guarda-parques e animadores do PNO

Nº	Tabanca ou posto de guardas do PNO	Numero e guardas afetos a cada posto	Observação da proposta e sugestão
1	Eticoga:	1. Domingos Alves (Chefe dos Guardas) 2. Salvador Etibanicô 3. Augusto da Silva (Marinheiro) 4. Moisés Alves (Marinheiro) 5. 6.	Dada a necessidade de
2	Anôor	1. Joao Iabute 2.	
3	Ancopado	1. Zé Joaquim Barbosa 2.	
4	Imbone	1. Jorge Vicente 2.	
5	Ganogo	1. Paulino da Costa 2. Marcelino Fernandes	
6	Uite/ Uassa	1. 2.	

A) - Sobre as ações de fiscalização do PNO

Em geral existe uma certa adesão da população em relação não só as ações de fiscalização como ainda a aplicação do Regulamento Interno (RI) do do parque. Para muito o regulamento tem sido aplicado nos últimos anos de forma muito efetiva, apesar de enormes conflitos na sua implementação no terreno. Além do mais vêm na aplicação do regulamento a possibilidade de proteção como ainda de um uso sustentado dos recursos em benefício da população local. Esta satisfação é igualmente resultado do facto de que os produtos de pesca capturados nas ações de fiscalização são gratuitamente distribuídos a população e aos centros de saúde, sem critérios consensualmente estabelecidos.

Mas o regulamento e a fiscalização ainda não são consensuais. Note-se que muitos no entanto reclamam que os apoios do parque não se devem limitar só as ações de fiscalização. Uma minoria considera ainda que as interdições impostas pela regulamentação estão na origem ou é a causa da situação de fome que se verifica em determinados períodos no interior do parque. Alguns pescadores ainda querem e concordam para uma revisão do regulamento e da zonagem para puderem pescar no interior das zonas mais sensíveis do parque. Parte da população considera igualmente que materiais e as rendas da população devem ser redistribuídos a população, embora não se tenha definido os critérios para a sua implementação. Para se conseguir uma adesão maior as ações de fiscalização devem ser progressivamente suprimidas no quadro destas, as práticas ilegais e/ou a aplicação excessiva da violência e alguns desvios de procedimento ainda muito frequente nos processos de fiscalização⁷⁶, que ao invés de adesão aumenta a hostilidade em relação ao parque.

A educação deve continuar a ser um dos instrumentos principais de gestão do parque, pois que o objectivo última que se pretende é uma mudança geral do comportamento. Estas respondem em geral as necessidades

⁷⁶ Trata-se em geral de factos reportado por entrevistados e que se verificam em geral nas ações de fiscalização pesqueira e que não são específicos ao parque



de preventivas e precauções a ter em conta em relação aos recursos do parque. Enquadrados nesta perspetiva as ações de proteção dos recursos, de vigilância, de fiscalização e sobretudo as penalidades em relação as infrações devem atingir um nível óptimo, isto é ser dissuasivo e não necessariamente criar um sentimento geral de hostilidade do público em geral. Por isso igualmente estas ações devem ser realizadas em bases comunitárias e participativas e com bases em regulamentos consensualmente aceites pela sociedade. A sua realização em bases participativas e comunitárias oferece maiores garantias de ser realizada de forma clara e transparente, isto é sem excessos, pois que ao mesmo tempo possibilita uma certa fiscalização e um certo controlo público.

Mas para se conseguir um nível de adesão aceitável há que fazer respeitar o regulamento, ter a capacidade de penalizar os infratores de forma clara e transparente de acordo com o disposto nos regulamentos. Os procedimentos inerentes ao tratamento das infrações e penalizações devem ser efetuados de forma clara e transparente e através de mecanismos bem definidos, os quais devem ser bem especificados de forma a tornar possível o seu seguimento e a sua avaliação, de forma transparente e participativa. Porque parece ser uma necessidade, estes procedimentos devem igualmente, ser especificados com o nível de detalhe necessário, de forma a impossibilitar falhas de procedimento suscetíveis de comprometer esta adesão.

Os guardas e os demais envolvidos na sua aplicação deverão ser devidamente formados, para que dominem corretamente os procedimentos em causa. Mas que isso, as infrações devem ser devidamente divulgadas e respetivos processos e justificativos devidamente tratados. Igualmente importante neste processo são as ações de educação e sensibilização dos infratores, da classe sócio-profissional a que pertence e da população em geral, sobre os impactos dos atos sobre os recursos, as disponibilidades legais e regulamentares, e as zonas em que os atos constituem infrações e as penalidades aplicadas.

B) - Revisão dos regulamentos do parque

Há uma necessidade geral de revisão do regulamento do parque, sobretudo considerando a necessidade de um melhor enquadramento das leis e regulamentos sectoriais, nova lei das áreas protegidas e ainda algumas práticas exercidas no interior do parque e que vão contra os objetivos destes. As vertentes são a considerar neste particular:

1. Questão fundiária: na qual há que definir as áreas onde são possíveis e ou são interditas efetuar novas concessões; nas áreas não interditas que tipos de concessões (agrícolas, florestais, turísticas, etc.) são possíveis, quais os limites processuais de licenciamento para atividades permitidas, áreas, normas ambientais a respeitar, etc. e quem devem ser os beneficiários destas concessões; definição dos processos de concessão de acordo com a lei da terra, lei quadro das áreas protegidas, decreto da criação da RB⁷⁷, decreto de criação e regulamento do parque, isto é, definição clara de que no interior do parque, a estrutura do parque através do seu director e o IBAP como instituição de tutela devem ter a última palavra dizer neste processo, a qual deve tomar em conta a zonagem estabelecida e a capacidade de suporte dos diferentes ambientes;

⁷⁷ Enquanto esta não existir as disponibilidades constando nestas devem ser inseridas no regulamento do parque garantindo assim a sua implementação



2. O licenciamento, localização e tipo de infra - estruturas turísticas: há uma necessidade de definir os processos de licenciamento destes no interior do PNO, (processo de concessão para efeitos de implantação de unidade turística, processo de licenciamento, a localização, tipo de infraestrutura, regulamentação, etc.);
3. A incorporação dos regulamentos de aplicação de algumas leis e regulamentos afins ligados a lei-quadro das Áreas Protegidas (regulamento da lei da fauna e da caça, das florestas – em especial das florestas comunitários -, lei das pescas, lei da terra, código de água, lei minas e exploração de inertes, etc.), sobretudo reforçando as suas disponibilidades tendo em conta a sua aplicação no interior de um parque;
4. Gestão do movimento de embarcações no interior do parque, como uma medida de precaução destinada a controlar indiretamente possíveis explorações clandestinas dos recursos do parque, assim como impactos potências que poderão ser causados pelos produtos transportados. Neste particular barcos de porte transportando petróleo e ou eventuais produtos perigosos e ou tóxicos devem ser por lei interditas de transitar no interior do parque. Outras embarcações, deverão ser regulamente monitoradas através de fichas específicas, contendo informações sobre a embarcação, o seu proprietário, sua equipagem, objeto da sua entrada no PNO e as cargas transportadas (animais, pessoas, produtos, etc.);
5. Incorporação das disponibilidades de algumas convenções internacionais, sobretudo as ligadas Convenção Internacional sobre a Prevenção da Poluição pelos Navios, mas conhecida sob o nome de MARPOL 73/78, Convenção para Salvaguarda de Vidas no Mar (SOLAS) e a Convenção Internacional sobre as Normas de Formação, de Certificação e de Inspeção de Navegadores (STCW).
6. Elaboração e Incorporação de novas normas em matéria de exploração de petróleo e sobretudo em matéria de produção, de estocagem e da transferência do petróleo sobretudo nas áreas próximas da Reserva da Biosfera e do PNO.

C) - Melhoria da atuação dos Guarda-parque – aumento da equipe e distribuição nos locais estratégicos do parque :

Há a necessidade de identificação específica do pessoal do parque, pois que pessoas podem passar por estes e efetuar a fiscalização e/ou outras ações prejudiciais a imagem do parque. Assim evita-se problemas de falsificação e usurpação de funções. Cada responsável do parque deve ser devidamente apresentado as estruturas tradicionais de poder e as demais instituições intervenientes no parque e na sua área de atuação.

No passado prevaleceu a ideia de privilegiar os locais na constituição da equipa dos guardas. Mas tal facto tem originado um dilema no processo de resolução das situações de infrações, sobretudo quando se trata de Bijagós originários das tabancas do interior do parque. Pelo que existe um sentimento geral da pratica de “dois pesos e duas medidas” na penalização das infrações. Este facto insere o risco de diminuir a eficiência da aplicação dos regulamento e aumentar a desobediência e minar a autoridade dos guardas. Pelo que novas estratégias devem ser estabelecidas nos processos de recrutamento, afetação dos guardas e duração de permanência num posto e mesmo num parque.

Os critérios que estiveram na origem dos anteriores recrutamentos, hoje quase não se impõem, pelo que, novos critérios devem ser estabelecidos para estes novos recrutamentos. É de salientar entre outros, a pertinência entre os novos recrutados, de terem um nível adequado de escolaridade, bom conhecimento da



área geográfica do parque, aptidões físicas, natação, manejo de armas de fogo, domínio de uma ou outra língua da sub-região (holof, sousou, etc...). Actualmente o numero de guardas é insuficiente para cobrir o perímetro do parque. É necessário aumentar104, reforçar e capacitar o corpo de guardas, para tornar mais eficaz a sua ação, a fiscalização mais eficiente e garantir uma cobertura mais adequada e efetiva do parque, sobretudo das ilhas sem permanência, como ainda dos locais mais sensíveis e estratégicos do parque.

Há igualmente um problema na distribuição dos postos de guarda no interior do parque o que pode não estar a corresponder aos seus objetivos estratégicos, em especial a fiscalização das zonas centrais, muito mais concentradas no sul, mas que em termos de numero dispõem de menos postos de guarda, como igualmente em termos de controlo de entradas e saídas de pessoas e bens nos limites do parque. Além do mais, a exceção do Eticoga, não existem postos nos principais portos e vias de entradas do parque. Há uma necessidade de colocar mais quatro postos nas entradas do parque e por exemplo:

1. Por exemplo uma presença em Amupa, que pode ser considerado um ponto central dentro dos limites do parque, poderia assegurar maior operacionalidade na atuação em relação as zonas mais sensíveis e a entrada sul do parque e desencorajar a infrações de pescadores nas áreas marinho-aquaticas do Sul do parque.
2. uma presença nas entradas Norte poderia facilitar a gestão da pesca turística;

É necessário uma melhor distribuição dos guardas dentro do perímetro do parque e de forma a poderem responderem com prontidão, rapidez e eficiência as necessidades operacionais, inerentes a sua função. Isto quer dizer, que há necessidade de duplicar o numero de guardas: mais três guardais para as zonas mais sensíveis do sul do parque numa base operacional em Amupa⁷⁸ (ver mais abaixo), um guarda em cada um das entradas principais a Norte do parque, isto é em Bijante (Orango Grande) e em Acanho (Norte de Orangozinho), um outro guarda em Uite (Sul de Orangozinho) e finalmente um outro em Ambuduco⁷⁹. Os dois pontos colocados nas entradas a Norte do parque (Bijante e Acanho), poderão igualmente servir de ponto de entrada, fiscalização e informação dos pescadores desportivos e dos marinheiros que os acompanham.

O de Uite deverá assegurar entre outros uma colaboração mais operacional com o centro avançado de fiscalização das pescas que aí deve ser instalado e deverá de meios de mobilidade para puder igualmente monitorar as actividades de pesca a partir de Uassa.



Mas o mais importante é que até aqui as ações destes tem sido propriamente mais de educação e sensibilização do que o de fiscalizador e proteção dos recursos do parque. Pelo que há que

onal, capaz de albergar um mínimo de 12 pessoas e equipado com uma vedeta rápida, re de controle, sistema de agua e energia, mobiliários necessário e equipamentos

para fiscalizar os muitos rios que possui e onde os pescadores



adaptar a ação dos guardas a esta nova situação, pelo que se impõem a criação de estruturas mais especializadas de educação e Sensibilização e uma estrutura de guarda parques. Desta nova equipe de guarda-parques, metade deve ser essencialmente formada para ações de proteção dos recursos e de fiscalização do parque.

Figura 4. Proposta de Numero e Distribuição de Postos de guarda parques no Interior do PNO

Enquanto que a outra metade, deverá ocupar-se essencialmente da animação, educação e sensibilização ambiental, do controle e seguimento das iniciativas locais e do apoio as acções de pesquisa. Esta última deve ser essencialmente uma estrutura de animação, educação, sensibilização e de informação. Enquanto a primeira deve ser uma estrutura de proteção dos recursos do parque, uma estrutura preventiva e capaz de reagir de forma eficiente as situações de risco, isto é uma estrutura para-militar.

Este último aspeto é deveras pertinente, pelo aumento da frequência, de ameaças e mesmo das situações de risco. Pelo que deverá sofrer uma formação para-militar, para que sejam capazes de gerir e controlar os riscos inerentes ao seu envolvimento nas missões de proteção dos recursos do parque e de fiscalização com esta nova proposta pretende-se acima de tudo estabelecer um equilíbrio óptimo entre o número dos guardas, a sua distribuição de forma a assegurar uma cobertura razoável de toda a extensão do parque e os meios logísticos e operacionais disponíveis. Por isso uma combinação entre esses fatores revela-se necessária.

D) - Arranjos institucionais necessários:

1. Arranjos institucionais com as estruturas do estado

Arranjos institucionais deverão ser estabelecidos com a Administração local, FISCAP, Direção Geral de Floresta e Caça (DGFC), Direção Geral do Cadastro, turismo, entre outras instituições para que:

- a elaboração e adoção de regulamentos e procedimentos únicos correspondentes a atividades respetivas destes sectores e/ou domínios de intervenção, no interior do parque e respeitando as disponibilidades legais em especial as leis sectoriais e respetivos regulamentos (lei das pescas e respetivos regulamentos, lei das florestas, e respetivos regulamentos, lei da caca, etc.), lei da terra, lei quadro das áreas protegidas, o decreto de criação e os objectivos da criação do parque;
- materiais e produtos confiscados, multas aplicadas assim como produtos das licenças das ações realizadas no interior do parque, devem revestir a favor destes, que se encarregará de os gerir, distribuir e/ou redistribuir de acordo com das decisões do conselho de gestão e as disposições regulamentares do parque.
- o processo de concessão de terras sejam únicos e respeitam o regulamento do parque nesta matéria nas áreas do interior do parque;
- o processo de licenciamento para actividades (turismo, pesca desportiva, infraestruturas de porte, etc) outras diferentes das tradicionais e realizadas pela população sejam únicos e nesta matéria nas áreas do interior do parque;
- nos parques os procedimento e as regulamentação a aplicar sejam os adotados na alínea anterior e sejam tal como definido na lei quadro das Áreas Protegidas e no decreto de criação do parque de exclusiva



competência das estruturas do parque. Embora as ações de fiscalização possam ser participativas, devem ser no interior do parque as autoridades do parque a decidir e a por em prática os procedimentos, as penalidades etc. a praticar sobre o infrator.

2. Colaboração com o centro avançado de fiscalização pesqueira

Com a colocação de um Guarda-parque em Uite o trabalho conjunto com o centro de fiscalização das pescas, poderá tornar-se mais eficiente e capaz de cobrir as infrações talvez dentro de um a dois anos⁸⁰, isto considerando a necessidade de modernizar e reformar o sistema atual, sobretudo para responder melhor aos potenciais riscos e aumentar a segurança dos guarda parques. Nesse sentido é necessário fixar através de um protocolo as modalidades deste protocolo, ou mais concretamente os objetivos e as responsabilidades das partes em matéria de fiscalização no interior do parque e na Reserva de Biosfera em geral.

Deve ser instituída as formas de cooperação com a FISCAP nas ações de fiscalização da pesca no interior do Parque e sobretudo com o centro avançado de fiscalização de Uite e Caravela. Deverão ser bem definidos os procedimentos destas ações de forma a respeitar na íntegra as disposições do regulamento do parque.

3. Reforço da colaboração com outros parques

Pontualmente as equipas dos parques insulares Poderão ser reforçados com efetivos vindos dos parques continentais, para tornar mais efetivo as ações de monitoria, seguimento e sobretudo na altura de campanhas (tartaruga, papagaio, avifauna, fiscalização, ações de controle específicos, etc.), reforçar o controlo da aplicação da regulamentação nas zonas críticas e sensíveis do parque ou para o intercâmbio, troca de experiência, formação e mesmo para o apoio das ações de pesquisa, ligados a pesca, aos inventários faunísticos e florestais, etc..

4. Colaboração com as tabancas na base de uma estrutura de colaboradores do parque

Trabalho dos guardas deve ser reforçada com uma estrutura de colaboradores de tabanca⁸¹ (uma rede de jovens colaboradores de tabanca⁸²), na base do voluntariado, mas que devem ser recrutados automaticamente para os trabalhos específicos remuneráveis a serem efetuados na tabanca: ex. de inventários (caso exemplo do inventario de Hipopótamos⁸³, papagaios, tartarugas marinhas, etc.), seguimento de iniciativas locais, organização e logística das reuniões, etc. Estas remunerações, alargam a base de

⁸⁰ Talvez transitoriamente incorporar agentes de segurança e da FISCAP nas missões de fiscalização mas tem que ser melhor ser motivados para esse efeito

⁸¹ Também deve ser visto como criação de possibilidades de emprego e redistribuição dos benefícios do parque.

⁸² Estes poderiam beneficiar de um estatuto especial em relação a estrutura do parque, que os permitisse participar na vida do parque, apropriar-se dos objetivos e programas destes, capacitar-se através do acesso privilegiado a formações e informações do parque e ser porta voz deste para assuntos específicos. Devem ser minimamente equipados quando em ação, o que poderá incluir, uma rádio, uma bicicleta e equipamentos para sua proteção pessoal durante os trabalhos em serviço do parque, como fardas, galojas e botas

⁸³ Recomenda-se que nas remunerações sejam considerados os fatores de risco, pois que as pessoas não dispõem de seguros para o efeito. Da mesma forma estes devem ser tomados em conta no equipamento destas pessoas durante as suas missões, isto é devem dispor no mínimo de fardas, galojas, rádio etc. A rádio sobretudo para possibilitar intervenções rápidas do parque em caso de situações de risco de vida.



redistribuirão dos benefícios do parque, pelo que, deve ao menos existir a preocupação para que não seja mais uma fonte de conflito entre as tabancas do parque.

A ação de fiscalização deve ser apoiada por um sistema de colaboradores de tabanca, que uma vez formados, para além de facultarem informação poderão pontualmente participar em ações de fiscalização. Pescadores⁸⁴ poderão igualmente participar neste sistema na base do voluntariado e que uma vez equipados minimamente poderão fornecer informação sobre os infratores e sua localização no espaço marinho-aquático do parque.

6.1.5.3. Disponibilidade operacionais

Ações rotineiras de fiscalização devem ser efetuadas de forma regular nas zonas mais sensíveis do parque, isto é, nas suas zonas centrais e tampão tanto terrestres como marinho-aquáticas⁸⁵. Estas devem ser acompanhadas com o controle dos principais portos e dos principais pontos de entrada no interior do parque.

Há que criar as condições logísticas e operacionais necessárias e uma reação mais pronta e eficaz as solicitações de intervenção. Neste particular a disposição espacial dos postos de guarda no interior do parque, a reativação do sistema de comunicação do parque assim como a criação no cetro do parque de uma unidade operacional em Amupa, dotada de meios de intervenção rápida, logisticamente com grande autonomia o que aumentará a eficácia das ações de fiscalização das zonas mais sensíveis do parque. Este centro deve ser minimamente equipado, dispor de uma canoa motorizada e um vedeta rápida equipada (radar, sistema de comunicação, GPS, sonda, etc.) e de autonomia considerável.

⁸⁴ Esta participação poderá ser efetivado através de protocolos específicos, isto é como formas de contrapartida, no quadro das ações de promoção da pesca local

⁸⁵ As operações fiscais eram sempre feitas de forma deficitária com poucos meios financeiros, pelo qual obrigam de realizar as operações com dificuldades.



6.1.6. SUB-COMPONENTE DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A formação e a capacitação devem constituir a pedra angular de todo o processo de consolidação da estrutura do parque. Ela deverá incluir varias aspetos, salientando-se sobretudo a formação do diretor do parque, dos guardas e animadores do parque, dos colaboradores diretos e dos gestores das iniciativas locais.

As ações de formação não devem ser limitados ao pessoal do parque, e devem estender-se a capacitação dos POL's locais, em especial das associações e dos grupos socioprofissionais. A formação destes deve ser incluída numa estratégia de capacitação e fortalecimento de médio e longo prazo das instituições, sobretudo das instituições públicas, ONG's, Associações e Estruturas Comunitárias existentes ao nível do parque. Neste particular articulação e cooperação formalizadas poderão ser estabelecidas com instituições vocacionadas-

6.1.6.1. Formação do pessoal do parque

A) - Formação do diretor do parque:

O apoio do trabalho do diretor do parque por uma equipe técnica e científica irá diminuir a responsabilidade técnica deste, mas aumentará a sua responsabilidade em termos de gestão de equipas multi-disciplinares. Formação não só em gestão e administração dos recursos humanos como ainda em gestão de parques (em especial parques insulares) se revela necessários.

O Diretor do parque deve igualmente dominar o processo de elaboração, execução, monitoria e seguimento de programas, o ciclo de projetos (sobretudo projetos ambientais), gestão de conflitos, a animação e adquirir outras aptidões inerentes ao cargo⁸⁶, como por exemplo o de ser bom negociados, pedagogo e animador nato e capacidade de se adaptar rapidamente a diferentes situações, novos equipamentos, etc. Estes aspetos refletem em parte as necessidades de formação dos diretores do parque, o quais poderão ser desenvolvidos em pequenos módulos práticos e teóricos a ministrar localmente, como ainda através de estágios de curta duração e visitas de intercâmbio, nas quais, como auxiliares diretos do diretor, de um ou outro parque da sub-região, poderão melhor compreender e assimilar, em ação e na pratica, as suas responsabilidades, como diretor de parque.

B) - Formação da equipe técnica e científica do PNO:

Para estes a inserção em programas de mestrado e doutoramento e outros programas nacionais e sub-regionais de pesquisa é deveras adequado, não só para o integrar o parque na produção do conhecimento ao nível nacional e da sub-região, como ainda para possibilitar intercâmbio sobretudo no que concerne as metodologias aplicadas e a apropriação dos resultados de diferentes domínios da pesquisa.

⁸⁶ Refere-se as varias áreas de actuação do parque como a negociação, fiscalização, formação, etc.



C) - Formação de animadores e guardas do PNO

A preocupação primeira deverá centrar-se na conversão da equipa de guardas numa estrutura paramilitar e as suas implicações em termos de formação. A segunda preocupação é a criação de uma a de formação de animadores com capacidade de desenvolver as ações do parque em matéria de formação, animação, sensibilização e educação ambiental, o qual, deve ser uma opção estratégica, para uma autonomia de médio e longo prazo. Há que avaliar as necessidades nesta matéria ao nível dos POL's locais, as iniciativas de desenvolvimento em curso apoiados pelo parque, assim como os domínios críticos e as zonas em que as ações de educação e sensibilização devem ser efetuadas. É igualmente pertinente avaliar as necessidades dos diferentes domínios tradicionais de atuação do parque (ver **Quadro 4** que se segue em abaixo).

Esta equipa deve ser moldada como uma equipe de formadores nestes diferentes domínios, para atuar e de forma a ter um efeito multiplicador ao nível dos POL's, grupos socioprofissionais, os colaboradores do parque e da população em geral. Igualmente esta formação dos animadores deverá ter como objectivo a especialização destes em alguns domínios específicos. Tabela seguinte dá uma ideia de alguns domínios de interesse manifestado pelos guardas e que refletem em certa medida uma ou outra necessidade constatada nas suas áreas de acuação.

Tabela 4: Necessidades de formação/capacitação manifestada pela equipa atual de Guarda Parques

Nº	Nomes/Equipa	Domínios de Interesse em formação
1	Salvador Etibanicô	<ul style="list-style-type: none">- Comunicação, educação e sensibilização ambiental;- Botânica geral e farmacopeia tradicional;- Animador de iniciativas locais em especial das lojas comunitárias.- Formação/capacitação sobre a zonagem (área limítrofe , Regulamento Interno do PNO, etc.
2	Domingos Alves	<ul style="list-style-type: none">- Técnicas de fiscalização;- proteção e seguimento de avifauna;- Monitoria e seguimento de espécies de peixe cartilaginosos;- Biologia de espécies presentes na área de intervenção;- Formação/capacitação sobre a zonagem (área limítrofe , Regulamento Interno do PNO, etc.
3	- Augusto L. da Silva - Moisés Alves	<ul style="list-style-type: none">- Marinheiro do PNO - navegação e domínio de instrumentos de navegação;- Mecânica naval;- Botânica geral e farmacopeia tradicional;- Guia turístico- Marinhagem e instrumentos de navegação (GPS e SONDA);- Guia turístico- Formação/capacitação sobre a zonagem (área limítrofe , Regulamento Interno do PNO, etc.
4	Jorge Vicente	<ul style="list-style-type: none">- Biologia geral, Monitoria e seguimento do Hipopótamo;- Biologia da abelha e apicultura, tratamento e conservação do mel;- Monitoria e seguimento das pescas,- Guia turístico- Horticultura- Botânica geral e silvicultura- Formação/capacitação sobre a zonagem (área limítrofe , Regulamento Interno do PNO, etc.
5	- Joaquim Barbosa - João Labute	<ul style="list-style-type: none">- Biologia, monitoria e seguimento das tartarugas marinha e do Hipopótamo- Técnicas de produção e conservação do Sal Solar- Cultura de ostras (demais moluscos) e entre outras experiencias de produção inovadora;- Guia turístico- Formação/capacitação sobre a zonagem (área limítrofe , Regulamento Interno do PNO, etc.
6	Cecília (animadora da loja comunitária)	<ul style="list-style-type: none">- Formação em animação e métodos participativos de gestão (gestão comunitária e/ou cogestão)- Gestão comercial (no domínio de instrumento de gestão, balança comercial, gestão de creditoetc....- Formação/capacitação sobre a zonagem (área limítrofe , Regulamento Interno do PNO, etc.



D) - Capacitação dos POL's, colaboradores locais e grupos socioprofissionais:

Não existe uma avaliação adequada das necessidades em matéria de formação, o qual é pertinente para realizar em colaboração com a população sobre as Iniciativas de desenvolvimento Locais. Esta constituirá a base de um programa de formação e capacitação das estruturas concernentes que numa primeira fase poderá ser executada em bases contratuais por estruturas vocacionadas, mas para os qual, numa estratégia de longo prazo, o parque deverá construir progressivamente uma capacidade local destinada a executar estas ações de formação.

6.1.7. Sub-componente de construção e manutenção⁸⁷ das infra-estruturas e equipamentos

É necessário melhorar as condições gerais das infraestruturas do parque. a Esta deve comportar essencialmente as seguintes ações prioritárias:

6.1.7.1. Construção e manutenção das infra-estruturas

A) - Recuperação da sede:

Falta de trabalhos de manutenção originou uma deterioração progressiva dos edifícios da sede, habitação do Diretor do Parque e da casa de passagem. Nestes um trabalho construção civil para a recuperação do seu estado inicial se revela essencial⁸⁸. Adiamento dos trabalhos de manutenção, poderão comprometer a existência destas infraestruturas. Da mesma forma, alguns dos equipamentos desta infraestrutura carece de trabalhos de manutenção e/ou mesmo de renovação. Igualmente importante é o reequipamento da sede, sobretudo em termos de mobiliários (museu, sala técnica, sala de animadores e guardas, etc.), equipamento informático, de produção de eletricidade e água.

Relativamente a estes últimos (água e eletricidade) a capacidade de estocagem deverá ser ampliada. Em relação a eletricidade uma capacidade de produção mínima deverá ser instalada para suportar o funcionamento permanente da rádio, computadores (minimamente 5 computadores de mesa e 4 portáteis), da bomba de água, aparelhos de televisão projetores, etc.

B) - Reconstrução ampliação do número de postos de guarda

Uma avaliação técnica dos postos de Guarda, é recomendável, sobretudo para facilitar a tomada de decisão concernentes a possíveis reabilitações e/ou a novas construções.

⁸⁷ - Um esforço de normalização deverá ser efetuado pelo IBAP, no sentido de definir minimamente, o modelo e a composição da infraestrutura sede do parque, de uma casa do ambiente e de um posto de guarda-parque

⁸⁸ - Uma avaliação não técnica muito superficial da situação atual da infraestrutura da sede recomenda que jamais sejam efetuados no quadro das ações do parque construções em adobe. Pois que nestes os trabalhos de manutenção são consideravelmente frequentes, além do mais, estas construções são constantemente invadidas pelas formigas-brancas e são facilmente degradados pela humidade



Uma melhoria substancial deve ser efectuada nos postos a reabilitar em termos de equipamentos de forma a terem o mínimo de condições de funcionamento⁸⁹. Estes postos, devem conter em geral, uma pequena residência para o guarda-parque e uma casa de passagem para um mínimo de quatro a seis pessoas. Separadamente deve ter um pequeno escritório com pelo menos três postos de trabalho, um sistema produção de electricidade e agua, uma sala de exposição, Bentem (para reuniões) e um pequeno armazém.

Cada posto deve dispor de sistema de radio capaz de comunicar com as rádios VHF das tabancas e com o sistema de radio do parque. Melhor equipamento dos centros e dos postos de guarda em matéria de comunicação e transporte permitirão uma melhor coordenação e atuação. Assim o parque disporá de uma maior agilidade e flexibilidade em termos operacionais. A circulação de informação será mais eficiente e terá um maior impacto ao nível operacional e funcional.



Uma expansão da rede de postos de guarda é necessária para responder a nova distribuição dos guardas que é proposto neste plano de gestão assim como a **construção de um postos operacional localizado em Amupa**, centro do parque e destinado ao controle das zonas mais sensíveis do sul do parque. Estes novos postos se justificam pelas novas necessidades táticas e operacionais do parque, tal como acima proposto e pelo facto de Amupa ser um lugar muito estratégico para as operações no interior do parque. Os postos de guarda poderão, no futuro, eventualmente, vir a ser ampliados e enquadrados em futuros circuitos turísticos no interior do parque.

Mapa 22: Proposição de Localização do MHN e das CAC no interior do PNO

C) - Perspetivas de médio prazo:

Há que pensar num futuro próximo na construção de um edifício próprio e moderno para um museu, assim como uma Casa de Ambiente e Cultura de Orango, de Canogo, Menegue e Orangozinho. A Casa Ambiente e Cultura de Eicoga deverá funcionar nos moldes da casa ambiente de Bubaque e de Urok, isto é, como uma secretaria, um escritório do parque (director, técnicos e guarda-parques), centro de documentação, espaço de concertação sobretudo dos POL's e da população em geral⁹⁰.

As demais casas de cultura, poderão ser mais modestos, mas deverão conter, uma casa de passagem para um mínimo de 10 pessoas, podendo funcionar também na perspetiva de acolhimento de turistas, no quadro do desenvolvimento do ecoturismo. No entanto deverão conter minimamente, uma sala de trabalho para técnicos e guarda parques, mini-museu, centro de documentação, sala de reunião (ou Bantaba), um centro de documentação, radio e sistemas de produção de energia e agua.

Em geral estas Casas, devem estar devidamente equipados para realizar ações de sensibilização (projetores, televisão, aparelhos de som, etc.).

⁸⁹ - Estes deverão incluir no mínimo, sistema de água, electricidade, radio e possibilidades de acolhimento de equipas pequenas até 6 pessoas no máximo.

⁹⁰ - A estrutura atual de Orango passaria então a funcionar mais como habitação, casa de passagem e armazéns



6.1.7.2. Equipamento

A) - Equipamento do pessoal, da sede e dos postos de guarda:

O objectivo aqui proposto é o de melhorar a capacidade de resposta do parque, sobretudo em relação as situações em que é informado sobre situações de infrações. Pois que a falta de reação e atuação, devido a falta condições operacionais e logísticas de intervenção, tem contribuído para o descredito das estruturas do parque. São evidentes as necessidades de equipamento⁹¹ do pessoal, entre outros, farda, botas, materiais de terreno e de campismo, incluindo meios de transporte (motorizadas, etc.), ma também equipamentos de fiscalização, inclusive vedetas, motores, equipamento de navegação e de comunicação, inclusive para aumentar a eficácia da fiscalização. Estes equipamentos devem ser adequados as condições de terreno. Mas igualmente para uma maior operacionalização, o sistema de radio deve ser operacional de forma durável.

Os postos de e igualmente guardas deverão ser recuperados e/ou construídos e equipados de forma mais adequada. Igualmente importante neste particular é a manutenção de um sistema de informação local, isto é de um banco de dados local, o qual se alimentará com base dos resultados das atuação do guarda parque. Pelo que cada guarda deverá não só saber manipular um computador, como programas essenciais para a manutenção deste banco de dados. É imprescindível que cada guarda parque, após formação correspondente, possa dispor de um computador portátil não só para o que acima foi descrito, mas também para poder reportar todas as atividades desenvolvidas inerentes ao seu posto.

B) - Melhoria das condições logísticas - manutenção e renovação dos equipamentos e meios logísticos:

Esta ação orienta-se sobretudo no reforço da capacidade dos meios de gestão, fiscalização, monitoria e seguimento no interior do parque e em especial das suas zonas mais sensíveis. Manutenção, renovação aquisição de equipamentos de transporte e navegação nos parece essencial, pois que o estado de alguns equipamentos resulta da falta de ações regulares de manutenção, enquanto outros por precisam de ser completamente renovados. É necessário igualmente salientar que a quantidade de material a adquirir deverá ser devidamente otimizado em relação as necessidades operacionais e ao tamanho do parque. Uma atenção deve ser dada a aquisição de materiais, pois que a qualidade de muitos, se salientam pela sua grande fragilidade e por não respondem a rudeza do meio em que irão ser utilizados, como ainda pelo facto das marcas de alguns não facilitarem os trabalhos de manutenção. Há que suprimir as atuais deficiências do processo de aquisição e estocagem de peças sobressalente. Estes aspetos diminuem substancialmente as capacidades operacionais do parque.

1. Meios de transporte

⁹¹ - No equipamento mínimo adaptado e adequado devem constar para cada guarda 5 jogos de farda por ano (um de cerimónias, dois com calção e dois com calça), dois pares de botas, um par de sapatos, 10 pares de meias, GPS, radio; facas de mato; câmaras fotográficas; binóculo; marmita, termo, tenda, motorizada, etc.);



Cada posto de guarda deverá dispor no mínimo de uma motorizada adaptadas as condições do terreno (muita arreia, sal, etc.). Em vez de duas vedetas que existe atualmente, são necessárias três vedetas novas devidamente equipadas (radar, sonda, GPS e rádios) são minimamente necessárias para efetuar uma cobertura eficiente do parque: uma para a sede em Eticoga, com capacidade maior até 16 pessoas, contendo um pequeno laboratório, camas, e outras possibilidades; uma para o centro operacional de Amupa e uma outra para Uite (centro Avançado de Fiscalização das Pescas), com capacidade para 6 a 8 pessoas. Duas canoas devem ser afetados ao parque, uma para cobrir a entrada Norte do parque e uma outra para ações de logística e ligação com Bubaque e eventualmente com Bissau.

2. Comunicação e sistema de Rádios

A atual rede de radio do parque (sede e postos de guarda), que é especificamente destinada a comunicação do parque, deve ser recuperada e ampliada de forma a cobrir todos os postos de guarda espalhados na extensão do parque, permitindo uma comunicação interna mais eficiente, mas também com outros parques e o IBAP.

Os sistemas de radio do parque devem ser complementados com o sistema de radio das tabancas. Por isso os aparelhos de radio a instalar na estrutura do parque, deverão ser capazes de utilizar as frequências (ou os canais) das rádios VHF's, isto é, deverão possuir os canais das rádios de navegação de forma a puderem interligar-se com a rede de radio das tabancas, permitindo assim comunicação com eventuais colaboradores do parque e população em geral. De forma a tornar mais funcional este sistema, cada guarda deverá possuir um radio portátil.

3. Capacidade de estocagem de combustível

Sobretudo em termos logísticos e funcionais impõem-se a criação de uma capacidade maior de estocagem de combustível no terreno (em Eticoga e em Amupa), assim como uma maior agilidade na aquisição de materiais e peças de reposição. Aqui uma melhor articulação com os serviços de logística da casa do ambiente é desejada, sobretudo para diminuir os encargos logísticos⁹² e descentralizar os meios.

6.1.8. Sub-componente de educação ambiental, sensibilização e comunicação

A introdução da educação ambiental em todas as escolas das ilhas do complexo de Orango deve constituir uma prioridade do parque. Neste particular uma colaboração muito estreita com a ONG "Palmeirinha", seria vantajosa, no sentido de valorizar a sua experiência no interior do parque. Esta ação deve igualmente

⁹² - O peso da logística e da organização a ela inerente é extremamente elevado no funcionamento geral dos parques da RB, uma vez que cada um é obrigado a organizar a sua de forma independente, o que implica não só vindas regulares a Bissau, mas também, encargos suplementares em relação a uma descentralização destas para a casa de Ambiente e Cultura da RB



acompanhada com um processo de transformação progressiva das escolas de Orango em escolas de verificação ambiental, nas etapas referidas mas acima. As experiências da AD nesta matéria poderão ajudar melhor nos processos e nas orientações no quadro da introdução e implementação desta nova filosofia nas escolas de Orango.

Em colaboração com o INDE e as estruturas da educação e as escola, alguns matérias de suporte de elevado nível pedagógico poderiam ser produzidos para suportar estas ações, como manuais, revistas, posters, plaquetas, etc.. Ainda, em colaboração com as Associações locais sobretudo as Associações de Jovens deve ser criado e implementado um programa de Educação e Sensibilização Ambiental, sobretudo envolvendo os aspectos relacionados com uma utilização durável dos diversos recursos do parque (solos, palmeiras, recursos haliênticas, moluscos, ráfia, etc.) e que devem ser direcionados aos jovens e respetivos grupos socio-profissionais. Pois que os jovens para além de constituírem a força mais ativa da sociedade são os que estão mais disponíveis a aceitar uma certa mudança de comportamento, atitudes e valores. Nestes processo a “Criação das Casa de Ambiente e Cultura” em Eticoga, Canogo, Menegue e Orangozinho poderão contribuir para a criação de uma dinâmica própria a cada ilha. As experiências de Bubaque e Formosa poderão inspirar no desenvolvimento destas. Estas casas deverão estar devidamente equipadas para facilitar estes trabalhos de animação em matéria de educação e sensibilização ambiental.

As estruturas do parque tem-se aproveitado muito pouco da existência da radio Djam-Djam, não só para dar a conhecer as suas atividades, como atividades das populações locais e/ou mesmo desenvolver o seu próprio programa de radio. Uma capacidade de elaboração de programas poderia ser desenvolvida com o apoio da Radio Djan-Djan, com a formação de jornalistas locais (que seriam ao mesmo tempo colaboradores desta radio) e disponibilização de equipamentos mínimos (gravadores, microfones, auscultadores e cassetes) para o efeito, da parte do parque. É necessário perfilar melhor essa cooperação sobretudo em matéria de conteúdo de programas que possam melhor interessar aos parques. Ex. divulgação do decreto de criação do parque, do regulamento, da forma como decorreram as reuniões do conselho de gestão e das suas resoluções, assim como das demais atividades do parque.

Um outro fator importante neste processo é a valorização das capacidades existentes localmente e que consiste no aproveitamento e orientação das diferentes iniciativas culturais desde que vão ao encontro das diferentes ações do parque. Neste sentido, poderão ser criadas condições para iniciativas de teatro (mesmo o teatro radiofónico), a música, o carnaval e outras festividades locais. A proposto na nova ação é criar condições para a constituição e a formação de uma equipa de animação especializada do parque. Esta para a além da animação propriamente dita deverá especializar-se nos diferentes domínios de atuação e intervenção do parque (iniciativas locais, monitoria e seguimento, apoio a investigação, apoio a fiscalização, etc.) de forma a apoiar a execução em termos de articulação, concentração, negociação, implementação e apropriação pela população. Parte da equipe atual de guardas parques, deve ser moldada para esse efeito, sobretudo devido ao seu perfeito conhecimento das línguas locais, essencialmente dos hábitos e da cultura Bijagó.



6.1.9. Sub-componente de iniciativas de apoio ao desenvolvimento local das comunidades

6.1.9.1. Historial/Contextualização

A história da elaboração e das tentativas da implementação de diferentes planos e programas de desenvolvimento na região Bolama-Bijagós são ricas de ensinamentos. Qualquer nova ação a ter lugar deveria inspirar-se nas lições e nos ensinamentos destas iniciativas. Mesmo para as iniciativas locais uma avaliação geral é recomendada, pois que constitui constatação geral, que muitas encontram-se paradas, outras enfrentam problemas de varias ordens e muito poucas conseguiram afirmar-se com sucesso. Pelo facto antes propriamente de qualquer proposição, se fará aqui, algumas considerações gerais sobre as iniciativas de desenvolvimento local, mas remetendo propriamente as definição de prioridades por tabancas aos planos de desenvolvimento local⁹³, em curso de elaboração.

Até aqui as abordagens restringidas a uma ação de desenvolvimento, ou um projeto ou mesmo a uma tabanca, tem-se revelado, muito morosa, e encontra um bom terreno para aumentar e aprofundar os conflitos e as disputas entre as tabancas e reforçar o descontentamento em relação as iniciativas locais. Por isso julgamos uma abordagem mais integrada ao nível de ilhas ou grupo de ilhas e com maior equidade entre as tabancas e com uma visão comum e partilhada do futuro, estabelecida através de uma dinâmica participativa, a mais adequada e eficiente. Assim toda a população do parque e todas as tabancas se sentiriam parceiras integrais num processo dinâmico de desenvolvimento e de conservação do parque.

Há a necessidade de fazer funcionar os serviços básicos mínimos, como o serviço de água, saúde e medicamento escolas, mas de forma mais durável do que a situação presente. Mas há que considerar o facto de que os serviços prestados pelo estado⁹⁴, são muito deficitários e consegue cobrir a demanda das populações. Aliás a situação atual não só confirma o desengajamento como ainda a demonstra a incapacidade do estado do estado em promover um desenvolvimento adequado da Região Bolama-Bijagós.

No entanto, o mau funcionamento ou o não funcionamento destes acarretará necessariamente maiores pressões sobre as estruturas do parque. Nesse sentido torna-se pertinentes a criação de mecanismos para a estabilização e consolidação desses serviços ou pelo menos os localmente existentes, em bases comunitárias. Nesta perspetiva, a experiência da ONG Aseta Ani Nindo poderia constituir a base de reflexão, isto é a criação de um sistema de subsídios aos professores, enfermeiros, etc. locais, com base em apoios das ONGs e/ou FIAL, reforçando um sistema de autofinanciamento comunitárias para os serviços a comunidade. Torna-se igualmente pertinente reflectir numa estratégia autossustentável de funcionamento desses serviços dentro dos limites do PNO, isto é, com o envolvimento dos pais na gestão da escola, no pagamento de professores e na melhoria das condições de instalação dos professores com o apoios de ONGs (nacionais e estrangeiras) e associações locais.

⁹³ - Recomenda-se que seja efetuado um processo mais abrangente isto é por ilhas ou grupo de ilhas

⁹⁴ - Nas ilhas estes serviços são ainda muito afetados pela desmotivação e grande mobilidade dos funcionários, sobretudo causada pelo não pagamento atempado dos salários



A insularidade como fator de isolamento é um outro fator a consolidar em qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado que se pretenda desenvolver para as populações residentes do parque.

Estes atuam de forma negativa no desenvolvimento socioeconómico da zona. No caso específico de Orango Grande, um fator de entrave ao desenvolvimento socio-económico, é o grande isolamento do Norte, causado por um braço de mar, o rio Elenentunqué que separa o centro e o Sul ao Norte da ilha.

A existência deste, tem impacto muito negativo nas suas vidas correntes, pois que mesmo em caso de urgências (Saúde, etc), a deslocação a Eticoga fica muito sujeita ao ritmo das marés. Este fator pode igualmente estar na origem da utilização das zonas mais a sul, uma vez que produtos de exploração da zona Norte, tem que ser quase que transportada exclusivamente por canoas. A construção de uma ponte no local, poderia constituir não só um benefício para as populações, como ainda, para o parque. Mas esta estratégia deveria ser enquadrada num processo maior de garantir a ligação entre as ilhas do complexo, o que poderia consolidar a sedentarização das populações e das suas iniciativas de produção no Norte e a conservação no sul.

Por último as ações de desenvolvimento devem ser enquadradas nas políticas, estratégias e programas sectoriais e nacionais. Isto é nestas devem ser consideradas as diretrizes sectoriais e nacionais. Há que salientar neste particular que as iniciativas locais devem ser enquadradas na luta contra a pobreza, a qual deve ser implementada em colaboração e articulação com os demais parceiros locais em especial os POL's. Este aspeto é deveras importante, considerando o volume das solicitações e a capacidade de resposta do parque que é muito limitado.

Finalmente há que considerar ainda os impactos das restrições impostas pelos programas de conservação a determinados formas de uso dos recursos até aqui praticados pela população. Salienta-se ainda neste particular, o impacto causado pela depredação provocada por algumas espécies protegidas sobre as culturas. Ações são necessárias para amenizar os efeitos destes impactos. As populações em geral assumem essas ações como um direito de que dispõem, devido a obrigarão do parque em efetuar compensações pelas restrições impostas, em especial, em relação aos usos dos recursos.

Esta perceção, tende a diminuir a participação e a partilha de responsabilidades da parte destes, a sua não apropriação⁹⁵, o que leva constantemente a “paralisa destes ações”. Mas apesar destas considerações devem ser as populações a definirem as prioridades em matéria de iniciativa locais, mais através de um processo participativo, dinâmico e através da busca de consensos na comunidade.

Em geral, é altura de ultrapassar a fase de financiamentos pontuais, descoordenados e paliativos⁹⁶123 para financiamentos mais substanciais mais de programas mais integrados e duráveis. Pois, até aqui as iniciativas locais tem beneficiado de financiamento muito irrisórios, para ações pontuais em geral desconcertados sem uma visão de longo prazo e sem qualquer perspectiva de durabilidade. Além do mais, as iniciativas

⁹⁵ - Ou a sua apropriação inadequada, pois cada um vê nestas, um meio para resolver os seus mais variados problemas. Isto é, ao invés de beneficiar para a comunidade é a apropriação privada destes que impera

⁹⁶ - Até aqui tem sido mais para responder a determinadas pressões da população



implementadas, não têm beneficiado de uma animação e de uma monitoria e de um seguimento adequado, pois que, até aqui, os parques não dispõem de estruturas adequadas a esse efeito, o que pode ser demonstrado através de uma avaliação rápida das ações anteriormente financiadas.

Embora se tenha procurado efectuar alguma formação aos gestores locais destas ações, estas em geral, foram muito pontuais e rápidas, verificando-se uma erosão dos conhecimentos e das práticas adquiridas, sobretudo quando o contexto é desfavorável e sobretudo quando a animação é pouco efetivo.

Estas considerações justificam a necessidade da criação de uma estrutura de promoção, coordenação, implementação e animação do desenvolvimento local no interior do parque tal como é proposto mais acima. Esta igualmente deverá ter como tarefa o desenvolvimento de ações para o fortalecimento das ONG's, Associações e estruturas comunitárias na base (POL's)⁹⁷. Para que possa funcionar plenamente, além de pessoal deverá dispor de meios financeiros e uma certa autonomia na execução do seu programa uma vez este aprovado pelo Comité FIAL do parque e pelo Conselho de Gestão do Parque. No quadro desta perspetiva serão avançados nas linhas seguintes, algumas ideias sobre ações e/ou componentes de um eventual programa integrado e auto sustentado do complexo das ilhas de Orango.

6.1.9.2. Monitoria e seguimento das ações de desenvolvimento: lições e orientações

Muitas ações de desenvolvimento foram implementadas no interior do parque. Do seu sucesso ou fracasso, dos seus possíveis impactos socioeconómicos, culturais e/ou ambientais poucos ensinamentos foram retirados. Esta ação de monitoria destina-se essencialmente a partir da avaliação das ações anteriores, seguir as ações em curso e ou futuras, no sentido de diminuir e/ou sanar os seus impactos negativos e velar para que se insiram num quadro integrado mais amplo e que comportem os princípios de um desenvolvimento sustentado.

6.1.9.3. Iniciativas locais – um modelo de equidade e de participação

Nas iniciativas de desenvolvimento local um pacote mínimo de ações deveria ser programada para cada Ilha, grupo de tabanca e tabanca isoladas de forma a garantir uma equidade na distribuição. A localização assim como a gestão das ações envolvendo grupo de tabanca deve ser objeto de um processo participativo. Neste particular o modelo adotado em Canhabaque poderia ser aqui adotado, isto é a criação de centros multifuncionais coordenado por um animador local, sobretudo quando se trata de grupos de tabancas e/ou ilhas pequenas. Estes poderiam conter, entre outros, um posto de radio, uma loja comunitária, uma farmácia comunitária, uma USB (bem equipada para possíveis consultas medicas, campanhas de vacinação, etc.), uma casa de passagem com 4 camas, um armazém e um Bentém (com aparelho de animação). Esta última, destinam-se a realizações de reuniões e ações de animação.

⁹⁷ - Neste particular não deve ser de forma alguma descurada as possibilidades de cooperação com instituições religiosas, os quais para além do conhecimento da realidade socio-cultural da região e das experiências acumuladas, tem mostrado muita persistência e perseverança nas suas atuações. Além do mais, possuem competência em áreas como o ensino, a educação e a saúde



6.1.9.4. Fortalecimento das ONGs, associações e estruturas comunitárias de base

Este deve constar sobretudo um apoio institucional e ações de formação e capacitação em termos organizacionais, de gestão (sobretudo do ciclo de projetos) em termos de animação, monitoria e seguimento das ações de desenvolvimento, educação e sensibilização ambiental, desenvolvimento comunitário etc. e em outras áreas em que estas se pretendem vocacionar ou profissionalizar-se (ecoturismo, gestão pesqueira, agricultura e transformação de produtos agrícolas, gestão de estruturas de educação e formação, gestão de estruturas sanitárias, farmacopeia tradicional, lojas comunitárias, alfabetização, micro-crédito, promoção do artesanato local, etc.).

Estas ações devem ter por objectivo criar capacidades locais em determinados domínios e diminuir progressivamente a atuação do parque em matéria de desenvolvimento de iniciativas locais e ao mesmo tempo, garantir uma animação, uma monitoria e um seguimento mais permanente e adequado das iniciativas locais através de estruturas cada vez mais especializadas. Nesta perspetiva seria garantida melhores condições de execução das iniciativas locais com um reforço. O reforço da capacidade destas organizações contribuirão para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento local no complexo de Ilhas de Orango.

Uma melhor articulação e concentração destes poderia ser garantido através de um acompanhamento e apoio do parque, como ainda com através da criação de um quadro de concentração em torno das casas de ambiente e cultura a serem criadas, os quais poderiam igualmente servir de sede e secretariado comum das ONG's e Ações Atuando respetivamente em cada Ilha. Desta forma igualmente se evitaria sobreposições e se garantiria uma certa racionalização de recursos e meios, que poderiam ser afetados a outras iniciativas. Mas apesar de tudo isso não deve ser discursada a necessidade de manter nessa perspetivas, técnicos com elevado nível de competência técnica, o que implicaria a criação de condições mínimas mais ótimas⁹⁸ que os permitam estabelecer, residir e trabalhar convenientemente nas Ilhas do Complexo de Orango.

6.1.9.5. Apoio e fortalecimento de infraestruturas básicas

Nestas iniciativas devem, não só, ser apoiado a construção de infraestruturas básicas como ainda criar e reforçar a capacidade de gestão assim como as condições para a sua durabilidade. Há que refletir nestas ações em como diminuir a mobilidade do pessoal e como criar as condições mínimas para assegurar a permanência destes a médio e longo prazo no local.

Em relação ao ensino e a saúde põe-se o problema por exemplo da construção de mais escolas e unidades de saúde de base (USB's) e como assegurar o seu equipamento, assim como o fornecimento dos meios de funcionamento (material escolar, medicamentos, etc.). A existência de cantinas escolares tem-se revelado incentivadora para que as famílias escolarizem os seus filhos e tem diminuído o absentismo dos alunos nas escolas. Há que avaliar as possibilidades de garantir o seu funcionamento de forma durável, como ainda a possibilidade de incluir e valorizar produtos locais nestas cantinas.

⁹⁸ - Entre outros um bom ordenado, bons alojamentos, boas condições de trabalho e disponibilidade de meios de transporte e de comunicação



Em geral para alguns serviços públicos põem-se igualmente o problema da criação de condições mínimas para assegurar a permanência do pessoal (professores, enfermeiras, parteiras, etc.) isto é essencialmente, condições de habitações e o pagamento atempado de salários condignos e atenuar as condições de isolamento. A este pessoal deverá ser ministrado uma formação periódica, para que atualizem os seus conhecimentos. Melhoria e/ou construção do posto de saúde funcionais em de Eticoga, Orangozinho, Canogo e Menegue e visitas médicas mensais a cada uma das ilhas do parque poderia atenuar a pressão em relação as necessidades de transporte de doentes para Bubaque. O transporte de casos de urgência poderia ser melhor articulado com a estrutura do parque.

Uma avaliação da situação poderá determinar as áreas mais prioritárias em termos de infraestruturas básicas (pontos de água, escolas, USB's, postos de rádio, etc.). Por exemplo em Orango grande, caso não se construa uma ponte para ligar Eticoga a parte Norte da ilha, seria pertinente a colocação de um enfermeiro (móvel) nesta parte da ilha.

A) - Fazer das escolas de verificação ambiental um modelo para as escolas do parque:

Um processo de valorização e multiplicação das experiências conseguidas com a Escola de Verificação Ambiental (EVA) deve ser estabelecido ao nível do parque. Este deve ser um processo progressivo de emulsão, em que cada ano, novas escolas deveriam ser selecionadas, equipadas convenientemente (carteiras, sistema elétrico, biblioteca, pequeno laboratório, salas de informática (ou multimédias), perímetros desportivos, etc.), os seus professores formados para que de facto tenham as condições de funcionar como uma verdadeira escola de verificação ambiental, efetuar formação de adultos (alfabetização, higiene e saneamento básico, prevenção contra doenças como o VHIS, paludismo, cólera etc.) e animar a vida sociocultural das comunidades



a volta em tono da escola. **Mapa 23** mostra a localização potencial de futuras EVA's no interior do PNO. As EVA devem ser igualmente inseridas na dinâmica de outras escolas de verificação ambiental isto é devem ser estimuladas entre estas as visitas de intercâmbio, a realização conjunta de seminário de reciclagem de professores, troca de materiais pedagógicos, troca periódica de professores, etc. A introdução de conteúdos profissionalizantes poderia diminuir o efeito da escola sobre a emigração de jovens no Complexo de ilhas de Orango e aumentar a capacidade de produção destas ilhas.

Mapa 23: Localização das EVA's no Interior do PNO

B) - Melhoria do fornecimento da água potável:

Uma das grandes preocupações concernentes ao sector da saúde é o das doenças cujos vetores são transmitidos através da má qualidade da água consumida pelas populações. O parque deve apoiar a criação de uma rede adequada de Pontos de água, como ainda promover o saneamento básico através da educação e sensibilização para a adoção de novos comportamentos e regras de higiene, sobretudo para o combate as doenças mais frequentes na região. Em relação aos pontos de água a formação de equipas locais de poceiros



torna-se necessário caso se queira manter de forma durável a capacidade de fornecimento de água. Uma avaliação da situação permitirá identificar as zonas mais prioritárias para ações neste domínio a exemplo da tabanca de Uite e Uassa.

C) – Melhoria da rede sanitária e valorização da farmacopeia tradicional:

Reestruturação do sistema de saúde e reabilitação das infraestruturas sanitárias e estabelecimento de mecanismos suscetíveis de assegurar a permanência do pessoal da saúde nas ilhas do parque são prioridades essenciais deste sector. Um outro problema grave deste é a falta constante de medicamentos. Esta é igualmente um dos problemas que o parque deve apoiar a sua solução, o qual repousa em parte na criação de pelo menos uma farmácia comunitária por ilha. Este processo deve ser articulado com ações de valorização da farmacopeia tradicional e dos curandeiros⁹⁹, sobretudo considerando o preço dos medicamento e o nível de rendimento das populações em geral e a atual cobertura médico-sanitária das ilhas do parque.

D) - Construção de um sistema de transporte e de comunicação para as populações do parque:

Uma melhoria substancia da integração económica e socio-cultural¹⁰⁰ destas ilhas poderia ser impulsionado pelo desenvolvimento da comunicação entre as ilhas do complexo de Orango. Pelo facto há que considerar as possibilidades do desenvolvimento de um sistema de transporte adequado¹⁰¹ entre estas ilhas. Com o apoio do parque há que refletir nas possibilidades da criação de uma associação de transporte de das ilhas de Orango, devidamente equipado e conveniente gerido por uma estrutura de gestão capaz e eficaz de estabelecer uma comunicação regular entre as ilhas do complexo de Orango, entre Orango e Uno e entre Orango e Bubaque. Saliente-se que as ilhas de Canogo, menegue e Orangozinho e a parte Norte de Orango Grande são as mais deficitárias em termos de transportes.

Eticoga é servida com uma ligação semanal para uno e Bubaque. Uma melhoria significativa da integração socioeconómica de Orango poderia ser conseguido com a construção de uma ponte sobre o Rio Anodaguma e que ligaria por via terrestre as tabancas do centro e sul como Eticoga coma as do Norte de Orango como Anbuduco, Bijante, Aminda etc.. No futuro e nesta mesma perspectiva, se poderia pensar, de igual modo, na possibilidades de ligar Canogo e Menegue e posteriormente estas a Orango grande e Orangozinho.

O sistema de transporte acoplado a um **sistema de rádio de comunicação**¹⁰², poderá tornar o sistema de transporte e comunicação no complexo das ilhas de Orango muito mais eficaz. Pelo facto recomenda-se que, paralelamente ao desenvolvimento do transportes, que o sistema de radio VHF seja melhorado, isto é, que este seja ampliado aos pontos estratégicos do complexo e progressivamente a todas as tabancas do PNO, de forma a não só cobrir as tabancas do parque mas que esteja devidamente articulado com o sistema de

⁹⁹ - Pessoa s vem do exterior para serem tratadas pelos curandeiros locais, porque não se pode apoiar estes para que no complexo das ilhas de Orango atuem como complemento e/ou alternativa da ação da medicina formal.

¹⁰⁰ - Poderia melhorar de forma substancial as trocas comerciais entre as ilhas do complexo e entre estas e Bubaque

¹⁰¹ - Note-se que o isolamento quase que total de algumas ilhas têm levado as pessoas a aventurarem-se em fazer grandes travessias em “canoas de coba”, o que tem estado na origem de frequentes acidentes e/ou mesmo tragédias, que implicaram perdas de vidas humanas

¹⁰² O sistema existente, embora sem cobertura efectiva das ilhas do complexo de Orango, revelou-se por exemplo, como determinante e fundamental na organização e difusão de informações no combate de diferentes epidemias de cólera, na Região Bolama-Bijagós



informação e as necessidades das estruturas do parque e de mais intervenientes na região. Denota-se que deficiências de gestão, as condições das casas de radio e a falta da constituição de um fundo da radio contribuem para a fraca durabilidade destas rádios.

E)- Melhoria do sistema de comércio no interior do parque:

No intuito de estimular a valorização e a comercialização da produção local e garantir o fornecimento de bens de primeira necessidade, o parque deverá apoiar a criação de uma pequena rede de lojas comunitárias localizadas de forma estratégica para poder servir as ilhas e as tabancas do parque. Uma iniciativa do género já funciona em Eticoga e da qual ensinamentos poderão ser tirados para o desenvolvimento de outras lojas comunitárias.

Nestas verifica-se que os fundos são muito pequenos em relação ao montante desejado, não só para adquirir a gama assim como o volume de produtos normalmente adequados par suprir a demanda local em períodos bem determinados. Um outro fator de limite no funcionamento destas lojas são os custos de transporte, em geral muito elevados, para a quantidade de produtos normalmente transportados, o que levanta a necessidade de um melhor organização do fornecimento destas lojas, caso estas venham a ser apoiados pela estrutura do parque. Normalmente são obrigados a pagar as taxas portuárias. Estes custos não são considerados na composição dos preços, que, em geral, são fixados, sobretudo de forma a não prejudicar os consumidores locais.

F) - Um sistema de credito para agrupamentos socioprofissionais organizado e promoção das atividade geradoras de rendimento:

Esta seria mais efetiva e durável se desenvolvida em paralelo com um sistema de credito a iniciativas locais geradoras de rendimento, num primeiro momento de apoio a estas lojas e posteriormente, para o apoio de iniciativas privadas e ou associativas do género, como igualmente para alargar as bases produtivas e de rendimento de indivíduos privados e ou mesmo de grupos socioprofissionais organizados em associações e ou mesmo a coletividades.

Através deste sistema de credito, poder-se-ia apoiar e promover as atividades geradoras de rendimento como é o caso da Horticultura¹⁰³ para as mulheres de Eticoga. Este poderá apoiar as mulheres envolvidas nesta atividade com materiais e semente e/ou mesmo infraestruturas de interesse comum, como um poço e/ou construção de um grande reservatório de agua para a irrigação. Da mesma forma se poderia apoiar as mulheres produtoras de óleo de palma /ou mesmo as transformadoras do pescado e as “bideiras” e os apicultores. Não só concedendo o credito, mais apoiando-as na criação e no reforço das suas organizações socioprofissionais.

¹⁰³ - É de notar que o desenvolvimento da horticultura tem contribuído, não só para mudar os hábitos como ainda para melhor a dieta alimentar.



Estas actividades carecem em geral de enquadramento técnico que poderia ser assegurada por uma ONG ou uma Associação local, mas que teria de dispor de pessoal técnico competente na matéria, isto é de Agente Técnico Agrícola, não só para prestar assistência técnica como ainda para monitorar e seguir todo o ciclo de produção até que as mulheres dominem por completo o processo. Uma organização da aquisição e distribuição atempada de sementes parece ser igualmente necessária, para tornar a atividade mais efetiva.

G) - Valorização de produtos locais

A promoção da Apicultura é uma das atividades potências geradora de rendimento para os homens. Parece ter uma base de atuação potencial devido aos resultados das iniciativas anteriores. Embora continue a ser praticado uma melhoria da produção poderia ser conseguido através, de uma avaliação das ações anteriores¹⁰⁴, do reequipamento e reciclagem dos apicultores e uma melhoria do seguimento destes.

Da mesma forma se poderia promover a produção de óleo de Palma para explorar o potencial existente. Nesta ação é pertinente que se faça uma análise e uma avaliação das ações anteriores, sobretudo as relacionadas com o créditos distribuídos e as causas do não funcionamento dos agrupamentos constituídos. Atenção particular deve ser dado a conceção destas ações, a localização desses agrupamentos em relação ao potencial dos palmares próximos¹⁰⁵, a intensidade do financiamento, a dinâmica dos agrupamentos, a capacidade de reembolso do crédito e a capacidade organizacional¹⁰⁶. Nestas ultimo aspeto, parece ser mais eficiente e prioritário financiar grupos constituídos e com uma certa dinâmica do que promover o surgimento de novos grupos, processo no qual os custos de transação parecem ser muito elevados.

Dado ao grande potencial da área, o apoio e a promoção da pesca deve ser considerado nas iniciativas de desenvolvimento local. Mas há que tirar as lições do projecto de pesca de Orango e da ASPECA¹⁰⁷, iniciativas que não foram duráveis e nem tão pouco contribuíram para o desenvolvimento do sector tal como inicialmente previsto. Pelo que uma avaliação detalhada e aprofundada destas iniciativas devem ser efetuadas antes do inicio de qualquer ação neste sector, pois que em geral estes são em termos de financiamento muito intensivos, a capacidade de seguimento e monitoria exige grande mobilidade e meios consideráveis. Além do mais há que considerar os potenciais impactos destas iniciativas no espaço marinho-aquático do parque. A

¹⁰⁴ - Há a necessidade de esclarecer, por exemplo, a situação reembolsos ainda à efectuar aos apicultores de produtos entregues para venda nos períodos anteriores. Uma avaliação permitirá igualmente recensear o número de apicultores ativos, o numero de colmeias em uso, como as proteger melhor contra o ataque de “baga-baga”

(formiga branca), como organizar o sistema de colecta e venda do mel, e identificar as suas necessidades em matéria de equipamento

¹⁰⁵ - Muitas beneficiárias de credito em Uassa não produzem óleo de palma no local, mas sim em Bubaque, onde o potencial de produção é mais considerável do que em Orangozinho

¹⁰⁶ 133 Em geral consta-se que os fundos recuperados foram mal geridos, isto é foram em geral “mal parados”

(empréstimos, usos indevidos, etc.) o que não contribui para que acção ganhasse maior dinâmica e tivesse o efeito multiplicador desejado.

¹⁰⁷ - Esta iniciativa equipou e formou uma equipa de jovens pescadores e um grupo de mulheres transformadoras do pescado. Não teve continuidade devido ao acidente com a canoa que assegurava toda a dinâmica do processo. Levado a reparação faltou o fundo para suportar os custos e actualmente ninguém se responsabilize em esclarecer e/ou fornecer informação sobre estes. A mesma situação é constatada em relação ao fundo acumulado pelas mulheres. Alguns supõem que estes tenham sido utilizados indevidamente pelos responsáveis financeiros da organização. Hoje desconhece-se o destino que foi dado ao materiais restantes do financiamento que lhes foi facultado como os motores, as rede, etc.



desenvolver-se estas devem não só considerar o desenvolvimento do sector, mas também o desenvolvimento da capacidade de fazer cumprir as disponibilidades do regulamento do parque concernentes a pesca.

Salienta-se que a exploração, a transformação e a comercialização da ostra e do combé tem aumentado consideravelmente dentro do perímetro do parque. O apoio as mulheres coletoras, é deverás pertinente, sobretudo para aperfeiçoar o processo de transformação e condicionamento, introduzir métodos e técnicas de cultura e melhorar a gestão das áreas de colecta de forma a garantir a durabilidade da produção nas áreas atuais de exploração.

Desenvolvimento de algumas acções piloto alternativas para as diminuir o impacto das restrições em relação ao uso dos recursos do parque. Neste particular ensaios sobre a orizicultura de bolanha, a diversificação de culturas¹⁰⁸, introdução da rotação de culturas e da adubação verde para encurtar o pousio no ciclo de m'pampam e aumentar o período de culturas, introdução de técnicas de produção de compostos¹⁰⁹ para a adubação¹¹⁰, da fruticultura, melhoria da criação de pequenos ruminantes e da produção avícola local, etc. poderiam ser desenvolvidas no sentido não só melhorar.

H) - Capacitação das organizações locais:

Dado as enormes carências em termos de conhecimento e competência não só das organizações como ainda da própria populações em determinados domínios torna-se necessário criar ao nível da estrutura de coordenação do desenvolvimento de iniciativas locais, de uma capacidade destinada sobretudo a avaliar as necessidades e a organizar **sessões de formação**. Esta poderá abarcar diferentes níveis como igualmente diferentes domínios. Por exemplo os professores poderão ser introduzidos em técnicas de horti-fruticultura para ensinarem alunos, na pratica, através da criação de plantações e/ou hortas da escola, a partir da qual poderia ser garantido um certo grau de alimentação e/ou mesmo ensinados técnicas de transformação, conservação e novas formas de valorização de produtos agrícolas locais. Mas também estas poderão ser desenvolvidas para a utilização de técnicas adaptadas de pesca, para o controle do fogo no umapam-pam e/ou mesmo poderão ser destinados a enfermeiros, curandeiros, artesões locais, guias turísticos, etc. Alias estas formações locais de originários residentes poderão ser para determinados sectores como o ensino, agricultura, pescas, etc. a forma a estratégia a adoptar para solucionar a falta de quadros e pessoal técnico na região.

A formação deve ser igualmente a pedra angular do desenvolvimento das associações locais, das estruturas de gestão das iniciativas locais e/ou comunitárias. O pessoal destas em geral carecem de formação e de

¹⁰⁸ - Neste particular a promoção da "mancarra budjugo" (Voandizeia subteranea) parece ser pertinente, pois que o seu cultivo tende a diminuir

¹⁰⁹ - Esta pode ser uma boa alternativa para a fertilização das bolanhas de Acanho a Norte de Orangozinho, que até aqui têm utilizado material vegetal extraído do Mangal, e que são queimados nas bolanhas, para esse efeito. Naturalmente esta extração gera consequências desastrosas na linha costa (erosão, intrusão salina, inundações mesmo dos perímetros orizicultados).

¹¹⁰ - Parece ser pertinente introduzir técnicas alternativas para a melhoria das condições do solo, pois que estes em geral são arenosos e pouco férteis. Igualmente importante são as técnicas alternativas de luta contra as pragas e as doenças nas culturas.



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

experiência para puderm não só gerir os meios postos a sua disposição como ainda prestar os serviços devidos de forma adequada e eficiente a comunidade.



SEÇÃO VII: PLANO DE NEGOCIO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

7.1. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE EXECUCAO DO PLANO DE GESTÃO

O Programa operativo anual, devidamente budjetizado, deve ser elaborado anualmente pelo IBAP. Este deve ser aprovado pela estrutura de gestão do parque e em especial pelo seu Conselho de Gestão. Este plano deve incluir as propostas orçamentais de iniciativa de desenvolvimento local, as quais devem estar em consonância com o Programa Operativo. É da competência do IBAP assegurar os financiamentos necessários para a execução destes programas.

7.1.1. RECURSOS (HUMANA E FINACEIRA) PARA O FUNCIONAMENTO DO PNO

Tabelas seguintes resumem os postos e uma ventilação dos custos. Estas destinam-se a dar uma ideia geral sobre as necessidades de financiamento real do parque, embora se reconheça que a capacidade de mobilização de fundos poderá não responder a esta perspectiva. Salienta-se no entanto que, a proposta destina-se igualmente a colmatar os problemas de financiamento geral do PNO, e a assegurar uma disponibilidade óptima, susceptível de garantir um funcionamento eficiente e criar a capacidade necessária para a implementação dos objectivos do parque.

Esta é no entanto acima de tudo uma proposta, que deverá ser avaliada pelo IBAP e traduzido de forma mais coerente nos planos operativos anuais. Tabela seguinte dá ideia das estimações anuais do custo de implementação do PNO.

Tabela 5: Orçamento Global para a Implementação do Plano (2017-2022)

	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Total						

Tabela 5, dá uma ideia do montante de orçamento proposto para garantir a manutenção de uma equipe adequada de gestão para o PNO. Estas estimativas têm por base o que está a ser proposto como estrutura para o PNO. A proposta garante uma base óptimal de funcionamento, tendo em conta não só a complexidade, a insularidade e o ainda o tamanho do parque. Embora sendo ainda muito pequena a localização estratégica dos membros da equipa e em especial dos guarda parques poderá aumentar a sua eficiência.



Tabela 6: Orçamento do Pessoal do PNO (base = 2013)

Position	2017			###			###			2020			2021			###			Salaire Annuel
	Salaire Annuel	nbr de postes	Masse Salariale																
Conservador	10 217	1	10 217	10 422	1	10 630	10 630	1	10 630	10 843	1	10 843	11 060	1	11 060	11 281	1	11 281	11 506
Conservador adjunto	8 565	1	8 565	8 736	1	8 911	8 911	1	8 911	9 089	1	9 089	9 271	1	9 271	9 456	1	9 456	9 645
Marinheiro capitao	1 884	2	3 768	1 922	2	3 882	1 960	2	3 920	1 999	2	3 999	2 039	2	4 079	2 080	2	4 160	2 122
Marinheiro adjoint	1 638	2	3 276	1 671	2	3 375	1 704	2	3 408	1 738	2	3 477	1 773	2	3 546	1 808	2	3 617	1 845
Animadora	1 191	1	1 191	1 215	1	1 239	1 239	1	1 239	1 264	1	1 264	1 289	1	1 289	1 315	1	1 315	1 341
Chef ecogarda	2 609	1	2 609	2 661	1	2 714	2 714	1	2 714	2 769	1	2 769	2 824	1	2 824	2 881	1	2 881	2 938
Ecogarda Relaciones publicas	1 776	1	1 776	1 812	1	1 848	1 848	1	1 848	1 885	1	1 885	1 922	1	1 922	1 961	1	1 961	2 000
Responsable suivi espèces	1 667	1	1 667	1 700	1	1 734	1 734	1	1 734	1 769	1	1 769	1 804	1	1 804	1 841	1	1 841	1 877
Ecogardas	1 523	10	15 230	1 553	10	9 352	1 585	10	9 507	1 616	10	9 697	1 649	10	9 891	1 682	10	10 089	1 715
Garde nocturne	1 141	1	1 141	1 164	1	1 187	1 187	1	1 187	1 211	1	1 211	1 235	1	1 235	1 260	1	1 260	1 285
Femme de ménage	760	1	760	775	1	775	791	1	791	807	1	807	823	1	823	839	1	839	856
TOTAL	32 971	22	50 200	33 630	22	45 647	34 303	22	45 890	34 989	22	46 808	35 689	22	47 744	36 403	22	48 699	37 131
INSS			11044			10042,4			10095,8			10297,7			10504			10714	



7.1.2. FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

A formação é um dos elementos fundamentais para a equipe de gestão do PNO. Há uma necessidade de reconverter os quadros superiores às disciplinas de carácter ambiental e ecológicos necessários a uma boa gestão do parque. Da mesma forma os Guarda-parques deverão ser formados nos diferentes domínios de sua atuação, não só durante os seus trabalhos, mas igualmente, através de formações específicas quer localmente ou mesmo nas escolas especializadas da sub-região.

7.1.3. FUNCIONAMENTO, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS , CONSTRUCOES E INFRA-ESTRUTURAS

Tabela 6, retoma os custos estimados para garantia de um funcionamento normal da estrutura de gestão do PNO. Isto pressupõe entre outros a disponibilidade em qualidade e quantidades ótimas de meios materiais, sobretudo equipamentos. As lacunas atualmente constatadas neste especto, têm prejudicado o normal funcionamento da estrutura de gestão do parque.

Tabela 7: Orçamento de Funcionamento, de Material e de Equipamento do PNO

itens	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Custo de comunicação (recarga Telefone)	868	912	957	1 005	1 055	1 108	8 636
Deslocações, apoio logístico, seguimento e avaliação, reuniões, etc	1 800	1 800	1 800	1 800	1 800	1 800	20 000
Despesas de vedetas, motores, pintura (manutenção) 3	2 100	2 300	2 500	2 700	2 900	3 100	35 700
Uniforme des Ecogardes	3 600	0	0	3 600	0	0	10 200
Consumiveis	1 650	1 750	1 850	1 950	2 050	2 150	19 100
Manutenção da sede, vedação, armazém, posto avançados de fiscalização (pintura, pequenas reparação e Reabilitações)	6 500	0	0	6 500	0	0	19 294
Imprévu (10%)	1 652	676	711	1 756	781	816	11 293
TOTAL	18 170	7 438	7 818	19 311	8 586	8 974	124 223

O orçamento de infra-estrutura é efectuado com base das constatações do estado das infraestruturas existentes e a necessidade de construção de novas sobretudo, localizadas mais estrategicamente e equipadas de forma adaptada, para responder as necessidades funcionais do parque. As análises das infraestruturas atuais demonstram que estas são pouco sólidas e muito frequentemente atacadas pelo “*baga-baga*”, de forma que, consomem, de forma regular, meios substâncias em reparação. É necessário que as novas construções sejam mais robustas e consistentes, pelo que se recomenda que sejam efetuadas em betão.

Há que considerar que os custos das construções nas ilhas são encarecidos pelos custos de transporte e das empresas construtoras que em geral devem vir de Bissau. I



Tabela 9: Orçamento para a Construções e Infra-estruturas do PNO

Aquisição de vedeta	Description, justifications	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Aquisição de video-progetor	Compra de 01 vedeta	0	0	0	0	0	0	36 000 €
Mobiliarios de Casa de Passagem	Compra de video-progetor	0	400	0	0	0	0	1 100
Mobiliarios de Escritorio	Camas, Mesinhas e Cadeiras	0	0	0	0	0	0	1 000
Melhoramento e Organização do Ecomuseu	Cadeiras, Mesas, Estantes e Armarios	0	0	0	0	0	0	1 000
Infraestructuras (construções)	Recolha de Peças das Especies(Resgate da Cultura)	0	0	0	0	0	0	1 500
Mota Squad 600cc	Acabamento de Passagem de An-or	0	0	0	0	0	0	15 860
Motorizada	Compra de squad (en attente de livraison, prévue en mars)	0	0	0	0	0	0	8 000
Computador	Compra de 2 Motorizadas	0	6 000	0	0	0	0	6 000
Impressora	Compra de Computador de mesa e um portatil	0	0	0	0	0	0	1 000
Equipamento científico	Compra de 2 impressoras multifuncionais	0	0	0	0	150	0	300
	Compra de 2 Telescopios	0	250	0	0	0	0	710
	Compra de 8 binoculos	0	0	0	0	0	0	2 978
	Compra de 2 Maquinas fotograficas	0	0	0	0	0	0	815
	Compra Maquinas fotografica Profissionnal : photos à grande distance dans le cadre de la surveillance	1 200	0	0	0	0	0	1 200
	Compra GPS	0	1 000	0	0	0	0	1 000
Comunicação	Compra de Bussolas	0	0	0	0	0	0	0
Acquisição dos materiais de Ecoturismo	Compra de Radios VHF Portateis (8) e Placas de Sinalização, Cartão Telefonica	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	29 649
Maison d'accueil des ecoguardes envoyés à Orango	Compra dos Materiais de ecoturismo (bicicletas,tendas de campismo, guias de identificação de espécies, caiak, etc.)	5 000	0	0	3000	0	3000	11 000
	Construction d'une maison	6 000	0	0	0	0	0	6 000
Total		14.200	9 650	2 000	5 000	1 900	6 000	46 649



Quadro : estimativa de custo adicional para execução das atividades:

Thématiques du PAG	Total 2017	Total 2018	Total 2019	Total 2020	Total 2021	Total 2022	Total
Componente 1 : GESTÃO da AP-PNO	21 908	15 908	13 908	13 908	23 408	13 908	210 396
Componente 2 : FISCALIZACAO DAS ACTIVIDADES ILEGAIS NA AP	53 895	53 895	53 895	53 895	56 895	53 895	653 340
Componente 3 : REFORCAR O SISTEMA DE SEGUIMENTO ECOLOGICO E ECONOMICO NA AP	17 900	17 900	17 900	17 900	17 900	17 900	214 800
Componente 4 : COMUNICACAO E SENSIBILIZACAO	6 000	6 000	6 000	10 000	6 000	6 000	80 000
Componente 5 : PROMOCAO AS INICIATIVAS LOCAIS	15 200	12 200	12 200	15 200	12 200	12 200	158 400
Componente 6: FORMACAO E CAPACITAÇÃO	26 000	5 000	5 000	26 000	5 000	5 000	144 000
Componente 7 : INVESTIGAÇÃO E COPERAÇÃO	24 000	24 000	24 000	24 000	24 000	24 000	288 000
TOTAL	158 903	134 903	132 903	160 903	145 403	132 903	1 742 936
Custo adicional para realização de atividades	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Custo adicional para realizar							
Equipement / Investissement	110 903	110 903	110 903	112 303	116 903	110 903	1 352 986
Formation	22 000	5 000	5 000	22 000	5 000	5 000	128 000
Consultation	23 000	19 000	19 000	23 000	22 000	19 000	250 600
Main d'œuvre	3 000	0	0	3 000	0	0	12 000
Autres	0	0	0	0	0	0	0
Total	158 903	134 903	134 903	160.303	143.903	134.903	1 743 586

Quadro : Sintese das despesas globais

Sintese das despesas	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Investissements	13 000	13 000	9 650	4 000	4 000	4 000	60 649
Personnel	50 200	45 647	45 890	46 808	47 744	48 699	470 433
Fonctionnement	6 465	18 170	7 438	7 818	19 311	8 586	78 561
Coûts additionnels pour les activités	142 703	158 903	134 903	132 903	160 903	145 403	1 178 624
Total	212 367	235 720	197 881	191 529	231 957	206 688	2 427 182

Quadro : Sintese das receitas globais

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Autofinancement	11 890	12 299	12 519	12 750	13 192	142 501	69 618
Financement public	7 932	7 932	7 932	7 932	7 932	47 592	7 932
Bailleurs de fonds	136 000	86 000	86 000	86 000	86 000	86 000	136 000
Autres mécanismes de financement	50 200	0	284 978	0	0	0	50 200
Total	206 022	106 231	391 429	106 682	107 124	276 093	369 980



Grafico: Sintese das despesas globais

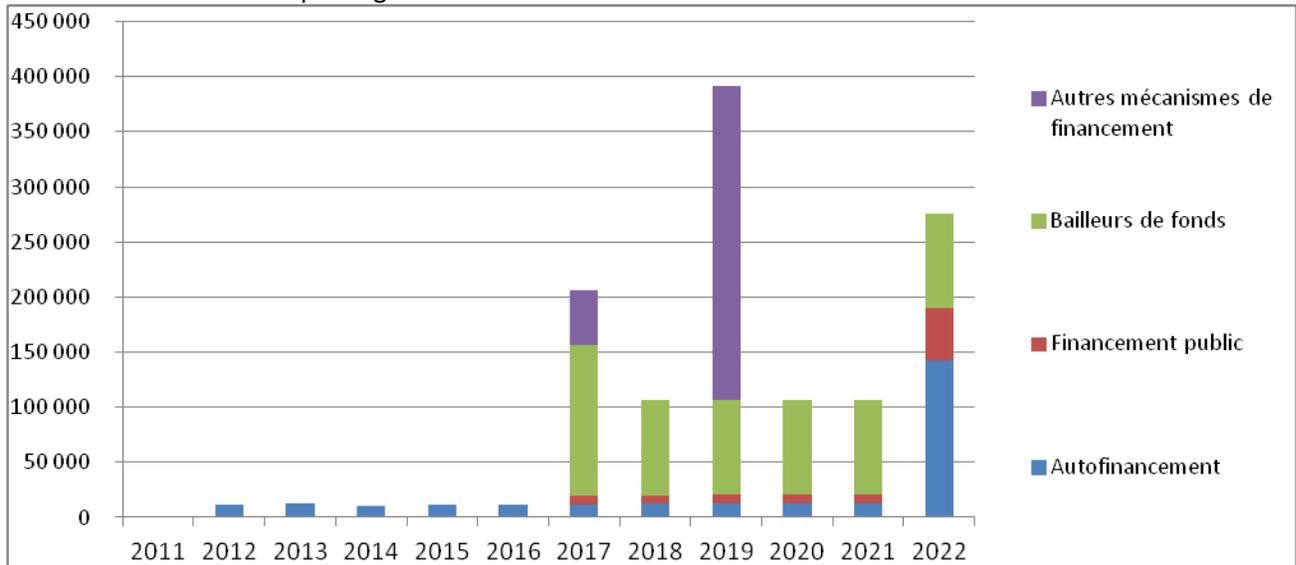
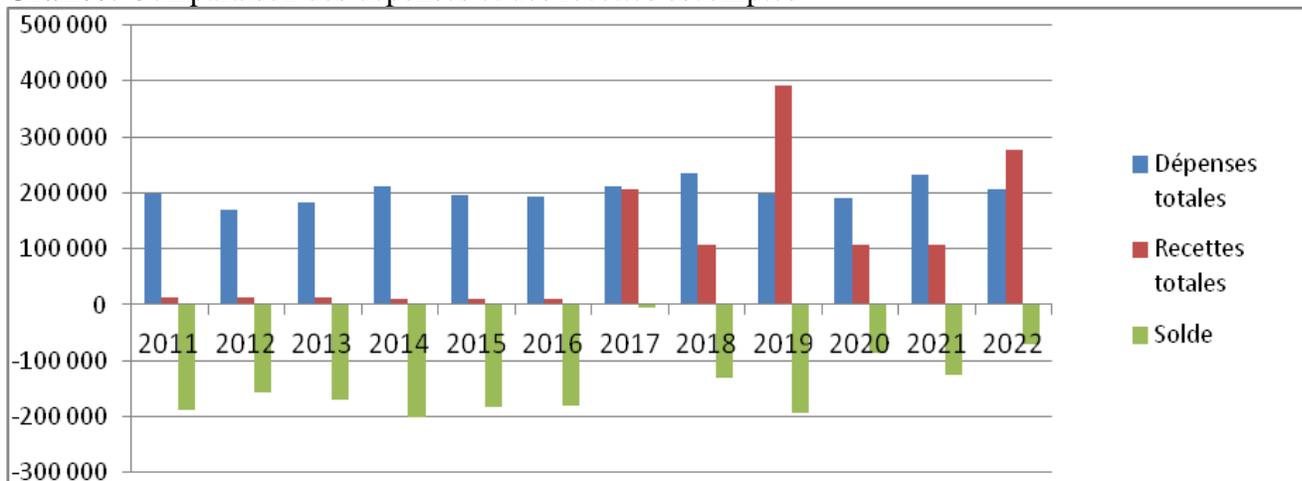


Grafico: Comparaison des dépenses et des recettes escomptés





7.1.5. PLANO DE ACÇÃO DE GESTÃO, MONITORIA E SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

O sistema de acompanhamento deve permitir a recolha e análise de informações para que se possa tomar as decisões mais correctas e acertadas e melhorar a gestão do Parque.

A eficiência deste sistema de acompanhamento traduz na prática, um domínio total sobre o Plano e sobre a implementação efectiva das actividades que o compõe permitindo assim a correcção atempada de possíveis desvios no processo de implementação.

Os meios que irão ser utilizados e que irão permitir um acompanhamento sistemático e contínuo do Plano pela Direcção do Parque na execução e coordenação, são os seguintes:

- **Plano de actividades**

Os planos de actividades devem ser elaborados e programados em períodos de tempo definidos

- **Relatórios**

Os relatórios constituem um importante instrumento de acompanhamento do Plano e devem ser apresentados trimestralmente, descrevendo de uma forma sumária o estado de execução das actividades assim como previstas no plano anual.

Para além do relatório trimestral, deve-se elaborar relatórios parciais mensais conforme a periodicidade dos planos parciais.

- **Visitas de trabalho**

As visitas de trabalho à zona de implementação das actividades do Parque devem coincidir com o período de apresentação dos relatórios parciais.

- **Encontros de trabalho**

Os encontros de trabalho entre a administração central do programa e os executores do Plano no Parque, deverão ser efectuados periodicamente.

- **A Avaliação,**

Avaliação, é um exame crítico das informações recolhidas durante o processo de acompanhamento - monitoring. Ela irá permitir fazer uma análise daquilo que já se fez e compará-lo com o plano.

Em termos de periodicidade no âmbito deste Plano, se propõe avaliações semestrais ou anuais e com especial atenção ao último semestre de implementação do Plano.

Em termos orçamentais, esta parte do orçamento retoma os estudos e as medidas de gestão e monitoria que são propostos nas diferentes subcomponentes dos diferentes programas operativos específicos. Algumas das actividades desta componente poderão ter comparticipação da RB ou de outros parques localizados no interior da RB. Relativamente aos estudos é proposto uma melhor articulação com as instituições de pesquisa, os quais nesta particular deverão beneficiar de apoios institucionais específicos na medida da sua participação nos programas de investigação do PNO.



7.2. PLANO ORÇAMENTAL DA EXECUÇÃO DAS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO PNO

As iniciativas de desenvolvimento local tal como é proposto neste plano deve ter estrutura própria e financiamento próprio. Estas iniciativas serão também da responsabilidade do IBAP e dos POL's. Estes últimos devem não só encarregar-se da sua identificação como igualmente da sua execução sob controlo e supervisão das ações. Tabela 11 dá uma ideia dos custos totais estimados na base das propostas que são avançadas no quadro deste Plano de Gestão.

7.2.1. RECURSOS HUMANO E FUNCIONAMENTO

Tal como proposto neste plano as iniciativas de desenvolvimento devem ter estrutura própria. É o funcionamento desta estrutura que é orçada na tabela seguinte.

Tabela Orçamento para o Pessoal e Funcionamento das Iniciativas Locais (base = 2013)

7.2.2. FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Esta equipe de animadores assim como seus colaboradores locais devem beneficiar de formações específicas, para melhorar a qualidade do seu trabalho, sobretudo em relação as inúmeras iniciativas de desenvolvimento local. Da mesma forma os animadores e os profissionais dos POL's devem igualmente beneficiar destas formações.

Tabela : Orçamento para a Formação do Pessoal envolvido nas Iniciativas Locais (base = 2013)

7.2.3. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS

Tabela seguinte dá ideia dos custos de equipamento e das infraestruturas necessárias a implementação das iniciativas de desenvolvimento local. Estas destinam-se a servir de suporte as ações de desenvolvimento local.

Tabela : Orçamento para Materiais, Equipamentos, Construções e Infra-estruturas para as Iniciativas Locais (base = 2013)

7.2.3. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E SEGUIMENTO DE INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO INTERIOR DO PNO

Tabela 15 dá uma estimação do orçamento necessário para a implementação das iniciativas de desenvolvimento local. Igualmente importante nesta perspectiva é o reforço dos POL's locais, os quais poderão mobilizar e implementar iniciativas complementar as do parque. Mas estas carecem de



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

capacitação e de apoios institucionais, suscetíveis de melhorar a performance das suas ações num quadro integrado de desenvolvimento sustentado.



7.3. SISTEMA OPERACIONAL DE AVALIAÇÃO ANUAL E FINAL DE PLANO DE GESTÃO

A implementação das actividades ligadas ao domínio da conservação por parte da Direcção do Parque, deverá seguir um espírito de colectivismo com uma participação colaborativa e multisectorial, de forma a se tirar o máximo de vantagens possíveis das capacidades existentes e criar sinergias; tendo como principais linhas de orientação:

- O reforço da capacidade de intervenção para dar resposta aos principais problemas ligados à conservação da biodiversidade;
- A recolha sistemática e divulgação de informação que seja a base de um progressivo conhecimento do sector e sirva de soluções adequadas para as questões da conservação da biodiversidade;
- O reforço da capacidade humana e institucional interna para atingir os objectivos preconizados;
- Uma activa coordenação e cooperação local, nacional e internacional;
- O desenvolvimento de instrumentos que garantam uma distribuição justa e equitativa dos recursos do parque;
- Estabelecer uma matriz que envolva as principais questões ligadas à conservação da biodiversidade e uma estratégia que permita de uma forma coerente e sistemática ir fazendo a sua avaliação e o estabelecimento de medidas/projectos que resolvam parte dos problemas detectados.



SEÇÃO VIII. REFERENCIA BIBLIOGRAFICO

1. **Altenburg, W., E. Wymenga & L. Zwarts (eds.) 1992.** Ornithological importance of the coastal wetlands of Guinea-Bissau. WIWO report 26, Zeist.
2. **Alves, J. & A.E. Barros 1997.** Estudo de incidência sócio-económica da criação do Parque Nacional no Grupo de Ilhas de Orango. Gabinete de Planificação Costeira, Bissau.
3. **Anónimo 1993.** Proposta para a criação de um Parque Nacional no Grupo de Ilhas de Orango, arquipélago dos Bijagós – Guiné-Bissau. UICN, Bissau.
4. **Anónimo 1997.** Lei Quadro das Áreas Protegidas (Decreto Lei 3/97). Boletim Oficial 21, República da Guiné-Bissau.
5. **Anónimo 2000.** Criação do Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango (Decreto nº 11/2000). Boletim Oficial 49, República da Guiné-Bissau.
6. **As Áreas Protegidas e a Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama/Bijagós, Silva, A.O.- MEF/UICN, 2001**
7. **Asbirk, S. & K. Petersen 1998.** Waterbirds in Guinea-Bissau. Partnership between Guinea-Bissau and the Trilateral Wadden Sea Cooperation on the Protection of the Wadden Sea. Report on the Activities of the Work Program 1995-1997.
8. **Barbosa, C. 1996.** Projecto de salvar as tartarugas-marinhas no Grupo das Ilhas de Orango. Gabinete de Planificação Costeira, Bissau.
9. **Barbosa, C., A. Broderick & P. Catry 1998.** Marine Turtles in the Orango National Park (Bijagós Archipelago, Guinea-Bissau). Marine Turtle Newsletter 81: 6-7.
10. **Biai, J.C.M. 2000.** Análise das alterações das manchas de coberto vegetal nos Parques de Cacheu e Orango (Guiné-Bissau). Centro Nacional de Informação Geográfica, Lisboa.
11. **Boesl, M.A. 1995.** Zur herpetofauna einer westafrikanischen inselgruppe (Bijagós-Archipel, Guinea-Bissau): taxonomie, zoogeographie und ethoökologie. Tese não publicada, Universidade de Bona.
12. **Bouju, S. (coord.) 2000.** Plan Directeur de Recherche. Résérve de la Biosphère de Bolama- Bijagós. UICN, Bissau.
13. **Bouju, S., Catry, P. & J. Cordeiro 2001.** Les Aires Protégées de Guinée-Bissau. Propositions pour une Stratégie Nationale 2001-2005. UICN, Bissau.
14. **Broderick, A. C. & P. Catry 1998.** Relatório da missão de consultoria (Janeiro/ Fevereiro 1988), e proposta de uma Estratégia para a Conservação das Tartarugas-marinhas na Guiné-Bissau. UICN, Bissau.
15. **Campos, A., H. Monteiro & P. Catry 2001.** Contribuição para o conhecimento do estatuto do papagaio-cinzeno *Psittacus erithacus* no Parque Nacional de Orango (Guiné-Bissau). UICN, Bissau.
16. **Campos, A., H. Monteiro, J. Soares & P. Catry 2001.** O Hipopótamo no Parque Nacional de Orango. UICN, Bissau.
17. **Catry, P. & L. Mendes 1997.** Aves observadas no Parque Nacional de Orango entre 24.02.97 e 02.03.97. UICN, Bissau.
18. **Catry, P. (ed.) 2000.** Action Plan for the Conservation of Marine Turtles in Guinea-Bissau. IUCN, Bissau.



19. **Catry, P. 1998.** Observações ornitológicas no Parque Nacional de Orango entre 20e 23 de Janeiro de 1998. UICN, Bissau.
20. **Catry, P. 2000.** Relatório da primeira reunião do Conselho de Gestão do Parque Nacional de Orango. PNO / UICN, Bissau.
21. **Clemmons, J.R. 2002.** Status survey of the African Grey Parrot (*Psittacus erithacus timneh*) and development of a management programme in Guinea and Guinea Bissau. UICN.
22. **Colaço, J. 1998.** Recenseamento geral da população e habitação, de 1997. Parques dos Terrafes do Rio Cacheu e das Ilhas de Orango. UICN, Bissau.
23. **Cuq, F. (ed.) 2001.** Un système d'information géographique pour l'aide à la gestion intégrée de l'archipel des Bijagos (Guinée-Bissau). Notice de la carte, constitution et exploitation du SIG. Géosystèmes, Brest.
24. **Dimensão Ecológica e Socio-económica das Zonas Húmidas da Guiné-Bissau, Silva, Aristides Ocante da Silva**
25. **Ducrocq, M, D. Bucal & P. Tous 1997.** Guide de détermination des espèces de requins présentes dans l'archipel des Bijagos, Guinée-Bissau. CIPA / UICN, Bissau.
26. **Ducrocq, M. 1997.** La situation de l'exploitation des requins et des autres poissons cartilagineux dans l'ouest africain. Atelier de Bubaque du Réseau de Planification Côtière, Novembre 1997.
27. **Étude d'Impact Environnemental et Social.** Robert Kasisi et all . Janvier 2004
28. **Henry, C. 1994.** Les îles où dansent les enfants défunts. Âge, sexe et pouvoir chez les Bijogo de Guinée-Bissau. CNRS Éditions & Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris.
29. **Kelleher, G. (ed.) 1999.** Guidelines for marine protected areas. IUCN, Gland. Lafrance, S. 1994. Archipel des Bijagos. Ichtyofaune et éléments d'écologie marine. Documento Científico nº 3 do CIPA, Bissau.
30. **Lima, A.J.S. 1947.** Organização económica e social dos bijagós. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa nº 2, Lisboa.
31. **Limoges, B. & M.J. Robillard 1991a.** Proposition d'un plan d'aménagement de la Réserve de la Biosphere de l'archipel des Bijagos. Vol. 1. Les secteurs de développement: zonages et recommandations. CECI / UICN / MDRA, Bissau.
32. **Limoges, B. & M.J. Robillard 1991b.** Proposition d'un plan d'aménagement de la Réserve de la Biosphere de l'archipel des Bijagos. Vol. 2. Les espèces animales: distributions et recommandations. CECI / UICN / MDRA, Bissau.
33. **MacKinnon, J., K. MacKinnon, G. Child & J. Thorshell (comp.) 1986.** Managing Protected Areas in the Tropics. IUCN, Gland.
34. **Mendes, L., M. Nunes & P.A. Rocha 1998.** Recenseamento da Águia-pesqueira-africana *Haliaetus vocifer*, Abutre-das-palmeiras *Gypohierax angolensis* e Águia-pesqueira-europeia *Pandio haliaetus* no Parque Nacional de Orango, República da Guiné-Bissau. UICN, Bissau.
35. **Paris, B. & H.F. Pereira 1994.** Bilan des consultations avec les populations locales des îles d'Orango en vue de la création d'un Parc National. Gabinete de Planificação Costeira, Bubaque.
36. **Paris, B. 1994.** La faune des îles Bolama-Bijagos: mise au point sur les connaissances. GPC /MDRA /UICN, Bubaque.
37. **Plan de Mise en Ouvre du Projet Gestion de la Biodiversité de la Zone Côtière de la Guinée-Bissao, GEF-PIP, 2002**



38. Programme de Conservation du Milieu et de l'Utilisation Durable des Ressources Naturelles de la Zone Côtière de la Guinée-Bissau : Rapport annuel d'activités-2002 pour la DDC, **UICN, 2003**
39. **Rainho, A. & C. Franco 1999.** Morcegos da Guiné-Bissau. Um contributo para o seu conhecimento. UICN / ICN, Bissau.
40. **Reiner, F. & P. Simões 1999.** Mamíferos selvagens da Guiné-Bissau. Projecto Delfim – Centro Português de Estudos dos Mamíferos Marinhos, Lisboa.
41. **Sales, R.R. & C.C. Maretti 1993.** Planificação Costeira, Guiné-Bissau. Vol. 1. Relatório Técnico. UICN, Bissau.
42. **Salm, R. V., J.R. Clarck & E. Siirila 2000.** Marine and coastal protected areas. A guide for planners and managers. IUCN, Washington DC.
43. **Schwarz, C. 2001.** Os mangais da Guiné-Bissau. Alguns aspectos ecológicos sobre a situação actual. UICN / GPC, Bissau.
44. **Silva, M.A. & A. Araújo 2001.** Distribution and current status of the West African Manatee (*Trichechus senegalensis*) in Guinea-Bissau. Marine Mammal Science 17: 418-424.
45. **Silva, M.A., A. Araújo, F. Djejó, L. Gomes & H. Monteiro 1999.** Plano Nacional de Conservação do Manatim Africano (*Trichechus senegalensis*) na Guiné-Bissau. UICN & ICN, Bissau-Lisboa.
46. **Tous, P., M Ducrocq, D. Bucal & E. Feron 1998.** Shark populations are possibly under serious threat in the Bijagos archipelago (Biosphere Reserve), Guinea Bissau, West Africa. Shark News 10: 4.
47. **Vidigal, M.P. & M.F.P. Basto 1999.** Estudo das plantas herborizadas nas ilhas Bubaque, Canhabaque, João Vieira, Orango Grande e Cute do arquipélago dos Bijagós. Garcia da Orta, Sér. Bot. 14: 53-69.



SEÇÃO VIII. ANEXO

Anexo I. Plano de Amostragem e calendarização de trabalho de campo

Tabela 1. Zonas identificadas do PNO para a construção do plano de amostragem

Zona/complexo	Povoações	Fatores Antrópicos	Atividades económicas	Sistema agrícola
Orango grande	Eticoga Ancabuca Nbone	Zona com maior densidade populacional em algumas tabancas, também acessos Difícil sobretudo nas zonas de Nbone e muito frequente a queimada	M'pampam, cajual, exploração do palmar, carvão, cibes Pesca, colheita de moluscos e crustáceos, caça Etc.	M'pampam bolanha
Ganogo	Abu Eniquene	Zona com pouca População, de acessos difíceis sobretudo na Época das chuvas,	M'pampam, cajual, exploração do palmar, carvão, cibes Pesca, colheita de moluscos e Crustáceos, Caça, exploração de tarras para confeção de esteiras.	M'pampam, bolanha
Manegue	Menegue Amupa	Zona com pouca população, de acessos difíceis sobretudo na época das chuvas limitado fenómeno de expansão de caju	Bolanha de água doce (bas-fond) e de água salgada Pesca, colheita de moluscos e Crustáceos, camarões	M'pampam, bolanha
Orango zinho	Uiete, Uassa, Acanho	Zona com pouca população, de acessos difíceis sobretudo na época das chuvas	M'pampam, cajual, exploração do palmar, carvão, cibes Pesca, colheita de moluscos e Crustáceos,	Apesar mais M'pampam, mas também praticam o sistema de bolanha

Tabela 2 - Calendarização do trabalho de campo

Nº	Data e local	Participantes	Descrição
1	08-07-2016 2 h:30 min	Equipa : A. Bock, Samba T. Camara, Saico Balde; Francisco Wambar e Ivanildo Nancassa	<ul style="list-style-type: none">• Deslocação para a Bubaque e preparação de logística para ida ao Orango (Eticoga)
2	09-07-2016 11h:15 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none">• Deslocação para Orango (Eticoga) e apresentação do programa do trabalho do terreno na radio comunitária.
3	10-07-2016 8h:00 min	Augusto Bock Saico D. Baldé	<ul style="list-style-type: none">• - Entrevista com stakeholder institucional – Silvano responsável de fiscalização do PNO;• Regulo - ----- - autoridade tradicional;• Sr. Augusto e Mesias - Marinheiros do PNO• Sr Zé - Vica Administrador e professor da escola do Orango
4	10-07-2016 8h:00 min	Ivanildo Nancassa Francisco Wambar Samba T. Camara	<ul style="list-style-type: none">• Aplicação dos questionários socioeconómico e• Avaliação dos valores de serviços de ecossistema na Eticoga
5	11-07-2016	Augusto Bock	<ul style="list-style-type: none">• Aplicação de focus groups na Eticoga



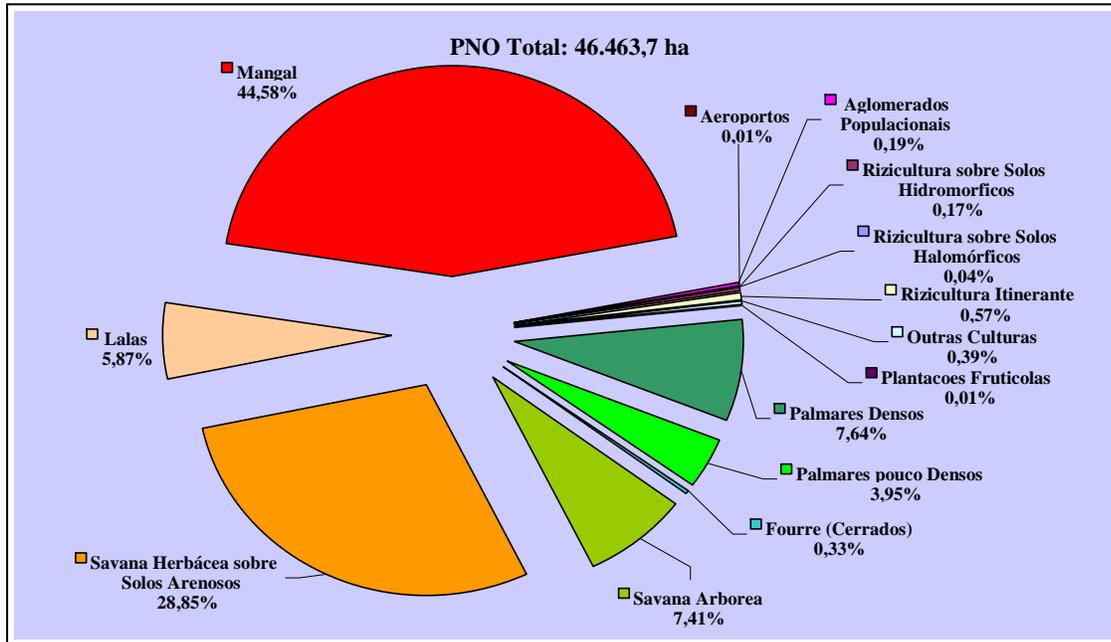
	8h:00 min	Saico D. Baldé	
6	11-07-2016 8h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionários, entrevistas e focus groups na Ancabuca
7	12-07-2016 11h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocação para Ganogo (abu)
8	12-07-2016 15h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de Focus grups para Menegue • Aplicação dos questionários socioeconómico e • Avaliação dos valores de serviços de ecossistema na Abu. Menegue
9	12-07-2016 08h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de Focus grups para Inequene • Aplicação dos questionários socioeconómico e • Avaliação dos valores de serviços de ecossistema na Abu. Menegue e Inequene
10	13-07-2016 08h:00 min	Equipa do Inep e Augusto Bock Saico D. Baldé	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de Focus grups para Amupa • Aplicação dos questionários socioeconómico e • Avaliação dos valores de serviços de ecossistema na Inequene e Amupa • Entrevista com stakeholder institucional – Marcelino ---- e Sr Zé -----, ambos responsáveis de fiscalização do PNO em Abu e Acanho respetivamente;
11	13-07-2016 13h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocação e preparativo para o trabalho no próximo dia e contacto com poder local • Entrevista com o regulo – responsável do poder local
12	14-07-2016 08h:00 min	Equipa do Inep e Augusto Bock Saico D. Baldé	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de Focus grups na Acanho • Aplicação dos questionários socioeconómico e • Avaliação dos valores de serviços de ecossistema na Acanho
13	14-07-2016 14h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocação para Uite • Aplicação de Focus grups na Acanho • Aplicação dos questionários socioeconómico e • Avaliação dos valores de serviços de ecossist. na Uite
14	15-07-2016 05h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocação para Bubaque • Entrevista com o Administrador, • Conversas informal com os pescadores, vendedores de peixe e camarão, óleo palma etc.
15	16-07-2016 09h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com equipa da RBABB (Filipe-----, Domingos Tchantchalam e Honório ----)
16	17-07-2016 08h:00 min 012h:00 min	Equipa do Inep	<ul style="list-style-type: none"> • Conversas informal com os pescadores, vendedores de peixe e camarão, óleo palma etc. • Deslocação para Bissau (fim da missão do terreno)

Tabela 3 - Stakeholders institucionais entrevistados

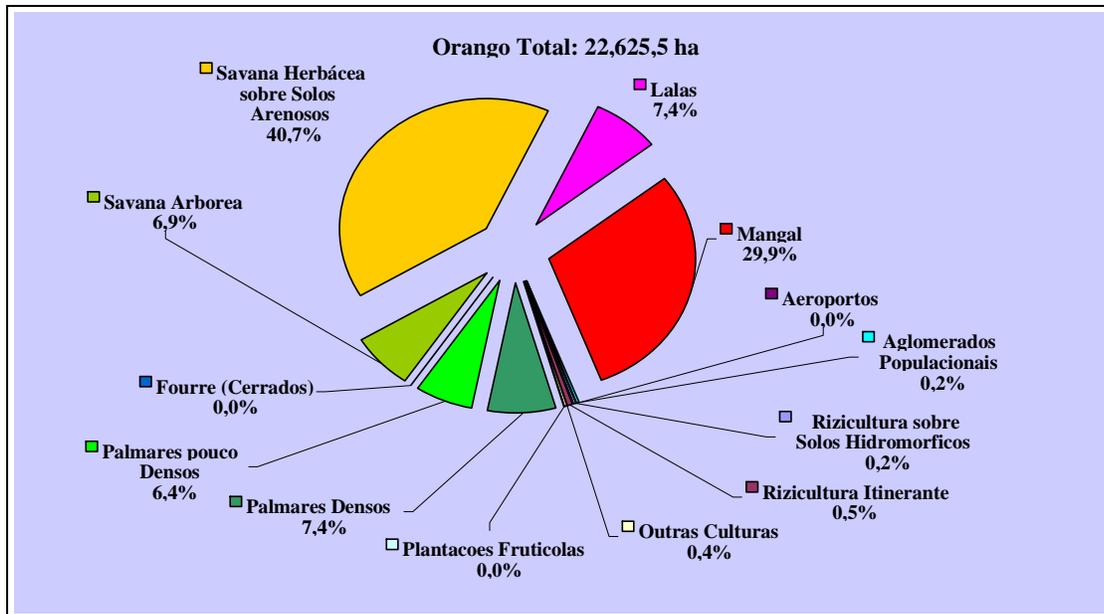
Nome	Função	Local	Data
Sr. Salvador J. Tibanico	Responsável de Relações Públicas e Comunicação	Eticoga	11 – 07- 2016
José Santos	Guarda do PNO na área de Acanho	Acanho	12 – 07-2016
Paulino Manuel Gomes	Guarda do PNO na área de Anekene	Anekene	12 – 07-2016
Sr. José de Barros,	Régulo de Abú	Abú	13- 07 - 2016
Régulo de Acanho	Aconho e Eticodega,	Acanho	14-07- 20 16
Regulo de Uite	Uite e Uassa,	Uite	14 –07 - 2016



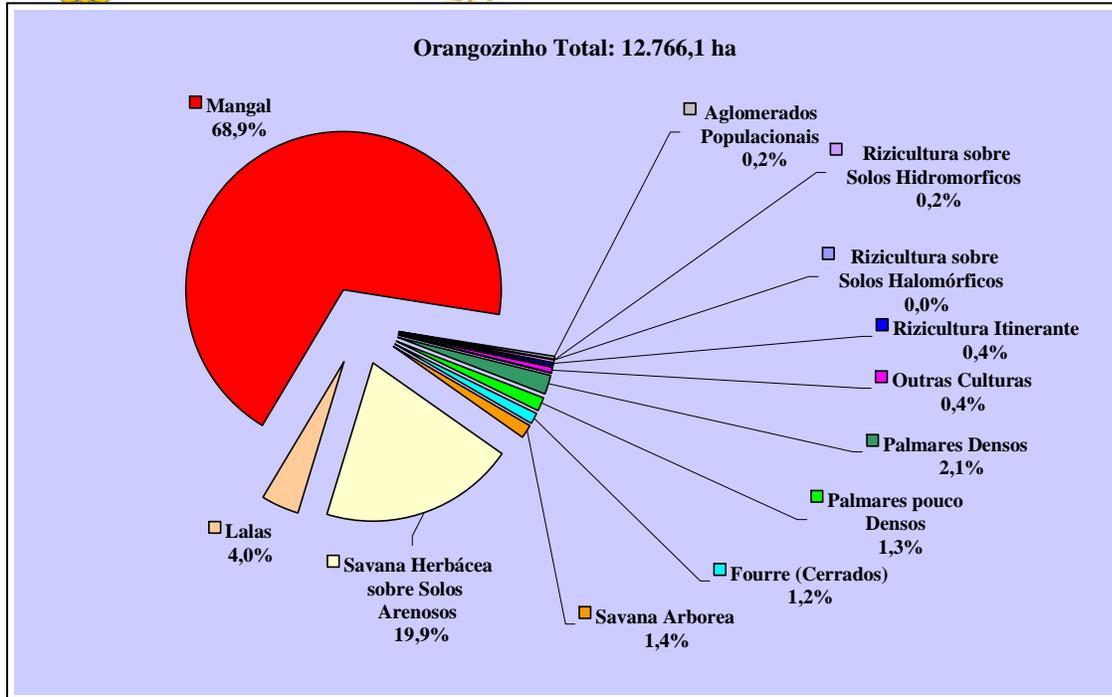
ANEXO II. Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Orango



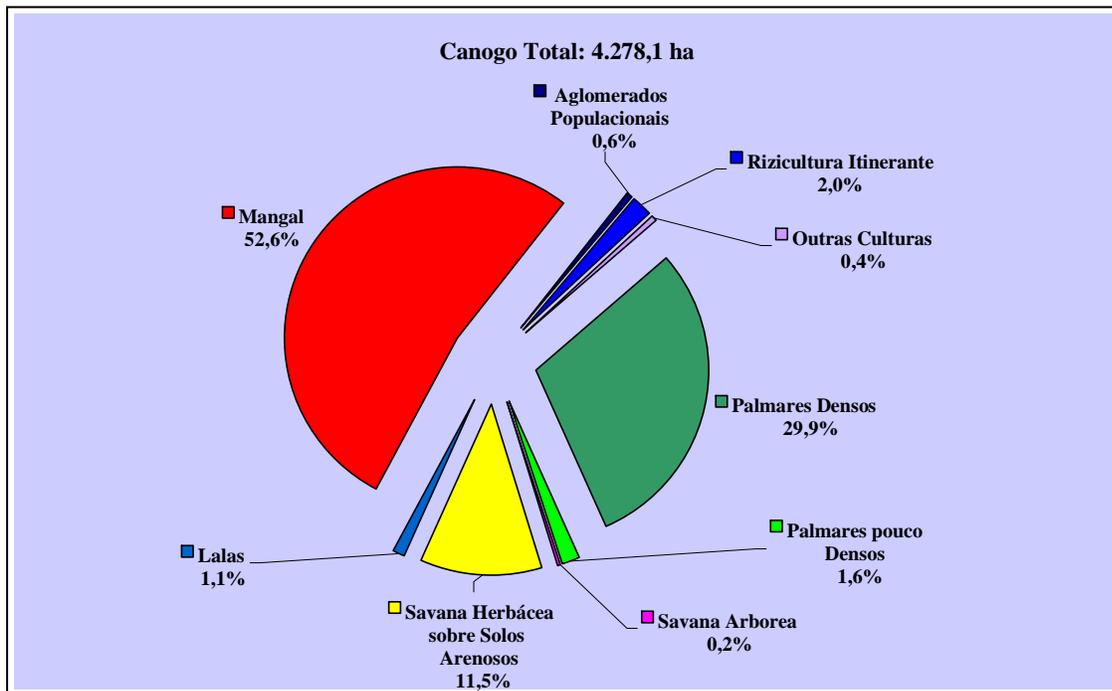
I, Quadro 2: Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Orango



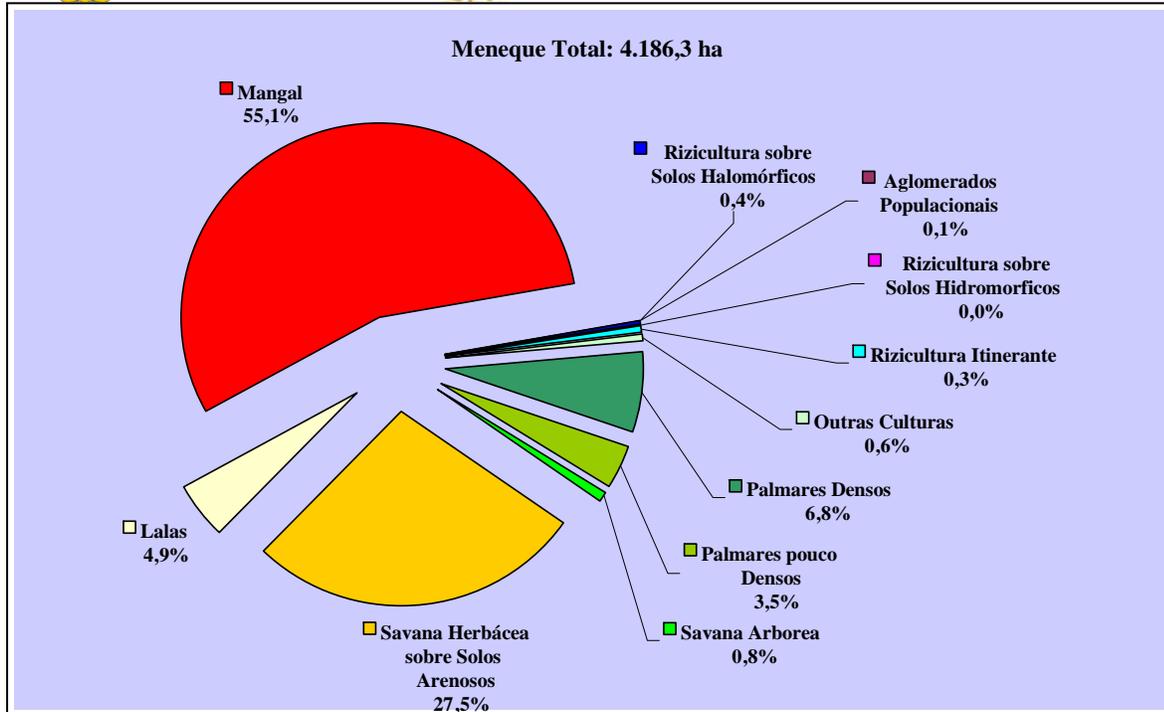
I, Quadro 2: Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Orango



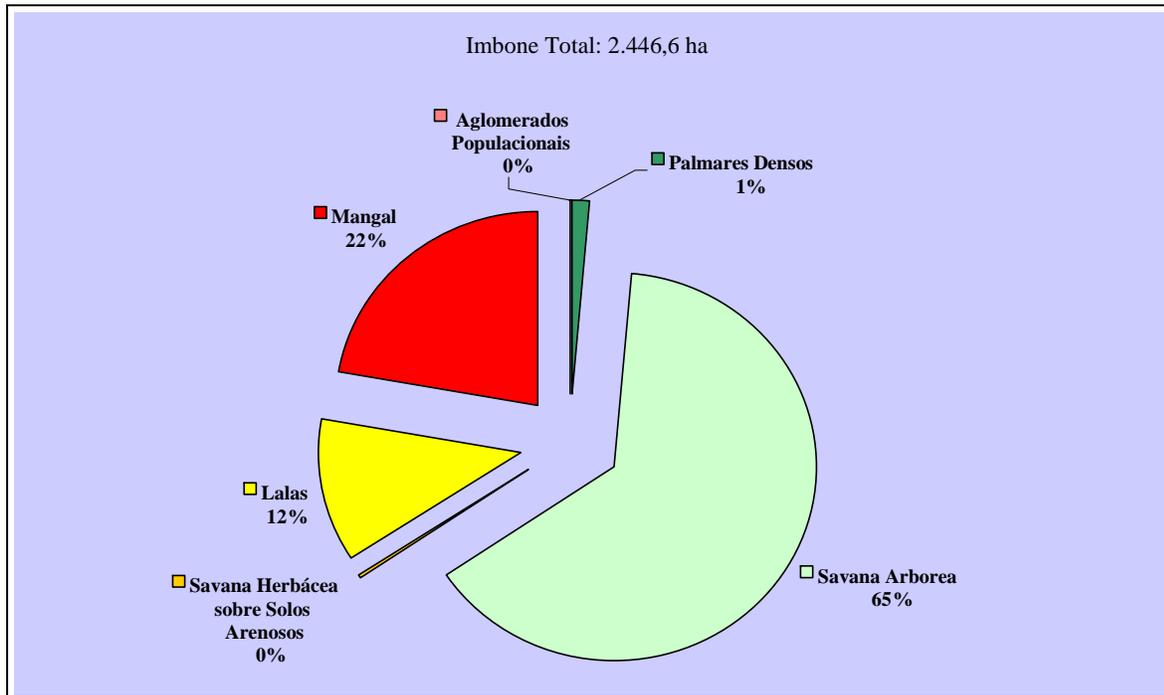
ANEXO I, Quadro 4: Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Orangozinho



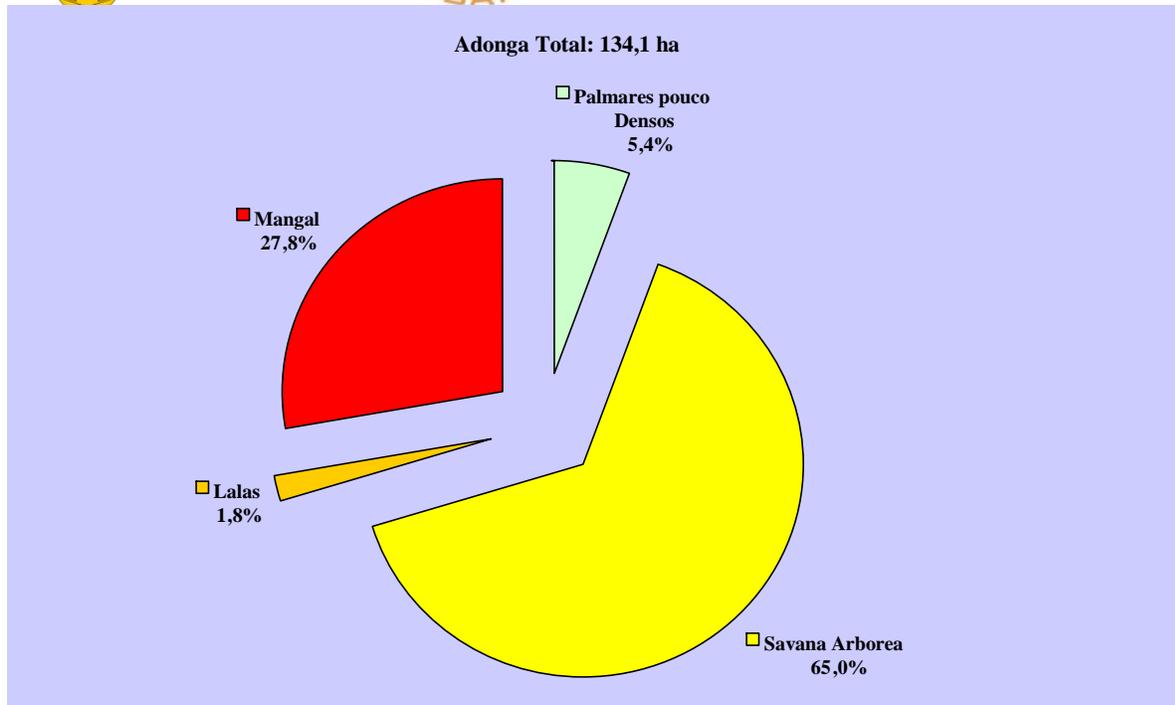
ANEXO I, Quadro 5: Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Canogo



ANEXO I, Quadro 6: Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Meneque



ANEXO I, Quadro 7: Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Imbone



ANEXO I, Quadro 8: Distribuição do Coberto Vegetal na Ilha de Adonga



ANEXO III. Entrevistas de Focus grup e Stakeholders

Anexo 1. Resumo das opiniões dos Stakeholders entrevistados no PNO

1. Entrevista com Salvador J. Tibanico, Rponsavel de comunicação (Eticoga - 11/07/2016)

A Conversa com o Sr. Salvador, na qualidade de responsável de Relações Públicas e Comunicação. Desempenha a função de 1997, altura do início da implementação do parque. Antes colaborava no âmbito da criação do parque, passado a Guarda Parque depois.

- Segundo o sr. Salvador, a **população** da tabanca configura-se a cerca de 1000 habitantes.
- A **organização do poder** está organizada de seguinte forma: (i) no topo de pirâmide está o **Régulo**; (ii) segue-se os **Oconon** (grupo de anciões, donde é escolhido o vice régulo); (iii) depois vem os **Camabin**, formado pela camada dos jovens que cumpriram o ritual de fanado; (iv) seguido dos **Cabaró**, a juventude e, por utimo (v) dos **Canhocam**, - isto é na base da pirâmide.

• Enquanto a **estrutura do poder** nas senhoras a **Okinka** é a figura do topo, donde é escolhida a responsável máxima. As outras categorias são iguais as dos homens. A transmissão do poder é via patriarcado.

• Segundo o nosso interlocutor, cerca de 355 das habitações da aldeia são cobertas de zinco, enquanto as restantes 65% ainda estão cobertas por palha.

• **Água** - com ajuda do IBAP a maioria das tabancas beneficiaram com furos. No entanto, na localidade de Eticoga a crise de água está relacionada com a natureza dos solos muito arenosos, afirma o nosso interlocutor e posteriormente confirmada pelos técnicos do instituto, numa conversa ocorrida na Casa do Ambiente em Bubaque.

• Por outro lado, com a construção da **nova escola**, a velha viu esvaziada das suas carteiras, deixando-a praticamente inutilizável. O Sr. Tibanico afirma que a **Escola da Verificação Ambiental** está num estado que se pode considerar de decadente. A razão para isso, segundo ele é que, os professores reclamam um incentivo ou um subsídio, a semelhança do que acontece com os enfermeiros, condição que o IBAP não está em condições de satisfazer. E acrescenta, que esta atitude dos professores é vista como um sentimento de “*ciúme com os enfermeiros*”, enquanto a justificação do parque é devida o número reduzida dos enfermeiros, quando comparado com os professores. E não querer começar com algo que sabem de antemão não poderem sustentar. Mesmo assim, a voz se “revolta” foi bem vincada “todas as tentativas de criar um incentivo para os professores foram rejeitadas pelo IBAP”.

• Questionado sobre quais são, na sua opinião os **aspectos mais urgentes a resolver na comunidade**, as suas respostas foram ordenadas de seguinte forma:

- ✓ Ampliar o **Centro de Saúde** que praticamente tem uma única sala para todos os atos médicos, salientado que o atual centro vem da época colonial, beneficiando de uma recuperação com a ESTNAC;
- ✓ A construção de uma residência para os professores;
- ✓ Aumentar o número de professores e a sua qualidade,
- ✓ Reforçar a fiscalização na zona terrestre. Porque na sua opinião, a grande maioria (cerca de 75%) das missões de fiscalização praticada pelos agentes do parque concentra-se na zona marítima e apenas na zona terrestre do parque. Esta realidade foi nos confirmados quer pelos guardas, como das dos responsáveis da Casa de Ambiente em Bubaque.
- MAVA/FIBA, CEBE/HABITAT, NOÉ (que já se foram embora), NANTINIAN, UCIN, MONTE e WAMER foram apontadas como as principais organizações com que colaboram na zona.

Quanto a forma de atuar, o responsável afirma que deslocam em média 3 vezes para os diferentes pontos. Enquanto para as áreas consideradas mais difíceis, a frequência das visitas fica por uma ou duas vezes por mês. Nestas deslocações falam geralmente com toda a gente e em particular com os Papeis e dos pescadores em particular.

• Todas as ações de fiscalização dependem do **Regulamento Interno** que é bem claro sobre o uso exclusivo de certas áreas do parque para os residentes.

• No entanto, alguns naturais da zona residentes em Bubaque ou em Bissau reclama o direito de uso, quando o mesmo regulamento afirma que, “*apesar de serem naturais da zona, perdem este direito a fim de 5 anos de residência fora do território do parque*”.

• Por outro lado, a semelhança do que já tinha sido registado na reunião de Focos Grupo, reclama:

- ✓ O aumento das coimas para os violadores, nomeadamente para os estrangeiros;
- ✓ O direito de capturar de tartarugas, nomeadamente para os fins cerimoniais, que dizem pertencer a sua cultura de muitos séculos.
- ✓ Estabelecer uma coima para os violadores das limitações de corte de madeira e derrube de árvores para cultura de *pampam*.
- ✓ Reforço da divulgação de plantar os cajueiros, que afirma estar a aumentar nos últimos tempos.
- ✓ Aumentar as coimas para as pessoas que praticam as queimadas.

• Sobre a **Zonagem do parque** as sugestões foram:

- ✓ Aumentar a zona de preservação de Madina, Etinhoki e Ancopdo;
- ✓ Recuperar os antigos postos de guarda;
- ✓ Manutenção das outras zonas sem alteração;
- ✓ Aumentar o número dos guardas, que considera insuficiente para fazer a fiscalização necessária.



- **Sensibilização** - O Sr. Salvador afirma que nos momentos mais difíceis recorrem ao Poder Tradicional, nomeadamente o Régulo para sensibilizar as populações ou desbloquear certas situações. Outro instrumento que se recorre com frequência para a sensibilização em geral e da Educação Ambiental em particular, é a Rádio Comunitária.
- Convidado para se pronunciar sobre quais são as principais consideradas como as **mais negativas e positivas**, eis as respostas.

Negativas:

- ✓ Queimadas descontroladas;
- ✓ Caça às tartarugas;
- ✓ Caça na zona do parque;
- ✓ Corte de cibes (que requer um regulamento e fiscalização especial e emissão de licença para as pessoas que exercem esta atividade).

Positivas:

- ✓ Extração de óleo de palma;
- ✓ Pesca de Camarão (primeiro como uma nova fonte de rendimento e depois pela autorregulação e consciência demonstrada pelas senhoras que exercem esta atividade, afirma);
- ✓ Extração de ostra e de mel com novos métodos.

• **RH, RF e LOGISTICA**

- ✓ Aumentar o número dos Recursos Humanos ligados ao parque, bem com a sua capacitação.
- ✓ Deve-se fazer um esforço no sentido de melhorar os magros salários dos colaboradores;
- ✓ Criação de um fundo (através das coimas, por exemplo) para realização de atividades e iniciativas das populações residentes no parque.
- ✓ Esforço de arranjar transporte terrestre para a sede, o que facilitaria a deslocação entre as localidades, considerando que a distancia entre elas é grande,
- ✓ GPS's; Coletes suficientes para os guardas e para a tripulação que transportam;
- ✓ Abastecimento regular de combustível;
- ✓ Energia para a sede, pois neste momento são abastecidos pela equipa da antena;
- ✓ Melhorar a estrutura das habitações; e medicamento para o primeiro socorro, é outra reivindicação.
- ✓ Equipar os guardas com um cartão de identificação (não apenas a farda, como acontece atualmente).
- ✓ Formar os guardas no uso e posse arma de defesa pessoal, que ajudaria muito no melhoramento do desempenho das suas funções.

2. Entrevista com o Sr. José Santos, Guarda do Parque (Acanho-12/07/2016)

- **Acanho** é uma povoação que fica junto de um rio e sensivelmente a 2 km do porto. A sua população é estimada em 150 habitantes, na sua grande maioria constituída por bijagós e animistas, com algumas minorias religiosas constituídas por protestantes e alguns católicos. A maioria das casas continuam cobertas pela palha e muito poucas de zinco, geralmente pertencentes a instituições públicas ou religiosas. Poucas casas melhoradas ou iluminadas.
- A **estrutura do poder** é constituída por Régulo que está no topo da pirâmide, e é o responsável de todos atos cerimoniais, nomeadamente do fanado, seguido do comité da Tabanca e dos Anciões. Os balobeiros são os administradores da terra com o poder de atribuir a terra a quem pretende residir ou trabalhar nela. Identifica-se 4 categorias ou grupos de *Djorson*: (i) Djagra (Oraga) – donde é designado o responsável pelo fanado: (ii) Ogubane – geralmente onde sai os balobeiros; (iii) Ominca e (iv) Orakuma. No entanto, as funções variam de acordo com as realidades.
- Geralmente **os conflitos** são resolvidos pelo régulo em colaboração com os anciões. Quanto aos conflitos fundiários são tratados balobeiros.
- Existe **uma escola** privada que leciona até 6.ª classe, praticando um preço médio de 1000 F xof por mês e por aluno. E o projeto de **Padre Luís** é considerado como aquele que mais contribuiu para a melhoria da qualidade no domínio da educação na localidade.
- Existe também um **Centro de Saúde** com 2 profissionais, um masculino e outra mulher.
- Não há **saneamento básico** e pouco servido de **transporte**, que se agravou muito com fim do projeto da PESCARTE. Regista-se a existência de uma canoa, de propriedade privada que tem aliviado um pouco as necessidades das populações, principalmente quando da situação de emergência.
- E o Sr. José dos Santos considera, a **necessidade** centra-se em seguintes ações a apoiar:
 - ✓ a que a melhoria do setor de transporte é uma das maiores urgências com que a população da localidade se depara. A outra diz respeito a necessidade de melhoria nas bolanhas, que têm sofrido com muitas inundações nos últimos tempos.
 - ✓ **As atividades**, o projeto da extração de óleo de palma e da apicultura desenvolvido pelo IBAP eram das mais-valias que foi desenvolvido naquela área geográfica.
 - ✓ Apoio na aquisição de **material de pesca** e desenvolvimento de fogões melhorados constituem os maiores apelos da população.
- Convidado a pronunciar porque razão as primeiras tentativas desenvolvidas falharam, o Sr. Dos Santos responde:
 - ✓ O projeto da extração de óleo de palma falhou, porque supostamente houve desvio de fundos, por um lado. E por outro, não houve a devolução dos créditos por parte das primeiras beneficiárias, comprometendo deste modo com a sua continuidade.



- ✓ Outro fator apontado como sendo a razão do fracasso das iniciativas levadas a cabo pelas diferentes entidades, nomeadamente do IBAP, é a falta de formação inicial e do seguimento, posteriormente.
- Na sua atividade como guarda, o Sr. Santos toma conta da área geográfica de Orangozinho, constituída por 5 tabancas, que afirma visitar geralmente entre 3 a 4 vezes por ano (que confessa ser insuficiente), mas que complementa com as conversas regulares com a comunidade, aproveitando qualquer concentração para as numerosas cerimónias para ação de sensibilização. Embora reconheça que reunir com a comunidade não ser uma tarefa fácil.
- Daí que apela o reforço aos apoios e sensibilização da população como sendo os métodos mais eficazes para atingir os objetivos definidos, e acrescenta:
 - No que diz respeito ao **Regulamento Interno (RI)** recomenda as seguintes ações:
 - ✓ Aplicação integral da lei de pesca em geral e no que diz respeito ao uso de redes de monofitamento diz respeito em particular;
 - ✓ Marcação das zonas, incluindo com a colocação de boias nas zonas da pesca;
 - ✓ Melhoria das bolanhas para libertar as florestas da prática de agricultura de pampam.
 - ✓ Acesso ao regulamento por parte dos guardas dos parques e a sua divulgação mais intensa junto das populações.
 - ✓ Maior fiscalização no PNO, principalmente nas zonas interditas a pesca. Porque sentem que os estrangeiros são maiores beneficiários, primeiro, porque dispõem de canoas mais potentes e mais rápidas, o que permite acesso rápido a estas zonas, capturar e sair. E em segundo lugar, quando são apanhados pela fiscalização as coimas são tão reduzidas que o crime recompensa, conclui.
 - ✓ Sancionar as pessoas (residentes ou naturais que vivem em Bubaque ou em Bissau) que colabora com os estrangeiros na violação da lei e das zonas estabelecidas.
 - ✓ Aumentar o valor das coimas para os violadores, preferencialmente com a confisco do material, quando se tratar de um estrangeiro.
 - ✓ Maior conhecimento do Plano de Gestão por parte dos guardas para melhor poder divulgar-lo.
 - Para os próximos 5 anos o Sr. Santos defende:
 - ✓ Aumentar o número de Guardas; melhorar o seu salário; e arma de defesa para os mesmos.
 - ✓ Na área de logística melhorar as condições de transporte de pessoal de modo a permitir a fiscalização noturna. Porque a maioria das infrações cometidas no parque acontecem durante a noite, já que os infratores sabem que durante este período os guardas não têm meios para se deslocar, justifica.
 - ✓ Mobilizar mais fundos e parceiros de modo a poder ajudar as populações, o que permite tê-los como parceiros do parque.

3. Entrevista com o Sr. Paulino M. Gomes, Membro de C. de Gestão (Anekene 12/07/2016)

- O Sr. Gomes é natural de Anekene e membro do Conselho de Gestão do PAO. Possui 5.ª classe de escolaridade do PAO. Possui 5.ª classe de escolaridade.
- Apesar de confessar que o parque trouxe vantagem para as populações, reconhece que nem toda a gente o regulamento, que é lamentável.
- Não se conseguiu tirar muito mais informação do nosso entrevistado, como de resto aconteceu com a maioria das pessoas nesta localidade e neste dia, devido ao estado de embriaguez em que se encontravam

4. Entrevista com o Sr. José de Barros, Régulo de Abú (Abu 12/07/2016)

- O Sr. Barros está em **funções** a um ano e meio mais 7 dias. Apesar de gozar do privilégio de pertencer a linhagem “real”, dedica a sua vida na agricultura e pesca, como de resto acontece com a maioria das pessoas da sua comunidade.
 - Tradicionalmente a comunidade apresentava mais unida, respeitosa e solidariedade, quando comparado com o que se acontece nos nossos dias. E estes valores eram orgulho da população e o régulo era o guardião dos mesos, gozando de grande respeito.
 - Convidado a pronunciar o que faz a população sentir orgulho, quando comparado com a de mais aldeias, o régulo não hesita em afirmar: *“o maior orgulho da tabanca de Ganogo e a sua gente é seu mato verde com as suas palmeiras”*. Esta valorização da natureza vem das nossas tradições, afirma. *Daí que a criação do parque não que não foi difícil de nos adaptarmos com as novas regras, pode-se dizer o que aconteceu foi a conciliação da nossa forma tradicional de conservação da natureza com a forma moderna”*.
 - A nossa terra foi adquirida com **muitas vacas** pelos nossos antepassados, não por acaso que a maioria das nossas atividades cerimoniais, principalmente quando de resolução de problemas se tratar (Camague), envolvem vacas. E quando se tratar de um caso que envolve sangue, aí para além da vaca, o infrator tem que trazer 12 galinhas, 1 cabra e um ferro (elemento simbólico na comunidade).
 - Se alguém recusar o cumprimento de forma tradicional de resolução do problema, pode sofrer das consequências que podem ir até expulsão da terra.
 - Questionado sobre o que acha deve ser feito na tabanca para melhorar a vida da comunidade?
- ✓ A nossa principal necessidade neste momento é acesso a água. É um problema muito sério, os poços estão todos secos (o que a equipa de investigadores pode constatar);



- ✓ Outro problema que temos é a questão da educação dos nossos filhos. O ano letivo deste ano escolar esteve em risco. Foi graças a diligências desenvolvidas pela comunidade e do próprio que lá conseguiram professor, o que é manifestamente insuficiente, desabafa.
- Questionado pela ausência de latrinas e/ou retretes, como acontece nas outras aldeias, o régulo responde:
 - ✓ Não há habito deste uso na comunidade bijagós em geral e em Ganogo em particular.
 - ✓ No entanto, *“se houver a possibilidade e incentivos de os introduzir, julgo que não haverá resistência. Aliás, acrescenta: como pessoa respeitada sinto constrangido quando tiver de sair para satisfazer as minhas necessidades. Muitas vezes, sou obrigado a percorrer longas distancias só para certificar que ninguém me veja”*, remata, visivelmente comovido!
 - ✓ Apesar não termos o hábito de uso de latrinas, a comunidade já sabe do seu valor, daí que, se houver a maneira de os introduzir, não será difícil.
 - ✓ O desmantelamento dos acampamentos dos pescadores, principalmente dos estrangeiros, é referido como uma das coisas mais positivas que aconteceu recentemente nas ilhas.
 - ✓ E apela o reforço da vigilância das nossas águas para que os recursos possam beneficiar a toda gente.
 - As mudanças que gostaria de fazer se tivessem esta oportunidade:
 - ✓ Em termos gerais, concorda com o Regulamento e Zonamento do parque, no entanto chama a atenção para o nível da pobreza que vive na comunidade como principal ameaça violação, dando como exemplo, a problemática em trono do uso das redes de monofilamentos, isto apesar de estarem conscientes de que estão a violar as regras.
 - ✓ O régulo de opinião, se não fosse a persistência do guarda Marcelino em sensibilizar a população para não violar as regras, o assunto poderia ser muito mais alarmante.
 - 1. Os Velhos afirmam que geralmente continuam a viver da agricultura, da pesca e ultimamente da venda de castanha de caju, como sempre fizeram. Por isso pouco há de fazer para os ajudar, tendo em conta também a sua idade avançada.
 - 2. Para os jovens, há toa uma necessidade de apoiar em criar atividades geradores de rendimento localmente, de modo a diminuir o exido para os principais centros urbanos do país, nomeadamente Bubaque e Bissau.
 - 3. Pedem apoios em redes de pesca adequadas de modo a garantir a subsistência das famílias.
 - 4. Para as senhoras, a maior necessidade é de microcrédito para criarem as suas atividades e o autoemprego, de modo a reduzir a pobreza e da dependência em relação aos homens (apesar de reconhecerem do fracasso das experiencias anteriores).
 - Algumas falhas verificadas nos últimos anos na comunidade são atribuídas a vazio de poder que se vigorou durante os últimos 15 anos, em que não havia um régulo. Por outro lado, a falta de seguimento das iniciativas lançadas na tabanca e falta de punição dos infratores, desincentivam os cumpridores.
- Qualquer estratégia que se queira promover, deve passar pelo envolvimento do Régulo, da comunidade e dos guardas do parque.
- Em termos de Recursos Humanos, há muito que ele e a comunidade reclamam a maior presença dos guardas. E acrescenta *“receio com a segurança dos próprios guardas pelo isolamento, por um lado, e por outro os meios de Gestão são manifestamente insuficientes”*.
 - Recomendam o abastecimento regular dos parques de combustível.
 - Apela o cumprimento dos regulamentos que impõem a presença no mínimo 2 guardas, 2 marinheiros, 1 membro da comunidade e 1 polícia em cada ação de fiscalização. E queixa-se que raramente estão presentes.
 - E afirmam que a presença de um elemento da comunidade, principalmente dos pescadores é fundamental. Pois, estes são os que melhores conhecem os locais de esconderijo dos violadores

5. Entrevista com os responsáveis na Casa do Ambiente (em Bubaque 16/07/2016)

- Estavam presentes:
- 1. Honório Fernandes Pereira, atualmente. Responsável pela Animação dos projetos Comunitário. Anteriormente foi o primeiro diretor do parque.
- 2. Filipe Cardoso, Responsável da Casa do Ambiente e da Comunicação.
- 3. Quintino Tchantchalan, que apareceu no decorrer da conversa com os primeiros, Diretor do PNJVP.
- Uma das primeiras palavras quer dum quer do outro é valor atribuído a pertença (quer das ilhas, como étnica, bem como outras afinidades que possam existir entre os diferentes intervenientes) como sendo um dos pilares para desenvolver e bom empenho das pessoas na conservação.
- No atual momento, defendem uma identificação clara do que existe, quais são as potencialidades e o que se pretende, dando exemplos concretos e práticos e compreensíveis para a população.
- É necessário identificar bem as reservas, bem como o uso a dar aos recursos aí existentes.
- Para os entrevistados, confirmou-se de que a captura de tartarugas é um uso comunitário e raramente pessoal.
- O conceito *“mandji mato”* é a forma tradicional de preservar o bem comum.
- De mesma forma *“paga grandeza”* é outro instrumento para preservar o ambiente e dos recursos.
- As mulheres são as que fazem melhor a gestão dos recursos. N entanto, começa-se a assistir atualmente uma corrida para a exploração dos recursos entre as mulheres. Este habito é uma introdução recente trazida pelas outras mulheres,



nomeadamente as papeis. E agora todas as mulheres querem ganhar muito e rapidamente dinheiro sem usar os meios para atingir este fim.

- E muitas vezes trazem pessoas estranhas a comunidade para explorar os recursos.
- A juventude começa também reclamar a alteração de muitas regras que constam nos regulamentos, afirmado que não foram eles que comprometeram com aquelas medidas, mas sim os mais velhos, que na sua opinião, não salvaguardaram suficientemente as necessidades dos jovens na altura das negociações.
- Portanto, para eles o acordo com que os velhos com que os mais velhos comprometeram, não lhes diz respeito!
- Apesar das queixas recorrentes da juventude, eles não gostam de participar nos encontros, reclama um dos nossos interlocutores.
- Há um grande e crescente problema entre os residentes por um lado, e os estrangeiros do outro.
- Quanto ao conselho da Gestão, importa sublinhar:
 - ✓ A definição de quem é a responsabilidade de cada um dos atores presentes;
 - ✓ Valorizar mais a Escola de Educação Ambiental;
 - ✓ Maior empenho no cumprimento integral das regras;
 - ✓ Uma atenção especial em termos de monitorização da exploração do camarão na localidade de Ancadjedje. Porque apesar de a atividade ser identificada pela primeira vez na comunidade dos papeis de Ancagueda, foi na primeira que ela tomou uma dimensão alarmante.
 - ✓ Tentar aumentar a fiscalização que leve a maior repressão para os infratores.
 - ✓ Tentar harmonizar entre as regras tradicionais locais e as normas modernas de preservação dos recursos.
 - ✓ Estes responsáveis confessam que não se deslocam com muita frequência para o parque.
 - ✓ A exploração de veludo é outra atividade recente que tem vindo a ganhar terreno, o que pode constituir uma ameaça para a zona terrestre do parque.
 - ✓ Outra ameaça identificada é o crescimento do Fogo Posto nas florestas.
 - ✓ Nota-se uma contradição entre a versão dos responsáveis em Bubaque e a dos populares sobre as lojas de venda de material.
- **Hipopótamos** Tal como foi sublinhado pelas populações em diferentes localidades, os responsáveis defendem o combate a estratégia individual de captura de hipopótamos a favor de coletivo. Deste modo, pode-se preservar os animais ao mesmo tempo valorizar as tradições e o saber local.

Esta medida deve, no entanto, ser acompanhada pela responsabilização das pessoas que violem as regras, por um lado, e por outro, tentar apropriar de todos os projetos que estejam a ser implementados.

- Outro assunto que tem gerado controvérsia no arquipélago é a potência dos motores utilizados pelos operadores turísticos com uma capacidade muito superior à dos pescadores. O que provocou a queixa destes últimos. No entanto, os responsáveis são de opinião de que os turistas querem chegar rapidamente aos locais de interesse, observar e tirar umas fotografias e abandonar o local, ao passo que os pescadores ficam aí permanecidos. Por outro lado, se lhe forem autorizados a equipar-se com motores mais velozes, era o mesmo incentiva-los a praticar infrações, porque poderiam escapar da fiscalização facilmente.
- No que os Recursos Humanos dizem respeito, os responsáveis defendem:
 - ✓ Subscrevem as queixas deixadas um pouco por toda a parte a insuficiência de números de guardas.
 - ✓ Nível muito baixo na maioria deles;
 - ✓ Mobilidade quer dos diretores, como dos guardas entre os diferentes parques geridos por IBAP;
 - ✓ Mais técnicos intermédios (para além dos diretores);
 - ✓ Necessidade de formar os guardas (como paramilitares e armados);
 - ✓ Radio de comunicação;
- **A nível da governança**
 - ✓ Consideram que o atual número de reuniões do Conselho de Gestão (2 internos e 2 alargado) insuficientes, por isso defendem que o IBAP deve desenvolver esforços no sentido de garantir orçamentos para essas reuniões.
 - ✓ Mais e melhor preparação para os membros de Conselho de Gestão;
 - ✓ Defendem o reforço de número de botes. Atualmente operam com 3, sendo dois deles com motores muito velhos, com necessidade de substituição ou pelo menos reparados para que possam desempenhar as funções com eficácia.
 - ✓ Aquisição de uma canoa de alumínio para a segurar a logística, nomeadamente abastecimento regular de combustível aos guardas.
 - ✓ Finalmente, um incentivo para os funcionários que trabalham nas ilhas, porque no seu entender, em vez de premiar a deslocação para a zona insular, penaliza-a.
 - ✓ **Contactos:** Honório Fernandes Pereira – 955 803 859 Filipe Cardoso – 955 803 855 / 966 881 516, quintino Tchantchalam - 955213810



Anexo 2. Opiniões no encontro de Focos Grupe no PNO

1. Focos Grupe em Eticoga – 10/07/2016

O espaço geográfico é estimado em cerca de 1000 ha, habitado maioritariamente pelos bijagós, com algumas minorias, nomeadamente mandigas, fulas e mancanhas.

- A falta de **transporte** é uma das principais queixas da comunidade. Existe apenas uma canoa que opera semanalmente para o Bubaque.
- A **estrutura do poder** é caracterizado pela existência dum régulo que é assessorado por um grupo de assessores escolhidos entre dignitários da população e dos membros de Comitês de Tabancas, geralmente propostos pelo Partido no poder. O Régulo é escolhido dentro da linhagem da família “real”.
- O **acesso a terra** proposto pelo régulo com aval da população. No entanto, o que geralmente acontece é, quando alguém chega a terra e apresenta o pedido para a aquisição dum espaço, o seu “representante” ou hospedeiro faz chegar o assunto ao régulo, que juntamente com os seus assessores decidem se aceitam ou não. Caso afirmativo, recebe a parcela pretendida.
- Os **conflitos**, quando acontecem, são geralmente resolvidos dentro da comunidade através do Comité que apresenta ao régulo o sucedido perante a assembleia do povo. Se por ventura não se conseguir resolver o conflito através dos métodos tradicionais é que o assunto passa para as autoridades seculares (Estado) em Uno. E posteriormente para o tribunal de Buba, caso venha ser necessário a intervenção do poder judicial.
- Há uma manifesta **falta de água** na povoação. Só existe um único poço a funcionar, construído no âmbito de um projeto.
- A oferta **educativa** vai até ao 6.º ano de escolaridade, fim do qual os jovens são obrigados a emigrar para a cidade de Bubaque ou para Bissau, para os que tenham parentes que aceitam ficar com jovens estudantes. Há apenas 3 professores a ocupar-se dos 322 alunos, o que demonstra a sobrecarga para os profissionais que aí trabalham. Por isso não é de estranhar a reclamação apresentada pelos populares, no sentido de afetar a escola com mais professores, cujo reduzido número consta dos aspetos negativos com que a comunidade é confrontada. Outra reclamação apresentada na área de educação é a construção de uma residência para os professores.
- Eticoga dispõe de um pequeno **Centro de Saúde** com 3 camas, muito valorizado pela população, principalmente no que atendimento diz respeito, tal como da existência de ambulância (através de moto-carro). No entanto estes aspetos positivos são reduzidos pelo facto de o espaço ser tão pequeno que os pacientes são todos atendidos num mesmo espaço, independentemente da sua patologia. As senhoras são as que mais queixas apresentaram neste sentido, pois, gostariam de ter maior privacidade quando aí se deslocam para consultas pré-natais ou entram em trabalho de parto. Outro aspeto negativo mencionado pela população, que não diz diretamente respeito ao funcionamento do Centro de Saúde, mas que reduz a sua potencialidade e da eficácia do atendimento da população, é a constante avaria das antenas de telecomunicação das redes móveis, o que impossibilita a chamada atempada das ambulâncias em caso de necessidade, aumentando deste modo os riscos para os doentes.

Pela conversa deu para entender a existência de conflito entre os populares e a Teresa Casanova no que diz respeito a acesso e uso do Centro de Saúde. Embora nos pareça que seja mais um problema de falta de comunicação de que propriamente de um conflito

- A **iluminação das ruas**, a vontade e empenho dos profissionais quer da educação como os de saúde e o ambiente agradável que se vive na povoação, estão entre os aspetos mais positivos e valorizados pela população de Eticoga. Todos os presentes nos focos grupo aplaudem a **existência do PNO**. No entanto, começa a aparecer vozes que defendem a revisão quer do regulamento que rege o mesmo bem como a respetiva zonagem.
 - Por outro lado, defendem que a necessidade de conservação que está na base da criação do PNO seja compatibilizada com os **investimentos** que possam potenciar a **criação de emprego** para a população, permitindo deste modo a criação de riqueza e dinamizar a ilha, permitindo a fixação dos jovens naquele espaço geográfico insular. “E dão como exemplo, o abortado projeto de construção de uma nova unidade hoteleira na ilha, que consideram como medida radical por parte dos responsáveis do parque”. Neste sentido, apelam ajuda do parque no sentido de construir algo para diversão dos jovens.
 - Os **mais velhos**, por sua vez, salientam os **aspetos positivos** que resultaram da criação do parque. Embora recomendam uma melhoria na comunicação entre os agentes do parque e a população residente.
- Entre muitas reclamações apresentadas, foi possível reter os seguintes pontos:
- ✓ Maior presença dos responsáveis nacionais do IBAP junto das populações do PAO;
 - ✓ A população acusa o atual diretor do parque de ausência e sem visibilidade junto das populações.
 - ✓ Aquisição de uma câmara frigorífica para conservar o pescado;
 - ✓ Revisão do mapa de zonagem para os pescadores de canoa com remo sem condições para longe da costa (ou seja, maior flexibilidade no acesso as zonas mais restritas do parque);
 - ✓ A necessidade de aliviar da captura de tartarugas para certos fins, principalmente as cerimoniais;
 - ✓ Aumentar os valores das coimas para os pescadores, principalmente os estrangeiros, que violam as regras estabelecidas.
 - ✓ A maioria dos presentes considerou que os atuais valores não desincentivam a continuação das infrações cometidas, na medida em que o que ganham com cada saída ao mar é muitas vezes superior à penalização aplicada.



- ✓ Dai que, muitos defendem a confiscação do material da pesca, incluindo as canoas e os respetivos motores, como medida mais ajustada;
- ✓ Os senegaleses, Conacri-guineenses, Serra-leoneses e ganenses são apontados como as principais nacionalidades que violam as nossas águas territoriais em geral, e as zonas restritas do parque em particular;
- ✓ No entanto, os pescadores presentes apontam dedo aos cidadãos nacionais ao afirmar que “todas as canoas operadas pelos senegaleses são de propriedade de cidadãos guineenses instalados em Bissau ou em Bubaque”.
- ✓ Apenam o aumento da fiscalização na zona terrestre do parque, porque consideram, atualmente mais 75% das ações de fiscalização incidem sobre a zona marítima em detrimento da zona terrestre;
- ✓ Aumentar o tempo de repouso das zonas de caça;
- ✓ Aproveitando a deixa dos populares, os guardas do parque sublinharam que só revela a insuficiência de recursos humanos, nomeadamente do guardas;
- No que medidas relacionadas com a **gestão do parque** diz respeito, foi defendido a necessidade de alargamento do perímetro de certas zonas do parque para facilidade de mobilidade dos guardas.
- ✓ Nesse sentido, há uma necessidade de definição mais clara de períodos de pousio da pesca para melhor garantir a sustentabilidade da exploração dos recursos.
- ✓ Apesar de as pessoas que defendem os benefícios da criação do parque serem maior do que os prejuízos, há vozes discordantes. Embora em vozes baixas estes últimos serem conhecidos como “os agitadores de sempre” entre a comunidade.
- ✓ A grande maioria dos presentes reconhece que desde a criação do parque houve alguns investimentos mal aproveitados por falta de formação.
- ✓ Defendem a formação dos jovens na área de agricultura, principalmente na área das bolanhas.
- Os membros do Conselho de Gestão presentes apelam para que sejam capacitados, o que na sua opinião iria melhorar a sua preparação no sentido de maior compreensão do **espírito da lei e do regulamento** que regem o parque, permitindo a sua apropriação.
- ✓ E voltam a apelar uma maior articulação e convivência entre ele e a comunidade que representam, por um lado, e o diretor por outro.
- ✓ Defendem que as convocatórias para as reuniões sejam marcadas antecedência suficiente, bem como a divulgação da ordem de dia, de modo a permitir que tenham tempo para prepara as suas ideias. Já que se queixam de terem muito pouco para expor as mesmas.
- O aumento da agricultura de Pampam (que tem como principal consequência a diminuição da floresta nativa), a caça, a pesca abusiva em geral e a de camarão (nos últimos 3 anos em particular) são apontadas como aspetos mais negativos verificados.
- No extremo oposto, foram apontados a **diminuição das queimadas**, a recuperação das bolanhas, a disponibilização de materiais agrícolas e vedação das bolanhas contra os hipopótamos, como aspetos mais positivos registados na ilha nos últimos anos.
- Convidados para apresentar o que consideram os **maiores problemas** com são confrontados no seu dia-a-dia, e como resolvê-los, as opiniões foram as seguintes:
 - **Jovens**
 - ✓ Mais e melhor formação e capacitação para os jovens;
 - ✓ Mais educação ambiental.
 - ✓ Apoio e incentivos para os professores e alunos.
 - **Por sua vez, as senhoras apresentam as seguintes reivindicações:**
 - ✓ Apoio nas hortas, principalmente no fornecimento de sementes;
 - ✓ Cantina escolar e géneros alimentares para as crianças;
 - ✓ Reforço de Recursos Humanos dos professores.
 - ✓ Materiais de trabalho (banheiras, enxadas, etc.);
 - ✓ Transporte tais como moto-carros.
 - Quanto aos **homens:**
 - ✓ Transporte; Água,
 - ✓ Redes para a pesca e canoas;
 - ✓ Microcrédito quer para os homens, como para as senhoras;
 - ✓ Gelo para conservação do pescado
 - ✓ Investimento na hotelaria que possa trazer empregos para os jovens.
- E toda a população reclama a melhoria da **rede de telecomunicação** e formação no uso e posse de armas para os guardas do parque

2. Focos Grupos com popul. de Abu, Anequene, Amupa, N'bone e Menegue – 12/07/2016

- As referidas **Tabancas** Constituída maioritariamente por bijagós, como de resto seria de esperar, a população de Canogo conta ainda com algumas minorias de etnia Balanta, Fula e Mancanha. O seu número é estimado em cerca de 500 habitantes.



- **Estrutura do Poder**, o Régulo (rainha, como já foi em tempos) e os balobeiros, constituem as figuras mais importantes da sociedade.
- Há de registrar a **fuga de jovens & a educação** ainda com idade muito reduzido provocado pela redução de número de anos de escolaridade de 6.ª classe para 4.ª classe oferecida pela escola local. Daí que não é de estranha que este tema seja o primeiro a ser abordado pelos populares na reunião de Focos Grupo, reclamando a reposição de número de anos, com reforço de número de professores.
- O modo de funcionamento da **resolução de conflitos** entre os jovens quando surgem é reservado ao Comité, só quando este não consegue resolver o problema, passa para o Régulo assessorado pelos anciões. Só quando esta instância não consegue resolver a contenda que esta é encaminhada para o poder estatal e judicial. No entanto, quando o conflito em apreço envolve crime de sangue, há um procedimento tradicional próprio a respeitar, com penalizações já tipificadas. Por vezes mesmo que não se intervém, as autoridades do Estado estão presentes.
- A dificuldade em termos de acesso a **água potável** constitui a maior queixa apresentada pelos populares presentes na Reunião de Focos Grupo, justificando que os poços estavam praticamente todos secos, o que nós próprio contactamos durante a nossa presença.
- Apesar de ter um número de população considerável, não há iluminação pública na povoação, o que na sua opinião, sentem-se injustiçados e reclamam as mesmas oportunidades que as outras tabancas do parque, dizendo que o parque pode servir e apoiar e fazer a advocacia para as restantes tabancas em beneficiar certas coisas que vem para interior do parque e não só a Eticoga que é o Parque de Orango.
- Em termos de **fiscalização** no PNO, sugiro que se passar o valor da coima mínima para 1,5 milhões de Francos CFA e reverter alguns benefícios da apreensão das canoas infratores, nomeadamente em termos de fornecimento de peixe é uma das exigências apresentadas pelos presentes. E chama a atenção de que a fiscalização não está a funcionar como devia. Tal como as outras comunidades abordadas anteriormente, a população de Canogo sugere o **aumento do valor das coimas** aplicadas aos infratores e fazer o produto apreendido chegar a comunidade, ou seja, de forma direta, outros defendem que este benefício possa ser de forma indireta (através de atribuição duma % do valor das coimas, que poderia servir para manutenção de algumas infraestruturas construídas pelos diferentes projetos, por exemplo), aliás uma ideia recorrente em todas localidades e intervenientes, dizendo que este é o espírito da lei.
- No mesmo encontro voltou a ser defendido a aplicação valores de coima crescentes, culminando com a confiscação do material de pesca e do próprio meio de transporte – a canoa. A para da melhoria da fiscalização, os populares defendem melhores meios para os guardas, de modo a permitir a condução dos infratores, depois de condenados para fora das áreas da jurisdição dos parques, e não os libertar junto destas, como acontece atualmente, sublinham.
- Outra ideia deixa pelos populares é a **notória diminuição da pressão sobre a floresta** nos últimos anos devido a diminuição de mão-de-obra, principalmente jovem, que têm emigrado para os centros urbanos, nomeadamente Bubaque e Bissau. No entanto, chamam atenção de que esta diminuição está a ser prejudicada com o aumento de plantação de cajueiros nas ilhas.
- Finalmente, a população reconhece **os benefícios** de pertencerem o PNO na medida em que com a criação do mesmo, foi possível acabar com os acampamentos ilegais, principalmente dos estrangeiros.
- Para eles em todas essas tabancas, a caça é considerada uma atividade nociva e contrária ao espírito do parque. Por outro lado, as suas preocupações vão para a pesca como rede monofilamento e defende a criação de mecanismos de entrega voluntária destas redes em troca com outras mais adequadas.
- A pesca de **camarão de tamanho pequeno** é um dos problemas que surgiram recentemente que preocupa o Régulo, na medida em que quebram com a cadeia alimentar. E argumenta. *“numa população de 150 habitantes, cerca de 2/3 das mulheres praticam esta atividade, ou seja, se tirar as meninas de idade menor, pode-se dizer que toda a população feminina adulta está envolvida”*, conclui.
- Apela uma maior capacitação da população de modo a estar preparada em gerir os recursos naturais a sua disposição.
- Em termos de **atividade geradoras de rendimento** o monarca destaca a pesca como sendo atividade de longe mais importante. Dependendo da qualidade do pescado, na tabanca os preços vão entre os 500 F para o peixe da primeira a 100 F para as variedades de menor valor.
- Segue-se por esta ordem de importância o caju (o que nos deve chamar a atenção), extração de óleo de palma, extração de ostra e de pesca de camarão.
- Houve projetos implementados alguns projetos que foram tentados na zona, nomeadamente a apicultura, horticultura, extração de óleo de palma e de pesca. Excetuando esta última, que se pode considerar ter um sucesso relativo, todos os outros fracassaram, por falta de seguimento.

3. Focos Grupos em Acanho da população de Acanho e Eticodega – 14/07/2016

- **Tabanca** - a população das duas tabancas é aproximadamente de 170 e 200 habitantes respetivamente, sendo a grande maioria de etnia bijagós, com algumas minorias constituídas fundamentalmente pelos Balantas, Fulas, Mandingas e Mancanhas, cujas principais atividades são a agricultura de pampam e pesca de subsistência. Nesta comunidade o *Djorson dos Okibane* são os donos da terra.



- A nossa conversa com as duas comunidades começou logo com a apresentação da **queixa** por falta de transporte. Existem duas canoas, de propriedade privada a dedicar-se da pesca.
- Em seguida, foi a vez de falar das **bolanhas** em arredores, mas todas elas salgadas. Os poucos ainda com possibilidade de serem cultivadas ficam em conta dos hipopótamos, que estragam tudo, afirmam. No entanto reconhecem que as bolanhas vedadas os estragos dos hipopótamos são limitados. Enquanto as pretensões de vedar as culturas nos campos de *m'pampam* foi liminarmente rejeitada pela maioria, porque foi considerada impraticável. Mesmo assim, apelam esforços para encontrar alternativas para a população.
- O régulo num tom exaltado afirma categoricamente: *“um hipopótamo nos nossos campos, significa morte certa”*. Esta afirmação não deixa de constituir-se um motivo de preocupação em matéria de conservação. Pois, ele devia servir de exemplo para o resto da comunidade.
- A **resolução dos conflitos** é em tudo semelhante das anteriores comunidades e depende muito da gravidade da situação em apreso. Tal como nas outras realidades, aqui também a presença de 1 vaca, 6 galinhas (antigamente eram necessárias 12 galinhas), 1 cabra, 1 Ferro e Cana são indispensáveis. A cerimonia designa-se de *Camaque*.
- A **escola local** administra de 1.º a 6.ª classe, conta atualmente com 59 alunos e onde exercem 4 profissionais. Fazem questão de mencionar que a mesma não está vedada. E WC inacabada.
- Também existe um pequeno **Centro de Saúde** onde trabalham 2 enfermeiros. Apela para que desenvolva esforços no sentido de ampliar estas instalações. Porque todos os atos médicos decorrem na mesma sala. E a única WC é utilizada quer para os homens como para as senhoras.
- A aldeia conta com **uma fonte**, insuficiente para o regular abastecimento das populações. A alternativa seria a fonte junto da escola, mas queixam-se de que esta não possui roldana, dificultando a tarefa das crianças, supostamente para quem o equipamento era destinado.
- Em matéria da **gestão do parque**, a maioria dos presentes é da opinião que o atual regulamento deve ser mantido. Elogiam a presença da loja, onde podem adquirir redes e outros materiais ao mesmo preço que é praticado em Bissau, dispensando-os das penosas e custosas deslocações para Bissau para as adquirir.
- Em termos da **zonagem**, no mapa está sinalizado um ponto com n.º 3. Deve ser incluída na zona da conservação. É um local sagrado onde se pratica o fanado dos homens.
- Nestas duas comunidades constata-se o grande incremento da **atividade pesqueira**, essencialmente das mulheres, nomeadamente de camarão muito pequeno, o que constitui uma preocupação em termos de conservação. No entanto, é de salientar que a própria comunidade pescadora está a desenvolver um esforço de autorregulação, criando meses de atividade entre outras o período de repouso biológico. Todavia, recomenda-se **um estudo** para saber se os meses escolhidos são os mais adequados em termos da conservação. Reconhecem que se verifica algumas violações dos períodos de repouso estabelecido, mas dizem que isto se podia resolver com maior fiscalização.
- Quanto as **três principais necessidades**:
Para as Mulheres:
 - ✓ As senhoras pedem apoio para poderem desenvolver a horticultura, principalmente nos meses de janeiro a março. Estas alturas do ano estão mais disponíveis.
 - ✓ Pedem apoio em sementes, materiais de trabalho, fonte e vedação do espaço. E o tipo de horta pretendida é comunitário.
 - ✓ Outro pedido apresentado relaciona-se com a recuperação das bolanhas.
 - ✓ Meios de transporte, mesmo que fosse uma canoa com motor de 15 Kw que permitisse o escoamento dos seus produtos para o Bubaque.
 - ✓ Microcrédito e capacitação no domínio da exploração das ostras completam as suas reclamações.
- Quanto **aos jovens** os pedidos são:
 - ✓ Uma canoa gerida pela comunidade que permitisse deslocar para a zona mais apropriada e longe das zonas interditas.
 - ✓ Vedações das bolanhas com pelo menos 2 arrames (cabos).
 - ✓ Centro de convívio e criatório.

4. Focos Grupos em Uite da populações de Uite e Uassa – 15/07/2016

- **Tabancas** - Situadas no Sueste e Leste da ilha de Orangozinho, respetivamente, a primeira com cerca de 400 habitantes, enquanto que a população da segunda está estimada em 150. A maioria da população como seria de esperar constituída por bijagós, incorporando algumas minorias de Balantas, Fulas, Mandingas e Papéis. Conta ainda com a presença de comunidades estrangeiras, nomeadamente de Guiné-Conacri e de Gana.
- A **pesca** e corte de cacho *chebéu* destinado a **extração de óleo** e fornecimento do vinho usado como uma bebida alcoólica normal e barata para as cerimónias religiosas, ofertas e festas (sendo uma bebida alcoólica barata, tende a aumentar o alcoolismo precoce entre os jovens e mulheres. Se não forem tomadas medidas atempadas de sensibilização podemos estar perante um mal social iminente), são as principais atividades, a par de cultivo de mancarra e feijão.



- As **populações de Uíte** considera que as suas águas sempre foram muito ricas em peixe, por isso quase todos se considerarem pescadores. Antigamente havia tradição de criação de animais, nomeadamente o de bovino. Este especto é partilhado pela população de Uassa.
- A principal queixa apresentada pela população quer de uma, quer da outra tabanca é o isolamento, *“mesmo com um doente, a única solução é ficar com ele em casa, enquanto o desespero toma conta de toda a gente”*, queixava um anseio emocionado.
- ✓ Uma possível solução, a população defende que uma possível solução é ter uma canoa, onde a gestão esteja entre às mulheres e por alguns velhos.
- ✓ Na primeira aldeia possui uma escola que leciona entre a primeira classe e 4.ª classe, com 2 professores, muito curto no entender dos populares.
- ✓ As duas aldeias são servidas pelo Centro de Saúde de Acanho, o que condiciona a eficácia do serviço prestados as populações, como de resto argumentava um velho, tudo depende do capricho das marés!
- **Regulamento Interno (RI)** - Segundo os populares *“os guardas fazem muitas promessas, desde a construção de escola, Centros de Saúde, fornecimento de redes ou vedação para as bolanhas, mas tudo não passa de isso mesmo, promessas”*, referia uma senhora. Nesse sentido, a resposta dos guardas presentes tentava minimizar os danos, jogando em defensiva: *“como foi salientado, o IBAP não tem fundo, pelo que com as nossas sucessivas crises, os parceiros falham”*.
- Sobre **os hipopótamos**, os populares afirmam: *“a única solução é mata-los, porque o seu número está a aumentar de forma assustadora”*, defende um velho presente na reunião.
- No entanto, recomendam a criação de uma equipa de avaliação dos possíveis estragos causados pelos animais e procurar medidas compensatórias para os lesados.

O réguo reclama a ausência do Estado nas suas terras e nas suas vidas. E dá exemplo da falta de água. E acrescenta: *“desde o início de implementação do parque que o IBAP está na linha de frente da resolução dos nossos problemas”*. No entanto, admite que, *“o parque não pode resolver tudo de uma só vez, mas pouco a pouco”*, conclui.

- ✓ Por outro lado, defendem que os guardas do parque deviam ser recrutados entre os populares com ligação afetiva com as ilhas e a sua gente.
- ✓ Aumentar a fiscalização;
- ✓ Não faz sentido exigir a população local o respeito das regras e do regulamento do parque, enquanto os estrangeiros chegam e levam todos os nossos recursos;
- ✓ Pedem reuniões regulares entre os populares e a direção do parque, e tal como nas localidades anteriormente visitas, as populações de Uite e Uassa queixa-se da ausência do diretor do parque.
- ✓ Criação de Pontos Avançados de Vigilância.
- ✓ Queixam-se da discriminação em termos de venda de material.
- ✓ A outra queixa apresentada é a discriminação que sentem na zona do Rio Amudja. *“Os estrangeiros podem pescar lá, enquanto os naturais não”*, refere um habitante local.
- ✓ Maior estudo para melhor definir o período repouso.

5. Focos Grupos em Bubaque da equipa de Guardas do PNO – 16/07/2016

- Divulgação dos regulamentos, da zonagem e das leis de base da criação do parque.
- Maior presença dos guardas junto da comunidade, pois, entende que estão mais envolvidos na fiscalização, em detrimento da interação com as populações;
- Equipar os guardas com armas e coletes de salva vidas.
- Renovação da frota das vedetas ou pelo menos dos motores, pois, os atuais para além de consomem muito combustível são também barrulhentos, chamando a atenção dos infratores com muita antecedência, permitindo-os encontrar esconderijos para não serem detetados pela patrulha.
- Reposição das duas malas de chaves em falta nas vedetas;
- 4 a 30 Novos coletes para as 3 vedetas;
- Radio de comunicação (VHF) com necessidade de reparação, bem como a da base na sede.
- 2 Vedetas sem GPS nem Sonda. E a terceira com necessidade de reparação.
- Boia Grande e Fixa para amarração das vedetas na base de fiscalização de Imbone.
- 300 m de corda para ancora.
- 2 ancoras urgentemente
- Velas para os motores
- 6 pás de hélice.
- Revisão geral das vedetas, incluindo a pintura.
- Reforço da presença de polícias para a fiscalização.
- Melhor e mais regular abastecimento de combustível (sem que seja através dos pescadores, pois, quando são estes a transportar o combustível avisam os outros para se manterem vigilantes, porque os guardas já têm combustível e a fiscalização é muito provável. Reduzindo deste modo o efeito de surpresa das suas ações).



➤ Recuperação da base de fiscalização (FISCAP) no Uíte, ou seja, esta base precisa não só de reabilitação, mas também de acabamento.

ANEXO III. Lista de Espécies Recenseadas no Interior do PNO

Quadro 1. Lista de Anfíbios recenseados na RBBB¹¹¹ (SAPOS, RÃS OU RELAS)

Nº	Família	Espécies	Nome Vulgar	Observações
1.	<i>Arthroleptidae</i>	<i>Arthroleptis topka</i>		
2.		<i>Arthroleptis minutus</i>		
3.		<i>Arthroleptis poecilnotus</i>		
4.		<i>Arthroleptis variabilis</i>		
5.		<i>Leptopelis bocagei</i>		
6.		<i>Leptopelis cf. hyloides*</i>		
7.		<i>Leptopelis cf. viridis*</i>		
8.	<i>Bufo</i>	<i>Bufo maculatus*</i>		Lista Vermelha da UICN
9.		<i>Bufo regularis</i>		Lista Vermelha da UICN
10.	<i>Hemisotidae</i>	<i>Hemisus guineensis*</i>		Least Concern (LC)
11.	<i>Hyperoliidae</i>	<i>Hyperolius cinctiventris</i>		
12.		<i>Hyperolius concolor</i>		
13.		<i>Hyperolius ferreirai</i>		
14.		<i>Hyperolius guineensis</i>		
15.		<i>Hyperolius nitidulus</i>		
16.		<i>Hyperolius occidentalis</i>		
17.		<i>Hyperolius spatzi</i>		
18.		<i>Kassina senegalensis</i>		
19.	<i>Phrynobatrachidae</i>	<i>Phrynobatrachus cf. Francisci*</i>		
20.		<i>Phrynobatrachus calcaratus,</i>		
21.		<i>Phrynobatrachus natalensis,</i>		
22.	<i>Pipidae</i>	<i>Pseudhymenochirus merlini</i>		
23.		<i>Xenopus tropicalis*</i>		
24.	<i>Ptychadenidae</i>	<i>Ptychadena bibronii</i>		
25.		<i>Ptychadena cf. Pumilio*</i>		
26.		<i>Ptychadena macCarthyensis,</i>		
27.		<i>Ptychadena mascareniensis*</i>		
28.	<i>Ranidae</i>	<i>Rana ansorgii</i>		
29.		<i>Rana galamensis</i>		
30.		<i>Rana occipitalis,</i>		

¹¹¹ Supõem-se que todas estas espécies existam no PNO.



31.	<i>Rana oxyrhynchus</i> ,		
-----	---------------------------	--	--

* Boesl 1995;

Quadro 2. Lista de espécies de reptéis recenseadas na RBBB¹¹² (COBRAS, SERPENTES, TARTARUGAS, CROCODILOS, LAGARTIXAS, ETC.)

<i>Família</i>	<i>Espécie</i>	<i>Nome Vulgar</i>	<i>Observações</i>
<i>Agamidae</i>	<i>Agama agama</i>		
	<i>Agama sankaranica</i>		
	<i>Agama wedholzi</i>		
<i>Atractaspidae</i>	<i>Atractaspis aterrima</i>		
<i>Boidae</i>	<i>Python regius</i>	Jibóia, "Irã cego"	
	<i>Python sebae</i>	Jibóia, "Irã cego"	
<i>Chamaeleonidae</i>	<i>Chamaeleon gracilis</i>		
	<i>Chamaeleo senegalensis</i>		
<i>Cheloniidae</i>	<i>Caretta caretta</i>	Tartaruga-comum ou careta	Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado CITES, apêndice I
	<i>Chelonia mydas</i>	Tartaruga verde	Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado CITES. apêndice I
	<i>Lepidochelys olivaceae</i>	Tartaruga verde	CITES apêndice I
	<i>Eretmochelys imbricata</i>	Tartaruga verdadeira	CITES apêndice I Lista vermelha da UICN: criticamente ameaçado
<i>Colubridae</i>	<i>Boaedon fuliginosus</i>		
	<i>Boaedon lineatus</i>		
	<i>Crotaphopeltis hotamboeia</i>		
	<i>Dispholidus typus</i>		
	<i>Dromophis lineatus</i>		
	<i>Gastropyxis smaragdina</i>		
	<i>Gonionotophis brussauxi</i>		
	<i>Gonionotophis grantii</i>		
	<i>Grayia smithii</i>	Cobra de água	
	<i>Lycophidion irrotatum</i>		
	<i>Lycophidion meleagris</i>		
	<i>Lycophidion semicinatum</i>		
	<i>Mehelya stenophthalmus</i>		
	<i>Natrix olivaceus</i>		
	<i>Philothamnus Semivariatus</i>		
	<i>Philothamnus heterodermus</i>		
	<i>Philothamnus heterolepidotus</i>		
	<i>Philothamnus irregularis</i>		
	<i>Prosymna meleagris</i>		

¹¹² Supõem-se que todas estas espécies existam no PNO.



	<i>Psammophis elegans</i>		
	<i>Psammophis phillipsii</i>		
	<i>Psammophis sibilans</i>		
	<i>Thelotornis kirtlandii</i>		
	<i>Thrasops occidentalis</i>		
	<i>Toxicodryas (Boiga) blandingii</i>		
	<i>Dasypeltis scabra</i>		
Crocodylidae	<i>Crocodylus cataphractus</i>		Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado
	<i>Crocodylus niloticus</i>		Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado
	<i>Osteolaemus tetraspis</i>	Crocodilo-anão	
Dermochelyidae	<i>Dermochelys coriacea</i>	Tartaruga-de-couro	Lista vermelha da UICN: criticamente ameaçado
			CITES, apêndice I
Elapidae	<i>Dendroaspis viridis</i>	Mamba	
	<i>Elapsoidea guentherii</i>		
	<i>Elapsoidea semiannulata moebiusi</i>		
	<i>Naja haje</i>		
	<i>Naja melanoleuca</i>		
	<i>Naja nigricollis</i>		
Gekkonidae	<i>Euleptes delalandii</i>		
	<i>Hemidactylus guineensis</i>		
	<i>Hemidactylus brookii</i> ,		
	<i>Lygodactylus gutturalis</i>		
	<i>Tarentola ephippita senegambiae</i>		
Gerrhosauridae	<i>Gerrhosaurus nigrolineatus</i>		
Lacertidae	<i>Latastia ornata</i>		
Leptotyphlopidae	<i>Leptotyphlops nariostris</i>		
Pelomedusidae	<i>Pelomedusa subrufa</i>	Tartaruga de terra	
	<i>Pelusios castaneus</i>		
	<i>Pelusios subniger</i>		
Scincidae	<i>Chalcides thierryi pulchellus</i>		
	<i>Lygosoma (riopa) guineense</i>		
	<i>Mabuya affinis</i>		
	<i>Mabuya perroteti</i>		
	<i>Riopa tristaoi</i>		
Testudinoidea	<i>Kinixys erosa</i>		
	<i>Kinixys homeana</i>		
Trionychidae	<i>Cyclanorbis senegalensis</i>	Tartaruga de agua doce	Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado
Trionychidae	<i>Trionyx triunguis</i>		
Typhlopidae	<i>Typhlops punctatus</i>		
Varanidae	<i>Varanus niloticus</i>	“Linguana”	
	<i>Bitis nasicornis</i>		



	<i>Bitis arietans</i>		
	<i>Causus maculatus</i>		
Viperidae	<i>Causus rhombeatus</i>		

Quadro 3. Lista de Espécies de Peixes recenseadas no Arquipélago Bolama-bijagos¹¹³

Família	Espécie	Nome Vulgar	Observações
<i>Acanthuridae</i>	<i>Acanthurus monroviae</i>		
<i>Albulidae</i>	<i>Albula vulpes</i>		
	<i>Pterothrissus belloci</i>		
<i>Antennariidae</i>	<i>Antennarius pardalis</i>		
<i>Ariidae</i>	<i>Arius latiscutatus</i>	Bagres ou peixes-gato	
	<i>Arius parkii</i>		
	<i>Arius heudeloti</i>		
	<i>Arius gigas</i>		
<i>Batrachoididae</i>	<i>Batrachoides liberiensis</i>	Peixe-agulhas	
	<i>Halobatrachus didactylus</i>		
<i>Belonidae</i>	<i>Strongylura senegalensis</i>		
	<i>Tylosurus acus rafale</i>		
	<i>Tylosurus crocodilus</i>		
	<i>Ablennes hians</i>		
<i>Bothidae</i>	<i>Citharichthys stampflii</i>		
	<i>Syacium micrurum</i>		
<i>Carangidae</i>	<i>Caranx crysos</i>	Lirios, Xaréus (ou sereias) e afins ...	
	<i>Caranx hippos</i>		
	<i>Caranx senegallus</i>		
	<i>Caranx latus</i>		
	<i>Hemicaranx bicolor</i>		
	<i>Chloroscombrus chrysurus</i>		
	<i>Lichia amia</i>		
	<i>Selene dorsalis</i>		
	<i>Trachinotus teraia</i>		
	<i>Trachinotus maxillosus</i>		
	<i>Alectis alexandrinus</i>		
	<i>Decapterus rhonchus</i>		
	<i>Uraspis secunda</i>		
	<i>Trachinotus ovatus</i>		
<i>Decapterus punctatus</i>			
<i>Carcharhinidae</i>	<i>Carcharhinus falciforme</i>	Tubarões e espécies afins	
	<i>Carcharhinus limbatus</i>		

¹¹³ Supõem-se que todas estas espécies existam no PNO.



	<i>Carcharhinus signatus</i>		
	<i>Rhizoprionodon acutus</i>		
	<i>Carcharhinus brevipinna</i>		
	<i>Carcharhinus longimanus</i>		
	<i>Galeocerdo cuvieri</i>		
	<i>Prionace glauca</i>	Tubarao azul (Tintureira, Guelha)	
<i>Chaetodontidae</i>	<i>Chaetodon hoefleri</i>		
<i>Cichlidae</i>	<i>Saratherodon melanotheron</i>	Bentanas (ou tilapias) e afins	
	<i>Tilapia guineensis</i>		
	<i>Hemichromis fasciatus</i>		
<i>Clupeidae</i>	<i>Ethmalosa fimbriata</i>	Djafal	
	<i>Ilisha africana</i>		
	<i>Sardinella maderensis</i>		
	<i>Sardinella aurita</i>		
	<i>Sardinella rouxi</i>		
	<i>Sardina pilchardus</i>		

	<i>Pellonula leonensis</i>	Sardinha	
<i>Cynoglossidae</i>	<i>Cynoglossus cadenati</i>		
	<i>Cynoglossus senegalensis</i>		
	<i>Cynoglossus monodi</i>		
<i>Dasyatidae</i>	<i>Dasyatis margarita</i>	Raias (ou Peixe Areia)	
	<i>Dasyatis margaritella</i>		
	<i>Dasyatis centroura</i>		
<i>Depranidae</i>	<i>Deprane africana</i>		
<i>Echeneididae</i>	<i>Echeneis naucrates</i>		
<i>Elopidae</i>	<i>Elops lacerta</i>	Rebenta-conta	
<i>Ephippidae</i>	<i>Chaetodipterus lippei</i>		
	<i>Chaetodipterus goreensis</i>		
<i>Fistulariidae</i>	<i>Fistularia petimba</i>		
<i>Gerridae</i>	<i>Eucinostomus melanopterus</i>	Peixe-prata	
	<i>Gerres nigri</i>		
<i>Ginglymostomatidae</i>	<i>Ginglymostoma cirratum</i>		
<i>Gobiidae</i>	<i>Porogobius cirratum</i>		Cabozes
<i>Gymnuridae</i>	<i>Gymnura micrura</i>		
<i>Haemulidae</i> (<i>Pomadasyidae</i>)	<i>Brachydeuterus auritus</i>	Corre-corres	
	<i>Plectorhyncus macrolepis</i>		
	<i>Pomadasyys peroteti</i>		
	<i>Pomadasyys rogeri</i>		
	<i>Pomadasyys jubelini</i>		
	<i>Pomadasyys incisus</i>		



<i>Hemiramphidae</i>	<i>Hyporamphus picarti</i>		
	<i>Hemiramphus brasiliensis</i>		
<i>Leptochariidae</i>	<i>Leptocharias smithii</i>		
<i>Lethrinidae</i>	<i>Lethrinus atlanticus</i>		
<i>Lobotidae</i>	<i>Lobotes surinamensis</i>		
<i>Lutjanidae</i>	<i>Lutjanus dentatus</i>	Bicas e afins	
	<i>Lutjanus gorensis</i>		
	<i>Lutjanus senegalensis</i>		
	<i>Lutjanus agennes</i>		
<i>Monacanthidae</i>	<i>Stephanolepis hispidus</i>		
<i>Mugilidae</i>	<i>Liza dumerili</i>	Tainhas e Fataças	
	<i>Liza falcipinnis</i>		
	<i>Liza grandisquamis</i>		
	<i>Mugil bananensis</i>		
	<i>Mugil cephalus</i>		
	<i>Mugil curema</i>		
	<i>Mugil capurrii</i>		
<i>Mullidae</i>	<i>Pseudupeneus prayensis</i>		
<i>Muraenidae</i>	<i>Muraena helena</i>		Moreia
<i>Myliobatidae</i>	<i>Pteromylaeus bovinus</i>		
	<i>Myliobatus aquila</i>		
<i>Polynemidae</i>	<i>Galeoides decadactylus</i>	Barbinho	
	<i>Polydactylus quadrifilis</i>		
	<i>Pentanemus quinquarius</i>		
<i>Pomacentridae</i>	<i>Abudefduf marginatus</i>	Castanheta	
<i>Pomatomidae</i>	<i>Pomatomus saltatrix</i>		
<i>Pristidae</i>	<i>Pristis pristis</i>		
	<i>Pristis microdon</i>		
<i>Psettodidae</i>	<i>Psettodes balcheri</i>		
	<i>Psettodes bennetti</i>		
	<i>Psettias sebae</i>		
<i>Rachycentridae</i>	<i>Rachycentron canadum</i>		
<i>Rajidae</i>	<i>Raja miraletus</i>	Raia	
<i>Rhinobathidae</i>	<i>Rhinobatos cemiculus</i>		
	<i>Rhinobatos rhinobatos</i>		
<i>Rhinopteraidae</i>	<i>Rhinoptera bonasus</i>		
<i>Scaridae</i>	<i>Scarus hoefleri</i>		
	<i>Nicholsina usta</i>		
<i>Sciaenidae</i>	<i>Pseudotolithus senegalensis</i>	Corvinas	
	<i>Pseudotolithus elongatus</i>	Corvinas	
	<i>Pseudotolithus typus</i>	Corvinas	
	<i>Pseudotolithus brachygnatus</i>	Corvinas	



	<i>Pseudotolithus epipercus</i>	Corvinas	
	<i>Pteroscion peli</i>	Corvinas	
	<i>Argyrosomus regius</i>	Corvinas	
	<i>Umbrina canariensis</i>	Corvinas	
<i>Scombridae</i>	<i>Scomberomorus tritor</i>	Cachuretta	
<i>Scorpaenidae</i>	<i>Scorpaena elongata</i>	Rascassos	
	<i>Scorpaena senegalensis</i>	Rascassos	
	<i>Scorpaena stephanica</i>	Rascassos	
<i>Serranidae</i>	<i>Epinephelus aenus</i>	Meros e Garoupas	
	<i>Epinephelus alexandrinus</i>	Meros e Garoupas	
	<i>Epinephelus goreensis</i>	Meros e Garoupas	
	<i>Serranus cabrilla</i>	Meros e Garoupas	
	<i>Serranus atricauda</i>	Meros e Garoupas	
	<i>Serranus sanctahelenae</i>	Meros e Garoupas	
	<i>Cephalophalis nigri</i>	Meros e Garoupas	
	<i>Micteroperca rubra</i>	Meros e Garoupas	
<i>Soleidae</i>	<i>Microchirus boscanion</i>	Linguados e Solhas	
	<i>Pegusa triophthalmus</i>	Linguados e Solhas	
	<i>Solea senegalensis</i>	Linguados e Solhas	
	<i>Synaptura cadenati</i>	Linguados e Solhas	
<i>Sparidae</i>	<i>Sparus aurata</i>	Douradas e Pargos	
	<i>Pagrus caeruleostictus</i>	Douradas e Pargos	
	<i>Pagrus auriga</i>	Douradas e Pargos	
<i>Sphyraenidae</i>	<i>Sphyraena guachancho</i>	Barracudas ou Bicudas	
	<i>Sphyraena afra</i>	Barracudas ou Bicudas	
<i>Sphyrnidae</i>	<i>Sphyrna lewini</i>	Tubarões-martelo	
	<i>Sphyrna mokarran</i>	Tubarões-martelo	
	<i>Sphyrna zygaena</i>	Tubarões-martelo	
	<i>Shpyrna tudes</i>	Tubarões-martelo	Tubarões-martelo
<i>Stromateidae</i>	<i>Stromateus fiatola</i>		
<i>Syngnathidae</i>	<i>Hippocampus punctatus</i>	Cavalo-marinho	
<i>Synodontidae</i>	<i>Saurida brasiliensis</i>		
<i>Tetraodontidae</i>	<i>Ephippion guttiferum</i>		
	<i>Sphoeroides spengleri</i>		
	<i>Lagocephalus laevigatus</i>		
	<i>Sphoeroides cutaneus</i>		
<i>Triakidae</i>	<i>Galeorhinus galeus</i>		
<i>Trichiuridae</i>	<i>Trichiurus lepturus</i>		
<i>Uranoscopidae</i>	<i>Uranoscopus scaber</i>		

Quadro 4. Lista de espécies de Aves recenseadas no PNO



Família	Nome científico	Nome Vulgar	Observações
<u>Accipitridae</u>	<i>Accipiter badius</i>	Gaviao-chicra	Comum
	<i>Circus aeruginosus</i>	Aguia-sapeira, Tartaranhão-ruivo-dospauis	Comum
	<i>Gypohierax angolensis</i>	Abutre-do-coconote	Comum
	<i>Haliaeetus vocifer</i>	Pigargo-africano, Aguia-pesqueira	Comum
	<i>Kaupifalco monogrammicus</i>	Lizard Buzzard	Comum
	<i>Micronisus gabar</i>	Gabar Goshawk	Comum
	<i>Milvus migrans parasiticus</i>	Milhafre-preto	Comum
	<i>Necrosyrtes monachus</i>	Hooded Vulture	Comum
	<i>Polyboroides typus</i>	Secretário-pequeno	Comum
<u>Alcedinidae</u>	<i>Alcedo atthis</i>	Picapeixe	
	<i>Alcedo cristata</i>	Guarda-rios	
	<i>Ceyx pictus</i>		
	<i>Halcyon chelicuti</i>	Pica-peixe-riscado	
	<i>Halcyon leucocephala</i>	Guarda-rios, Passarinha, Grey-headed Kingfisher	
	<i>Halcyon malimbica</i>	Guarda-rios, Blue-breasted Kingfisher	
	<i>Halcyon senegalensis</i>	Guarda-rios, Woodland Kingfisher	
	<i>Megaceryle maxima</i>	Giant Kingfisher	
<u>Anatidae</u>	<i>Alopochen aegyptiacus</i>	Ganso do Edipto	
	<i>Dendrocygna viduata</i>	Irerê	
	<i>Plectropterus gambensis</i>	Pato-ferrão	
<u>Apodinae</u>	<i>Apus affinis</i>	Andorinhão-pequeno	
<u>Ardeidae</u>	<i>Ardea cinerea</i>	Garca-real	
	<i>Ardea goliath</i>	Garca-gigante	
	<i>Ardea melanocephala</i>	Garca-de-cabeca-preta	
	<i>Ardea purpurea</i>	Garca-vermelha	
	<i>Ardeola ralloides</i>	Papa-ratos	
	<i>Bubulcus ibis</i>	Carraceiro ou Garça-vaqueira	
	<i>Butorides striatatus</i>	Socózinho	
	<i>Egretta alba</i>	Garça-branca-grande	
	<i>Egretta ardesiaca</i>	Black Heron	
	<i>Egretta garzetta</i>	Garça-branca	
	<i>Egretta gularis</i>	Garça-dos-recifes	
	<i>Egretta intermedia</i>	Garça-branca-intermédia	
	<i>Nycticorax nycticorax</i>	Taquiri, Goraz	
<u>Bucerotidae</u>	<i>Bycanistes fistulator</i>		
	<i>Tockus fasciatus</i>	Bico-de-serra-preto, African Pied Hornbill	
	<i>Tockus nasutus</i>	Bico-de-serra-cinzeno, African Grey Hornbill	
<u>Burhinidae</u>	<i>Burhinus capensis</i>	Alcaravão	
	<i>Burhinus senegalensis</i>	Alcaravão do Senegal	
<u>Campephagidae</u>	<i>Campephaga phoenicea</i>		



<i>Caprimulgidae</i>	<i>Caprimulgus climacurus</i>	Notibó	
<i>Cerylinae</i>	<i>Ceryle rudis</i>	Guarda-rios-malhado	
<i>Charadriidae</i>	<i>Pluvialis squatarola</i>	Tarambola-cinzenta, Grey Plover	
	<i>Charadrius alexandrinus</i>	Borrelho-pequeno-de-coleira, Borrelhode-coleira-interrompida	
	<i>Charadrius hiaticula</i>	Borrelho-grand-de-coleira	
	<i>Charadrius marginatus</i>		
	<i>Vanellus senegallus</i>	Wattled Lapwing	
	<i>Vanellus spinosus</i>	Spur-winged Plover	

<i>Ciconiidae</i>	<i>Ciconia episcopus</i>	Cegonha	
	<i>Ephippiorhynchus senegalensis</i>	Saddlebilled Stork	
<i>Cisticolidae</i>	<i>Cisticola natalensis</i>	Boita-do-natal, Croaking Cisticola	
<i>Columbidae</i>	<i>Streptopelia semitorquata</i>	Rolas, Red-eyed Dove	
	<i>Streptopelia vinacea</i>	Rolas, Vinaceous Dove	
	<i>Treron australis</i>	Madagascar Green-Pigeon	
	<i>Turtur afer</i>	Blue spotted wood dove	
<i>Coraciidae</i>	<i>Coracias abyssinicus</i>	Rolieiro da Abissinia	
	<i>Coracias cyanogaster</i>	Rolieiro, Blue-bellied Roller	
<i>Corvidae</i>	<i>Corvus albus</i>	Gralha-de-barriga-branca	
<i>Cuculidae</i>	<i>Centhmocharis aereus??</i>	Ibis, Green Coacal	Vulnerável
	<i>Centropus senegalensis</i>	Pássaro-governo	
	<i>Chrysococcyx caprius</i>	Cuco-bronzeado	
	<i>Chrysococcyx klaas</i>	Cuco	
<i>Estrildidae</i>	<i>Lagonosticta senegala</i>	Peito-de-fogo	
	<i>Lonchura cucullata</i>	Merganso-capuchinho, Bronze Munia	
	<i>Pyrenestes sanguineus</i>	Crimson Seedcracker	
<i>Glareolidae</i>	<i>Glareola pratincola</i>	Perdiz-do-mar	
<i>Haematopodidae</i>	<i>Haematopus ostralegus</i>	Ostraceiro	
<i>Heliornithidae</i>	<i>Sarothura pulchra</i>	White-spotted Pygmy Crake	
<i>Hirundinidae</i>	<i>Hirundo lucida</i>	Andorinha	
<i>Indicatoridae</i>	<i>Indicator indicator</i>	Greater Honeyguide, Indicateur	
	<i>Indicator maculatus</i>	Spotted Honeyguide	
<i>Jacanidae</i>	<i>Actophilornis africana</i>		
<i>Laridae</i>	<i>Chlidonias niger</i>	Gaivina-preta	
	<i>Gelochelidon nilotica</i>	Tagaz	
	<i>Larus cirrocephalus</i>	Gaivota-de-cabeça-cinza	
	<i>Larus dominicanus</i>	Kelp Gull	
	<i>Larus genei</i>	Gaivota-de-bico-fino	
	<i>Larus sabini</i>	Gaivota de Sabine	
	<i>Sterna albifrons</i>	Chilreta, Little Tern	



	<i>Sterna bengalensis</i>	Garajau-pequeno, Lesser Crested Tern	
	<i>Sterna caspia</i>	Garajau-grande, Caspian Tern	
	<i>Sterna hirundo</i>	Gaivina, Andorinha-do-mar-comum, Trinta-réis-boreal, Common Tern	
	<i>Sterna maxima</i>	Garajau-real, Trinta-réis-real, Royal Tern	
	<i>Sterna sandvicensis</i>	Garajau, Sandwich Tern	
<u>Meropidae</u>	<i>Merops albicollis</i>	White-throated Bee-eater	
	<i>Merops nubicus</i>	Northern Carmine Bee-eater	
	<i>Merops persicus</i>	Blue-cheeked Bee-eater	
	<i>Merops pusillus</i>	Little Bee-eater	
<u>Monarchidae</u>	<i>Terpsiphone rufiventer</i>	Black-headed Paradise-Flycatcher	
	<i>Terpsiphone viridis</i>	African Paradise-Flycatcher	
<u>Motacillidae</u>	<i>Anthus leucophrys</i>	Petinha (Plain-backed Pipit)	
	<i>Motacilla flava</i>	Yellow Wagtail	
<u>Muscicapidae</u>	<i>Cossypha niveicapilla</i>	Snowy-crowned Robin-chat	
	<i>Ficedula hypoleuca</i>	Papa-moscas	
	<i>Saxicola rubetra</i>	Cartaxo-nortenho, Whinchat	
<u>Musophagidae</u>	<i>Crinifer piscator</i>	Touraco gris	
<u>Nectariniidae</u>	<i>Anthreptes gabonicus</i>	Beij-flor	
	<i>Anthreptes metallicus</i>	Beija-flor do Nilo	
	<i>Anthreptes platurus</i>	Beija-flor-rabilongo	
	<i>Nectarinia chloropygius</i>	Olive-bellied Sunbird	
	<i>Nectarinia coccinigaster</i>	Splendid Sunbird	
	<i>Nectarinia cuprea</i>	Beija-flor-cobreado, Copper Sunbird	
	<i>Nectarinia puchella</i>	Beautiful Sunbird	

	<i>Nectarinia senegalensis</i>	Scarlet-chested Sunbird	
	<i>Nectarinia venusta</i>	Variable Sunbird	
	<i>Nectarinia verticalis</i>	Green-headed Sunbird	
<u>Oriolidae</u>	<i>Oriolus auratus</i>	African Golden Oriole	
<u>Otididae</u>	<i>Eupodotis melanogaster</i>	Black-bellied Bustard	
	<i>Neotis denhami</i>	Denham's Bustard	
<u>Pandionidae</u>	<i>Pandion haliaetus</i>	Águia-pescadora	
<u>Passeridae</u>	<i>Passer griseus</i>	Grey-headed Sparrow	
<u>Pelecanidae</u>	<i>Pelecanus rufescens</i>	Pelicano cinzento	
<u>Phalacrocoracidae</u>	<i>Phalacrocorax africanus</i>	Corvo-marinho-africano, Cormorant	
<u>e</u>	<i>Phalacrocorax carbo lucidus</i>	Corvo-marinho, Cormorant	
<u>Phoenicopteridae</u>	<i>Phoenicopterus ruber</i>	Flamingo	
<u>Phoeniculidae</u>	<i>Phoeniculus purpureus</i>	Green Woodhoopoe	
<u>Picidae</u>	<i>Dryocopus gambensis</i>	Pica-pau	
	<i>Mesopicos goertae</i>	grey woodpecker	



<i>Platysteiridae</i>	<i>Batis senegalensis</i>	Corvo?	
	<i>Platysteira cyanea</i>	Brown-throated Wattle-eye	
<i>Ploceidae</i>	<i>Euplectes afer</i>	Arcebispo	
	<i>Malimbus nitens</i>	Gray's Malimbe	
	<i>Ploceus cucullatus</i>	Cacho-caldeirão	
	<i>Ploceus heuglini</i>	Heuglin's Masked Weaver	
	<i>Ploceus nigricollis</i>	Black-necked Weaver	
	<i>Ploceus velatus</i>	Tecelão-de-máscara	
<i>Podicipedidae</i>	<i>Tachybaptus ruficollis</i>	Mergulhão-pequeno	
<i>Psittacidae</i>	<i>Poicephalus senegalus</i>	Periquito-massarongo	
	<i>Psittacus erithacus</i>	Papagaio-cnzento	
<i>Pteroclididae</i>	<i>Pterocles quadricinctus</i>	Four-banded Sandgrouse	
<i>Pycnonotidae</i>	<i>Pycnonotus barbatus</i>	Garden Bulbul, Common Bulbul	
<i>Rallidae</i>	<i>Amaurornis flavirostra</i>		
<i>Recurvirostridae</i>	<i>Himantopus himantopus</i>	Pernilongo	
<i>Scolopacidae</i>	<i>Actitis hypoleucos</i>	Macarico-das-Rochas	
	<i>Arenaria interpres</i>	Rola-do-mar	
	<i>Calidris alba</i>	Pilrito-das-praias	
	<i>Calidris canutus</i>	Seixoeira	
	<i>Calidris ferruginea</i>	Pilrito-de-bico-comprido	
	<i>Limosa lapponica</i>	Fuselo, Macarico, Bar-tailed Godwit	
	<i>Limosa limosa</i>	Milherango, Black-tailed Godwit	
	<i>Numenius arquata</i>	Maçarico-real, Curlew (Whaup)	
	<i>Numenius phaeopus</i>	Maçarico-de-bico-torto, Maçarico-galego	
	<i>Tringa glareola</i>	Maçarico-bastardo	
	<i>Tringa nebularia</i>	Common Greenshank	
	<i>Tringa stagnatilis</i>	Marsh Sandpiper	
	<i>Tringa totanus</i>	Common Redshank	
<i>Scopidae</i>	<i>Scopus umbretta</i>	hammerhead	
<i>Strigidae</i>	<i>Otus leucotis (Ptilopsis leucotis)</i>	Northern White-faced Owl	
<i>Sturnidae</i>	<i>Buphagus africanus</i>	Yellow-billed Oxpecker	
	<i>Cinnyricinclus leucogaster</i>		
	<i>Lamprotornis caudatus</i>	Long-tailed Glossy Starling	
	<i>Lamprotornis chalybaeus</i>	Greater Blue-eared Glossy-Starling	
	<i>Lamprotornis purpureus</i>	Purple Glossy-Starling	
	<i>Lamprotornis splendidus</i>	Splendid Glossy-starling	
<i>Sylviidae</i>	<i>Eremomela pusilla</i>	Green-backed Eremomela	
	<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa -poliglota	
	<i>Hylia prasina</i>	Green Hylia	
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Bostrychia hagedash</i>		
	<i>Platalea alba</i>	Colhereiro-africano, African spoonbill	
	<i>Platalea leucorodia</i>	Colhereiro, Spoonbill	



	<i>Threskiornis aethiopicus</i>	Ibis sagrado	
<u>Tytonidae</u>	<i>Tyto alba</i>	Coruja das Torres	
<u>Viduidae</u>	<i>Vidua chalybeata</i>	Village Indigobird	



Quadro 5. Lista de espécies de Mamíferos recenseadas no PNO

Família	Nome científico	Nome vulgar	Obs.
Bovidae	<i>Tragelaphus scriptus</i>	gazela-pintada, <i>Bushbuck antelope</i>	Comum
Cercopithecidae	<i>Cercopithecus sabaeus</i> (<i>Chlorocebus sabaeus</i>),	Macaco verde, Green monkey	Comum
Delphinidae	<i>Sousa teuszii</i>	Golfinho-corcunda-do-atlântico, Humpback Dolphin	Comum
Delphinidae	<i>Tursiops truncatus</i>	roaz-corvineiro, golfinho-comum	Comum
Herpestidae	<i>Atilax paludinosus</i>	Marsh Mongoose	Comum
Hippopotamidae	<i>Hippopotamus amphibius</i>	Hipopotamo	Vulneravel
Muridae	<i>Mastomys coucha</i>	Southern Multimammate Mouse	Comum
Mustelidae	<i>Aonyx capensis</i>	African Clawless Otter	Comum
Nycteridae	<i>Nycteris hispida</i>	Hairy Slit-Faced Bat	Comum
Pteropodidae	<i>Epomophorus gambianus</i>	Gambian Epauletted Fruit Bat	Comum
	<i>Epomops buettikoferi</i>	Buettikofer's Epauletted Fruit Bat	Comum
	<i>Micropteropus pusillus</i>	Dwarf Epauletted Fruit Bat	Comum
Sciuridae	<i>Heliosciurus gambianus</i>	Gambian Sun Squirrels	
Trichechidae	<i>Trichechus senegalensis</i>	peixe-boi-africano, West African Manatee	Vulneravel
Vespertilionidae	<i>Eptesicus guineensis</i>	Tiny Serotine	Comum
	<i>Pipistrellus nanus</i>	Banana Pipistrelle	Comum
Viverridae	<i>Genetta maculata</i>	African genet, Rusty-spotted Genet	Comum
	<i>Genetta pardina</i> /	Panther Genet,	Comum

Quadro 6. Lista das espécies Florísticas recenseadas no PNO

Família	Nome científico	Nome comum	Observações
??	<i>Abildgardia hispidula</i>		
Acanthaceae	<i>Barleria compresa</i>		
	<i>Barleria verciculata</i>		
	<i>Barleria micrantha</i>		
	<i>Hygrophila barbata</i>		
	<i>Justicia kotschy</i>		
Acaulosporaceae	<i>Terminalia albida</i>		
Amaranthaceae	<i>Pandiaka involucrata</i>		
Annonaceae	<i>Xylopia aethiopica</i>	Malagueta preta, da Guiné	Medicinal.
Apocynaceae	<i>Landolphia dulcis</i>	Mambimba/ Cibode	Medicinal
	<i>Secamone afzelii</i>		Medicinal



	<i>Strophanthus sarmentosus</i>		Medicinal
Asparagaceae	<i>Asparagus fragelares</i>		
Caryophyllaceae	<i>Polycarpaea eriantha</i>		
Celastraceae	<i>Salacia senegalensis</i>		
Chrysobalanaceae	<i>Chrysobalanus icaco</i>		requente nas proximidades das praias
Combretaceae	<i>Conocarpus ertus</i>		espécie associada ao Mangal
	<i>Guiera senegalensis</i>	Badosdoce	Medicinal
Commelinaceae	<i>Commelina migritana</i>		
	<i>Ipomoea acanthocarpa</i>		
Convolvulaceae	<i>Ipomoea stolonifera</i>		
Cyperaceae	<i>Eleocharis geniculata</i>		
	<i>Eleocharis mutata</i>		
	<i>Fimbristylis ferruginea</i>		
	<i>Rhynchospora tenerrima</i>		
Dilleniaceae	<i>Tetracera alnifolia</i>		
Dioscoreaceae	<i>Dioscorea praehensilis</i>		
Eriocaulaceae	<i>Mesanthemum raricans</i>		
Fabaceae	<i>Alysicarpus rugosus</i>		
	<i>Bryaspis lupulina</i>		
	<i>Canavalia rosea</i>		
	<i>Cassia mimosoidis</i>		
	<i>Crotalaria goreensis</i>		
	<i>Crotalaria hyssopifolia</i>		
	<i>Crotalaria lathyroidis</i>		
	<i>Dalbergia oliveri</i>		
	<i>Daniellia oliveri</i>	Pau do incenso	
	<i>Desmodium hirtum</i>		boa forrageira e multiplica-se facilmente através das sementes.
	<i>Detarium senegalense</i>	Mambode	
	<i>Dialium guineense</i>	Pau de veludo	
	<i>Dichrostachys cinerea</i>	Fidida branco	Medicinal
	<i>Eriosema glomeratum</i>		
	<i>Indigofera barhautiana</i>		
	<i>Indigofera nummularifolia</i>		
	<i>Indigofera congesta</i>		
	<i>Mucuna sloanei</i>		
	<i>Parkia biglobosa</i>	Faroba	Fruto comestível e casca medicinal.
	<i>Prosopis africana</i>	Pau de carvão	Vagens utilizadas como forragens e a madeira para a produção do carvão. Medicinal.
<i>Rhynchosia pycnostachya</i>			
<i>Stylosanthes fruticosa</i>		Forrageira.	



	<i>Tephrosia lupinifolia</i>		
<i>Gentianaceae</i>	<i>Neurotheca loeselioides</i>		
<i>Lamiaceae</i>	<i>Leonotis nepetifolia</i>		
<i>Lauraceae</i>	<i>Cassytha filiformes</i>	Redea de santcho	
<i>Liliopsida</i>	<i>Cyperus halpan</i>		
<i>Loganiaceae</i>	<i>Usteria guineensis</i>		
<i>Loranthaceae</i>	<i>Tapinanthus bangwensis</i>		
<i>Myrtaceae</i>	<i>Syzygium guineese</i>		
<i>Ochnaceae</i>	<i>Lophira lanceolata</i>		
<i>Olacaceae</i>	<i>Ximenia americana</i>		
<i>Phyllanthaceae</i>	<i>Hymenocardia acida</i>		Medicinal
	<i>Uapaca guineensis</i>		
<i>Poaceae</i>	<i>Ctenium newtonii</i>		
	<i>Eragrostis tremula</i>		
	<i>Loudetia hordeiformis</i>		
	<i>Panicum fluviicola</i>		
	<i>Panicum tenellum</i>		
	<i>Paspalum vaginatum</i>		
	<i>Pennisetum polystachion</i>		
	<i>Perotis indicata</i>		
	<i>Schizachyrium pulchellum</i>		
<i>Polygalaceae</i>	<i>Polygala arenarea</i>		
	<i>Polygala lecardii</i>		
<i>Rhizophoraceae</i>	<i>Rhizophora harrisonii</i>		
	<i>Rhizophora racemosa</i>		
<i>Rubiaceae</i>	<i>Diodia serrulata</i>		
	<i>Oldenlandia herbacea</i>		
	<i>Spermacoce verticillata</i>		
<i>Scrophulariaceae</i>	<i>Buchnera hispida</i>		
	<i>Striga hermonthica</i>		
<i>Verbenaceae</i>	<i>Vitex doniana</i>		Medicinal e utilizada na alimentação.
<i>Xyridaceae</i>	<i>Xyris anceps</i>		